UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS

CAMPUS DE ARARAQUARA - SP

VALDIRENE PEREIRA DA CONCEIÇÃO

MODELAGEM LÉXICO-ONTOLÓGICA DO DOMÍNIO "PATRIMÔNIO CULTURAL DE SÃO LUÍS DO MARANHÃO"

Araraquara - SP

2011

VALDIRENE PEREIRA DA CONCEIÇÃO

MODELAGEM LÉXICO-ONTOLÓGICA DO DOMÍNIO "PATRIMÔNIO CULTURAL DE SÃO LUÍS DO MARANHÃO"

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Lingüística e Língua Portuguesa da UNESP – Faculdade de Ciências e Letras Júlio de Mesquita Filho, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Lingüística e Língua Portuguesa.

Linha de pesquisa: Estudos do Léxico**.**

Orientador: Prof. Dr. Bento Carlos Dias da Silva.

Araraquara - SP

2011

VALDIRENE PEREIRA DA CONCEIÇÃO

MODELAGEM LÉXICO-ONTOLÓGICA DO DOMÍNIO "PATRIMÔNIO CULTURAL DE SÃO LUÍS DO MARANHÃO"

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Lingüística e Língua Portuguesa da UNESP – Faculdade de Ciências e Letras Júlio de Mesquita Filho, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Lingüística e Língua Portuguesa.

Linha de pesquisa: Estudos do Léxico**.**

Data da defesa: _____/_____/_____

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

_____

Presidente e Orientador: Prof. Dr. Bento Carlos Dias da Silva
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"

_____

Membro Titular: Prof. Dr. Antonio Suarez Abreu
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"

_____

Membro Titular: Profa. Dra. Patrícia Tosqui Lucks
Instituto de Controle do Espaço Aéreo

_____

Membro Titular: Profa. Dra. Ariani Di Felippo
Universidade Federal de São Carlos

_____

Membro Titular: Profa. Dra. Sandra Maria Aluísio
Universidade de São Paulo

Local: Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências e Letras
UNESP – Campus de Araraquara

Ao meu filho Davi, minha dádiva e maior conquista.

À minha mãe e irmãos, pelo firme alicerce na construção da minha caminhada humana.

Ao meu companheiro Jorge Mendes, pela solidariedade, compreensão e incentivo ao longo desta jornada.

A Francisco Agnelo da Conceição e Celino Pereira da Conceição (*in memorian*), pai e irmão que sempre zelaram por mim, hoje de outro plano.

AGRADECIMENTOS

A Deus, a cima de tudo, e sempre, por todas às dádivas que me permite alcançar.

Ao Prof. Bento Carlos Dias da Silva, pela disponibilidade e pela orientação segura e competente na indicação de rumos da pesquisa somados aos ricos ensinamentos linguísticos e sacerdócio profissional partilhados.

À Universidade Estadual Paulista (UNESP), Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e ao Instituto Federal de Educação Tecnológica do Maranhão (IFMA), pelo convênio acadêmico e consolidação do Doutorado Interinstitucional (DINTER) em Linguística e Língua Portuguesa e pela oportunidade de ter esse nível de qualificação.

À Coordenação Operacional do DINTER, na pessoa da Profª Dra. Márcia Manir, pelo apoio para que este projeto se tornasse realidade.

Aos professores e colegas do DINTER, pelos ensinamentos, troca de conhecimentos nas salas de aula, nos encontros e corredores da vida acadêmica.

À Rita e ao Domingos da Secretaria da Pós- Graduação da UNESP/ Araraquara, pelo pronto atendimento.

Às professoras Ariani Di Felippo e Gladis Maria de Barcelos Almeida, pelas leituras atentas e sugestões pertinentes, no Exame de Qualificação.

Aos colegas do CELIC da UNESP pela calorosa acolhida.

À minha mãe, Dalvina Pereira da Conceição e irmãos Josiel, Marisete, Rosinéia, Francisca, Luís, Silvio, Zacarias e Pedro, pelo imensurável amor e carinho somados aos mais nobres exemplos e as mais caras e preciosas lições de vida.

Ao Centro de Cultura Popular Domingos Vieira Filho, na pessoa de Wilbert pelo acesso às fontes de informação, essenciais para o *corpus* de referência deste estudo.

Aos amigos Claudenice Goulart, Gilberto Mendonça pela colaboração na identificação das fontes consultadas.

A todos que, durante essa jornada, dispuseram - se a partilhar comigo de forma intensa e entusiasmada palavras, gestos, informações, conhecimento e solidariedade, sem o qual não teria sido possível a realização deste trabalho.

Andar na cidade de São Luís, percorrer as ruas e ladeiras do seu Centro Histórico de cabeça e coração abertos para perceber e penetrar no modo de pensar, sentir e agir das pessoas, é se defrontar com uma mostra viva da diversidade que marca o conteúdo de uma cultura, cujos fazeres, olhares, sabores, cores, sons e odores têm inspiração em ricas etnias.

Michol P. Carvalho

RESUMO

Esta tese apresenta um estudo exploratório da ancoragem ontológica do léxico do Domínio Conceitual “Patrimônio Cultural de São Luís do Maranhão” (DCPCSL). Trata-se de uma pesquisa de natureza teórico-aplicada que compreendeu uma investigação nas dimensões (i) linguística e (ii) linguístico-computacional. Na primeira, foram investigadas e sistematizadas as informações conceituais do DCPCSL e do seu respectivo revestimento lexical no português, com base nos estudos sobre ontologias (estruturação hierárquica, relacional e explícita de conceitos de domínios conceituais) e semântica lexical (estruturação hierárquica e relacional da informação lexical em termos de relações de sentido); na segunda, foi descrita e implementada uma parcela dessas informações no editor de ontologias Protégé, em que se implementou a relação entre a ontologia e o respectivo léxico. Em termos teóricos, o estudo visou à elaboração de um modelo léxico-ontológico de descrição das unidades conceituais e léxicas do DCPCSL. Para isso, delimitaram-se, para a constituição da ontologia do DCPCSL, as principais categorias e relações conceituais que o constituem e, para a constituição do léxico associado a essa ontologia, as unidades léxicas mais salientes e as relações de sentido paradigmáticas e sintagmáticas que se estabelecem entre elas. Adotou-se, como procedimento metodológico para a realização do estudo aplicado, a pesquisa documental em dicionários, teses, dissertações, artigos científicos, legislação e principalmente no Inventário dos Bens Culturais do Ministério da Cultura (MINC). Como resultado, acredita-se ter-se contribuído com a disponibilização de um “ontoléxico” piloto do DCPCSL, composto de 256 unidades “ontoléxicas”, cuja utilização demonstra-se relevante não só para a organização formal da informação desse domínio do conhecimento como também, e sobre tudo, para a sua utilização em tarefas de busca e recuperação de informação, cada vez mais exigentes nesta nossa era da informação.

Palavras-chave: Léxico. Ontologia. Ontoléxicos. Patrimônio Cultural. São Luís do Maranhão.

ABSTRACT

This dissertation presents an exploratory study of the ontological grounding of the lexicon of the conceptual domain defined as *São Luís do Maranhão Cultural Heritage Domain* (SLCHD). This is a piece of research of theoretical and applied nature that comprised an investigation into both the linguistic dimension and the computational-linguistic dimension. In the former, it was investigated and systematized the SLCHD conceptual information and its respective lexical coating in Portuguese, based on studies of ontologies (i.e. the study of the hierarchical, relational, and explicit structure of concepts of conceptual domains) and lexical semantics (i.e. the study of the relational and hierarchical structure of lexical information in terms of sense relations); in the latter, it was described and implemented a portion of that information in a specific ontology editor, Protégé, in which it was implemented the relation between the SLCHD ontology and its lexicon. In theoretical terms, the study aimed to develop a model of lexical-ontological description of the lexical and conceptual units of the SLCHD. Accordingly, to construct the SLCHD ontology, its main conceptual categories and relations were singled out, to limit the lexicon associated with that ontology, the most salient lexical units and the paradigmatic and syntagmatic sense relations between them were compiled. For the completion of the applied study, it was adopted as a methodological procedure, the lexical-conceptual analysis of information in dictionaries, thesis, dissertations, journal articles, legislation documents, and especially in the Inventory of Cultural Property of the Brasilian Ministry of Culture (MINC). As a result, we believe to have contributed with an "ontolexicon" of the SLCHD, consisting of 256 “ontolexical units,” the use of which is relevant not only to the formal organization of the information in this domain of knowledge but also to its use in information search and retrieval tasks.

Keywords: Lexicon. Ontology. Ontolexicon. São Luís do Maranhão. Cultural Heritage

LISTA DE QUADROS

Quadro1 Bens tombados pelo IPHAN 37
Quadro 2 Cronologia da elevação 38
Quadro 3 Níveis de atualização da língua 68
Quadro 4 Efeitos de prototpicidade 75
Quadro 5 Descrição ilustrativa de papéis *quale* que se associam a unidades léxicas 80
Quadro 6 Exemplificação de correlações estruturais e semântico-conceituais entre conceitos do DCPCSL (ontologia) e unidades lexicais (léxico) 91
Quadro 7 Obras gerais 94
Quadro 8 Obras específicas 95
Quadro 9 As unidades lexicais/conceitos e os seus contextos de uso 102
Quadro 10 Fragmento do glossário de termos do DCPCSL..... 105
Quadro 11 Conceitos do DCPCSL e suas lexicalizações no português 106
Quadro 12 Especificação do atributo valor e das suas qualificações 126

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Grandes categorias conceituais do DCPC 45
Figura 2 Relação entre dado, informação e conhecimento 47
Figura 3 Exemplo de mapeamento de conceitos em uma rede semântica 51
Figura 4 Exemplo de especificação de frame 54
Figura 5 Camadas do processo de desenvolvimento de ontologias 57
Figura 6 Tipos de ontologias 58
Figura 7 Esboço da ontologia do DCPCSL 62
Figura 8 Versão cognitivista do triângulo semiótico 72
Figura 9 Níveis de categorização 73
Figura 10 Três sentidos do substantivo do inglês “celebration” representados por *synsets* e os seus respectivos hiperônimos 82
Figura 11 Representação gráfica dos três sentidos do substantivo “*celebration*” 83
Figura 12 Parte dos hipônimos do substantivo “*celebration*”..... 84
Figura 13 Especificação, na rede FrameNet, da UL “celebration” evocando o frame **Social_event** 85
Figura 14 O frame semântico **Social-event**, com seu FEs e ULs 87
Figura 15 Livro didático com definição de patrimônio cultural 96
Figura 16 Livro didático com definição de tombamento..... 96
Figura 17 Busca com a palavra-chave “bumba-meu-boi” na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações do MCT 97
Figura 18 Caracterização dos Bens Culturais Imateriais inventariados de São Luís 99
Figura 19 Caracterização dos Bens Culturais Materiais inventariados de São Luís..... 100
Figura 20 Atividades de desenvolvimento de ontologia proposta pelo METHONTOLOGY 104
Figura 21 Fragmento da taxonomia de conceitos 123
Figura 22 Diagrama de relação binária entre o quê? 124
Figura 23 Relação **preservado-por** 125
Figura 24 Relação **tocado-com** 125
Figura 25 Fragmento da ontologia do DCPCSL..... 128
Figura 26 Interface do editor Protégé versão 4.0.2 129
Figura 27 Inserção de classes e subclasses do DCPCSL no Protégé..... 130

Figura 28 Grafo gerado pelo plugin OWViz da classe BEM MATERIAL 131
Figura 29 Inserção da classe Bem Imaterial e subclasses do DCPC 132
Figura 30 Inserção de subclasse do BUMBA-MEU-BOI 132
Figura 31 Inserção de propriedades do tipo “objeto” 134
Figura 32 Os casarões na literatura “Os tambores de São Luís de Josué Montelo” 135

LISTA DE SIGLAS

AC	Aquisição de Conhecimento
BDL	Base de Dados Lexical
BDTD	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
BID	Banco Internacional de Desenvolvimento
BPBL	Biblioteca Pública Benedito Leite
BRL	Biblioteca Roldão Lima
CC/ IPHAN	Conselho Consultivo do IPHAN
CNFCP	Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular
DAML	Agent Markup Language
DCPC	Domínio Conceitual Patrimônio Cultural
DCR	Divisão de Conservação e Restauração
DET	Divisão de Estudos e Tombamentos
DID	Departamento de Identificação e Documentação
EC	Engenharia do Conhecimento
ECO/UFRJ	Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro
FCLAR	Faculdade de Ciências e Letras
FUNTUR	Fundação Municipal de Turismo
IA	Inteligência Artificial
ICOMOS	Conselho Internacional de Monumentos e Sítios Históricos
INBMI	Inventário Nacional de Bens Móveis e Integrados no Maranhão – INBMI-MA
INRC	Inventário Nacional de Referências Culturais
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
LT	Livros de Tombos
MCI	Modelos Cognitivos Idealizados
MCT	Ministério de Ciência e Tecnologia
MINC	Ministério da Cultura
ODP	Ontology Design Projet
OIL	Ontology Interchange Language
OWL	Web Ontology Language
PLN	Processamento de Línguas Naturais

PPGLL	Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa
RC	Representação do Conhecimento
RDF	Resource Description Framework
SBCs	Sistemas Baseados em Conhecimento
SE	Sistemas Especialistas
SRI	Sistema de Recuperação da Informação
TC T	Teoria Comunicativa da Terminologia
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
W3C	Word Wide Web Consortium
WN.Br	WordNet Brasil
WN.Pr	WordNet Princeton
XML	Xtensible Markup Language

APRESENTAÇÃO

A modelagem léxico-ontológica do Domínio Conceitual “Patrimônio Cultural de São Luís do Maranhão” (DCPCSL), para fins lingüísticos e computacionais, adota como suporte referencial e consubstancial o patrimônio cultural da cidade de São Luís do Maranhão, cuja investigação se sustenta nos estudos da semântica lexical e dos sistemas baseados em conhecimento. Nessa modelagem, são apresentados, como pontos-chave, uma versão exploratória do conhecimento enciclopédico que caracteriza o domínio, sua organização em termos de uma ontologia das categorias conceituais que o constituem, as unidades lexicais do português que o materializam linguisticamente e, ainda, um exercício exploratório de implementação dessa sistematização léxico-ontológica no editor de ontologias Protégé.

O interesse por essa temática surgiu no mestrado em Comunicação e Cultura, do Programa de Pós-Graduação da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro-ECO/UFRJ, concluído em 2001. A motivação para a realização da pesquisa manifestou-se a partir de um acontecimento importante para a cidade de São Luís, o então processo de inscrição e elevação do Centro Histórico de São Luís a Patrimônio da Humanidade pela UNESCO, em 1998 - ano de eleições para o governo do Estado. Surgiu, daí, a ideia inicial de analisar até que ponto o evento de elevação de São Luís à cidade Patrimônio da Humanidade serviu como “propaganda eleitoral” para o governo da época, cargo pleiteado pela Governadora Roseana Sarney.

Sob a orientação do Professor Doutor Milton José Pinto, a pesquisa foi desenvolvida e resultou na dissertação intitulada “Cidade – Patrimônio: Verso & Reverso: estudo da enunciação dos jornais O Estado do Maranhão e O Imparcial sobre a elevação de São Luís à cidade Patrimônio da Humanidade” (CONCEIÇÃO, 2001). Enquadrada na linha de pesquisa Análise do Discurso, a dissertação desvelou os meandros do discurso jornalístico dos jornais O Estado do Maranhão e O Imparcial sobre São Luís, cidade Patrimônio da Humanidade e identificou a concepção de patrimônio cultural veiculada pelos dois jornais assim como os seus efeitos de sentido.

Essa pesquisa possibilitou que se fizesse uma incursão teórica acerca das diversas concepções da noção de patrimônio cultural, identificando todos os bens nacionais inscritos na seleta lista de Patrimônio Cultural da UNESCO, até 1998.

No mestrado, mais especificamente nas disciplinas Comunicação e Linguagem Artificial I e Comunicação e Significação I e II, ocorreram os primeiros contatos com os estudos do campo da Linguística, decorrendo daí o interesse maior pelos subcampos da Semântica (questões sobre a significação e o significado linguístico, isto é, o sentido) e da Análise do Discurso.Especificamente, esse interesse surgiu devido a discussões teóricas acerca da noção de sistema, essencialmente as apresentadas por Saussure, Hjelmslev e Coseriu, além de e sobretudo Labov, que, na segunda metade do século XX, possibilitou a inclusão da dimensão social como constitutivo da língua e, com isso, a incorporação de fatores extralinguísticos na investigação linguística.

No doutorado, dá-se continuidade ao estudo sobre o domínio conceitual Patrimônio Cultural, "olhando-o", com os óculos do Processamento Automático de Línguas Naturais e da Semântica Lexical, o que vem permitir o enveredamento pelas trilhas do conhecimento linguístico, uma vez que as experiências profissional e acadêmica anteriores focalizaram a temática sob os óculos das ciências da Comunicação e da Informação, dada a formação, na graduação, na área de Biblioteconomia e, no mestrado, como um marco inicial na incursão dessa perspectiva nova e estimulante, na área dos estudos da linguagem e cultura.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 17
1.1 Objetivos 20
1.2 Percurso teórico-metodológico 20
1.3 Estrutura do texto da tese 23
2 CARACTERIZAÇÃO GERAL DO CONHECIMENTO ENCICLOPÉDICO 25
2.1 Considerações sobre o universo do patrimônio cultural 25
2.1.1 Reconhecimento e apropriação 29
2.1.2 Preservação do patrimônio cultural 30
2.1.3 Tombamento: etapas e impactos 33
2.1.4 O "Centro Histórico de São Luís" como uma instância de patrimônio cultural mundial 35
2.2 O patrimônio cultural como sistema simbólico 40
2.3 A estruturação enciclopédica do DCPCSL 42
3 CARACTERIZAÇÃO DO CONHECIMENTO ONTOLÓGICO 46
3.1 Breve introdução aos esquemas de representação do conhecimento 47
3.1.1 A redes semânticas e os *frames* semânticos 50
3.1.2 As ontologias: noções gerais 54
3.1.2.1 O desenvolvimento de ontologias 56
3.1.2.2 A linguagem de ontologias 59
3.2 Esboço panorâmico da ontologia do DCPCSL 61
4 CARACTERIZAÇÃO GERAL DO CONHECIMENTO LEXICAL 64
4.1 Algumas considerações sobre lexicologia, lexicografia e terminologia 64
4.2 Caminhando para a estruturação do léxico: os campos lexicais e semânticos 69
4.3 Caminhando para o estabelecimento da conexão léxico-conceitos 70
4.4 Mapeamento das relações léxico-conceituais 75
4.4.1 Relações de inclusão 76
4.4.2 Relação de equivalência 77
4.4.3 Relações de oposição 77
4.5 Lidando com a polissemia e homonímia 78
4.6 Enriquecendo a especificação do significado lexical com a 'estrutura *qualia*' .. 79

4.7 **Recorrendo a acervos léxico-conceituais já estrutrados**: as redes *WordNet* e *FrameNet* 81
4.7.1 A rede *WordNet* 81
4.7.2 A rede *FrameNet* 84
5 **CARACTERIZAÇÃO GERAL DA CORRELAÇÃO LÉXICO-ONTOLOGIA** 89
6 **ESTABELECIMENTO DO *CORPUS***: das fontes constituintes do *corpora* da pesquisa à identificação das unidades lexicais 93
6.1 **As fontes textuais não-estruturadas** 94
6.2 **As fontes textuais estruturadas** 98
6.3 **Considerações sobre as estratégias de identificação e seleção das unidades lexicais** 102
7 **ESPECIFICAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE UM "ONTOLÉXICO" PARA O DCPCSL** 104
7.1 **Especificação dos elementos, das relações e dos atributos dos constituintes do "ontoléxico"** 105
7.1.1 Especificação de relações gerais 121
7.1.2 Especificação de relações específicas 123
7.1.3 Especificação de atributos 126
7.2 **Implementação exploratória do "ontoléxico do DCPCSL"** 129
7.2.1 Edição das classes e das subclasses do DCPCSL no *Protégé* 130
7.2.2 Edição das propriedades de classes e dos relacionamentos do DCPCSL no *Protégé* 133
8 **CONCLUSÃO** 136
REFERÊNCIAS 140
APÊNDICES 151
ANEXOS 165

1 INTRODUÇÃO

O aumento exponencial do reconhecimento e do uso da informação como recursos estratégicos de desenvolvimento nas mais diferentes áreas da produção humana (prestação de serviços, pesquisas científico-tecnológicas, desenvolvimento econômico e social) é, de fato, inegável. A informação vem se firmando cada vez mais como uma ferramenta que traz agregada a si valores e conceitos tão caros à nossa sociedade, tais como: agilidade, atualização, disponibilidade, dentre outros, colocando-se, definitivamente, numa posição privilegiada nas relações sociais.

Diante desse quadro, os Sistemas de Recuperação da Informação (SRI), quer automatizados quer tradicionais, especialmente em instituições como Arquivos, Bibliotecas, Centros de Documentação, veem-se desafiados, agora, mais do que nunca, a disponibilizarem para o usuário, de forma eficiente e atualizada, um volume muito maior de informações de naturezas diversas (jurídica, mercadológica, científica, etc.), visto que têm como objetivo principal o atendimento às demandas desse usuário em tempo hábil.

Para tanto, a utilização cada vez mais acentuada das tecnologias de base microeletrônica no processamento automático da informação e sua transmissão em extensão planetária tornaram-se uma necessidade premente e muito tem facilitado o acesso a novos conhecimentos. Uma das tecnologias de vanguarda utilizadas nesse processo é a Web, que, segundo Quivey (2002), é provavelmente o mais rico repositório de informações na história humana, ainda que, cabe aqui a ressalva, a maioria dessa informação seja semanticamente desestruturada, não se podendo saber tudo o que ela contém, o seu propósito, ou o que dela se pode esperar.

No processo de organização semântica da informação, diversos modelos de estrutura são utilizados, desde os mais simples até os mais complexos, tais como os que utilizam termos (vocabulários, glossários e dicionários), ou mesmo os que se organizam com a classificação e a criação de categorias apenas classificatórias (cabeçalhos de assunto e os esquemas de classificação – Classificação Decimal de Dewey (CDD) e Classificação Decimal Universal (CDU)[1]), ou taxonomias, e aqueles que se estruturam a partir de conceitos e de seus

[1] A Classificação Decimal de Dewey – CDD e a Classificação Decimal Universal – CDU são esquemas de classificação utilizados na indexação e organização de informação e de documentos em Centros de Documentação e Informação. Tais sistemas, datados do final do século XIX e atualizados por edições periódicas, cobrem todo o universo do conhecimento humano, classificando-o em 10 classes principais, correspondente a disciplinas consensuais à época. Tais classes, por sua vez, subdividem-se sucessivamente em subclasses (CINTRA, 1983).

relacionamentos (as ontologias e as redes e os *frames* semânticos).

O que há hoje, na verdade, são os métodos automáticos de classificação e de recuperação de informação, a maioria deles baseando-se em técnicas sintáticas e estatísticas, que consideram apenas a frequência e a distribuição de determinadas palavras nos documentos, ficando prejudicada, assim, a busca pelo significado da informação.

Assim, com vistas a reduzir as inconsistências na recuperação e troca de informação, uma estratégia que poderia vir a sanar tal ineficiência da classificação automática nesses sistemas seria a adoção dos modelos que buscam a representação estruturada em termos de ontologias correlacionadas com informações lexicais, ou seja, uma representação estruturada em termos de constructos léxico-conceituais.

Ressalta-se, no entanto, como lembra Feitosa (2006), que é impossível a abordagem de qualquer assunto relacionado ao tratamento intelectual da informação sem a reflexão e adoção dos fundamentos da semântica lexical, ainda que se tenha como suporte o ambiente tumultuado da Web.

Por sua vez, o uso de ontologias no processo de organização e recuperação da informação tem também sido objeto de investigação em diversos ramos do conhecimento, sobretudo na área de Inteligência Artificial e Ciência da Informação, estrutura essa que consiste em uma maneira formal para especificar informações conceituais de um domínio, compartilhar e reutilizar conhecimentos, ou seja, um modelo que permite representar e identificar os conceitos em um dado domínio do conhecimento ou da experiência (doravante denominado apenas “domínio”). Uma ontologia, segundo Lima-Marques (2006), define as regras que regulam a combinação entre termos e relações em um domínio.

Existem diversas definições na literatura para as ontologias, bem como diversos são os tipos e propostas para a construção dessa estrutura de representação em diferentes áreas de conhecimento. Tal diversidade tem dificultado a escolha e a utilização das técnicas disponíveis para a manipulação de ontologias na organização e recuperação da informação.

Assim, dado o caráter contemporâneo que as questões sobre a melhoria na organização, no tratamento e na recuperação da informação vêm assumindo, e constatada a necessidade de criação de metodologias que viabilizem a organização semântica das informações, é que esta pesquisa propõe-se a elaborar um modelo ontológico de representação de conteúdos do Domínio Conceitual “Patrimônio Cultural de São Luís do Maranhão” (doravante: DCPCSL), com vistas a aplicações relacionadas ao gerenciamento de informações e de documentos nesse domínio.

Ao propor a ancoragem ontológica do léxico do DCPCSL, objetiva-se disponibilizar uma estrutura potencialmente mais ampla, na qual as unidades lexicais se apóiam em conceitos estruturados em termos de relações conceituais de diversas naturezas e em diversos níveis, oferecendo ao usuário uma gama de opções de busca de informações nos registros textuais na Web.

A escolha desse domínio se deu pelas seguintes razões:

a) Trata-se de uma temática que se adapta ao objeto da pesquisa – o patrimônio cultural maranhense da perspectiva da riqueza léxico-conceitual que expressa esse patrimônio. Tal iniciativa se justifica ainda por aspectos culturais interessantes desse estado, reconhecidos por importantes instituições tanto no Brasil quanto no mundo, com destaque para (i) o **Centro Histórico** de São Luís, que faz parte da seleta lista do Patrimônio Mundial Cultural e Natural da UNESCO; (ii) o **Tambor de Crioula** e o **Bumba-meu-boi**, elevados recentemente à condição de Patrimônio Cultural Imaterial Nacional; e ainda (iii) **Os Lençóis Maranhenses**, com suas belezas naturais, que também concorrem ao pleito de pertencer às Maravilhas do Mundo. Enfim, a importância do trabalho contempla o fato de o Maranhão dispor de vários bens culturais, tanto de natureza material como imaterial, com histórico e potencial de registro, tombamento e elevação à condição de patrimônio, quer nacional ou mundial;

b) A temática atende à necessidade de desmistificar a noção de patrimônio como monumentalidade. Ou seja, falar de patrimônio é falar de cultura, das realizações humanas capazes de caracterizar a identidade; é também falar de valores que, de alguma maneira, estão presentes no cotidiano das pessoas, interferindo e contribuindo para a evolução dos grupos humanos;

c) Há a necessidade prática de elaboração de instrumentos de representação e recuperação de informações léxico-conceituais do DCPCSL para auxiliar na pesquisa e no gerenciamento da informação tanto pelas instituições culturais quanto pelo público em geral;

d) A temática, como já se mencionou, foi objeto de estudo da dissertação “Cidade-Patrimônio: verso & reverso”, (CONCEIÇÃO, 2001), fato que possibilitou, hoje, poder contar com os elementos linguísticos necessários para

prosseguir a incursão pelo tema agora do ponto de vista dos estudos da linguagem.

Espera-se, assim, que este estudo possa gerar informações úteis para incrementar os estudos de criação de bases de dados lexicais de domínios conceituais que possam integrar a produção e a troca de conhecimentos e promover o acesso aberto aos conteúdos disponibilizados, estimulando, por conseguinte, novas formas de pensamento por meio de ambientes de rede que interligam culturas e conectam significados.

1.1 Objetivos

Como objetivo geral da pesquisa, destaca-se a elaboração de um modelo léxico-ontológico de representação de unidades lexicais do DCPCSL, com vistas à organização, busca e recuperação de informação nesse domínio. Como objetivos específicos, visa –se : (a) à delimitação das principais categorias conceituais, do mapeamento das relações tanto taxonômicas quanto horizontais do DCPCSL; (b) à identificação, seleção e organização das unidades lexicais que “revestem” esse domínio; (c) ao estabelecimento da correlação léxico-ontologia do DCPCSL, ou seja, à construção de uma espécie de “ontoléxico”: uma estrutura de dados em que se associam unidades léxicas aos respectivos conceitos que elas denotam; e, finalmente, (d) à implementação dessa correlação no editor Protégé.

A estruturação linguístico-computacional das unidades lexicais a que se propõe, além de objetivar o levantamento e análise as unidades que lexicalizam conceitos do DCPCSL, tem também o fim de apresentar de modo detalhado a riqueza do léxico que nomeia os bens culturais existentes no Maranhão, notadamente os de natureza material (móveis e imóveis), a exemplo do conjunto arquitetônico, dos sobrados e casarões coloniais do Centro Histórico de São Luís, das fachadas de azulejos, fontes, praças e igrejas, assim como os de natureza imaterial, a exemplo de bumba-meu-boi, cacuriá, tambor de crioula.

1.2 Percurso teórico-metodológico

A interdisciplinaridade do domínio da pesquisa que visa a estabelecer uma matriz léxico-ontológica do DCPCSL exige embasamento teórico-metodológico pautado nos fundamentos do **Universo Linguístico**, especificamente da Semântica Lexical, momento em que se pretende revisitar as bases do léxico relacional, dos campos conceituais e semânticos e

das relações de significado e da **Inteligência Artificial,** mais precisamente dos Sistemas Baseados em Conhecimento (FREITAS, 2002; 2003; GIRARDI; DRUMOND, 2006; QUIVEY, 2002), que largamente utilizam a estruturação da informação em termos de Ontologias (GRUBER, 1993; HIRST, 2004; RUSSEL; NORVIG, 2004; VOSSEN, 1998a; 1998b; 1998c).

Além de se utilizar do arcabouço teórico desses dois grandes campos do conhecimento, trata-se também de uma pesquisa de natureza teórico-exploratória (proposição de uma ontologia de domínio de conceitos) e aplicada (proposição do léxico desse domínio ancorado ontologicamente).

O percurso metodológico adotado para a realização da pesquisa norteia-se pelo clássico procedimento de pesquisa bibliográfica e documental acerca dos eixos temáticos constituintes do estudo e pelo modelo de pesquisa em Processamento Automático de Línguas Naturais que preconiza a aproximação entre os estudos lingüísticos e computacionais traçado em Dias-da-Silva (2006, p. 20), propondo, assim, a junção de competências das **dimensões** Linguística, Linguístico-Computacional e Computacional.

Aplicando-se essa metodologia nesta pesquisa, investigam-se, na primeira dimensão, os fenômenos linguísticos, tais como: os conhecimentos enciclopédico (ALLAN, 2001; BOGEA; BRITO; PESTANA, 2005; MAGALHÃES, 1985; MARTINS, 2006; PIRES, 1994; SIMÃO, 2001; UNESCO,1972), conceitual (ALLAN, 2001; CROFT; CRUSE, 2004; DA SILVA, 1999; KAIZ, 1972; LÔBNER, 2002; LYONS, 1995) e lexical (BIDERMAN, 2001; CRUSE, 1985, 2004; HANDKE, 1995; HIRST, 2004, a; LYONS, 1979; SAINT-DIZIER; VIEGAS, 1995), bem como as correlações que se estabelecem entre eles (HIRST, 2004). Na segunda, investigam-se os modelos formais de representação em termos de ontologias (GRUBER, 1993; HIRST, 2004; LABIDI; SILVA, 2008; LABIDI *et al.*, 2003; VOSSEN, 1998a), redes semânticas (CROFT; CRUSE, 2004; CRUSE, 2004; LÖBNER, 2002; NERLICH; CLARKE, 2000) e *frames* (GOFFMAN, 1981; MINSKI, 1975) bem como a representação da correlação entre as unidades lexicais do português e a ontologia do domínio PC, cuja implementação mais saliente é a proporcionada pelas redes *wordnets* (DIAS-DA-SILVA, 2003, 2004; DIAS-DA-SILVA; OLIVEIRA; MORAES, 2002; DIAS-DA-SILVA; DI FELIPPO; HASEGAWA, 2006; DIAS-DA-SILVA; DI FELIPPO; NUNES, 2008; FELLBAUM, 1998; MARRAFA, 2001) e *frames* semânticos (NERLICH; CLARKE, 2000; RUPPENHOFER, 2009), além da codificação dessa informação no editor Protégé (PROTÉGÉ, 2009). Na terceira, há ainda a possível implementação de um protótipo de

sistema de busca e recuperação de informação munido do conhecimento construído nas dimensões anteriores, tarefa não abordada nesta tese.

A análise léxico-conceitual engloba a seleção e o mapeamento dos conceitos e itens lexicais (itens e expressões do léxico com diferentes extensões e formas de composição)[2], fundamentais para a composição do léxico do DCPCSL. As categorias conceituais, com as suas respectivas relações lógico-semânticas, constituem a ontologia do domínio.

A busca de informação ontológica e lexical do DCPCSL pauta-se na investigação e reunião (coleta) de conceitos e unidades lexicais extraídos dos textos da literatura especializada sobre patrimônio cultural, tendo, como principais fontes para esse mapeamento, **livros** (BOGEA; BRITO; PESTANA, 2005; IPHAN, 1970, 1998; MARTINS, 2006; RODRIGUES, 1987; RODRIGUES, 1985; SIMÃO, 2006; UNESCO, 2002), **folhetos** (BOGEA; BRITO; PESTANA, 2005; IPHAN, 1970; 1998) **documentos oficiais** (BRASIL, 1988; BRASIL, 1937), **artigos de periódicos** (CARDOSO, 2006), **tesauro do folklore** (IPHAN, 2007) e **dicionários** (BORBA, 2004; FERREIRA, 2004; HOUAISS; VILLAR, 2009). Esse material textual constitui a fonte de coleta tanto dos conceitos quanto dos itens lexicais recorrentes no domínio. A seleção desse tipo de fontes justifica-se pela inexistência de glossários especializados e/ou instrumentos de controle terminológico (tesauro) para esse domínio, além do fato de que tais fontes têm como base a legislação vigente e o conhecimento do processo evolutivo do conceito PATRIMÔNIO CULTURAL.

Quanto à estruturação léxico+ontologia do DCPCSL, recorre-se à estratégia de análise adotada na pesquisa de redes semânticas e de *frames* semânticos. As redes semânticas materializam-se nas redes WordNets (DIAS-DA-SILVA, 2003; DIAS-DA-SILVA; DI FELIPPO; NUNES, 2008; FELLBAUM, 1998; MARRAFA, 2001,; MILLER; FELLBAUM, 1991; VOSSEN, 1998b, que são redes léxico-semânticas que objetivam modelar o conhecimento léxico-conceitual dos falantes.

Como lembra Dias-da-Silva (2003), as redes WordNets são bases relacionais de dados lexicais que objetivam sistematizar as categorias lexicais (substantivos, verbos, adjetivos e advérbios) em função das quatro relações de sentido fundamentais: sinonímia, antonímia, meronímia e hiponímia. Nessa rede, os conceitos se constituem como unidades básicas e são representados pelos *synsets*, compreendidos como conjunto de sinônimos e

[2] Para essas noções de categorias lexicais, remete-se o leitor para os trabalhos de Allan (2001), Basílio (2000; 2004), Biderman (1999) e Löbner (2002).

formados por unidades lexicais pertencentes a uma mesma categoria sintática que mantêm entre si semelhança de sentido. Já os *frames* semânticos materializam-se nas redes *FrameNets* (RUPPENHOFER *et al.*, 2009), que são redes de unidades lexicais estruturadas em termos de *frames* semânticos, isto é, estruturas recursivas da forma [ATRIBUTO VALOR], que constituem os "Elementos do *Frame*", construídas a partir da análise léxico-gramatical e semâtico-pragmática de enunciados linguísticos. Esse tipo de estrutura não só fornece a informação contextual estruturada mínima para cada unidade lexical "em contexto" como também "evoca" a intrincada rede de relações léxico-conceituais que se estabelecem entre as unidades lexicais.

1.3 Estrutura do texto da tese

O texto da tese organiza-se da seguinte maneira: primeiramente, caracteriza-se o conhecimento enciclopédico sobre o Patrimônio Cultural de São Luís do Maranhão, destacando-se sua história, sua natureza de sistema simbólico e os processos de reconhecimento, apropriação e preservação. Aborda-se também, nesse momento, a elevação de São Luís à condição de Patrimônio da Humanidade, destacando-o como uma instância de patrimônio cultural.

Em um momento subsequente, esse conhecimento é formalizado em termos de uma ontologia de conceitos, apontando tanto para os Sistemas Baseados em Conhecimentos, em que os conceitos são estruturados em termos das relações lógico-conceituais clássicas (por exemplo*:* **é-um-tipo-de**, **é-parte-de**, entre outras), bem como para a representação do conhecimento segundo pressupostos das redes *e frames* semânticos e das ontologias.

Num terceiro momento, reúne-se o conhecimento lexical que representa o domínio linguisticamente. Nesse ponto, verificam-se as relações lexicais clássicas que se estabelecem entre as unidades léxicas e que "espelham" na língua as relações lógico-conceituais da ontologia (por exemplo: hiponímia, meronímia, entre outras).

No quarto momento, constrói-se um quadro que descreve a correlação entre as categorias conceituais da ontologia e as categorias lexicais do léxico: aquelas são representadas em termos de conceitos e suas relações e estas em termos das unidades lexicais estruturadas em termos de *synsets* e *frames* semânticos.

No quintomomento, descrevendo-se o *corpus* da pesquisa, especificam-se as principais fontes utilizadas para a extração e análise dos conceitos e das unidades lexicais, a seleção e identificação das unidades lexicais do DCPCSL.

A formalização e a implementação da ontologia no editor Protégé, são especificados na seção seguinte.

Por fim, na conclusão, relacionam-se os resultados alcançados, com a ancoragem léxico-ontológica do DCPCSL e apontam-se encaminhamentos futuros.

2 CARACTERIZAÇÃO GERAL DO CONHECIMENTO ENCICLOPÉDICO

Para caracterizar o DCPCSL, parte-se da construção do conhecimento enciclopédico que o delimita, de modo semelhante ao que fez Tosqui (2007), ao investigar o vocabulário do turismo para o ensino de língua estrangeira. Assim, nesta seção, reúnem-se as informações básicas que auxiliam na identificação e na seleção dos conceitos e unidades léxicas que instanciam esse domínio dos pontos de vista conceitual e lexical e que serão estruturados em termo da ontologia + léxico que organizam hierarquicamente esse conhecimento de mundo.

É importante lembrar, como já se observou, que o que se considera patrimônio cultural não é formado apenas de artefatos e práticas representativos de épocas passadas (construções arquitetônicas antigas, ritos, etc.), mas também, e sobretudo, de produções atuais que fazem parte do processo cultural em que estamos inseridos. Estamos falando, portanto, de uma noção que se encontra refletida (i) no comportamento e nas atitudes adotados por uma comunidade e (ii) no conhecimento dos aspectos relacionados à cunhagem (origem) da unidade simbólica “patrimônio cultural”, ao reconhecimento e à apropriação do patrimônio cultural, à sua preservação e especificamente ao atributo “Patrimônio da Humanidade” associdado à cidade de São Luís. Essas características são fundamentais para delinear o DCPCSL como um tipo de entidade.

2.1 Considerações sobre o universo do patrimônio cultural

A unidade simbólica, ou seja, o signo linguístico "patrimônio", origina-se etimologicamente do latim *patrimonium* e, conforme resume o verbete do dicionário Aurélio (FERREIRA, 2004), possui uma gama de significados relacionados:

a) herança paterna;
b) bens de família;
c) dote dos ordinandos;
d) bem, ou conjunto de bens culturais ou naturais, de valor reconhecido para determinada localidade, região, país, ou para a humanidade, e que, ao se tornar(em) protegido(s), como, p. ex., pelo tombamento2, deve(m) ser preservado(s) para o usufruto de todos os cidadãos;

e) os bens culturais e naturais de valor universal excepcional, como as cidades de Ouro Preto, Olinda e o Parque Nacional do Iguaçu, são incluídos na Lista do Patrimônio Mundial da Unesco.

Como sinaliza Fonseca (1997, p. 58): “A idéia de posse coletiva como parte do exercício da cidadania inspirou a utilização do termo patrimônio para designar o conjunto de bens de valor cultural que passaram a ser propriedade da nação, ou seja, do conjunto de todos os cidadãos”.

No contexto do discurso oficial (nação), a unidade lexical “patrimônio” tem sido utilizada para denotar o conjunto de bens de valor cultural que passaram a ser propriedade da nação, ou seja, da coletividade. Segundo Pellegrini Filho (1993, p. 94), patrimônio cultural é: “[…] todo e qualquer artefato humano que, tendo um forte componente simbólico, seja de algum modo representativo da coletividade, da região, da época específica, permitindo compreender-se o processo histórico”.

Essa concepção de patrimônio, relacionada apenas ao artefato humano, ou seja, às realizações do homem, prevaleceu por várias décadas e foi, sobretudo, respaldada na concepção e na política de patrimônio cultural no Brasil adotada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), criado em 1936 sob a direção de Rodrigo M.F. Andrade, integrando oficialmente a estrutura do Ministério da Educação e Saúde. Ao IPHAN coube, portanto, a complexa função de cuidar do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, isto é, de cuidar da memória nacional e, dentre outras atividades, propor a definição das obras e os critérios para uma forma mais adequada de caracterização dos bens culturais e patrimoniais. A estrutura inicial do instituto apresentou uma Divisão de Estudos e Tombamentos, a que estavam vinculadas as Seções de Arte e de História e a Divisão de Conservação e Restauração.

O IPHAN (1970) assim define patrimônio cultural: “[...] o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua veiculação a fatos memoráveis do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico, bibliográfico ou artístico”.

O IPHAN adotou uma política tradicional até a década de 70, com prioridade ao acervo arquitetônico, tombando e restaurando os bens patrimoniais mais antigos. Provocou, assim, durante muito tempo, uma associação entre patrimônio arquitetônico e patrimônio cultural, o que se pode constatar no depoimento de Magalhães (1985, p. 54), que, mesmo reconhecendo o importante papel desempenhado por essa instituição na preservação dos

monumentos históricos e arquitetônicos, avalia que a política adotada pela instituição não mais contemplaria a complexidade e a diversidade do patrimônio cultural brasileiro:

> Nestes 42 anos de existência, o IPHAN prestou serviços à preservação e à restauração de monumentos nacionais de valor histórico e arquitetônico. Reuniu também um incontestável acervo de conhecimentos e metodologias especializadas. Tornou-se credora do reconhecimento nacional. A instituição permanece, entretanto, voltada, sobretudo para os bens culturais imóveis, de natureza histórica, religiosos ou leigos, a que se juntou posteriormente o conceito de sítios e conjuntos arquitetônicos relevantes.

A importância do patrimônio cultural nacional foi ressaltada no final da década de 70, mais precisamente em 23 de março de 1979, quando Aluísio Sérgio de Magalhães assumiu a direção do IPHAN e adotou e implementou profundas mudanças na filosofia e política da instituição. As atividades do IPHAN, desde então, passaram a não se limitar apenas à tarefa de identificar, tombar, restaurar e preservar monumentos, mas ganharam o propósito de pesquisar, formular e propor alternativas para contextualizar e reinventar o patrimônio cultural nacional, até então imerso num processo de desaparecimento ou destruição e sob a ameaça de uma perda definitiva, do seu acervo – uma demonstração de revitalização e de adequação às mudanças em todos os setores por que passava a sociedade brasileira. Mudou-se, no novo projeto, a concepção de patrimônio cultural colonial limitado à arquitetura e à arte (apesar de as edificações terem uma grande significação para a humanidade), e passou-se à ampliação do conceito direcionando-o ao conjunto de objetos e atividades considerados como patrimônio. Consequentemente, foi reformulado, também, o modo de se lidar com as riquezas culturais do país(CONCEIÇÃO, 2001).

Dentre as inúmeras ações adotadas por Aluísio Magalhães na mudança de rumos que tomava o IPHAN, foi significativa a substituição por ele proposta do conceito tradicional de patrimônio histórico e artístico, usado durante muito tempo por essa instituição, pelo conceito de bens culturais, entendido como os meios para referendar o passado, proporcionar prazer aos sentidos, produzir e veicular conhecimento, enfim, entendido como elemento integrante do dia-a-dia dos diversos segmentos da sociedade e tomado como "indicador" no processo de definição de sua identidade. Conforme sinaliza Magalhães (*apud* GONÇALVES, 1996, p. 53), os bens culturais “[...] desempenham o papel de preservar a Identidade cultural' ou o ‘caráter’ autênticos da nação brasileira nesse processo de desenvolvimento econômico e tecnológico”, ou seja, os bens funcionam como elementos de identidade nacional (identidade

coletiva) e são provenientes de valores da ordem da cultura - mais precisamente, do histórico e do artístico.

Esses bens culturais são produzidos pelo povo e definidos não apenas pelo passado ou pela tradição, mas por uma trajetória norteada pelo futuro. Assim, numa perspectiva antropológica mais abrangente, o signo "patrimônio cultural" denota não só todas as realizações do homem como também o meio em que vive e os recursos disponíveis na natureza e que são por ele transformados para prover suas necessidades materiais e espirituais. Conforme concebe Coelho (2003, p. 31, grifo nosso), o conceito de patrimônio cultural deve ser assim definido:

> [...] o conjunto dos **bens móveis e imóveis** cuja conservação seja de interesse social, quer por sua vinculação com fatos históricos memoráveis, quer por seu excepcional valor artístico, arqueológico, etnográfico, bibliográfico, compreendendo os **monumentos naturais, os sítios** e as **paisagens** que sejam importantes conservar e proteger, pela feição notável com que tenham sido citados pela natureza ou agenciados pela indústria humana.

Nesse sentido, pode-se dizer que o conceito de patrimônio cultural inclui conceitos como o de bens culturais, de natureza material e imaterial, que apresenta referência à memória e à identidade dos diferentes elementos naturais e étnicos formadores de uma sociedade. O conceito de patrimônio cultural proposto por Coelho (2003) permite, então, uma hierarquização de conceitos integrantes como o conceito de bens culturais, que por sua vez, abarca conceitos como os de sítios, monumentos e bens móveis.

O conceito de sítio instancia-se em conjuntos criados pela natureza ou pelo homem que possuem valor natural (rochas, cascatas, paisagens, grutas, abismo, baías, etc.), histórico (incluindo-se aqui o valor literário) ou científico (geológico, arqueológico, etnográfico). O conceito de monumentos categoriza os bens isolados que apresentam excepcional valor histórico, artístico, arqueológico ou documental. O conceito de bens móveis classifica expressivas realizações materiais da sociedade, abrangendo não apenas realizações de cunho espiritual como ainda obras de valor utilitário, "[...] como o artesanato, o equipamento doméstico e rural, criações de aspecto intelectual e documentação escrita" (COELHO, 2003, p. 33).

O conjunto desses bens assume maior valor social através de sua divulgação, proteção e guarda em museus, casas de cultura, bibliotecas, em suma, em locais onde possam ser estudados e admirados de modo a cumprir sua função de elementos de ligação entre o passado e a vida contemporânea.

Os bens culturais incluem assim atividades pré-industriais, artesanatos, rituais, costumes, esportes, além de uma vasta gama de objetos e atividades que fazem parte de diferentes contextos sócio-culturais. Vale ressaltar, entretanto, que esses elementos, para serem considerados bens culturais, devem ser consolidados, identificados e, sobretudo, reconhecidos como tais, quer isoladamente ou em conjunto.

2.1.1 Reconhecimento e apropriação

A valorização da cultura como parte indissociável das políticas de desenvolvimento e de defesa das integridades nacionais é notável em todo o mundo, refletindo-se na crescente presença, nos diversos níveis da administração pública, de órgãos encarregados especificamente da formulação e execução de políticas culturais, concebidas com frequência como instrumentos de preservação da identidade. Como acentua Oliveira (2008, p. 16), “[...] a cultura de um povo é o único poder capaz de resgatar a sua fisionomia espiritual e manter a sua identidade”.

Os valores, as referências e as tradições culturais são, de fato, a fisionomia de um povo, de uma nação. Se não forem preservados e defendidos, tendem a se diluir no cosmopolitismo de um mundo em decadência. Um passo concreto na defesa e preservação do patrimônio cultural é ter seu reconhecimento legitimado por parte das instituições competentes para que, sob a jurisdição das leis de tombamento da nação, estado ou município, não possa sofrer descaracterização ou danos decorrentes de interesses privados ou institucionais. O tombamento é, portanto, a primeira providência a ser tomada para a preservação dos bens culturais, na medida em que impede juridicamente que os bens venham a ser demolidos, destruídos ou mutilados.

O primeiro documento legal de proteção do patrimônio cultural brasileiro é o Decreto n° 22.928, de 12 de julho de 1933, (BRASIL, 1937) por meio do qual o então presidente Getúlio Vargas (1883-1954) erigiu a cidade de Ouro Preto a monumento nacional. Era o despertar da consciência do poder público em relação ao problema. E essa mudança de mentalidade se confirmaria no Artigo 148 da Constituição promulgada no ano seguinte (BRASIL, 1988):

> Cabe à União, aos Estados e aos Municípios favorecer e animar o desenvolvimento das ciências, das artes, das letras e da cultura em geral, proteger os objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do país, bem como prestar assistência ao trabalhador intelectual. Dessa forma, mais do que uma nova atitude ou posição

> legislativa era uma tradição que se inaugurava: a de colocar sob a proteção do poder público, constitucionalmente, o patrimônio histórico, artístico, natural e arqueológico.

A constituição, o reconhecimento e a proteção do patrimônio como prática social estão assentados em um estatuto jurídico próprio, que torna viável a gestão pelo Estado, em nome da sociedade, de determinados bens, selecionados com base em certos critérios, variáveis no tempo e no espaço. A norma jurídica, nesse caso, funciona como linguagem performativa de um modo bastante peculiar: não apenas define direitos e deveres para o Estado e para os cidadãos, como também inscreve no espaço social determinados "ícones", de valores que se quer transmitir e preservar.

Cabe ao poder público, portanto, exercer tutela no sentido de reconhecer e proteger

> [...] os valores culturais ínsitos no bem material, público ou particular, a cujos predicamentos, particularidades ou peculiaridades, é sensível a coletividade e importa defender e conservar em nome da educação, como elementos indicativos da origem da civilização e da cultura nacional (ROCHA apud FONSECA, 1997, p. 34).

Na verdade, isso se constitui no objetivo central das políticas de preservação: garantir o direito à cultura dos cidadãos – entendida a cultura, nesse caso, como os valores que indicam e em que se reconhece a identidade da nação.

2.1.2 Preservação do patrimônio cultural

As primeiras medidas de preservação de patrimônimo cultural ocorreram em Roma, no século XV, empreendidas por papas[3] por meio de bulas, visando à proteção de edificações antigas e cristãs. Por conseguinte, despertava o interesse pelas antiguidades, principalmente por parte dos humanistas que consideravam as ilustrações de textos antigos testemunhos confiáveis da Antiguidade e, também, por parte dos artistas, arquitetos e escultores, interessados nas formas consideradas como testemunhos involuntários e reveladores.

---

3 Foi o sentimento de piedade religiosa e devoção às relíquias, característico da civilização européia, a origem do sentimento de apego a bens simbólicos que evocam a idéia de pertencimento a uma comunidade, ainda que imaginária. Se for a igreja a guardiã dos objetos de culto e a gestora de sua transmissão, o patrimônio só vai se constituir efetivamente como *corpus* de bens a serem cultuados, preservados e legados para uma coletividade, em função de valores leigos, como o valor histórico e valor artístico e enquanto referência de identidade nacional.

Sendo a preservação sentida como necessidade por certos indivíduos ou grupos, impressionados com o que consideravam a beleza da antiguidade, ou o poder de evocação de certos monumentos, esta se manifestava, até o final do século XVIII, apenas em iniciativas isoladas, formadoras do que Chastel e Babelon (*apu*d FONSECA, 1997, p. 55) chamam de "[...] o sentido do patrimônio".

Foi somente a partir da segunda metade do século XIX, na França, que surgiram os primeiros movimentos relativos à preservação. Destacam-se, nesse meio, por seu notável trabalho de inventário - não só dos bens, como de atitudes da população em relação ao patrimônio - o Inspetor de Monumentos Históricos Prosper Merimé, que pretendia, como informa Fonseca (1997, p. 61), "[...] descobrir o país através de sua paisagem histórica".

A institucionalização da preservação, na França, se deu, de fato, em 1832, a partir das diretrizes estabelecidas pela Revolução Francesa, adquirindo novas significações em virtude das mudanças por que passava a sociedade de então (revolução industrial, romantismo, etc.)

Pode-se dizer que no século XIX se consolidaram dois modelos de política de preservação: o modelo anglo-saxônico – voltado para o culto ao passado e para a valoração ético-estética dos monumentos – e o modelo francês, estatal e centralizador, que se desenvolveu em torno da noção de patrimônio, de forma planificada e regulamentada, visando ao atendimento de interesses políticos do Estado. Este último modelo predominou entre os países europeus e foi exportado, em meados do século XX, para países da América Latina, como o Brasil e a Argentina.

Em se tratando de Brasil, são relativamente novas as preocupações com a questão de preservação do patrimônio – voltada para a salvação dos vestígios do passado da nação e, mais especificamente, com a proteção de monumentos e objetos de valor histórico e artístico. De fato, elas se efetivam a partir da década de 20, sendo que a primeira iniciativa concreta do governo federal se deu em 1937, com a elevação de Ouro Preto à categoria de monumento nacional. A partir daí, ampliam-se as noções de monumento, patrimônio e preservação.

Contudo, um novo imperativo passou a se apresentar à temática patrimônio: a adequação dos bens a um consumo cultural de massa. Essa ampliação do consumo de bens culturais deixa de lado definitivamente a ideia de se estudar e conservar um edifício pela única razão de que é um testemunho da história e/ou uma obra de arte. Preservar, como informa Lemos (*apud* RODRIGUES, 1985, p. 13), não é só guardar uma coisa, um objeto, uma construção, um miolo histórico de uma grande cidade velha. É também:

> Gravar depoimentos, sons, músicas populares e eruditas. Preservar é manter vivos mesmo que alterados, usos e costumes populares. É fazer também levantamentos de qualquer natureza, de sítios variados, de cidades, de bairros, de quarteirões significativos dentro do contexto urbano. Ê fazer levantamentos de construções, especialmente aquelas condenadas ao desaparecimento decorrente da especulação imobiliária.

Preservar é, portanto, reconstituir e revitalizar a memória. É a recorrência consciente ao passado, à história, à tradição para trazer à tona os elementos que desenharam o imaginário de toda uma sociedade cuja força e eficácia advêm do reconhecimento desta mesma sociedade nos signos que marcaram sua cultura (IPHAN, 1998).

A preservação de monumentos é, pois uma atividade necessariamente seletiva, daí a constante opção entre o conservar e o destruir ser exercida por determinados agentes e segundo determinados critérios, que orientam e também legitimam o processo de atribuição de valores e, consequentemente, a preservação. Esse processo tem duas dimensões: uma explícita e regulamentada pela inscrição de bens nos Livros de Tombo (LT) e a outra implícita, envolvendo interesses dos agentes responsáveis pela preservação, inseridos nos jogos de poder.

Nunca o valor social de um bem cultural é devidamente quantificado e quase sempre ele é posto de lado, quando se observam, presentes em um dos pratos da balança, as conveniências de certas intervenções, ou mesmo quando prevalecem sempre outras vantagens, a exemplo daquelas dos orçamentos baixos visando a compatibilizar os interesses de preservação. Como diz Milet (1998, p. 18):

> A efetivação da preservação dos bens culturais só se encontra socialmente definida, ou seja, aparece como fato social, quando o Estado assume a sua proteção e, através da ordenação jurídica, os institui e delimita oficialmente enquanto bem cultural, regulamentando o seu uso, a finalidade e o caráter desses bens dentro de leis específicas de propriedade, zoneamento, uso e ocupação.

Para que um patrimônio cultural seja preservado, é preciso que sejam tomadas providências em dois campos: o primeiro diz respeito ao planejamento, configurando-se no projeto de recuperação ou revitalização de localidades de importância documental ou artistica e, o segundo, trata da implantação do projeto que deve possuir um interesse social, uma vez que uma intervenção num imóvel, implica inapelavelmente na vida de seu ocupante.

Assim sendo, de todo planejamento de recuperação de um centro histórico, surge um plano diretor que trata dos problemas da comunidade, das normas de intervenção e uso

das construções situadas na área histórica, bem como das novas edificações nos terrenos ainda disponíveis.

No Brasil, a implantação desses planos diretores apresenta dificuldades, pois não é possível o estabelecimento de procedimentos padronizados, uma vez que as condições sócio-econômicas são muito diferentes dentro da carência dos recursos.

Um outro agravante é que a restauração ou a conservação de centros históricos é muito dispendiosa, não só do ponto de vista das intervenções realizadas nos prédios, como também dos problemas atribuídos a outros serviços, dentre eles a implantação das instalações básicas das redes de água e esgoto.

Além desses aspectos administrativos, que são determinantes no processo de preservação, a orientação sistemática da população por meio de uma educação constante e abrangente - envolvendo dirigentes e dirigidos – é fundamental para que haja um interesse maior pela salvaguarda dos bens culturais.

2.1.3 Tombamento: etapas e impactos

A preservação física de um bem pode ser precedida por várias ações, dentre as quais destaca-se o tombamento, importante para a manutenção e posterior aproveitamento do bem. Tombamento – correspondente ao termo *registration*, em inglês e ao termo *classement*, em francês – "[...] é o ato declaratório da incorporação de um bem ao patrimônio histórico e artístico nacional" (RODRIGO *apud* GONÇALVES, 1996, p. 66).

O tombamento de bens culturais apropriados ou oficialmente reconhecidos como patrimônio, é um procedimento legal que tem por objetivo proteger e cuidar da preservação permanente do patrimônio cultural, considerando seu interesse para a sociedade. É uma categoria que desempenha papel crucial na política de preservação do patrimônio cultural, é portanto, o principal instrumento legal usado para que o Estado se aproprie dos bens culturais que integram o chamado patrimônio nacional.

Mesmo que privado, o tombamento torna um bem de interesse coletivo para uma comunidade. Além disso, tem sido considerado e utilizado, tanto por agentes oficiais quanto por grupos sociais como o rito, por excelência, de consagração do valor cultural (com suas implicações econômicas e sociais) de um bem. Sobre esse aspecto Fonseca (1997, p. 206) analisa que:

> O tombamento tem sido apropriado pela sociedade brasileira de forma diferenciada e, nesse sentido, pode ser considerado de forma positiva ou negativa. Ter um bem de sua cultura tombado pode significar, para grupos econômica e socialmente desfavorecidos, benefícios de ordem material e simbólica, além de demonstração de poder político.

O tombamento incidindo sobre um conjunto de bens ou sobre um bem isolado, seja de forma total ou parcial, torna o bem imediatamente uma propriedade nacional, sendo este, então, inscrito em um dos Livros de Tombo (LT)[4]. A classificação em livros constitui-se das categorias: “Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Livro de Tombo Histórico; Livro de Tombo; Livro de Tombo das Belas Artes; Livro de Tombo das Artes Aplicadas” (MEIRELLES, 1991, p. 23).

O tombamento de um bem cultural e a sua inclusão em um dos Livros de Tombo são os estágios finais de um longo processo, cujos passos são enumerados por Gonçalves (1996, p. 66) da seguinte maneira: inicialmente é preciso que um determinado bem cultural seja proposto por alguém como possuidor de um certo valor que justifique seu reconhecimento como parte do patrimônio nacional. Em seguida, ele deve ser identificado e avaliado por especialistas (arquitetos, historiadores, etc.) do IPHAN, que preparam um relatório técnico com os resultados da avaliação do bem em questão. Considerando o conhecimento técnico, haverá recomendação ou não do tombamento. As conclusões e recomendações técnicas são, por último, submetidas ao Conselho Consultivo do SPHAN (CC - SPHAN)[5].

Cumpre ainda acrescentar que, de acordo com Rodrigues (1987, p. 51), do tombamento de determinado bem cultural “[...] decorrem conseqüências e obrigações bilaterais, comuns e especiais, tanto para o governo como para o proprietário da coisa tombada”. A ambos incumbe: “[...] a obrigação de zelar pela conservação dos bens que ficam sujeitos à vigilância do serviço e, em caso algum, podem ser destruídos, demolidos ou mutilados, nem tampouco restaurados ou reparados sem prévia autorização especial”.

Em outras palavras, as implicações impostas a um bem tombado de propriedade privada são que o seu proprietário não pode demolir, reparar ou restaurar ou nele realizar qualquer alteração sem antes obter uma autorização oficial concedida pelo IPHAN. As

---

[4] As expressões "Livros de Tombo" e "Tombamento" provêm do Direito Português,em que a palavra "tombar" significa "inventariar", "arrolar" ou "inscrever" nos arquivos do Reino, guardados na Torre do Tombo. Cf. Meirelles (1991).

[5] Compõem o Conselho Consultivo diretores de museus, escritores, artistas, historiadores, colecionadores e, desde os anos setenta, antropólogos. Na verdade, trata-se de um cargo de confiança cujos representantes são indicados pelo Presidente da República, logo é um cargo de bastante prestígio no "mundo" oficial da elite intelectual e política (IPHAN, 1998).

intervenções não autorizadas, assim como qualquer ação ou omissão que ponha em risco a integridade do bem tombado e seu entorno, sujeitam os infratores a sanções administrativas, civis e penais, previstas em lei.

No tombamento das cidades históricas, assegurar a manutenção de sua feição tradicional pode significar uma alternativa economicamente lucrativa para a população, através de mecanismos como o turismo, a exemplo do que acontece em cidades como Tiradentes, em Minas Gerais. No caso de centros históricos degradados, como era o caso do Pelourinho na Bahia, sua restauração implicou remanejamento e eventual saída dos moradores de baixa renda.

O tombamento também apresenta restrições para extratos das classes média e alta, proprietários de imóveis em setores urbanos antigos e empresários da construção civil, sobretudo quanto aos limites legais que acarretam no uso, destinação e modificações estruturais dos imóveis. Quanto à utilização do imóvel, por exemplo, este pode ser vendido ou alugado desde que o bem continue sendo preservado. Pode também se adequar às destinações diversas, desde que o órgão responsável pela sua preservação observe se as adaptações necessárias ao novo uso não agridam ou modifiquem as características originais do edifício. (BOGÉA; BRITO; PESTANA, 2005).

Quanto aos bens móveis, o reconhecimento/tombamento de seu valor cultural valoriza muito o mercado de antiguidades, ocasionando de certa forma os furtos, a exemplo dos acervos de bens sacros das igrejas tombadas. Nesse sentido, percebe-se claramente a natureza conflitante dos interesses no processo de proteção dos bens imóveis (tombamento) que constituem espaços de expressão desses confrontos, ou seja, pode-se captar as várias “vozes” envolvidas com a questão da preservação e sua influência na condução dos processos.

2.1.4 O “Centro Histórico de São Luís” como uma instância de patrimônio cultural mundial

O Centro Histórico de São Luís é um dos monumentos históricos-culturais do Brasil, incluído na lista do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO).

O título de Patrimônio da Humanidade foi conferido a São Luís no dia 04 de dezembro de 1997, na XXI Reunião do Comitê de Patrimônio daquela instituição, realizada em Nápoles, Itália. Na oportunidade, reuniram-se representantes de 21 países e o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios Históricos (ICOMOS), tendo este último atestado:

> O Centro Histórico de São Luís do Maranhão é um exemplo excepcional de cidade colonial portuguesa adaptada com sucesso às condições climáticas da América do Sul equatorial e que tem conservado dentro de notáveis proporções o tecido urbano harmoniosamente integrado ao ambiente que o cerca. (O ESTADO DO MARANHÃO, 1997, p. 6).

As demais cidades do país, bem como os monumentos a ostentar o título de Patrimônio da Humanidade são: Brasília, o centro histórico de Salvador (BA), Olinda (PE) e Ouro Preto (MG), o Santuário do Bom Jesus do Matosinhos, em Congonhas (MG), São Miguel das Missões (RS) e os parques nacionais do Iguaçu (PR) e da Serra da Capivara (PI) que, junto com São Luís, unem-se ao grupo fechado de cidades com essa designação em todo o mundo, com representantes do nível de Barcelona, Atenas, Paris, Roma e Veneza.

De acordo com a UNESCO (1998), foram três os quesitos técnicos que fizeram de São Luís Patrimônio Mundial:

a) testemunho excepcional de tradição cultural – esse item se refere à grande preservação dos casarões coloniais no centro histórico da capital maranhense, revestidos com azulejos seculares ou as sacadas e balcões rendilhados em ferro batido, retrato preservado da presença portuguesa no século XVIII e início do XIX (ANEXO A);
b) conjunto arquitetônico e paisagem urbana, que ilustra um momento significativo da história da humanidade – o centro histórico de São Luís é considerado a maior área de arquitetura colonial portuguesa da América Latina;
c) exemplo importante de um assentamento humano tradicional, que é também representativo de uma época – a ausência de modificações ao longo do tempo na área central da cidade preservou um conjunto muito homogêneo, apesar da grande extensão.

Outro aspecto importante no critério de avaliação da UNESCO é o fato de os bens serem patrimônio federal, segundo explicou o arquiteto e assessor especial do Governo do Estado Ronald Almeida Silva. Em 1940 houve um primeiro tombamento federal em São Luís, na Capela da Quinta das Laranjeiras, situada próximo ao Colégio Maristas. Em 1955, houve o primeiro tombamento de conjuntos urbanos: no Largo do Desterro, Praças Gonçalves Dias, João Lisboa e Benedito Leite. (O IMPARCIAL, 1997, p. 9).

O Quadro 1 apresenta a relação dos bens materiais imóveis edificados em São Luís, tombados pelo IPHAN.

Quadro1: Bens tombados pelo IPHAN

MA-São Luís – 1238 – Casa na Rua Colares Moreira, 84. Sede da Academia Maranhense de Letras.
MA-São Luís – 1239 – Capela das Laranjeiras.
MA-São Luís – 1240 – Casa na Avenida Pedro II, 199 e 205
MA-São Luís – 1241 – Conjunto arquitetônico e paisagístico da cidade de São Luís.
MA-São Luís – 1242 – Prédio da antiga Fábrica Santa Amélia, localizado na Rua Cândido Ribeiro, 250
MA-São Luís – 1243 – Fonte das Pedras
MA-São Luís – 1244 – Fonte do Ribeirão
MA-São Luís – 1245 – Remanescentes da Fortaleza de Santo Antônio na Ponta d'Areia
MA-São Luís – 1246 – Largo fronteiro à Igreja de São José do Desterro (conjunto arquitetônico e urbanístico)
MA-São Luís – 1247 – Prédio na Rua Oswaldo Cruz, 782 (esquina com Rua do Passeio), denominado Casarão
MA-São Luís – 1248 – Portão Armoriado da Quinta das Laranjeiras
MA-São Luís – 1249 – Conjunto arquitetônico e paisagístico da Praça Benedito Leite
MA-São Luís – 1250 – Conjunto arquitetônico e paisagístico da Praça Gonçalves Dias
MA-São Luís – 1251 - Conjunto arquitetônico e paisagístico da Praça João Francisco Lisboa
MA-São Luís – 1252 – Retábulo do altar-mor da Igreja Catedral de Nossa Senhora das Vitórias
MA-São Luís – 1253 – Sambaqui do Pindahy
MA-São Luís – 1254 – Sítio de Santo Antônio das Alegrias ou do Físico

Fonte: IPHAN (2004)

O título, apesar de ser de fundamental importância para o reconhecimento da história de São Luís (APÊNDICE A), da sua cultura secular e multifacetada, compreende uma metonímia, uma vez que a cidade inteira não foi tombada, mas somente uma parte dela, sendo que o outro lado da cidade continua permeado de pobreza, palafitas, entre outros. E para quem já foi a "Atenas Brasileira", é hoje "apenas" uma das capitais que detêm um alto índice de analfabetos.

A área tombada pela UNESCO compreende 60 hectares, situa-se na porção oeste do patrimônio formado pela confluência dos rios Bacanga e Anil, sendo limitado pelo Anel Viário, abrangendo toda a Praia Grande, atinge o Palácio dos Leões à Praça Deodoro/Canto da Fabril (sentido oeste-leste) e se alonga da Praça Gonçalves Dias ao bairro da Madre Deus/ São Pantaleão (sentido norte-sul)[6].

O processo de tombamento teve início, oficialmente, em 23 de maio de 1996, quando a governadora do Estado viajou a Paris para apresentar à UNESCO o pedido de inclusão no pleito, levando consigo um relatório técnico e um dossiê fotográfico, com toda documentação necessária para a elevação de São Luís a Cidade Patrimônio da Humanidade. De lá até a proclamação do resultado, seguiram-se contatos com órgãos federais,

[6] O tombamento feito pelo Governo do Estado é, no entanto mais abrangente e totaliza 220 hectares.

internacionais, visitas oficiais da UNESCO, análise e revisão do dossiê, reuniões técnicas, e finalmente a cerimônia, como mostra a cronologia do quadro 2.

Quadro 2: Cronologia da elevação

DATA	ATIVIDADES/ AÇÕES
Maio de 1996	A governadora Roseana Sarney entrega a proposta à UNESCO, em Paris
Julho de 1996	O Ministério da Cultura avaliza a proposta do governo maranhense junto à UNESCO
Janeiro de 1997	Chega a São Luís a comissão técnica da UNESCO, chefiada pelo arquiteto argentino Júlio Morosi
Fevereiro de 1997	A comissão declara a aprovação das condições arquitetônicas
Março de 1997	O ICOMOS recomenda a aprovação da proposta
Junho de 1997	O Bureau do Comitê de Patrimônio Mundial aprova, em Paris, a proposta sem ressalvas
Dezembro de 1997	O Comitê de Patrimônio Mundial, reunido em Nápoles, aprova por unanimidade a inclusão de São Luís na lista do Patrimônio Mundial da Humanidade

Com o tombamento, implantou-se em um primeiro momento um clima de orgulho e satisfação geral, com notícias divulgadas em todos os jornais, matérias no rádio e reportagens nos mais diversos canais de televisão, quase todas efusivas, num misto de informação e opinião emocionada.

Foram anunciadas várias reformas pelas quais a cidade deveria passar em curto prazo para que fizesse jus efetivamente ao título recém-conquistado – que, diga-se, não é definitivo e depende, para sua manutenção, da implantação de políticas de preservação dos atributos responsáveis pela sua conquista.

O título significou para São Luís o reconhecimento do patrimônio cultural que a cidade representa, por parte de órgão que lida com o patrimônio em nível global. Eleva e engrandece a cidade perante a humanidade, pois terá agora um reconhecido valor histórico, artístico e cultural, passando a fazer parte da memória mundial.

Confere à cidade, um orgulho pelo valor cultural local ampliado para a nação e o mundo, uma vez que abre uma perspectiva muito grande não só em nível de intercâmbios,

bolsas de estudos, financiamentos e outros investimentos (como os do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID) decorrentes sobretudo do turismo, como também no aumento da responsabilidade que as autoridades e os governos federal, estadual e municipal terão, no sentido da preservação e revitalização do Centro Histórico e sua função cultural.

O governo do Estado, à época, anunciou investimentos de cerca de 65 milhões de reais, a serem disponibilizados em três anos para obras de restauração e manutenção patrimonial e aproveitou para destacar as obras em andamento. A prefeitura apressou-se em criar a Fundação Municipal de Turismo (FUMTUR), instituição que tem a responsabilidade de dar suporte ao turismo na cidade. A Câmara de Vereadores divulgou uma lei de incentivos, Lei n°_3376/94, que estabelece isenção total de IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) para imóveis do Centro Histórico que estejam preservados, para que os proprietários possam aplicar o valor do incentivo em obras de conservação e restauração de seus bens.

Contudo, ficou evidente, em todo o processo de divulgação do título, a grande preocupação de dirigentes, imprensa e organismos governamentais com o que a cidade poderia deixar de ganhar, caso se esquecessem de investir, sistematicamente, na formação de uma consciência cidadã para a preservação da cidade. As palavras do secretário da Cultura, Eliezer Moreira, dão bem o rumo das prioridades: “O turista que virá vai querer sentir a alma da cidade e levar informações de sua visita. Para atender esta demanda a SECMA já está providenciando cartazes, folders, postais, vídeos, CD-ROM e tudo mais que possa mostrar São Luís ao mundo” (MOREIRA, 1997, p. 6).

O pronunciamento do secretário deixou claro que a cidade teria de se preparar para satisfazer às necessidades do público externo, uma vez que estava alçada à condição de patrimônio da humanidade. Porém, a implementação de ações simples e eficazes de esclarecimento e conscientização da população local como co-responsável pela preservação e manutenção do título conquistado estariam sendo desconsiderados e até mesmo esquecidos, até porque é a população que usufrui de seus bens culturais em toda a extensão de seus significados.

Não obstante a clareza das considerações acima, convém ressaltar que, entre 1997 e 1999, a 3ª Superintendência Regional do IPHAN executou o Projeto de Inventário Nacional de Bens Móveis e Integrados no Maranhão (INBMI-MA), no qual foram registradas 3.014 peças de valor histórico e artístico, pertencentes a 109 monumentos, localizados em 45 municípios maranhenses. O projeto consistiu em: identificação, registro fotográfico e descrição de cada bem; análises estilísticas e iconográficas, levantamento bibliográfico, busca

de documentos, transcrição e elaboração de textos históricos referentes aos monumentos e bens. O INBMI-MA abrange diversos gêneros de bens integrados relativos tanto à parte arquitetônica, quanto aos bens móveis propriamente ditos, como mobiliário, ourivesaria e, principalmente, a imaginária sacra (IPHAN, 2004).

2.2 O patrimônio cultural como um sistema simbólico

O universo dos patrimônios históricos e artísticos nacionais se caracteriza pela heterogeneidade dos bens que o integram – igrejas, fontes, palácios, paisagens, lendas, equipamentos industriais, festas populares, fazeres e saberes, que dependem das concepções de patrimônio e de cultura adotadas.

Esses bens assumem, portanto, um valor simbólico para a sociedade, pois criam todo um universo de significações. Como signos, eles pertencem a diferentes sistemas semióticos: arquitetura, música, etnografia, dentre outros.

Na função de código, cada um desses sistemas tem seu modo próprio de funcionamento, ou seja, a sua especificidade. Além disso, desempenham funções diferenciadas na vida econômica e social, conforme observa Fonseca (1997, p. 37),

> O que denominamos de patrimônio constitui um discurso de segundo grau: às funções e significados de determinados bens é acrescentado um valor específico enquanto patrimônio [...] o processo de seleção desses bens è conduzido por agentes autorizados- agentes do Estado com atribuições definidas- e dentro de cada categoria fixa *a priori* definida, relacionada a determinadas disciplinas (arte, história, arqueologia, etnografia, etc.)

Os “signos” referidos funcionam antes como símbolos, no sentido saussuriano do termo. Para Saussure (1969, p. 101), o símbolo nunca é inteiramente arbitrário, ele é não é absolutamente vazio, como o signo linguístico, pois é construído com base em uma motivação cultural. O símbolo da justiça, por exemplo, não poderia ser uma carruagem.

Dessa forma, os bens patrimoniais funcionam como repertórios de uma sociedade em um dado momento histórico. Na concepção de Eco (1987, p. 40), “[...] um repertório prevê uma lista de símbolos, e eventualmente fixa a equivalência entre eles e determinados significados”.

Ao se atribuir a um bem o atributo cultural, ao lado de seu valor utilitário e econômico (valor de uso, aspecto de habitação, local e culto, ornamento e valor de troca, determinado pelo mercado), enfatiza-se seu valor simbólico, como referência a significações

da ordem da cultura. No processo de seleção, de uso e de agenciamento por uma instituição estatal, são apreendidas referências ao modo e às condições de produção desses bens, a um tempo, a um espaço, a uma organização social, a sistemas simbólicos.

Para que um determinado bem funcione como patrimônio é preciso que conote determinadas significações e que o interlocutor do processo tenha condições de participar do jogo de interpretação, não só na medida em que possui algum domínio dos códigos utilizados – diferentes linguagens – como também que tenha acesso a um determinado universo cultural. Não basta, apenas, selecionar e proteger criteriosamente um conjunto de bens, é preciso que haja sujeitos dispostos e capazes de funcionar como interlocutores desse processo – ou seja, desse veículo de comunicação social que é o patrimônio- seja no sentido de aceitá-lo, contestá-lo, ou preservá-lo.

Nesse contexto, os bens patrimoniais pressupõem as condições de acesso a significações e valores que justifiquem sua preservação. Depende, portanto, como assinala Coelho (2003, p. 35), de outros fatores "[...] além da mera presença, num espaço público, de bens a que agentes estatais atribuíram valor histórico, artístico, etc., devidamente protegidos em sua feição material".

Um aspecto da questão do patrimônio que deve ser levado em a consideração, diz respeito à significação dos bens do ponto de vista de sua recepção, tanto no que diz respeito à afirmação do valor nacional dos bens tombados – tônica do discurso oficial – como à forma como são selecionados esses bens. Essa questão é particularmente importante no Brasil, sobretudo em São Luís, onde a diversidade cultural é imensa, e a escola – desprovida de recursos e sem condições – cumpre, muito precariamente e de forma limitada, uma de suas funções primordiais que é a de formar cidadãos com uma base cultural comum. Infelizmente, uma instituição em que o consumo de bens culturais é incrivelmente restrito.

Hoje, como lembra Rodrigues (1987, p. 193, grifo nosso), "[...] essa função encontra-se disseminada por uma multiplicidade de instâncias, das quais se sobressai a instância massmediática subordinada ao *campo dos media*". É esse campo que exerce, de certa forma, uma função homogeneizadora do gosto pelos padrões culturais, ignorando as diferenças em nome da promoção de uma cultura média, acessível ao maior número de pessoas, ou seja, a "cultura de massa". É a mídia, sem dúvida, que converte a cultura em informação, após ter sido cuidadosamente convertida, pelo campo econômico, em mercadoria.

As políticas de preservação devem considerar essa realidade, pois, caso contrário, estarão fadadas a cair no vazio, pelo fato de que esses bens serão tanto mais nacionais quanto

maior for o número de pessoas que os reconheçam, os identifiquem como patrimônio e entendam as significações e valores que os agentes autorizados lhe atribuíram enquanto patrimônio. Sobre isso, são pertinentes as palavras de Fonseca (1997, p. 40) :

> [...] por mais regulamentado e controlado que pretenda ser o processo de construção dos patrimônios, e por mais fixos que possam parecer os efeitos de um tombamento, tanto materiais como simbólicos, a recepção dos bens tombados tem uma dinâmica própria em dois sentidos: primeiro, no da mutabilidade de significações e valores atribuídos a um mesmo bem em diferentes momentos históricos; [...] segundo, no da multiplicidade de significações e de valores atribuídos em um mesmo momento e um mesmo contexto, a um mesmo bem por grupos econômicos, social e culturalmente diferenciados.

A democratização da apropriação desses bens, entretanto, não deve ser entendida somente como mera difusão das significações produzidas pelos agentes institucionais, mas como algo que leve em conta a complexidade do processo de recepção dos bens simbólicos, ou seja, que considere o acesso, os usos diferenciados. Em suma, a apropriação diferenciada pelos grupos sociais, deve ser pensada mesmo em situação de desigualdade econômica e social.

2.3 A estruturação enciclopédica do DCPCSL

Para a ancoragem ontológica do léxico do DCPCSL, foi de fundamental importância o procedimento de mapeamento e leitura de fontes, constituindo-se estas de artigos de periódicos, inventários e legislação pertinentes à temática, cujo desdobramento resultou em um “trabalho de garimpagem”, devido à escassez da literatura especializada, visto que somente no início do século XX ganhou força a discussão acerca da definição e das políticas de preservação do conceito de patrimônio cultural.

Desse modo, a delimitação dos conceitos já consagrados do DCPCSL foi feita em diferentes fontes e sua categorização se deu por meio da análise da realidade contextual acima esboçada, tendo como base o princípio da garantia literária para o qual uma unidade lexical com o estatuto de termo só se justifica quando se sabe existir literatura sobre o tema e da garantia do uso. Nas palavras de Cabré (1993), uma unidade lexical com o estatuto de termo só se justifica quando ocorre na literatura com algum grau de frequência e traduz interesse temático efetivo dos usuários[7]. Realizada a consulta à literatura especializada, procedeu-se à

[7] Para a caracterização precisa e distinções entre “termo” e “unidade lexical”, consultar Andrade (1998), Cabré (1993) e Krieger e Finatto (2004).

leitura e seleção das unidades lexicais, que foram sublinhadas e ordenadas posteriormente por caracterizarem lexicalmente o DCPCSL, revelando-se este como objeto de interesse e de estudos de natureza interdisciplinar, envolvidas disciplinas afins, tais como: história, turismo, artes, dentre outras.

O conceito de patrimônio cultural, no âmbito da Constituição Federal do Brasil de 1988, vem claramente explicitado no Artigo 216, tal como citado por Martins (2006, p. 16):

> [...] constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I as formas de expressão; II os modos de criar, fazer e viver; III as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artísticas-culturais; V os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Ainda sob a perspectiva da legislação brasileira, o conceito de patrimônio cultural pode ser caracterizado como "conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico", conforme preconiza o Decreto-Lei nº 25/37 (BRASIL, 1937).

As propostas de definição de patrimônio cultural citadas anteriormente são retomadas por Coelho (2003, p. 31, grifo nosso), que as desenvolve acrescentando à caracterização de patrimônio cultural como domínio de pesquisa as noções de integração, de harmonia entre o homem, suas ações, o meio em que vive e os recursos naturais que utiliza para prover sua existência, assinalando que patrimônio cultural:

> É o conjunto dos **bens móveis e imóveis** cuja conservação seja de interesse social, quer por sua vinculação com fatos históricos memoráveis, quer por seu excepcional valor artístico, arqueológico, etnográfico, bibliográfico, compreendendo os **monumentos naturais, os sítios** e as **paisagens** que sejam importantes conservar e proteger, pela feição notável com que tenham sido citados pela natureza ou agenciados pela indústria humana.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), dedicada à pesquisa, preservação e conservação do patrimônio mundial, considera patrimônio cultural (UNESCO, 1972, p. 4, grifo nosso):

> a) **os monumentos**: obras arquitetônicas, esculturas ou pinturas monumentais, objetos ou estruturas arqueológicas, inscrições, grutas e conjuntos de valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência,

> b) **os conjuntos**: grupos de construções isoladas ou reunidas, que, por sua arquitetura, unidade ou integração à paisagem, têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência,
> c) **os sítios**: obras do homem ou obras conjugadas do homem e da natureza, bem como áreas, que incluem os sítios arqueológicos, de valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.

Da conceituação da UNESCO (2002, p. 18), destaca-se: "[...] patrimônio cultural significa monumentos, grupos de edifícios e sítios que têm valor histórico, estético, arqueológico, cientifico, etnográfico ou antropológico", o que nos leva a inferir que alguns termos como bens material e imaterial, identidade, memória são capitais na definição da expressão patrimônio cultural e da sua constituição. Outras unidades lexicais concorrem sobremaneira para a construção conceitual aqui pretendida, tais como: "manifestações artístico-culturais", "conjuntos urbanos"; "sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico".

Tomando-se como base a leitura dos textos, é possível afirmar que a noção de patrimônio cultural está relacionada às noções de modo de criar, fazer e viver de um povo, em suas diversas formas de expressão cultural, incluídos nesse rol desde os notórios monumentos e construções arquitetônicas, até a mais simples manifestação folclórica.

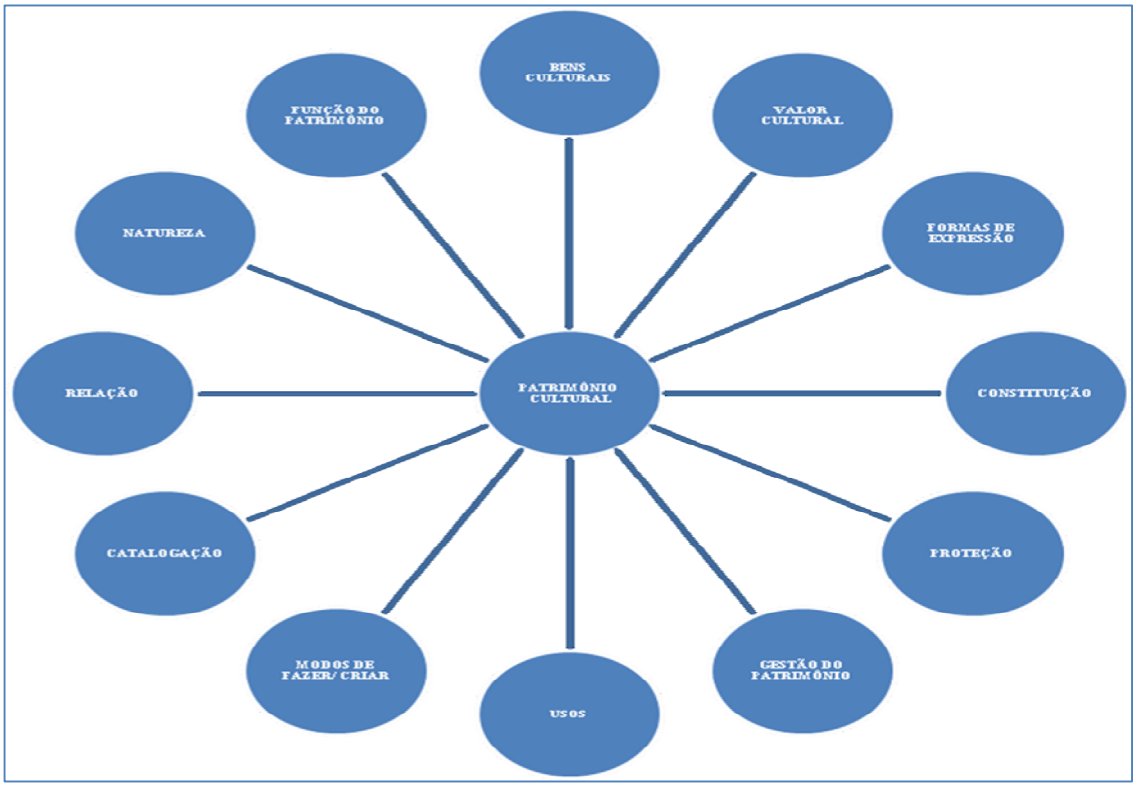
Por conseguinte, a noção de patrimônio cultural adotada na pesquisa pode ser assim sintetizada e parafraseada:

> O patrimônio cultural consiste num conjunto de bens móveis e imóveis de natureza material e imaterial vinculados a fatos da história, à identidade, à ação, à memória, com valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico, artístico, científico, tecnológico, histórico, paisagístico, paleontológico e ecológico, incluindo as formas de expressão; os modos de criar fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológica; as obras , objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados à manifestações artístico-culturais e os conjuntos urbanos e sítios.

Neste ponto, com base na síntese da definição de patrimônio cultural, é possível elencar as principais características que contribuem para a definição do **conceito** PATRIMÔNIO CULTURAL, integrante da **ontologia central**, a ontologia do **Domínio do Patrimônio Cultural (DCPC),** à qual se acopla a **ontologia de domínio**, a ontologia do DCPCSL sob investigação. Ressalta-se ainda que uma característica, segundo Cabré (1993), é o elemento do conceito que serve para descrever ou identificar as qualidades ou propriedades de um objeto individual – assim como para identificar as categorias conceituais que serão ancoradas na ontologia central. Dentre elas, destacam-se as explicitas na figura 1, com relevo para:

a) o tipo de bem cultural apresentado, isto é, móvel ou imóvel;
b) a natureza desse bem cultural, ou seja, material ou imaterial;
c) o valor que ele possui para a comunidade: Cultural, Etnográfico, Arqueológico,Bibliográfico, Artístico, Científico, entre outros;
d) a legislação/política de preservação/conservação;
e) as medidas de proteção: registro, inventário, tombamento e catalogação.
f) as referências feitas à identidade, à história e à memória.

Figura 1: Grandes categorias conceituais do DCPC



Diante do esboço das características que constituem o conceito PATRIMÔNIO CULTURAL, como se pode observar na figura1, tem-se uma primeira aproximação das categorias conceituais que caracterizam essa ontologia de nível central e /ou geral , ou seja, a ontologia do DCPC.

3 CARACTERIZAÇÃO GERAL DO CONHECIMENTO ONTOLÓGICO

Os Sistemas Baseados em Conhecimento (doravante SBC) são programas de computador que auxiliam na resolução de problemas que normalmente requerem o uso da inteligência humana. Oferecendo a possibilidade de explicar como chegam às conclusões, estes sistemas transmitem para o usuário uma "certa" impressão de raciocínio[8].

Um ponto fundamental dos SBC é a sua capacidade de comunicação. Esses sistemas se comunicam com engenheiros do conhecimento, especialistas, usuários, bem como com bases de dados e outros sistemas de computação. Os SBC se comunicam com os engenheiros através de editores especiais que permitem o acesso e a modificação fácil dos componentes da base de conhecimento. Com os especialistas, comunicam –se através de diálogos de prova de hipóteses, junto com explicações que elucidam suas linhas de raciocínio.

A Engenharia do Conhecimento (EC) (do inglês, *Knowledge Engineering*) é o ramo da IA responsável por descrever todo o processo de desenvolvimento e construção de sistemas baseados em conhecimento (McGRAW; HARBISON-BRIGGS, 1989). No final dos anos 70, quando surgiu, voltava-se para sistemas especialistas e de bases de conhecimento. Hoje, ocupa-se dos sistemas baseados em conhecimento, dos sistemas especialistas e das ontologias. É, portanto, responsável pela aquisição e representação do conhecimento.

A Aquisição do Conhecimento- AC[9] é a fase mais importante na construção de um sistema com base em conhecimento, porque, além de condicionar o grau de aceitação do artefato pelo usuário, é muito complexa, já que apresenta não só dificuldade de exteriorização do "experto" (coleta de conhecimentos), mas também pela dificuldade de modelagem e da operacionalização (LABIDI *et al.*, 2003).

Mas afinal o que é conhecimento? Há, na literatura, uma ampla gama de definições de conhecimento. Tal diversidade apóia-se na ideia de que se tem uma noção intuitiva do que seja, porém, é difícil defini-lo. De acordo com Labidi *et al.* (2003), o conhecimento é um tipo especial de fato que nos diz algo sobre certos itens de informação,

---

[8] Para construir uma explicação, os Sistemas Baseados em Conhecimento transformam as regras heurísticas especialistas e as asserções, em linhas de raciocínio. Uma linha de raciocínio mostra como um conjunto de hipóteses iniciais e uma coleção de regras heurísticas produzem certa conclusão (GIRARDI; DRUMOND, 2006).

[9] Aquisição de Conhecimento (*Knowledge Aquisition)* – são as atividades necessárias para coleta e modelagem dos conhecimentos e tem como objetivo fornecer ao futuro sistema a base de sua competência (LABIDI *et al.*, 2003).

tendo, por conseguinte, uma forte relação com informação e dado. Essa relação pode ser observada na figura 2.

Figura 2: Relação entre dado, informação e conhecimento

Fonte: Adaptado de Davenport (1998, p. 18)

O conhecimento, como se sabe, não é estático e tampouco isolado. Pelo contrário, ele se encontra interligado e em constante transformação, pois no decorrer do tempo aumenta, transforma-se e acumula-se. Sempre que o indivíduo adquire conhecimento, imediatamente o relaciona a algo já existente e, muitas vezes, à própria experiência, possibilitando, assim, o raciocínio e a elaboração de conclusões.

3.1 Breve introdução aos esquemas de representação do conhecimento

As abordagens que traçam uma genealogia do conceito representação, especialmente sobre o binômio conhecer-representar, inscrevem-se no campo da Filosofia tal como em Foucault (1994), que leva ao extremo essa discussão ao resgatar pela linguagem a ideia do mundo como representação.

A Representação do Conhecimento, doravante RC, (do inglês, *Knowledge Representation – KR*) é o estudo de como o conhecimento sobre o mundo pode ser

representado e que tipos de raciocínio podem ser feitos com esse conhecimento (DAVENPORT, 1998). Essa representação, na computação, visa levar “conhecimento” para a máquina e dotá-la de alguma capacidade de raciocínio (do inglês *reasoning*) (LABIDI; SILVA, 2008). Assim, pode-se dizer que a RC é uma convenção sintática e semântica para descrição das informações. Esta deve, portanto, explicitar o conhecimento e ser manipulável, ou seja, a RC é uma forma sistemática de codificar o que um especialista sabe a respeito do domínio.

Em virtude da variedade de conhecimentos, a Engenharia de Conhecimento adota dois pontos de vista que norteiam a atividade de representação do conhecimento, a saber: o declarativo e o procedimental. O conhecimento declarativo descreve o que é conhecido acerca de um determinado problema. É o conhecimento sobre o domínio, incluindo as declarações (*statements*) que são assumidas como verdadeiras ou falsas e que descrevem um objeto ou um conceito. Em geral, o homem quando se comunica usa frequentemente enunciados declarativos. Por exemplo: “O Maranhão fica no Nordeste do Brasil”; “ meu filho tem nove anos”.

Por sua vez, o conhecimento procedimental é o **como fazer**, ou seja, a elaboração dos passos para a resolução de um problema: o **como** um problema pode ser resolvido e o **como** agir perante a situação.

A combinação dos conhecimentos declarativo e procedimental constitui o **Conhecimento Superficial**, que também é utilizado pela Representação do Conhecimento para resolução rápida de problemas comuns, assim como conhecimento fundamental de um domínio, isto é, as definições. O conhecimento fundamental de um domínio - os axiomas, as leis gerais, os princípios e as ligações causais- é denominado de **Conhecimento Profundo.** Este tipo de conhecimento normalmente é representado por meio de ontologias.

A problemática da RC atualmente dá-se em virtude de aspectos de naturezas diversas, tais como (FEITOSA, 2006; LABIDI *et al.*, 2003; LIMA-MARQUES, 2006):

a) objetos complexos;
b) fatos, leis, teorias, enunciados;
c) crenças, pontos de vista;
d) ambiguidades, incertezas, incompletudes;
e) exceções;
f) evolução;
g) quantificação;

h) espaço-tempo;

i) meta-conhecimento.

Esses fatores dificultam, mas não impedem que se represente o conhecimento. Cabe ao engenheiro tomar decisões pautadas nas especificidades do domínio e nos interesses dos usuários. Por exemplo, as leis gerais apresentam exceções: “Os pássaros voam, exceto os “avestruzes” e os “pinguins.” A decisão a ser tomada é: elas devem ser armazenadas como leis gerais? Ou devem ter uma representação específica? Outra situação que normalmente constitui-se como dificuldade para a Representação do Conhecimento são os enunciados que apresentam quantificadores - algumas, a maioria, todos, geralmente, sempre, às vezes -, que são difíceis de traduzir, uma vez que, na lógica computacional, têm-se especificamente os quantificadores, existencial (∃) e o universal (∀) (GIRARDI; DRUMOND, 2006).

Diante desse contexto, o desafio para os engenheiros dos SBCs é criar representações mais gerais e flexíveis para os conceitos abstratos, permitindo, assim, a presença simultânea de vários tipos de representações e de raciocínio.

Para representar o conhecimento, a RC recorre aos fundamentos da Ciência Cognitiva, por ser um ramo do conhecimento humano que estuda as formas de cognição. É, pois, um esforço contemporâneo para responder questões relativas à natureza do conhecimento - seus componentes, sua origem, seu desenvolvimento etc. Por outro lado, supõe-se ser o computador um modelo adequado para entender e simular o funcionamento do cérebro humano, portanto um instrumento de operacioanlizações conceituais. Logo, a RC envolve diretamente as ciências cognitivas e a informática.

Uma representação não tem um significado *a priori*; a semântica é dada pelo uso. Assim, uma boa representação de conhecimento exige:

a) adequação da representação – a expressividade, o poder da representação;

b) adequação da inferência – possibilidade de fazer inferências, ou seja, deduções de novos conhecimentos;

c) eficiência da inferência – favorecimento de caminhos de busca, usando informações adicionais;

d) eficiência da aquisição – facilidade de aquisição de novos conhecimentos pelo usuário e/ou pelo sistema (FIKES, 1996; LABIDI; SILVA, 2008; MARK, 1996).

Para representar o conhecimento, são necessários formalismos computacionais transparentes, que facilitam o trabalho de coleta, organização, manutenção e validação das

informações. Nesse meio, existem diversos formalismos de representação do conhecimento, dentre os quais podemos citar: Lógica, Regras de Produção, Redes Semânticas, Frames, Grafos, Representação Voltada Para objetos e Árvores de Decisão (FEITOSA, 2006; LABIDI *et al.*, 2003; LIMA-MARQUES, 2006; MARK, 1996).

Neste estudo, usamos, de modo indireto, as redes semânticas e os *frames*, de interesse específico para a descrição da ontologia e do léxico.

Cada formalismo oferece ferramentas de representação, contudo, todos eles obrigam o usuário a usar um único modo de expressão e um tipo pré-estabelecido de raciocínio. Ainda como ressaltam Labidi *et al.* (2003), o objetivo não é só representar, mas também permitir que o computador faça inferências.

3.1.1 A redes semânticas e os *frames* semânticos

O rótulo redes semântica foi cunhado por Seltz em 1913 como uma explicação de fenômenos psicológicos, uma vez que elas podem ser usadas para emular como o conhecimento é representado na mente humana. Entretanto, esse modelo de representação teve notoriedade somente a partir dos trabalhos de Quillian, que implementou essas redes e mostrou como o conhecimento semântico poderia ser representado como relacionamento entre dois objetos (GIRARDI; DRUMOND, 2006).

Trata-se do primeiro modo de representação formal, criado no domínio da IA, para descrever o conhecimento baseado no significado das unidades lexicais, estruturando, assim, o conhecimento em uma hierarquia de conceitos inter- relacionados.

Assim, uma rede semântica é um tipo de formalismo de representação do conhecimento no qual os nós representam entidades e os arcos (predicados), os relacionamentos entre essas entidades, sendo que, cada arco conecta um nó desde a origem até um nó destino. São, por assim dizer, grafos representando os conceitos de um domínio e seus relacionamentos semânticos (LABIDI *et al.*, 2003; LIMA-MARQUES, 2006). Dessa forma, sua característica primordial é a **herança de propriedades**, a qual permite que as propriedades de um nó sejam especificadas apenas uma única vez no nó de mais alto nível na hierarquia de conceitos e possam ser herdadas por todos os conceitos especificados nos nós hierarquicamente inferiores (FERMÉ, 2006, grifo nosso).

Nesse tipo de representação formal, não é definido um conjunto específico de relações. No entanto, as mais empregadas como etiquetas dos arcos são:

a) **é-um** (*is-a*) – permite agrupar objetos na mesma classe e instâncias. Uma entidade pertence a uma classe ou categoria de objetos;

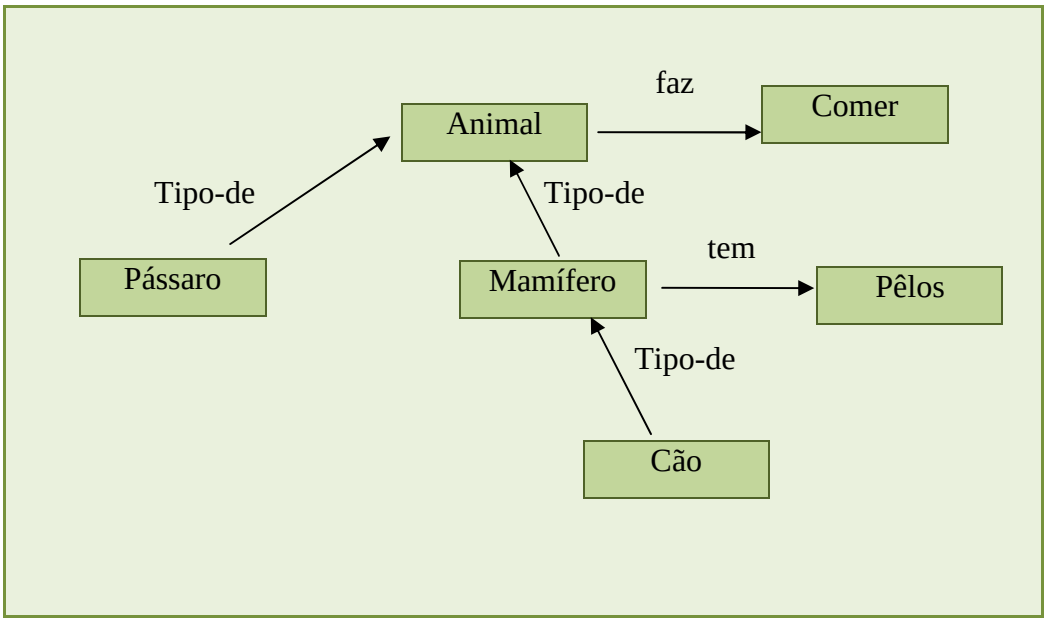
b) **é-um-tipo-de** (*is-a-kind-of/ako*) – refinamento de um conceito em um mais específico (subtipagem). Permite a representação das relações entre classes (herança);

c) **tem** (has) – identifica as características ou atributos das entidades;

d) **é-parte-de** (*is-part-of*) – identifica um componente de uma entidade (relação de; pertence a...).

As buscas nesse tipo de rede podem ser feitas para frente e para trás por meio dos arcos, podendo ser usadas de várias maneiras para extrair informações, explorar exaustivamente um tópico ou mesmo para encontrar o relacionamento entre dois objetos, como mostra a figura 3.

Figura 3: Exemplo de mapeamento de conceitos em uma rede semântica



A figura 3 mostra como se pode explorar exaustivamente um tópico para derivar, por exemplo, conhecimento sobre “cães”. Uma busca (pesquisa) exaustiva, a partir do nó “cão”, resulta em:

a) “Cães são mamíferos”;

b) “Cães têm pelos”;

c) “Cães são animais”;

d) “Cães comem”.

A partir desse exemplo de busca na rede semântica, é possível também observar o uso dessa ferramenta para explicar e provar a hipótese que “Cães comem”. Assim, realizando a busca a partir do nó “Cão”, temos:

a) “Cão **é-um-tipo-de** mamífero”;

b) “Mamífero **é-um-tipo-de** animal”;

c) “Animal **faz** comer”.

Logo, essa é uma prova de que “Cães comem”.

Esse tipo de formalismo de representação do conhecimento apresenta vantagens e limitações. Como vantagens, elencam-se: (i) a representação visual fácil de se entender;(ii) a flexibilidade na manipulação de nós e arcos (adição, exclusão, modificação);(iii) a economia (herança via relações “ é - um” e “tipo - de”); (iv) a captação do “senso-comum” (semelhante ao armazenamento de informações no cérebro). No que concerne às limitações, citam-se: (i) a ineficiência da busca em redes semânticas grandes;(ii)a heterogeneidade na definição de nós e arcos, que pode causar dificuldades no tratamento de exceções e conflitos entre características herdadas;(iii) a dificuldade de representação do conhecimento procedimental (sequenciamento e tempo não estão explícitos);(iv) a expressividade inferior à da lógica de Primeira Ordem (não há quantificadores) (GIRARDI; LINDOSO, 2006; RUSSEL; NORVIG, 2004).

Existem, na literatura, diferentes perspectivas teóricas acerca de *frames*, dentre elas, a interacional[10] (GOFFMAN, 1981), que não é relevante para este estudo, e a sócio-cognitiva (FILLMORE, 1985), aqui adotada.

Fillmore (1982), na linguística sócio-cognitiva, apresenta os pressupostos teóricos de uma semântica de *frames* e desenvolve a noção de *frame* semântico como esquema de conhecimento. Para ele, os esquemas de conhecimento são estruturas conceituais ou cenas cognitivas que são criadas ou ativadas pelos enunciados e que fornecem o contexto em termos dos quais as expressões linguísticas são interpretadas. Assim, a escolha e o entendimento de expressões linguísticas motivam o ouvinte a entender o significado da palavra. O sentido é, portanto, resultado interpretativo da interação entre campo semântico ao qual o item lexical está inserido e o campo conceitual a que ele remete.

---

[10] A perspectiva teórica interacional proposta por Goffman (1981), introduziu o conceito de *frame* ao discurso, representando o alinhamento, a postura, a posição, a projeção do “eu” de um participante na sua relação com o outro, consigo próprio e com o discurso em construção. Como propõe ainda o autor em qualquer encontro face a face os participantes estão permanentemente propondo ou mantendo frames, que organizam o discurso e orientam com relação à situação interacional.

Em IA, de modo análogo, os *frames*, como estrutura de representação de conhecimento e extensão do modelo de redes semânticas, têm seu uso recomendado a partir dos anos 70 com o surgimento da teoria dos *frames* - resultante dos trabalhos publicados por Minsky (1975), Winston (1987), com o intuito de se entender a percepção visual, os diálogos em linguagem natural e outros conceitos complexos (GIRARDI; DRUMOND, 2006).

Tal recomendação se deu por ser o *frame* concebido como uma forma de representar o conhecimento de um objeto através da sua observação visual. É, portanto, uma coleção de conhecimentos relevantes de um objeto, situação ou conceito. O *frame* é um objeto complexo descrito por um conjunto de campos (atributos ou propriedades), chamados *slots*, e dos seus valores. (RUSSEL; NORVIG, 2004).

Para cada campo é associado um conjunto de facetas que definem suas características, ou seja, possui um nome que identifica o conceito por ele definido. As ligações entre os *frames* são realizadas graças ao fato de que o valor de um campo pode ser outro *frame*, isto é, cada um deles possui ao menos outro hierarquicamente superior, constituindo, por conseguinte, uma base de informações recursiva e hierarquicamente estruturadas.

As facetas definem o tipo de campo que pode ser simples (padrão-tipo) e composto,ou seja, descrevem conhecimento ou algum procedimento relativo ao atributo, especificando:

a) Hierarquia;
   - ✓ *AKO, Is-a*;
b) Propriedades;
   - ✓ Idade, cor, sexo, tem,....;
c) Propriedades Estruturais;
   - ✓ *Part-of*;
d) Relações entre objetos;
   - ✓ Perto-de, em-cima-de,...;
e) Papéis;
   - ✓ Pai, Servidor,...;

Essas especificações podem ser melhor visualizadas na figura 4.

Figura 4: Exemplo de especificação de frame

Como exemplifica a figura 4, André é um rapaz (tipo de pessoa), do sexo masculino e tem 8 anos (propriedades).

Os *frames* de um modo geral integram conhecimento declarativo sobre objetos e eventos e conhecimento procedimental sobre como recuperar informações ou valores. Tais aspectos caracterizam-no como uma evolução da rede semântica e base para o desenvolvimento de ontologias, pois capturam melhor o conhecimento relativo a objetos complexos e as suas propriedades (NERLICH; CLARKE, 2000).

3.1.2 As ontologias: noções gerais

No contexto das tecnologias sobre a Web Semântica[11], a construção de ontologia pressupõe técnicas de representação de conhecimento. Exige-se das ontologias que elas sejam reutilizáveis, extensíveis, especializáveis e que uma possa, de alguma forma ser, compatível com a outra. ou seja, as ontologias representam a evolução dos elementos e das técnicas de construção de *frames* e redes semânticas.

[11] Tecnologias que visam à anotação da informação disponível na Web com etiquetas de natureza semântico-conceitual que sejam interpretáveis pela máquina.

Uma ontologia deve ser processável por máquina, para que os sistemas de informação possam utilizá-la para representar e compartilhar o conhecimento acerca do domínio de aplicação/interesse que, por sua vez, materializa-se em textos. É uma estrutura de representação do conhecimento em termos de conceitos, capaz de expressar um conjunto de entidades, suas relações, restrições e, ainda, propor axiomas e rótulos conceituais para um domínio.

As ontologias, de fato, marcam um avanço significativo na representação de conhecimento (no sentido discutido anteriormente), posto que, até meados dos anos 90, como comenta Girardi e Lindoso (2006), o conhecimento de um sistema especialista não podia ser reusado ou compartilhado, organizando-se em bases de conhecimentos monolíticas e isoladas, sem interface e acoplamento e, portanto, sem interoperabilidade.

Grande parte dos SBCs utiliza ontologias como aporte ao seu funcionamento, principalmente para os sistemas de recuperação e filtragem de informação, sobretudo no que tange o processamento automático de língua natural, a representação das consultas, o modelo de usuário e os elementos de informação (MIDDLETON, SHADBOLT; DE ROURE, 2005).

O termo ontologia, segundo Russel e Norvig (2004), no sentido etimológico e filosófico, diz respeito a uma teoria sobre a existência ou natureza de ser. Emprestado da Filosofia, esse termo é usado como alusão a um conjunto de coisas cuja existência é reconhecida por uma teoria particular ou sistema de pensamento, o que possibilitou seu uso pelas áreas de Inteligência Artificial, Recuperação de Informação e Arquitetura da Informação especialmente para o desenvolvimento da Web.

Nos estudos de IA, uma ontologia é uma estrutura formal de conceitos de um domínio de conhecimento para o uso de um agente[12], uma vez que possibilita a estruturação dos conhecimentos (conceitos). Usam-se ontologias, portanto, para descrever a representação de uma base de conhecimento para um conjunto de agentes. Por conseguinte, os agentes podem compartilhar informações sobre o domínio conceitual em foco, sem necessariamente operar sobre uma teoria globalmente compartilhada.

Segundo Gruber (1993), ontologias são também acordos a respeito de conceitualizações compartilhadas. É, por assim dizer, um modelo consensual de um mundo, em que as pessoas o reconhecem como uma mesma forma. Assim, uma ontologia é concebida

[12] Segundo Ferber (1988), agente é uma entidade (física ou abstrata), capaz de agir sobre si mesma e sobre o meio, possuindo uma representação parcial desse meio, que tem capacidade de comunicar com outros agentes, e cujo comportamento é a consequência de suas observações, de seus conhecimentos e de suas interações com os outros agentes.

como um modelo conceitual que tem como objetivo permitir o acesso aos dados semi-estruturados, de forma similar aos processos nos bancos de dados convencionais.

Existe, entretanto, uma sutil diferença entre ontologias e banco de dados convencionais. Um modelo conceitual, como chama atenção Arruda (2002), dentre outras coisas, para a estrutura dos dados contidos nesse banco de alto nível de abstração, enquanto que uma ontologia não representa a estrutura das fontes de dados associadas a ela, apenas propõe uma estrutura de consenso para os conceitos e as relações que são úteis para grupos de especialistas.

3.1.2.1 O desenvolvimento de ontologias

O fato de propiciar o uso de uma gama de conceitos e suas relações em um dado domínio por grupos de especialistas faz com que uma das áreas de maior aplicação das ontologias, no cenário atual, seja a Web Semântica, como diz Shadbold, Hall e Beerners-Lee (2006), para representar a semântica dos documentos disponíveis nesse ambiente, que na maioria das vezes é expressa em língua natural.

A utilização de ontologias como suporte para o desenvolvimento de soluções sob a perspectiva da Web Semântica tem dois propósitos básicos:

a) garantir um entendimento conceitual entre os agentes acerca de um determinado domínio a partir da definição de um inventário de rótulos conceituais comum e compartilhado por todos os agentes de uma comunidade;
b) atribuir significado aos recursos disponíveis na Web para possibilitar que os agentes possam fazer uma recuperação dos conteúdos publicados (FEITOSA, 2006; FREITAS, 2002; 2003).

Em que pese a importância das ontologias para os sistemas de filtragem e recuperação da informação, a construção de ontologias não é uma tarefa fácil, uma vez que requer mão-de-obra altamente especializada (especialista de domínio[13] e um engenheiro de conhecimento[14]), por isso ela, é cara e escassa. Em Inteligência Artificial, essa dificuldade em capturar o conhecimento necessário em um dado domínio é chamada de gargalo da aquisição de conhecimento (do inglês, *Knowledge Aquisition Bottleneck*).

---

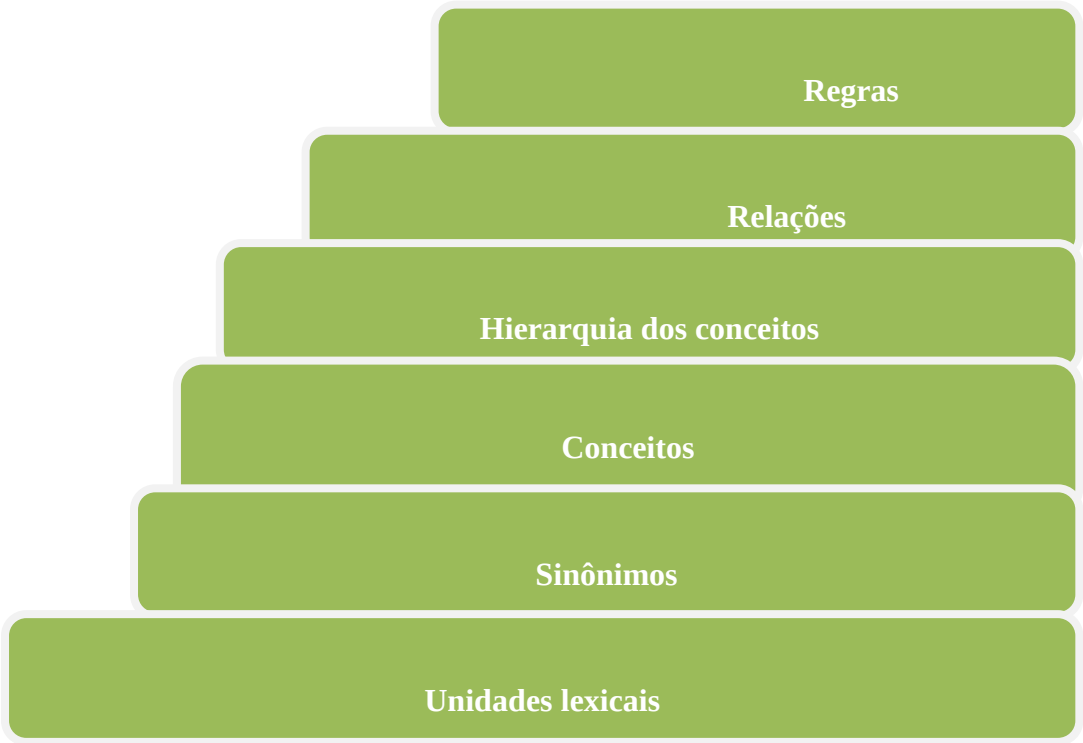
[13] Responsável pelo fornecimento de conhecimentos específicos do domínio de interesse
[14] Responsável pela captação, representação e codificação do domínio de aplicação.

Pelo fato de as ontologias serem uma explicitação formal de conceitos abstraídos de um determinado domínio do conhecimento ou de uma determinada área de interesse, a *Web Consor*tium (W3C,) recomenda a adoção do formalismo chamado **lógica de descrição** para o desenvolvimento de ontologias, devendo, portanto, ser compreensível para as entidades computacionais (W3C, 2007, grifo nosso).

Sendo composta, por um lado, de conceitos e relacionamentos taxonômicos (definem uma hierarquia de conceitos) e não taxonômicos entre eles, e, por outro, por instâncias dos conceitos e asserções sobre estas, uma ontologia fornece o "esqueleto" sobre o qual se estrutura uma base de conhecimento.

Os passos para tal empreitada, ou seja, para o desenvolvimento da ontologia, podem ser visualizados na figura 5, em que estão organizados didaticamente por Buitelaar, Cimiano e Magnini (2005) em um conjunto de camadas para facilitar a compreensão acerca das etapas de construção de ontologias.

Figura 5: Camadas do processo de desenvolvimento de ontologias



Fonte: Buitelaar, Cimiano e Magnini (2005, p. 435)

Para a identificação dos conceitos de um domínio, é necessário primeiro que sejam caracterizadas as unidades lexicais que rotulam ("lexicalizam") esses conceitos, tomando-se o cuidado de eliminar questões relativas à sinonímia e polissemia, daí se tratar de

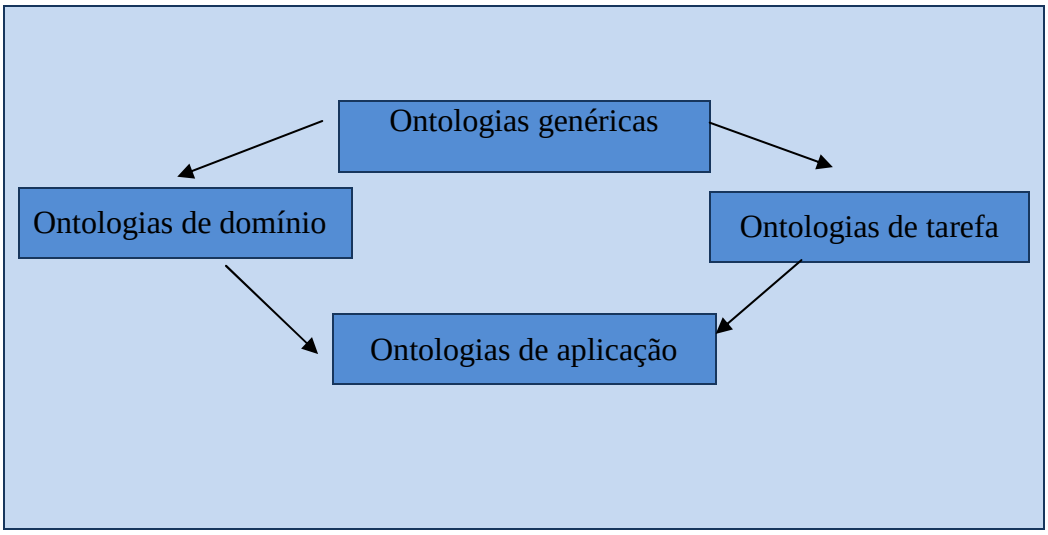
unidades lexicais não polissêmicas. Ademais, tais unidades podem, mais tarde, serem utilizadas como os rótulos que representam tais conceitos.

A partir dessas unidades, são identificados os conceitos que irão compor a ontologia alvo. Em seguida, é feita a identificação das relações taxonômicas entre os conceitos, com as generalizações e especializações destes. Também é necessário extrair as relações não taxonômicas, horizontais, entre eles. Por último, a extração das instâncias dos conceitos e das relações apreendidas desse processo.

Na elaboração de uma ontologia, não se deve descuidar dos princípios de clareza, completude, coerência, extensibilidade entre outros propostos por Gómez-Pérez e Benjamin (1999) e Gruber (1993)[15].

As ontologias podem ser classificadas, segundo Guarino (1998), em quatro tipos básicos, de acordo com sua dependência de relação a uma tarefa específica ou a um ponto de vista. Tais tipos podem ser observados na figura 6.

Figura 6: Tipos de ontologias



Fonte:Guarino(1998, p. 3-15)

[15] a) Clareza e objetividade – as unidades lexicais devem ser acompanhadas; de definições objetivas e também de documentação por escrito; b)Completude – uma definição deve expressar as condições necessárias e suficientes para descrever o significado da unidade lexical, indo além das necessidades circunstanciais de uma aplicação; c) Coerência – para permitir derivar inferências que sejam compatíveis com as definições; d) Extensibilidade monotônica– para permitir a inclusão de novas unidades lexicais sem a necessidade de revisão das definições já existentes; e) Mínimo de compromisso ontológico – para permitir que sejam definidas tão poucas suposições quanto possíveis sobre o mundo a ser modelado e, assim, possibilitar que as especializações e instanciações da ontologia sejam definidas com liberdade; f) Princípio da distinção ontológica – as classes definidas na ontologia devem ser disjuntas, ou seja, sem superposição de conceitos; g) Diversificação das hierarquias – para aproveitar ao máximo os mecanismos de herança múltipla; h) Modularidade – para minimizar o acoplamento entre os módulos; i) Minimização da distância semântica entre conceitos similares – de forma a agrupá-los e representá-los utilizando os mesmos primitivos; j) Padronização dos nomes – sempre que possível.

A ontologia de **alto nível (Top ontology),** também chamada de ontologia de nível superior e/ou genérica, descreve conceitos gerais, tais como: espaço, tempo, objeto etc. sendo estes dependentes de um problema específico. Já a **ontologia de domínio** faz a descrição de um vocabulário relacionado a um domínio, como automóveis, medicamentos, livros, dentre outros. Por sua vez, a **ontologia de tarefa** descreve uma tarefa ou atividade dentro de um domínio, como venda de carros, compra de livros, vendas de medicamentos etc. Por fim, a **ontologia de aplicação** descreve os conceitos, que dependem tanto de um domínio específico como de uma tarefa específica. Há que se incluir aqui **a ontologia central**, que se coloca entre a de domínio e a genérica. No nosso caso, como já foi observado, a ontologia do DCPC é central e a ontologia do DCPCSL, a de domínio.

3.1.2.2 A linguagem de ontologias

Existem diversas ferramentas utilizadas para o desenvolvimento de ontologias, dentre as quais podem-se citar (a) os editores XML e linguagens derivadas;(b) os editores de ontologias como Protégé, Onto Edit, Onto broker e web ODE; (c) e o frameworks Jena, que permite manipular documentos RDF e OWL (CORCHO *et al.*, 2002; GIRARDI; DRUMOND, 2006).

As ontologias são representadas por meio de uma linguagem específica que possibilita criar os esquemas conceituais. Como afirma Ding *et al.* (2005), essa linguagem pauta-se em três aspectos: conceituação, vocabulário e axiomas, isto é, em uma “semântica” e em uma “sintaxe”. A semântica, neste caso, é determinante para se criar ontologias explícitas, uma vez que, por meio da conceituação, cria-se o modelo de referência para representar o conhecimento factual, definir as entidades e as relações do domínio, assim como para afirmar relações entre o seu vocabulário. A atribuição de rótulos conceituais aos conceitos e a organização em série desses conceitos na representação explícita se dá por meio da sintaxe. Os axiomas, por sua vez, capturam as inferências, regras e restrições necessárias ao conhecimento factual, validando, por conseguinte, sua consistência.

A linguagem formal mais representativa e adotada para modelar uma ontologia é a linguagem *Web Ontology Language* (OWL)[16], desenvolvida pelo W3C para promover

[16] Por meio da OWL, pode-se formalizar um domínio definido por meio de classes e de suas propriedades e ainda raciocinar sobre estas classes através de semânticas e regras. (ALESSO; SMITH, 2006). A W3C (2007), por sua vez, define três diferentes metalinguagens da OWL, que são a OWL Lite, a OWL DL e a OWL Full. De acordo com Alessos e Smith (2006), a OWL Lite é menos expressiva que as demais metalinguagens, não só por

tecnologias da Web Semântica, sendo proveniente das linguagens de ontologias *DARPA Agent Markup Language* (DAML) e Ontology *Interchange Language* (OIL) (W3C, 2007) e a principal linguagem implementada no editor Protégé.

O uso de ontologias abre, portanto, muitas possibilidades para o seu reuso e para o seu compartilhamento, uma vez que ela define o significado dos conceitos e dos relacionamentos entre eles, favorecendo, consequentemente, a compreensão do domínio de interesse. O desenvolvimento de ontologia resulta, pois, na integração de vários processos representados por meio de árvores, onde cada nó representa um conceito na ontologia, e cada relacionamento entre os nós pode ser um relacionamento taxonômico ou partonômico (GIRARDI; DRUMOND, 2006). Na ontologia, o conhecimento é formalizado usando-se cinco tipos de componentes: classes, relacionamentos, funções, axiomas e instâncias, como explica Novello (2006, p. 3, grifo nosso).

a) **as classes** representam qualquer coisa do domínio sobre a qual alguma coisa é dita; elas incluem os objetos do domínio, a descrição de uma tarefa, de uma função, ação, estratégia;
b) **as relações** representam os tipos de interações entre os conceitos do domínio; elas são definidas formalmente como qualquer subconjunto de um produto de n conjuntos;
c) **as funções** são relações especiais em que e o n-ésimo elemento da relação é um único para os n-1 elementos precedentes; são exemplos de funções antecedentes - de e causa, indicando que o valor do segundo componente de relação depende do primeiro;
d) **os axiomas** modelam sentenças que são sempre verdadeiras e são classificados em estruturais e não estruturais;
e) **as instâncias** representam elementos da ontologia

---

suportar uma hierarquia de classificação e restrições simples, mas também por como impor algumas limitações aos recursos oferecidos, a exemplo da cardinalidade, que, mesmo estando disponível, é restrita a obter apenas os valores 0 ou 1 (OWL, 2007). A OWL DL, por outro lado, suporta uma ampla expressividade e permite computar automaticamente uma classificação hierárquica e checar inconsistências na ontologia. É uma metalinguagem que utiliza Lógica Descritiva, qual seja, um fragmento da lógica de Primeira Ordem (ALESSO; SMITH, 2006). Apesar de permitir raciocínio automatizado, apresenta ainda restrições, dentre elas a de uma classe não poder ser instância e propriedade ao mesmo tempo. Quanto à metalinguagem OWL Full, pode-se dizer que esta não impõe restrição aos valores das classes, às propriedades, às instâncias e aos dados (W3C, 2007), e é totalmente compatível com a sintaxe e semântica RDF, que a utiliza para declarar sua sintaxe e instâncias.

Os principais relacionamentos utilizados na construção de ontologias são: taxonomia, partonomia e mereologia, cronologia e topologia. É importante notar que, em uma ontologia, coexistem vários tipos de relações semânticas relativas ao entendimento do objetivo do domínio e de sua função. A maior parte dessas relações possui uma contra partida na estrutura linguística, por exemplo, as relações de hiponímia/hiperonímia (taxonomia), sinonímia (semelhança), antonímia (oposição), meronímia (partonomia e mereologia)[17].

As taxonomias correspondem à maneira como se organizam as classes e subclasses dentro de uma ontologia, consistindo na forma como se agrupa e organiza o conhecimento em um domínio, sendo então usadas relações de generalização/especialização através de herança simples/múltipla. A taxonomia, apresenta-se na forma de uma árvore invertida em que ao nó superior dá-se o nome de raiz e aos nós inferiores a denominação de folhas. A relação existente entre um nó e os seus sub-nós são as **tipo-de** ou **é-um**, já mencionadas. Essas relações taxonômicas são fundamentais na determinação da clareza de uma ontologia, uma vez que implicam uma ordem entre os elementos (conceitos) do modelo, possibilitando, assim, uma melhor interpretação, reusabilidade e integração. A partonomia (parte-de) consiste em uma ligação conceitual entre o modo como os conceitos podem ser organizados, sendo identificados por essa relação a parte e o todo, numa relação metonímica. Segundo Girardi e Lindoso (2006), é possível reconhecer diferentes subtipos dessa relação, tais como: componente (maçaneta é componente da porta), porção (fatia é uma porção de pão), área (a cidade é uma área do estado), dentre outras. A mereologia acopla conceitos a um objeto, baseada na relação temporal, o que implica uma relação de precedência entre os conceitos relacionados, também considerada na elaboração de uma ontologia. A topologia se define pela teoria das conexões entre os objetos da ontologia.

3.2 Esboço panorâmico da ontologia do DCPCSL

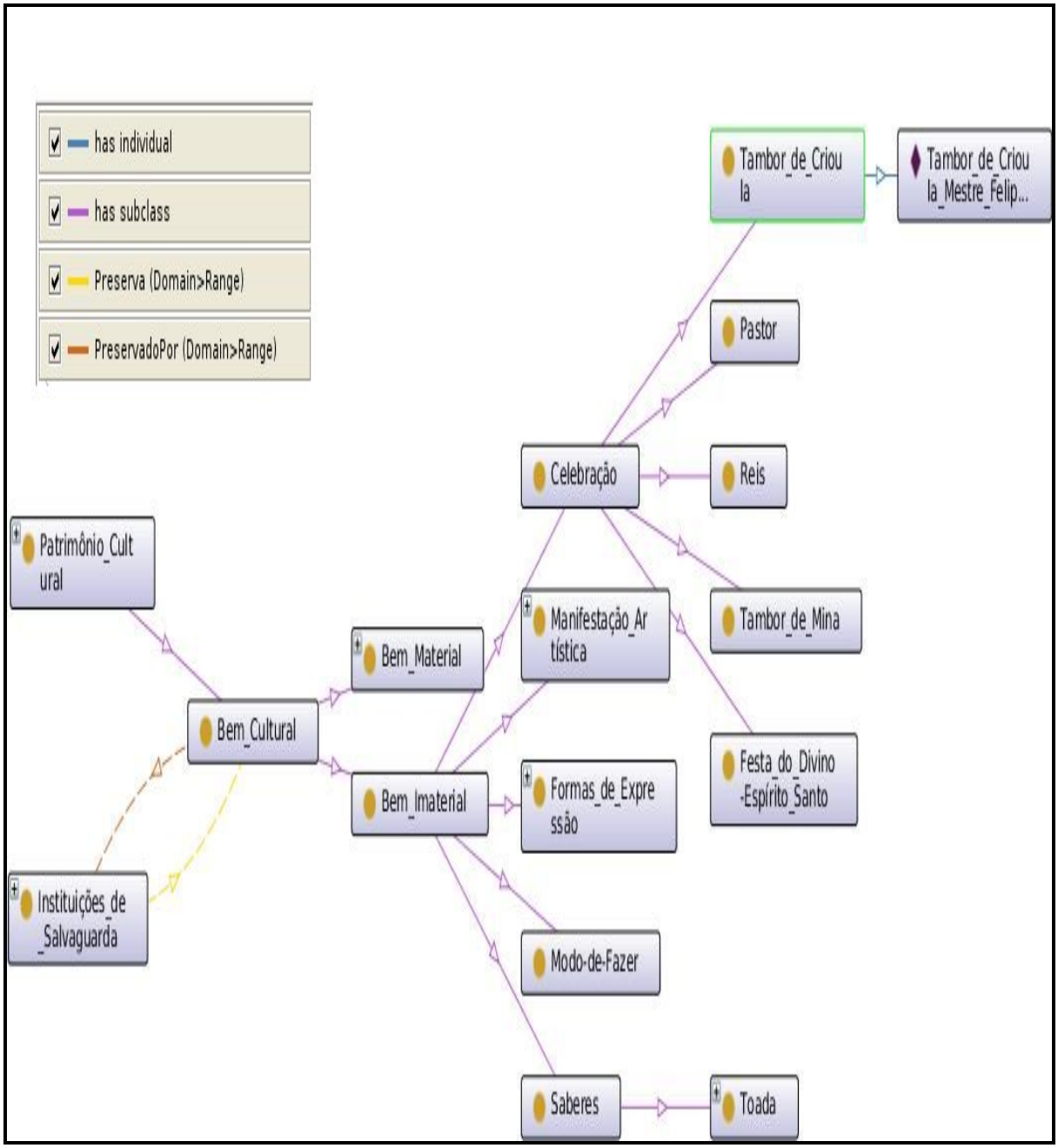
Embora o detalhamento da ontologia do DCPCSL seja feito na seção 7, aqui, para já situar toda a discussão, apresenta –se um esboço bastante geral do domínio.

Tomada como base a identificação das características que constituem o conceito PATRIMÔNIO CULTURAL discutido na seção 2, especificamente na figura1, é possível a sistematização preliminar dos conceitos do DCPCSL, identificando-se as seguintes classes:

[17] Gómez-Pérez e Benjamin (1999) apresentam uma tipologia mais refinada dos diferentes tipos de relacionamentos em um domínio real, destacando as relações de: equivalência, taxonomia, estrutura, dependência, topologia, causa, função, cronologia, similaridade e condição.

BEM CULTURAL, BEM CULTURAL MATERIAL, BEM CULTURAL IMATERIAL, com as suas respectivas subclasses, evidenciando-se o relacionamento com o conceito PATRIMÔNIO CULTURAL, localizado no topo da estrutura ontológica como mostra a descrição gráfica da figura 7.

Figura 7: Esboço da ontologia do DCPCSL



No grafo da figura 7, os conceitos derivados de PATRIMÔNIO CULTURAL apresentam uma relação lógico-conceitual que resulta da comparação entre os conceitos, verificando-se as características comuns existentes entre eles. Tais relações são hierarquicamente caracterizadas pelos dois tipos básicos: a relação de subordinação lógica (**é-um**) e a relação de parte-todo (**parte-de**), ou seja, o conceito PATRIMÔNIO CULTURAL inclui o conceito BEM CULTURAL como um dos seus subtipos e este (BEM CULTURAL), inclui, como seus subtipos, os dois conceitos: BEM CULTURAL MATERIAL e BEM CULTURAL IMATERIAL.

Observa-se também as relações binárias PRESERVA e PRESERVADO POR.

4 CARACTERIZAÇÃO GERAL DO CONHECIMENTO LEXICAL

Se o conhecimento ontológico diz respeito aos conceitos que estrutram um domínio do conhecimento ou da experiência, o conhecimento lexical diz respeito à parte desse conhecimento que é "lexicalmente revestida", ou seja, linguisticamente representada por unidades do léxico.

Faz-se necessário, assim, neste ponto, abordar os fundamentos linguísticos essenciais que norteiam o estudo, ou seja, noções que se definem no domínio semântico-lexical, relevantes para o estudo das formas lexicais e da sua relação com sentidos e conceitos.

4.1 Algumas considerações sobre lexicologia, lexicografia e terminologia

O léxico de uma língua natural constitui acervo em que se registra o conhecimento de mundo percebido pela comunidade linguística, como concebe Biderman (2001, p. 155). Logo, o seu estudo configura-se como uma necessidade de conhecer e compreender o repertório cultural da sociedade.

Três ramos do saber ocupam-se dos estudos do léxico: a Lexicologia, a Lexicografia e a Terminologia, que, embora complementares, possuem objetos de estudos, metodologias e pressupostos teóricos distintos (BARBOSA, 1990; KRIEGER; FINATO, 2004).

Krieger e Finato (2004, p. 43), entretanto, enfatizam que a diferença entre as especificidades epistemológicas dessas ciências, reside principalmente, em seus objetos, ou seja, na

> [...] propriedade que possuem as unidades lexicais chamadas de termos de estruturas lingüísticas que, em sua dualidade significa, denominam e circunscrevem cognitivamente objetos, processos e conceituações pertinentes ao universo das ciências, das técnicas e das tecnologias; enquanto as palavras, realizando o mesmo processo denominativo e conceitual, recobrem toda a abrangência da realidade cognitiva e referencial apreendida e construída pelo homem.

A Lexicologia, ainda segundo Krieger e Finato (2004, p. 45), "[...] se ocupa de aspectos formais e semânticos das unidades lexicais de uma língua [...]", isto é, dos aspectos teóricos que embasam o estudo científico do léxico – a palavra, a categorização lexical e a estruturação do léxico constituem seus objetos básicos de análise – tanto do ponto de vista sincrônico como diacrônico. Por conseguinte, cabe à Lexicologia, entre outras tarefas: (a)

definir conjuntos e subconjuntos lexicais; (b) examinar as relações de conjuntos e subconjuntos lexicais;(c) examinar as relações do léxico de uma língua com o universo natural, social e cultural;(d) conceituar e delimitar a unidade lexical de base – a lexia; (e) abordar a palavra como instrumento de construção e detecção de uma "visão de mundo", de uma ideologia, de um sistema de valores, como geradora e reflexo de sistemas culturais (BARBOSA, 1990).

Definida por Krieger e Finato (2004, p. 47), como "[...] arte ou técnica de compor dicionários [...]", a lexicografia, por sua vez, está voltada para as seguintes frentes de estudos: a prática lexicográfica (estudos teóricos do dicionário); e a técnica de elaboração dos dicionários (compilação, classificação, recuperação, análise e processamento) de suas unidades lexicais com vistas a explicá-las por meio de uma metalinguagem definitória.

No entender ainda das autoras, o aprimoramento do fazer lexicográfico é pautado no paradigma teórico-metodológico tanto na perspectiva semântica assim como no funcionamento morfossintático do léxico

> [...] não apenas confere a Lexicografia um caráter descritivo, como é uma das importantes tarefas de uma efetiva teoria lexiográfica autônoma, vale dizer, aquela que define seu objeto, postula princípios e descreve os problemas e métodos envolvidos nas aplicações lexicográficas (KRIEGER; FINATO, 2004, p. 48).

Ao compilar um imenso conjunto das palavras de uma língua, analisando em primeiro plano, a frequência e os usos dos itens lexicais, a Lexicografia deixa evidente sua natureza semasiológica, partindo da forma (lexema) para o conteúdo, ou seja, a busca dos sentidos orienta-se do significante ao significado.

A Terminologia, compreendida como o léxico dos saberes técnicos e científicos como dizem Krieger e Finato (2004, p. 26) ocupa-se do estudo do termo, fraseologia e definição dos conceitos inerentes às diversas áreas de especialidade. Cabe-lhe, portanto, o estudo das relações de significação (denominação e noção) do signo terminológico. Entre os objetivos da terminologia, destacam-se a produção e difusão de dicionários, glossários, vocabulários e bancos terminológicos. Todos esses produtos reúnem o conjunto de termos de uma área especializada, ou seja, terminologia específica de um domínio.

No que diz respeito aos objetivos, a Terminologia estuda os termos a fim de estabelecer uma forma de referência, para isso, utiliza métodos de busca, seleção e ordenação de termos de um determinado campo de especialidade com o fim de normalizar sua forma e

conteúdo. A Lexicologia estuda as palavras para explicar a competência léxica dos falantes, descrevendo não apenas as suas várias acepções, mas também seus exemplos de uso.

De acordo com Cabré (1993; 1999), a Lexicologia concentra-se na análise e na descrição da competência do falante, partindo, portanto, do princípio que todo falante conhece: (i) uma lista de palavras que lhe permite trocar informações com outros falantes da mesma língua; (ii) um conjunto de regras de formação de palavras; (iii) um conjunto de dados linguísticos e enciclopédicos de cada palavra. Tal conhecimento é que torna possível a adequação das palavras às situações de comunicação correspondentes. Desse ângulo, a lexicologia descreve o conhecimento linguístico de um falante sob a perspectiva do universo léxico, isto é, o conjunto total das palavras que o falante de uma língua conhece e utiliza nas variadas situações.

Não obstante a clareza das explicações acima, é pertinente lembrar que nos trabalhos lexicográficos e terminológicos, apesar dos objetivos bem demarcados, que visam a sua distinção imediata, nem sempre essa distinção fica muito clara, pois os dicionários de língua, de certa forma, exercem um caráter prescritivo, notadamente do ponto de vista ortográfico bem como morfológico. De outro lado, os dicionários, vocabulários e glossários terminológicos podem apresentar variantes denominativas de um mesmo conceito com indicação de uso, de forma que, às vezes, esses tipos de trabalhos também podem assumir características descritivas.

Nessa perspectiva, os aspectos pragmáticos, são verdadeiramente os que melhor diferenciam os **termos** das **palavras**, é o que sintetizam Krieger e Finato (2004, p. 133): “[...] as circunstâncias que determinam um recorte de uma realidade e de um vocabulário, o tipo de destinatário da obra e as condições de comunicação são os principais fatores a considerar quando se estabelece a nomenclatura de um dicionário terminológico”.

De acordo com o princípio comunicativo das linguagens especializadas preconizado pela Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT), uma unidade lexical pode assumir o caráter de termo em função de seu uso em um contexto e situação determinados. (KRIEGER; FINATO, 2004, p. 35). E acrescentam:

> [...] o conteúdo de um termo não é fixo, mas relativo, variando conforme o cenário comunicativo em que se inscreve. Tais proposições levam a TCT a postular que *a priori* não há termos, nem palavras, mas somente unidades lexicais, tendo em vista que estas adquirem estatuto terminológico no âmbito das comunicações especializadas.

As palavras da língua comum – por meio do processo de terminologização – sofrem uma ressignificação e adquirem o estatuto de termo de um determinado ramo do conhecimento.

Ainda segundo a perspectiva da TCT mais do que elementos naturais dos sistemas linguísticos, um termo é um elemento da linguagem em funcionamento, dada a sua presença em textos e em discursos especializados. É, por assim dizer, "[...] itens lexicais que não se distinguem da palavra do ponto de vista de seu funcionamento" (KRIEGER; FINATO, 2004, p. 78-79).

Dessa forma, o termo como lembram Krieger e Finato (2004, p. 80):

> Compreende tanto uma vertente conceitual, expressando conhecimento e fundamentos dos saberes, quanto uma face lingüística, determinando sua naturalidade e integração aos sistemas lingüísticos, além dos aspectos que se agregam a suas funcionalidades comunicacionais básicas: fixar e favorecer a transferência de conhecimento.

Da ampla gama de estudos e modelos teóricos e práticos que foram consolidando as ciências da palavra (do léxico) ao longo de sua história, convém dizer que não há neste estudo, o propósito de fazer uma incursão teórica sobre tais ciências, para, assim expor a distinção entre seus objetos de estudos: termo e palavra. Objetiva-se tão somente caracterizar tais objetos, com vista a uma melhor compreensão, análise e descrição das unidades lexicais que revestem os conceitos do DCPCSL, e que serão coletadas tanto de obras lexicográficas especializadas – língua de especialidade – como da língua comum.

A propósito das distinções entre termo, palavra e unidade lexical, Barbosa (1995, p. 24), informa que, de acordo com o tipo de obra, a língua apresenta diferentes unidades - padrão e níveis de atualização:

O dicionário de língua, por exemplo, tende a reunir o universo dos lexemas/**itens lexicais** da língua geral com suas diferentes acepções; os **vocabulários** técnico-científicos e especializados, por sua vez, situam-se no nível de uma norma linguística e sócio-cultural, processam **termos** representativos dessa norma; o glossário, cuja unidade padrão é a **palavra,** resulta do levantamento das palavras-ocorrência e de suas acepções em um texto. O quadro 3, sintetiza essa reflexão.

Quadro 3: Níveis de atualização da língua

Níveis de atualização	Unidades-padrão	Tipos de obra
Sistema	Lexema	Dicionário de Língua
Norma(s)	Termo	Vocabulário
Fala	Palavra	Glossário

Fonte: Barbosa (1995, p. 24)

A título de ilustração das diferenças das unidades-padrão, o exemplo que segue com a unidade lexical *miolo* pertencente ao universo do Bumba-meu-boi como forma de expressão do DCPCSL, evidencia essa atualização:

a) **Nível do sistema** (lexema)

   Ex.:"Miolo (o) *subst.masc*. 1. A parte interior do pão, de alguns frutos, etc. 2. *Popular* O cérebro, a massa encefálica. 3. *Popular* Medula (1) ou tutano. 4 *Figurado* A parte essencial, fundamental. 5. *Popular* Inteligência, juízo. 6. O conjunto das páginas de uma publicação impressa, enfeixado pela capa. [Plural: *miolos*(o). De miolo mole. *Popular* Amalucado" (FERREIRA, 2004, p. 590).

b) **Nivel da norma** (termo) – DCPCSL/ Bumba-meu-boi

   Ex.: **"Miolo** s.m. Homem que fica sob a armação do boi para dar movimentos à alegoria (CARVALHO, 1995, p. 192).

c) **Nivel da fala** (palavra);

   Ex.: "A parte interior de qualquer coisa: *o miolo do livro*".

Como se pode observar, cumpre reiterar que *miolo*, enquanto lexema, possui um conjunto semêmico variado que possibilita sua atualização em vários contextos diferentes, configurando-se polissêmico. Entretanto, essa mesma unidade lexical, considerada nos textos/discursos do Bumba-meu-boi do DCPCSL, deve ser analisada como termo monossêmico, que aqui nesta tese denominamos **unidade lexical ou unidade léxica**, uma vez que seu emprego se dá em um contexto específico, caracterizando-se como uma marca daquele domínio de especialidade. Ademais, m*iolo*, enquanto termo, apresenta traços conceituais distintos dos observados no dicionário de língua. Isto se deve ao recorte cultural

feito pelo domínio de especialidade, o que resulta na especialização do termo. A esse respeito Krieger e Fianto (2004, p. 79), dizem "[...] as palavras da língua comum – por meio do processo de terminologização – sofrem uma ressignificação e adquirem o estatuto de termo de um determinado ramo do conhecimento".

Enquanto palavra, *miolo* permite apenas a atualização da acepção 1 do dicionário da língua.

Nesse contexto, Andrade (1998, p. 9) observa que:

> É portanto, o uso consensual dos falantes que normaliza o emprego das virtualidades do sistema. Por outro lado, cada grupo de falantes, segundo suas necessidades, retira do léxico geral da língua os elementos de que necessita para elaborar o que se poderia chamar de sub-léxicos ou léxicos das línguas de especialidades.

4.2 Caminhando para a estruturação do léxico: os campos lexicais e semânticos

O termo **campo semântico**, visto como sinônimo de **campo lexical** nos Estados Unidos e na Europa, como informa Oliveira (2008, p. 64, grifo nosso), foi introduzido no meio acadêmico por Jost Trier na década de 30. O semanticista, alinhado às idéias saussureanas de Trier (*apud* LYONS, 1987, p. 206) concebe o léxico das línguas naturais como um sistema organizado em subsistemas, em que as unidades lexicais encontram-se relacionadas umas às outras em termos de agrupamentos conceituais estruturados segundo relações análogas às indicadas na subseção em que discutimos ontologias. Trier (*apud* LYONS, 1987, p. 206) define campos como sendo:

> [...] realidades lingüísticas existentes entre palavras simples e o vocabulário total; eles são partes de um todo e se assemelham a palavras no sentido de combinarem para formarem uma unidade maior, e se assemelham ao vocabulário no sentido de se reduzirem a unidades menores[18].

Considerando que o léxico de uma língua natural organiza-se em função da (a) relação de lexicalização que se estabelece entre conceitos e os itens léxicos e (b) das relações semântico-conceituais que se estabelecem entre conceitos e que são projetadas entre os itens léxicos, o campo semântico de um item léxico pode ser definido como o conjunto de relações que se estabelecem entre esse item léxico e os demais itens léxicos com os quais ele mantém relações (conceitual ou de sentido) previstas no sistema léxico sob análise. Assim, o sentido

[18] Fields are linguistic realities existing between single words and the total vocabulary; they are parts of a whole and resemble words in that they combine into some higher unit, and the vocabulary in they resolve themselves into smaller units

de uma unidade lexical deve ser calculado a partir dos sentidos das outras unidades lexicais com as quais ela se relaciona. Como lembra Eco (2001, p. 28), tendo em vista que os campos semânticos envolvem as unidades de uma dada cultura, "[...] bastam movimentos da aculturação, choques de culturas diferentes, revisões críticas do saber, para desorganizar totalmente um campo semântico"[19].

Considerando a tese apresentada por Hirst (2004), de que o pensamento está refletido na linguagem (por extensão no léxico), que se estrutura a partir de processos cognitivos, os campos lexicais não estão fixos numa língua, porque constantemente são criados novos lexemas e mudadas as relações entre os lexemas que formam um campo lexical.

Um campo lexical, como define Oliveira (2008, p. 69), é "[...] um conjunto de lexemas (palavra que possui significado lexical mesmo quando está isolada) que estabelecem relações de significação entre si e cujos significados se assemelham por compartilharem componentes semânticos comuns". Assim, o campo lexical ou "família de palavras", forma por assim dizer, um conjunto de unidades léxicas que pertencem a uma mesma área de especialidade. Por exemplo, para a formação do campo lexical de *computador*, por exemplo, reúne-se o seguinte conjunto de unidades lexicais: *teclado, hardware, software, chip, mouse,* pertencente ao domínio. É o caso também do campo lexical *forma de expressão: dança, canto, música, pintura....*

4.3 Caminhando para o estabelecimento da conexão léxico-conceitos

Como neste trabalho o foco crucial é a relação entre expressões da língua (sobretudo as unidades léxicas) e os conceitos por elas ativados, passamos em revista, nesta subseção, as principais noções da Linguística Cognitiva que são relevantes para a compreensão e representação dessa relação.

---

[19] A "desorganização" de um campo semântico mencionada por Eco, pode ser motivada por vários fatores dentre os quais destacam-se as **lacunas lexicais (**HIRST, 2004). Ainda que vá de encontro à afirmação de Trier (*apud* LYONS, 1977), de que as palavras cobrem as esferas conceituais de uma comunidade linguística sem deixar lacunas lexicais, para o autor além de haver lacunas, o léxico de uma língua é organizado de maneira a formar um grande mosaico. A existência de lacunas lexicais em uma língua é a principal razão para a ocorrência do fenômeno do estrangeirismo ou empréstimo, que é o uso de palavras ou construções sintáticas de línguas estrangeiras em uma língua. É o caso de *hacker* – "[...] violador de um sistema de computação [...]" (FERREIRA, 1999, p. 1025) – na língua portuguesa, ainda não surgiu uma palavra em português para substituir.

A abordagem sobre a relação intrínseca entre língua, cognição e mundo, é abordada de modo claro e substantivo pela Linguística Cognitiva. Segundo Dias-da-Silva (2006), dessa perspectiva, emergem sistematizações importantes das representações mentais, dos conceitos e dos mecanismos de inferência, ou seja, da relação entre as expressões linguísticas e a mente (por exemplo: categorização, conceitos, imagens mentais, esquemas de imagens, etc.). Como resumem Croft e Cruse (2004) e Taylor (2003), os seus principais postulados defendem que a língua não é uma faculdade cognitiva autônoma, que a gramática é conceitualização e que o conhecimento da língua emerge do uso.

Daí o estudo do significado dentro desse paradigma, a Semântica Cognitiva, voltar-se para os fenômenos do significado com base nas experiências do usuário da língua e no ambiente sociocultural em que ele se encontra. Eis porque Lakoff (1987), por exemplo, define sua abordagem como realismo experiencialista, o que implica dizer que o significado linguístico emerge como entidade natural e experiencial, porque ele se constrói a partir das interações físicas com o meio e não se limita ao domínio linguístico,[20] sendo incorporado-modelado por meio do compartilhamento entre a experiência humana e a existência corporal[21] e fundamentado em duas noções essenciais: o conceito e a imagem mental.[22]

Adaptada de Lôbner (2002), a figura 8 ilustra a esclarecedora versão cognitiva do triângulo semiótico de Ogden e Richards (1989), destacando as noções de **língua/expressão linguística**, **mente/conceito** e **mundo/referente** que envolvem o processo de conceitualização.

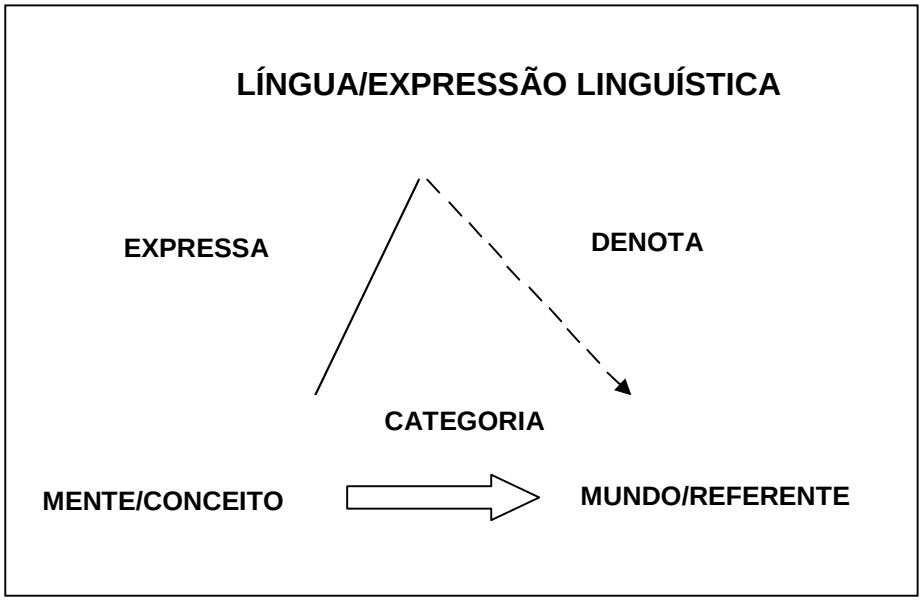
---

[20] De acordo com a Linguística Cognitiva, a aquisição da linguagem pela criança tem como ponto de partida os esquemas de movimento e as categorias de nível básico. Por exemplo, dos movimentos que a criança executa várias vezes em direção a determinados lugares emerge um esquema imagético cinestésico (uma memória de movimento) em que há um ponto de partida, um percurso e um ponto de chegada. Esse esquema, que surge diretamente da experiência corpórea com o mundo, fundamenta o significado das expressões linguísticas sobre o espaço. Enfim, o significado deriva de esquemas sensório-motores (LAKOFF; JOHNSON, 1980).

[21] Nessa perspectiva, o corpo serve de base experiencial para o entendimento do repertório de conceitos. Esse ponto de vista é decorrente de um modelo cognitivo mais recente que contesta a visão clássica cartesiana de que existe uma divisão entre mente e corpo. Segundo pesquisas recentes em neurociências, não é possível dissociar mente e corpo; o funcionamento da mente é determinado pela natureza dos nossos corpos. Daí o termo *corporificação* da mente.

[22] Para a Linguística Cognitiva, o conceito é uma representação mental particular que codifica o significado convencionalmente associado a um símbolo linguístico, isto é, a uma expressão da língua (os simples morfemas, as unidades lexicais e as construções sintagmáticas). Em outras palavras, trata-se de uma descrição mental – a ideia de um objeto, de um evento, de um fenômeno do mundo real ou imaginário – compartilhada pelos usuários da língua que lhes permite diferenciar entidades de um tipo das demais, ou seja, categorizá-las (LÔBNER, 2002, p. 173). Visto de outra perspectiva, as expressões da língua, por sua vez, dão acesso aos conceitos (HELBIG, 2006; LÔBNER, 2002). Os conceitos e as relações que se verificam entre eles são considerados elementos, prioritariamente, da estruturação cognitiva que parcialmente se manifesta no ato linguístico.

Figura 8: Versão cognitivista do triângulo semiótico



Fonte: Lôbner (2002, p. 25)

Assim, dessa perspectiva cognitivista, as unidades léxicas denotam, como também postula Jackendoff (1983), a realidade projetada, ou seja, uma representação mental da realidade que é construída pela mente humana e mediada pelos sistemas perceptual e cognitivo humanos. Elas ativam um ou mais domínios cognitivos[23] e, dependendo da abrangência do domínio, conceitos mais específicos são também evocados. Por exemplo, o domínio LOCALIZAÇÃO inclui os conceitos mais específicos RUA, BAIRRO, CIDADE, MUNICÍPIO, ESTADO, PAÍS[24], etc.

É importante aqui lembrar que é por meio de processos cognitivos, sendo os mais estudados a categorização de mundo, que envolve a prototipicidade (LÔBNER, 2002), através dos quais são estendidos os esquemas de imagem e as categorias para além das experiências físicas imediatas, passando-se para esferas de abstração. Como explica Lôbner (2002, p.173), categorizar algo é percebê-lo como sendo de certo tipo. A categoria=conceito IGREJA, por exemplo, consiste de todas as entidades que são incluídas nessa classe, ou seja, ela define um conjunto de elementos, denominados seus exemplares ou suas instâncias, que compartilham uma "semelhança de família". Por exemplo, a Igreja da Sé (da cidade de São

[23] Por "domínio cognitivo" entende-se a representação mental de parcelas cognitivamente organizadas do mundo: um conjunto de conhecimentos responsáveis pela organização de idéias e experiências relacionadas ao nosso sistema conceptual (LAKOFF, 1987).

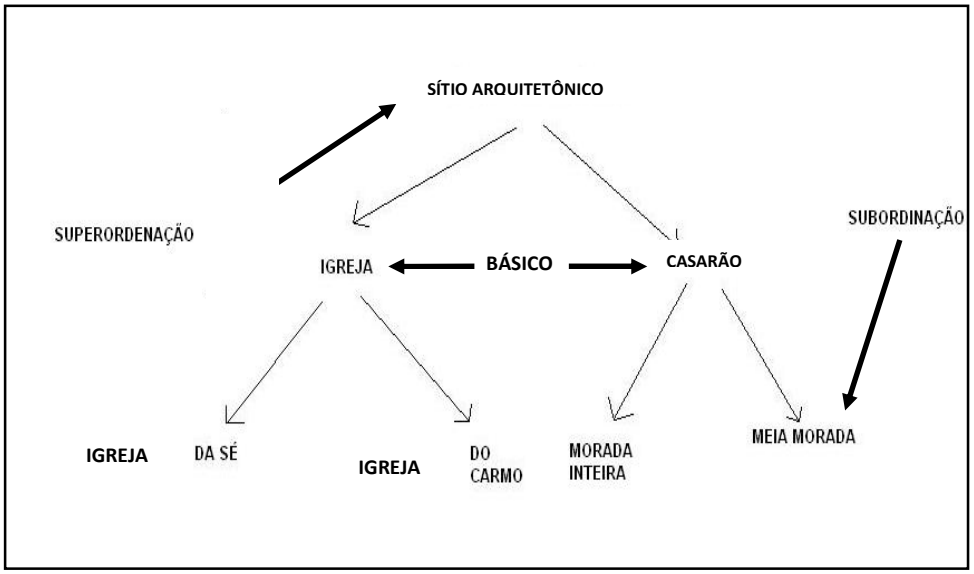
[24] Adota-se, neste texto, a tradição semântica de notação escrita dos conceitos: letras maiúsculas. Por exemplo, o conceito de igreja, evocado pela unidade léxica do português "igreja", é referido nesta tese por IGREJA.

Luís, MA) e a Igreja da Sé (da cidade de São Paulo, SP) são exemplares da categoria IGREJA DA SÉ que, por sua vez, está contida na categoria IGREJA.

Os efeitos de prototipicidade, necessariamente, não se manifestam conjuntamente em uma mesma categoria. Allan (2001, p. 45-46) qualifica o "efeito de intensão" como o conjunto de propriedades características de um membro prototípico de uma categoria. Ao se conceber protótipo como um caso abstrato definido por um conceito que fixa certos traços, os quais devem ser aplicáveis a uma grande parcela dos membros da categoria e a uma pequena parcela de não-membros, a intensão deve conter as propriedades mais salientes dos referentes (LÔBNER, 2002).[25]

As categorias conceituais e os efeitos de prototipicidade, como enfatiza Lakoff (1987, p. 68), são resultados do modo como organizamos o conhecimento – o qual ocorre por meio de domínios cognitivos, também denominados Modelos Cognitivos Idealizados (MCI) (LAKOFF, 1987). Dessa forma, as categorias não só sistematizam informações, mas também evidenciam o relacionamento entre elas e a sua organização hierárquica, que envolve os níveis **subordinado**, **central** (**básico**) e **superordenado** das categorias em dado domínio do conhecimento (CRUSE, 2004). A figura 9 ilustra esses níveis.

Figura 9: Níveis de categorização



Fonte: Adaptado de Cruse (2004)

[25] É oportuno salientar que os protótipos não existem concretamente no mundo real, mas são, antes, efeitos que têm a ver com julgamentos de representatividade, conforme enfatiza Rosch (1993). Uma categoria é motivada e organizada em torno de um membro prototípico com o qual os demais mantêm algum tipo de relação, que não é, necessariamente, o compartilhamento de traços comuns.

Na figura 9, a categoria SÍTIO ARQUITETÔNICO é denominada superordenada e a categoria IGREJA DA SÉ, subordinada**.** As categorias de nível central, como IGREJA e CASARÃO, desempenham papel de destaque no sistema cognitivo, por serem geralmente mais simples e serem mais diretamente representadas no sistema linguístico. De acordo com Cruse (2004) e Lakoff (1987), a importância das categorias de nível básico se dá em virtude destes fatores:

a) os referentes são rapidamente conhecidos;
b) os membros dessas categorias têm forma similar;
c) as categorias centrais visíveis permitem que se construa uma imagem mental dos seus membros;
d) as categorias de nível central são definidas pelo modo como se dá a interação com seus membros.

Nesse contexto, consideramos oportuno lembrar que Da Silva (1999, p. 16) enfatiza que as categorias linguísticas (unidades lexicais ou construções), consideradas materializações linguísticas de conceitos, são evidências do processo de prototipicidade, sintetizados no quadro 4:

> [...] os vários membros e propriedades de uma categoria possuem, geralmente, diferentes graus de saliência (uns são prototípicos e outros periféricos), agrupam-se, fundamentalmente, por similaridades parciais (e não necessariamente por um conjunto de propriedades comuns a todos), e os limites entre si bem como entre diferentes categorias são, geralmente, imprecisos.

Quadro 4: Efeitos de prototpicidade

Dimensão	Efeitos de prototipicidade	Exemplos
Não-igualdade	**No nível extensional** ⇓ Gera diferentes graus de representatividade entre os membros de uma categoria. **No nível intensional** ⇓ Impossibilita a elaboração de um conjunto de **traços semânticos comuns** a todos os membros da categoria.	**Observe:** O morcego é mamífero, tem asas e vive fora da água); O golfinho é mamífero, tem nadadeiras e vive na água e na terra); O ornitorrinco é mamífero, tem bico, põe ovos e vive na água). **Comentários:** Todos esses animais são colocados na categoria MAMÍFERO, mas os traços "ovíparo" e "aquático", essenciais para a caracterização do ornitorrinco, não são traços comuns a essa categoria. Daí a dificuldade de se definirem as unidades léxicas "morcego", "ornitorrinco" e "golfinho" em termos de traços semânticos comuns.
Não-descrição	**No nível extensional** ⇓ Causa flutuação na pertença de uma entidade a uma categoria pela ausência de limites nítidos da categoria. **No nível intensional** ⇓ É impossível o estabelecimento de **traços semânticos necessários e suficientes** para descrever os membros da categoria	**Observe:** O ornitorrinco põe ovos, vive na água e na terra, tem bico, amamenta seus filhotes e tem pelos. **Comentários:** Em que categoria incluí-lo? Daí a dificuldade de se definir a unidade léxica "ornitorrinco" em termos de um conjunto de traços necessários e suficientes e compatíveis com outros indivíduos que são também mamíferos.

Fonte: Da Silva (1999)

Conforme mostra o quadro 4, os quatro efeitos de prototipicidade que estão envolvidos na categorização,são resultantes da relação entre as dimensões "não-igualdade" e "não-descrição" e os níveis "extensional",(ou referencial), e "intensional", (ou semântico) de uma unidade léxica.

4.4 Mapeamento das relações léxico-conceituais

Para se estabelecer a contrapartida lexical da discussão anterior, esta subseção trata das relações que se estabelecem entre as unidades lexicais, por depreender que o sentido das expressões linguísticas constrói-se a partir de relacionamentos léxicos que efetivam

conexões de sentidos (inclusão, equivalência e oposição), principalmente, de parte-todo e de oposição, espelhando, assim, relações que se constroem no domínio cognitivo.[26]

Recorda-se que, em um domínio recoberto por unidades léxicas, as relações que se estabelecem entre elas podem ser sistematizados na dimensão paradigmática, como enfatizam Cruse (1985; 2004), Hirst (2001) e Lôbner (2002). Dentre elas, estão as relações de inclusão, equivalência e oposição. No caso da inclusão, as relações hierárquicas de destaque são a hiperonímia, e a sua inversa hiponímia, e a meronímia, e a sua inversa holonímia.

4.4.1 Relações de inclusão

A *relação de hiperonímia* é uma das mais importantes, por se tratar de relação hierárquica de inclusão de classes denotadas por unidades léxicas, partindo de uma classe genérica (denotada pela unidade hiperônima) para uma classe específica (denotada pela unidade hipônima). É criada, assim, uma dependência semântica entre as unidades léxicas, uma vez que há uma imposição de propriedades da classe genérica à classe específica. Lôbner (2002, p. 85) formaliza a hiponímia assim: uma unidade léxica A é hipônima de uma unidade léxica B quando o significado de B é parte do significado de A e A é subordinada a B. Por isso que unidades hipônimas podem substituir, em todos os contextos, sua unidade hiperônima. Por exemplo: na frase “A rosa é amarela”, a unidade léxica “rosa” pode ser substituída pela unidade hiperônima “flor”; analogamente, na frase “A preservação dos monumentos arquitetônicos é uma necessidade primordial”, a unidade léxica “monumento arquitetônico” pode ser substituída pela unidade “patrimônio cultural”. Sua inversa, a *relação de hiponímia*, é definida como a relação hierárquica de inclusão de classes denotadas por unidades léxicas que parte da classe específica (hipônima) para a genérica (hiperônima). No exemplo acima, dizemos que “rosa” é um hipônimo de “flor”; “monumento arquitetônico” é hipônimo de “patrimônio cultural”.

Ressaltamos, com base em Cruse (2004), que as relações de hiponímia contribuem para o estabelecimento de taxonomias (classificação arbórea)[27], como a que se pode estabelecer entre as unidades lexicais “monumento arquitetônico” e “patrimônio

---

[26] Acrescenta-se que essas relações constituem a base de estruturação dos conceitos dos formalismos de representação do conhecimento que se observam nas redes semânticas (como as do tipo WordNet) e as ontologias.

[27] Como define Cintra (1983, p. 9), uma taxonomia é construída apenas com a relação **é-tipo-de** e a sua topologia representa uma hierarquia em forma de árvore binária, não sendo possível nela expressar outros tipos de relação.

cultural", pois um monumento arquitetônico é um tipo de patrimônio cultural. A *relação de meronímia*, que se define em função da sua contrapartida, a *relação de holonímia*, estabelece uma relação não-hierárquica de inclusão de classes em que uma classe-parte é concebida como parte constitutiva da classe-todo. Assim, definem-se as unidades léxicas que denotam a classe-parte como merônimos e as unidades léxicas que denotam a classe-todo como holônimos. Trata-se, assim, da sistematização da relação **parte-de** que se estabelece, por exemplo, entre as categorias mão (todo) e dedo (parte), lexicalmente expressas no português pelas unidades léxicas "mão" (holônimo) e "dedo" (merônimo), respectivamente.

4.4.2 Relações de equivalência

Destaca-se, aqui, a *relação de sinonímia*, que, qualificada como um tipo de relação de equivalência semântica entre expressões lexicais da língua, materializa a possibilidade de descrição linguística de uma mesma coisa ou situação por meio de expressões formalmente distintas. Em "Ele comprou um carro" e "Ele comprou um automóvel", as unidades léxicas "carro" e "automóvel" são sinônimas e, consequentemente, as duas frases podem ser usadas para descrever uma mesma situação. Trata-se da sinonímia contextual (FELLBAUM, 1998), e a que, de fato, é relevante para os nossos propósitos de construção de "ontoléxicos", posto que, como a literatura aponta, a noção de sinonímia "perfeita" não existe e muito já se disse sobre isso.[28]

4.4.3 Relações de oposição

A *relação de antonímia* entre unidades lexicais (de uma mesma classe sintática) é concebida como uma relação de oposição em que o sentido de uma é definido como oposto ao sentido da outra porque as unidades denotam, respectivamente, dois extremos em uma gama de possibilidades (LÔBNER, 2002; ILARI, 2006). Por exemplo, ao tomarmos os atributos escalares de idade, maturidade, altura e peso, ou seja, os parâmetros comuns para o estabelecimento da oposição (qualidades, ações e relações, por exemplo), formam-se,

[28] Como mostra Ilari (2006, p. 169), o uso de expressões sinônimas é assunto complexo e regulado por fatores como: a fidelidade às características regionais da fala (é o caso da unidade lexical "sentinela", usado em Minas Gerais para denotar velório); diferenças de sentido que podem assumir grande importância num discurso técnico (é o caso de "roubo" e "furto", que, na perspectiva jurídica, têm valores diferentes); diferenças entre os objetos de que se fala ("mandioca", "aipim" e "macaxeira"); grau de formalidade da fala; a preocupação em destacar, no objeto descrito, certos aspectos de forma ou função.

respectivamente, os seguintes pares de unidades antônimas: “novo” e “velho”, “jovem” e “velho”, “alto” e “baixo” e “leve” e “pesado”. Generalizando: a relação de oposição pode, como salienta Ilari, ter fundamentos diferentes. Assim, as unidades lexicais podem denotar diferentes posições numa mesma escala (“quente” e “frio” – escala de temperatura); o início e o fim de um mesmo processo (“nascer” e “morrer”); os diferentes papéis num mesmo evento (“bater” e “apanhar”, “dar” e “receber”). Ou ainda, como sinaliza Lôbner (2002), a noção de oposição pode ser muito mais complexa, abrangendo vários tipos de oposições de sentido além da antonímia geral: oposição direcional, oposição complementar, heteronímia, contrariedade e conversibilidade. São exemplos: na oposição direcional, as unidades lexicais se relacionam a partir da oposição em relação a um eixo que pode ser temporal (“antes” e “depois”, “passado” e “futuro”, “hoje” e “amanhã”, “desde” e “até”), vertical ou horizontal (“alto” e “baixo”, “para frente” e “para trás”, “subir e descer”, “em cima” e “em baixo”); na oposição complementar, os opostos são logicamente complementares e não permitem gradação (“par” e “ímpar”). Já a heteronímia é definida pela negação da complementaridade, gradiência e de extremos opostos, mas tendo, em geral, um hiperônimo em comum e envolvendo mais de duas unidades léxicas (“cachorro” e “homem”, um exclui o outro e ambos são hipônimos de “mamífero”); na contrariedade, há gradiência e a oposição de papéis (“antes” e “depois”, “marido” e “mulher”, “bonito” e “feio”); na conversibilidade, ocorre, necessariamente, a comutação das unidades (“filho” e “mãe”, “filho” e “pai”).

4.5 Lidando com a polissemia e homonímia

Os fenômenos da polissemia e da homonímia instauram nos estudos da linguagem uma distinção controversa, porque nem sempre é possível precisar se está diante de uma mesma forma linguística com sentidos distintos, porém associados de alguma maneira, o fenômeno da polissemia; ou diante de formas linguísticas diversas, com sentidos diversos, mas aparentemente idênticas, o fenômeno da homonímia (ILARI, 2006; LÔBNER, 2002; OLIVEIRA, 2008). Essa controvérsia, por sua vez, alerta para necessidade de se trabalhar, nas análises e na construção de léxicos com unidades léxicas e não itens léxicos, pois aquelas são as abstrações não polissêmicas e não homônimas destes.

A *polissemia*, por exemplo, pode ser ilustrada com o uso do item léxico “cabeça”, que nos diferentes contextos de uso, instaura diferentes unidades léxicas, ou seja, esse item léxico pode ser abstraído em termos destas unidades léxicas: “cabeça” enquanto “a

extremidade superior do corpo humano que contém os órgãos da visão, da audição, do olfato, etc.; “a parte da cabeça coberta pelo couro cabeludo”; “a sede da razão, do raciocínio”; “um tipo de pessoa muito inteligente e culta”; “a extremidade mais dilatada de um objeto” (FERREIRA, 2004, p. 348).

Já a homonímia, pode ser ilustrada pelas duas unidades léxicas “manga” (fruta) e “manga” (parte de roupa).[29]

Em suma, as definições desses fenômenos podem ser colocadas em termos simples, mas a discriminação na prática não é tarefa fácil. Lyons (1987, p. 87), à luz da sincronia e da diacronia, comenta que,

> [...] mesmo que se evidencie, por meio de estudos diacrônicos, que os significados de determinadas palavras estão relacionados entre si, comprovando a polissemia das palavras em questão, o que importa é a percepção sincrônica dos falantes-ouvintes: [...] se os falantes-ouvintes acharem que não há semelhança, eles considerarão as palavras em questão homônimas.

Concluí-se, então, que é possível depreender que a **intuição** linguística do usuário da língua é o critério relevante para a diferenciação entre polissemia e homonímia, sobretudo porque, como sinaliza Ullmann (1964, p. 378-379), os homônimos não são o problema para a análise, pois “[...] muitos homônimos só existem em teoria; na prática não há qualquer risco de confusão, uma vez que pertencem a diferentes classes de palavras.” [30]

4.6 Enriquecendo a especificação do significado lexical com a ‘estrutura *qualia*’

As relações e constructos até aqui abordadas possibilitam o estabelecimento de uma estruturação das unidades lexicais e conceitos por elas lexicalizados em termos de estruturas e relações gerais, ou seja, em temos de campos lexicais/semânticos, de conexões entre unidades léxicas e conceitos e de relações entre unidades léxicas. Para se apreciar relações mais específicas que se estabelecem no núcleo de significação de uma unidade léxica, conta-se, hoje, com contribuições da Teoria do Léxico Gerativo (TLG), modelo proposto por Pustejvosky (1995), em particular, com o construto “Estrutura *Qualia* (do inglês *Qualia Structure*). Na TLG, propõe-se que a Estrutura *Qualia* deve descrever estes quatro

[29] Lembramos que as formas homônimas podem ser subdivididas em homógrafas como “espeto” (substantivo) e espeto (verbo) e homófonas como “banco” (instituição financeira) e “banco” (móvel).
[30] Por outro lado, diz ele, (ULLMANN, 1964, p. 375), “[...] é impossível imaginar uma língua sem polissemia, ao passo que uma língua sem homônimos não seria apenas concebível: seria, de fato, mais eficiente”.

papéis que caracterizam os aspectos relacionais do significado de uma unidade léxica, com base em Pustejovsky (1995, p. 85-86, grifo nosso):

a) **O papel formal** –que permite distinguir o objeto denotado pela unidade léxica dentro de um domínio maior: i. Orientação, ii. Magnitude, iii. Forma, iv. Dimensionalidade, v. Cor, vi. Posição;
b) **O papel constitutivo (ou de partes constituintes)** – que permite **estabelecer** a relação entre o objeto denotado pela unidade léxica e os seus constituintes (suas partes próprias): i. Material, ii. Peso, iii. Partes e elementos componentes;
c) **O papel télico** – que permite descrever o propósito e a função do objeto denotado pela unidade léxica: i. Propósito que um agente tem ao realizar uma ação, ii. Função integrada ou objetivo que especifica certas atividades;
d) **O papel agentivo** – que permite descrever os fatores envolvidos na origem ou na 'causa' do objeto denotado pela unidade léxica: i. Criador, ii. Artefato, iii. Classe natural, iv. Cadeia causal.

Com essa possibilidade de estruturação sistemática do significado contextual mínimo da unidade léxica, reuni-se mais esse instrumental descritivo para melhor descrever as relações que estruturam os elementos constitutivos do ontoléxico em discussão nesta tese, como ilustra o quadro 5, em que se apresenta uma descrição parcial e ilustrativa dos papéis *quale* que podem ser propostos para as unidades léxicas "azulejo", "bumba- meu- boi", "igreja", "festividade" e "praia".

Quadro 5: Descrição ilustrativa de papéis *quale* que se associam a unidades léxicas

Unidades Lexicais	**Estrutura Qualia *(papéis quale)***			
	Formal	**Constitutivo**	**Télico**	**Agentivo**
"azulejo"	[objeto,...]	[cerâmica,...]	[ornamentar, revestir,...]	[artefato]
"bumba-meu-boi"	[ritual,...]	[ator, adorno, música...]	[entreter,...]	[manifestação cultural]
"igreja"	[edificação]	[nave, pórtico, altar,...]	[orar, reunir,...]	[artefato]
"festividade"	[comemoração,...]	[música,fato, ...]	[entreter,...]	[manifestação cultural]
"praia"	[acidente geográfico,...]	[mar, areia,...]	[entreter,...]	[configuração natural]

A partir das informações do quadro 6 é possível inferir, por exemplo, que azulejo é um objeto, artefato, constituído por cerâmica e que tem como função revestir e ornamentar ambientes, inferências que auxiliaram na elaboração do inventário do DCPCSL.

4.7 Recorrendo a acervos léxico-conceituais já estrutrados: as redes *WordNet* e *FrameNet*

Como consta na introdução deste trabalho, um dos nossos objetivos específicos é delimitar as principais categorias conceituais e o mapeamento das relações tanto taxonômicas (hierárquicas) quanto horizontais (não–hierárquicas) do domínio DCPCSL. Nessa busca, informações léxico-conceituais já estruturadas são de crucial relevância para agilizar esse difícil trabalho de seleção de unidades lexicais e conceituais e de especificação de relações entre elas. Destacam-se, como acervos estruturados desse tipo de informação, duas redes disponíveis em formato digital: a WordNet de Princeton e a FrameNet.

4.7.1 A rede *WordNet*

Criada, em 1985, na Universidade de Princeton, para modelar parcela significativa do léxico mental do inglês, a rede WordNet de Princeton (WN.Pr) é concebida como uma base relacional de dados lexicais que sistematiza as categorias lexicais como substantivos, verbos, adjetivos e advérbios em função das relações de sentidos discutidas na subseção 4.4 (sinonímia, antonímia, meronímia, hiperonímia e hiponímia), visando a modelagem do conhecimento léxico-conceitual que os falantes possuem de sua língua.

O formato da rede WordNet estende-se a outras línguas como, por exemplo, ao português brasileiro – WordNet.Br (DIAS DA SILVA, 2003, 2008), como ao português europeu – WordNet.Pt (MARRAFA, 2001).

Na *wordnet*, cada sentido de um item lexical é representado por meio de um *synset*, que é definido como um conjunto de itens lexicais agrupados pela relação de sinonímia contextual (DIAS DA SILVA, 2007; HIRST, 2003). De acordo com Miller e Fellbaum (1991, p. 202), a sinonímia contextual é a relação lexical constitutiva da *WordNet*, uma vez que ela agrupa os itens lexicais em conjunto de *synsets*. Dessa forma, o sentido de um item lexical emerge do complexo de relações que a rede permite exprimir (MARRAFA, 2001, p. 19). Os *synsets* assim formados ligam-se uns aos outros por meio de indicadores que

representam as relações de subordinação/superordenação (hiponímia/ hiperonímia) parte-todo (meronímia/holonímia) e de oposição de sentidos (antonímia), discutidas nas seções anteriores. A relação de hiperonímia é utilizada na rede para organizar os substantivos em hierarquias, definidas pelo seu hiperônimo, isto é, pela relação (**is-a**). Por se tratar de uma rede semântica de representação de informação léxico-conceitual, na *wordnet*, os nós são representados pelos *synsets* e os arcos que ligam os nós, por sua vez, representam as diferentes relações semânticas codificadas na rede. Por fim, é importante observar que,em uma *wordnet*, os conceitos codificados nos *synsets* são explicitados por meio de glosas, ou seja, de definições informais, e os itens léxicos são contextualizados por frases-exemplos, que lhes fornecem os co-textos mínimos de uso.

A título de exemplificação da representação das relações hierárquicas de uma *wordnet*, a figura 10 apresenta três sentidos do substantivo do inglês “celebration”, respectivamente representados pelos *synsets* {celebration, jubilation}, {celebration, festivity} e {celebration, solemnization, soleminisation}, e os *synsets* hiperônimos de cada um deles, indicados pelos recuos de texto.

Figura 10: Três sentidos do substantivo do inglês “celebration” representados por *synsets* e os seus respectivos hiperônimos

Sense 1
{06995261} <noun.event> celebration, jubilation -- (a joyful occasion for special festivities to mark some happy event)
=> {06992125} <noun.event> affair, occasion1, social occasion, function, social function -- (a vaguely specified social event; "the party was quite an affair"; "an occasion arranged to honor the president"; "a seemingly endless round of social functions")
=> {06841042} <noun.event> social event -- (an event characteristic of persons forming groups)
=> {00025950} <noun.Tops> event -- (something that happens at a given place and time)

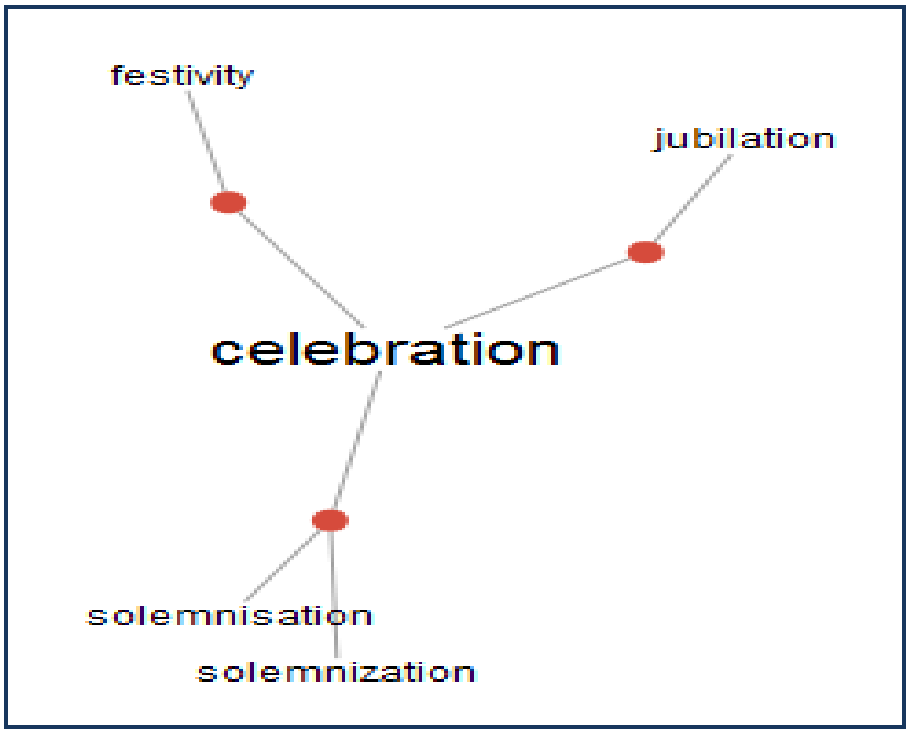
Sense 2
{00484445} <noun.act> celebration, festivity -- (any joyous diversion)
=> {00405043} <noun.act> diversion, recreation -- (an activity that diverts or amuses or stimulates; "scuba diving is provided as a diversion for tourists"; "for recreation he wrote poetry and solved crossword puzzles"; "drug abuse is often regarded as a form of recreation")
=> {00389883} <noun.act> activity -- (any specific activity; "they avoided all recreational activity")
=> {00026194} <noun.Tops> act, human action, human activity -- (something that people do or cause to happen)

Sense 3
{00491179} <noun.act> celebration1, solemnization, solemnisation -- (the public performance of a sacrament or solemn ceremony with all appropriate ritual; "the celebration of marriage")
=> {00971086} <noun.act> ritual1 -- (the prescribed procedure for conducting religious ceremonies)
=> {00392523} <noun.act> practice, pattern -- (a customary way of operation or behavior; "it is their practice to give annual raises"; "they changed their dietary pattern")
=> {00389883} <noun.act> activity -- (any specific activity; "they avoided all recreational activity")
=> {00026194} <noun.Tops> act, human action, human activity -- (something that people do or cause to happen)

Fonte: *WordNet* (2011)

A figura 11, por meio do aplicativo WordVisual, ilustra, de modo esquemático, os três sentidos da figura 10.

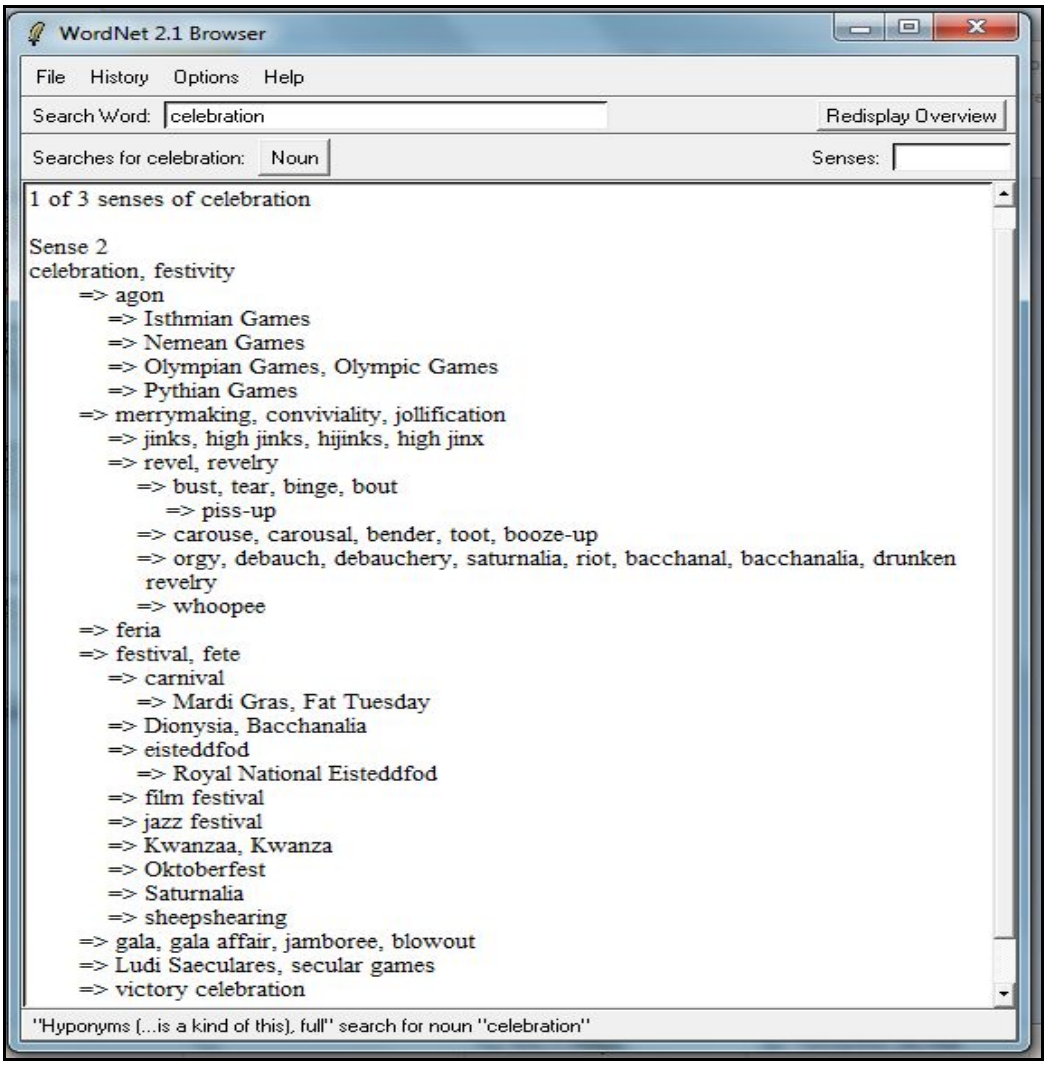
Figura11: Representação gráfica dos três sentidos do substantivo "*celebration*"



Fonte: WordVisual (2011)

A relação de hiperonímia ilustrada na figura 10, no segundo sentido (celebração, festividade), estende-se do *synset* {*diversion, recreacion*} ao *synset* {*entity*}. Observa-se que, em termos gráficos, a relação de hiperonímia é apresentada em forma de recuo do texto entre os diversos níveis hierárquicos, o que permite conhecer outros conceitos bem como os respectivos itens lexicais que os revestem lexicalmente. A relação de hiponímia, como ilustra a figura 12, possibilita o conhecimento de conceitos e itens léxicos hipônimos desse mesmo substantivo como, por exemplo, "festival", "agon", "gala", "Olympic Games", "Saturnalia", "secular games" etc.

Figura 12: Parte dos hipônimos do substantivo "*celebration*"



Fonte: *WordNet* (2011)

4.7.2 A rede *FrameNet*

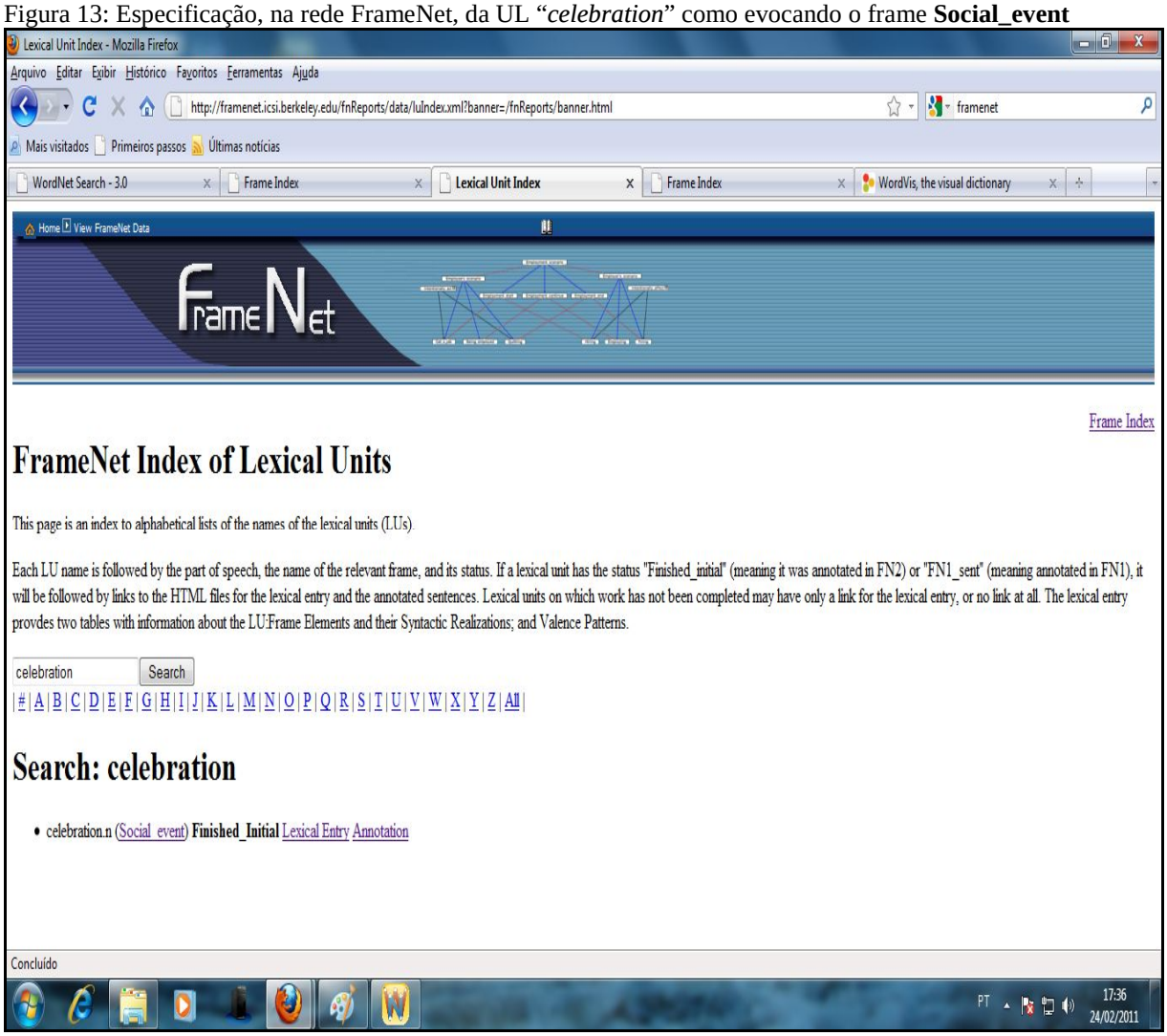
Idealizada por Filmore, na Universidade de Berkeley, a rede FrameNet é uma rede de dados lexicais estruturada em termos de *frames* semânticos específicos que capturam o conhecimento contextual sintagmático mínimo para a interpretação do sentido das unidades lexicais. A rede compõe-se por três componentes, a saber: o léxico, a base de *frames*, com a descrição da estrutura conceitual de cada *frame* e dos elementos que participam dessa estrutura, ou seja, os *frames elements* (FEs) e as sentenças-modelo anotadas e extraídas de *corpora*.

A figura 13 mostra a interface-web de consulta da rede *FrameNet*, em que se aprecia o relacionamento entre seus componentes. Na parte superior, apresenta o índice

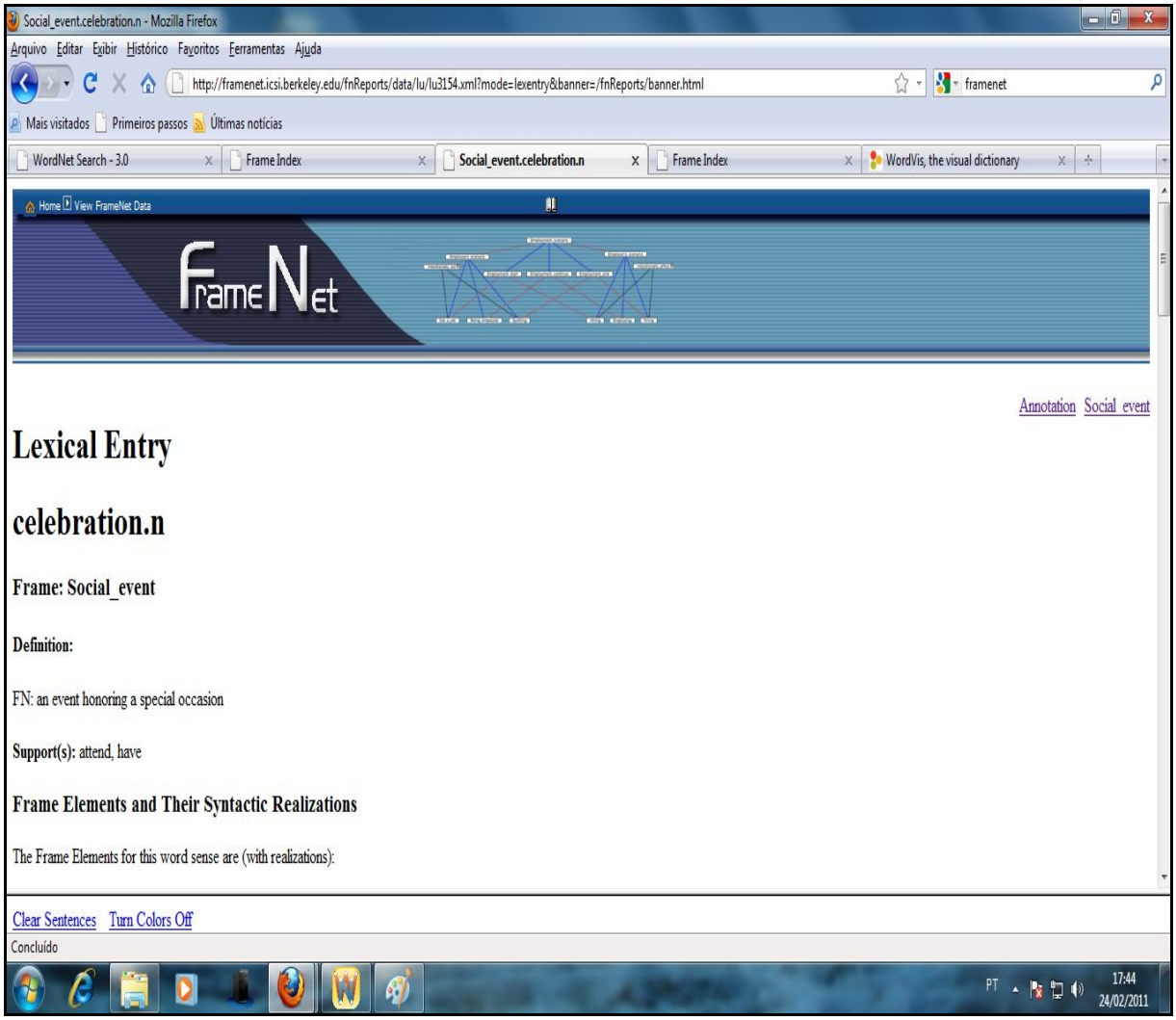
alfabético das Unidades Lexicais (ULs), com o exemplo de consulta da UL do inglês "celebration"; na parte inferior, mostra a definição dessa UL como **evocando** o *frame* **Social-event**, assim definido:

> A **Social-event** occurs at which **Attendees** are present to conduct a social function or joint activity. The **Social-event** is often a party or celebration, in which case it is possible to express someone who is being honored (the **Honoree**) or its function may be to celebrate an **Occasion** at which Attendees are present. Often, a specific **Attendee**, the **Host**, provides a venue for people to gather (FRAMENET, 2011, não paginado, grifo nosso).[31]

Figura 13: Especificação, na rede FrameNet, da UL "*celebration*" como evocando o frame **Social_event**



[31] Disponível em: <http://framenet.icsi.berkeley.edu/fnReports/data/frameIndex.xml?frame=Social_event> Acesso em: 10 mai 2011.



Conforme ilustra a figura 14, o *frame* **Social-event** relaciona-se com outros *frames* (**Social-event-collective** e **Social-event-individual)** e é também evocado por uma série de outras ULs, além da UL "celebration": ball.n, banquet.n, barbecue.n, bash.n, celebration.n, dance.n, dinner.n, dinner-party.n, fair.n, feast.n, festival.n, fete.n, gala.n, get-together.n, host.v, jollification.n, meeting.n, party.n, picnic.n, rave.n, reception.n, shindig.n, social.n, soiree.n.

Convém destacar que, mesmo que nesta tese não haja um propósito em se descreverem cenas do DCPCSL, constructos adotados no *FrameNet*, como o conjunto de ULs e os frames auxiliam na descrição dos conceitos e ULs gerais do DCPCSL. Nota-se, sobretudo, que uma rede *FrameNet* configura-se como uma espécie de dossiê de cenas e unidades léxicas a elas associadas por meio de papéis semânticos informativos e relevantes para o estabelecimento do "ontoléxico" alvo deste estudo.

Figura 14: O frame semântico **Social-event**, com seu FEs e ULs

Social_event

Definition:

A Social_event occurs at which Attendees are present to conduct a social function or joint activity. The Social_event is often a party or celebration, in which case it is possible to express someone who is being honored (the Honoree), or its function may be to celebrate an Occasion at which Attendees are present. Often, a specific Attendee, the Host, provides a venue for people to gather.

Sue *threw* a PARTY for Bob's birthday.

Who will HOST the Olympic games in eight years?

FEs:

Core:

Attendee [Att]	Attendee is used for the people who come to the Social_event. The whole group attended the PARTY.

Core Unexpressed:

Social_event [Soc]	This FE identifies the Social_event itself. The department PICNIC was lots of fun.

Non-Core:

Degree [Degr] **Semantic Type:** Degree	This FE identifies the Degree to which the Social_event occurs.
Descriptor []	A characteristic of the social_event.
Duration [Duration] **Semantic Type:** Duration	This FE identifies the Duration of time for which the Social_event is ongoing.
Frequency []	This FE describes how often the Social_event occurs.
Honoree [Hon]	The person for whom the Social_event is held. I threw a PARTY for Josef.
Host [Host]	The Host is the person or organization that hosts the Social_event. In cases where an individual stands in for an organization, the host may be marked twice. Ron threw a PARTY. President Reagan hosted a state BANQUET. The FE Host is also used in ambiguous cases, such as: Church PICNIC.
Manner [Manr] **Semantic Type:** Manner	This FE identifies the Manner in which the Social_event occurs.
Name []	The Name of the Social_event.
Occasion [Occ]	The Occasion for which the Social_event is held.
Period_of_iterations []	COD: The length of time from when the event denoted by the target began to be repeated to when it stopped.
Place [Place] **Semantic Type:** Locative_relation	This FE identifies the Place where the Social_event occurs.
Refreshment [Ref]	Refreshment is used for the meal, food or drinks that are served at the Social_event. I enjoy a tasteful dinner PARTY. I attended a cocktail PARTY and drank myself silly. First layer: I attended a BANQUET on Saturday. Second layer: I attended a BANQUET on Saturday.

Style [Sty] This FE identifies the Style of the Social_event and its level of formality, indicating appropriate dress for participants and/or the kind of activities in which they engage.

Lee hosted a formal PARTY.

Abby's garden PARTY was successful.

Time [Time] This FE identifies the Time when the Social_event occurs.

Semantic Type: Time

Frame-frame Relations:

Inherits from:
Is Inherited by: Social_event_collective, Social_event_individuals
Perspective on:
Is Perspectivized in:
Uses: Eventive_affecting
Is Used by:
Subframe of:
Has Subframe(s):
Precedes:
Is Preceded by:
Is Inchoative of:
Is Causative of:
See also:

Lexical Units:

ball.n, banquet.n, barbecue.n, bash.n, celebration.n, dance.n, dinner.n, dinner-party.n, fair.n, feast.n, festival.n, fete.n, gala.n, get-together.n, host.v, jollification.n, meeting.n, party.n, picnic.n, rave.n, reception.n, shindig.n, social.n, soiree.n

Fonte: *FrameNet* (2011)

Por se tratar de estruturas semânticas de representação do conhecimento, essas redes em muito podem ajudar na identificação do léxico de um dado domínio. São por assim dizer, como se mostrará na seção a seguir, um ponto de partida para tal empreitada, uma vez que são explicitados tanto a relação entre os *synsets* (*Wordnet*) como os atributos e elementos relacionados as unidades lexicais do *frame*, (*FrameNet*) ou seja, da cena.

5 CARACTERIZAÇÃO GERAL DA CORRELAÇÃO LÉXICO-ONTOLOGIA

As discussões acerca da complexa relação entre léxico e ontologia há muito atravessaram a barreira do domínio linguístico e passaram (pelo menos tende) a fazer parte do cotidiano de outros domínios como a Arquitetura da Informação e a Representação do Conhecimento, a Ciência da Informação, a Terminologia, dentre outros. Tal discussão apóia-se, em seu aspecto mais elementar e inegável, nos estudos teóricos realizados pela Linguística - notadamente pela Semântica Lexical - destinados à compreensão e organização do léxico.

Esses estudos assumem relevante papel no desenvolvimento de sistemas inteligentes e de inúmeras aplicações em Inteligência Artificial que necessitam processar a linguagem humana, a exemplo de bases de conhecimento lexical, sumarização, tradução automática, PLN e tantos outros que se beneficiam dos conhecimentos gerados por tais empreendimentos.

A complexa relação entre léxico e ontologia é analisada por Hirst (2004) como um processo de constituição e permanente reconstituição do significado e uso da palavra e passa, portanto, pela relação linguagem, cognição e mundo. Passa também pela melhor caracterização do que se consideram léxico e ontologia, temática que será abordada nesta seção.

Conforme aludido anteriormente, as ontologias definem-se como especificações de estruturas de conceitos que caracterizam domínios do conhecimento ou da experiência, incluindo, entre seus construtos, um vocabulário descritivo para a definição de classes/subclasses, de relações e de funções, ou seja, é uma estrutura que pode ser utilizada para descrever o significado das unidades lexicais em contextos específicos. O léxico por sua vez, é pode ser concebido como uma estrutura constituída de unidades léxicas e por relações de natureza como as descritas na seção 4 entre essas unidades.

Pode-se notar que a relação entre léxico e ontologia se estabelece pelo fato de que ambos os constructos manipulam conceitos, posto que:

a) as unidades lexicais associam-se a conceitos;
b) uma ontologia é constituída de conceitos e de relações formais entre eles;
c) as unidades lexicais estruturam-se no léxico da língua por meio de relações de sentido (sinonímia, antonímia, hiponímia, etc.), que, como já se mostrou, são contrapartidas aproximadas de relações lógico-conceituais que se estabelecem entre os conceitos de uma ontologia;

d) os conceitos estruturam-se na ontologia por meio de relações lógico-conceituais específicas (taxonomia e partonímia).

Já que as palavras denotam conceitos e estes são os elementos básicos que estruturam/constituem uma ontologia, questiona-se porque não se utilizam as palavras da língua para descrever a ontologia? A resposta está na nossa subseção 4.5: a polissemia e a homonímia precisariam ser eliminadas da língua, pois em uma ontologia não há lugar para esses fenômenos. Questiona-se também como é possível, a partir de palavras, se construir uma ontologia, pela mesma razão apontada?

Acrescente-se a esse fato a distinção fundamental entre léxico e ontologia. Segundo Hirst (2004), que uma ontologia não é um objeto linguístico, mas uma estrutura formal de representação de um conjunto de categorias de entidades do mundo e das relações que se estabelecem entre elas. Já o léxico é um objeto linguístico, é parte de uma língua natural e constitui-se das unidades mínimas significativas que a compõem. Porém, embora o léxico contenha as unidades lexicais que representam categorias conceituais, as quais são representadas na ontologia, há categorias que não são lexicalizadas, dado que uma língua não comporta todas as categorias, pois "[...] cada língua exibe lacunas lexicais em relação a outras línguas" (HIRST, 2004, p. 221). A esse respeito, Hirst (2004, p. 221) destaca a relação intrínseca entre linguagem, cognição e mundo, apresentando a tese de que o pensamento está refletido na linguagem (por extensão, no léxico), que se estrutura a partir de processo de cognição. Essa relação, portanto, deve ser considerada na análise da relação léxico/ontologia, pois além dos elementos denotativos do significado que se referem ao mundo, os sentidos das unidades lexicais também têm conotação, vinculada, por sua vez, ao contexto atitudinal de quem a utiliza. Esse fenômeno é sublinhado na seção 5, em que se apresentam os tipos de significado.

Como concepção final, Hirst (2004, p. 22) diz que a fragilidade na distinção entre esses dois construtos teóricos (léxico e ontologia) em nada deve impedir que um auxilie na elaboração e/ou desenvolvimento do outro, pois "[...] um léxico com organização hierárquica em muito pode auxiliar na construção de ontologia, da mesma forma que uma ontologia pode servir de base para a construção de um léxico". Acrescenta ainda o autor que a ontologia pode auxiliar na interpretação dos significados dos itens lexicais, uma vez que tem o papel de espelhar os conceitos (de um dado domínio) do mundo. E onde há uma ontologia, conseqüentemente, há uma estrutura conceitual por ela estruturada.

Entretanto, em uma ontologia, ao invés de palavras, utilizam-se ULs, ou seja, formas monossêmicas ou artificialmente "monossemizadas" da língua. Assim, é possível utilizar ULs para descrever conceitos de uma ontologia, já que, por definição, o sentido de uma unidade lexical associa-se a um conceito específico e determinado.

Pode-se, assim, depreender que o imbrincamento entre léxico e ontologia passa pela compreensão de que o primeiro – o léxico – trata de um aspecto eminentemente da língua, da significação de uma unidade lexical, enfim do aspecto semântico; a segunda – a ontologia – trata da interpretação e à representação dessa unidade lexical em um domínio do conhecimento humano.

Por isso, é que se pode dizer que há uma aproximação desses dois construtos: os tipos de relações, ou seja, as relações lógico-conceituais que se estabelecem numa ontologia podem ser também observadas de modo particular nas relações léxico-semânticas que se estabelecem entre as unidades do léxico, a exemplo da partonomía, nas línguas, poder manifestar-se na meronímia. Daí, como argumenta Hirst (2004), ser possível a construção de ontologias a partir da investigação das relações que se estabelecem entre os itens lexicais de uma língua natural. A guisa de ilustração, o quadro 6 explicita a correlação entre léxico e ontologia.

Quadro 6: Exemplificação de correlações estruturais e semântico-conceituais entre conceitos do DCPCSL (ontologia) e unidades lexicais (léxico)

Conceitos da Ontologia	**WordNet**			***FrameNet***	
	Conceitos Lexicalizados (WordNet.Pr)	**Conceitos Lexicalizados (WordNet.Br)**	**Tipo Semântico**	**Frame Semântico**	**Tipo Semântico**
IGREJA	{church, church building}	{igreja, santuário, templo}	<noun. artifact>	Buildings	Artifact
FLORESTA	{forest, woodland, timberland, timber }	{bosque, floresta, mata, selva}	<noun.object>	Biologica-area	Location
FESTIVIDADE	{celebration, festivity}	{festa, festejo, festividade}	<noun. act>	Social-event	-
MONUMENTO	{memorial, monument}	{monumento}	<noun. artifact>	Create-physical-artwork	Sentient
ARTESÃO	{craftsman, crafter}	{artesão, artífice, artista}	<noun.person>	Create-physical-artwork	Sentient
PARQUE	{park, parkland}	{parque}	<noun. location>	Locale-by-use	Location

Valendo-se de informação estruturada nas redes *WordNet* e *FrameNet*, o quadro 6 apresenta uma amostragem das correlações estruturais e semântico-conceituais que se pode estabelecer entre os conceitos do DCPCSL (ontologia) e as unidades lexicais (léxico) que os lexicalizam no português e no inglês. Nesse quadro, depreende-se, por exemplo, que o conceito IGREJA, caracteriza-se como um artefato, lexicaliza-se nos substantivos “church”e “church building” (no inglês) e “igreja”, “santuário”e “templo” (no português) e evoca o *frame* semântico *Building*.

O conceito FESTIVIDADE, por sua vez lexicaliza-se nos substantivos “celebration” e “festivity” (no inglês) e “festa”, “festejo” e “festividade” (no português), evoca o *frame s*emântico *Social-event*

6 CARACTERIZAÇÃO GERAL DAS FONTES PARA A EXTRAÇÃO DOS CONCEITOS E UNIDADES LÉXICAS

Para estabelecer à identificação, seleção e organização das unidades lexicais que "revestem" lexicalmente os conceitos do DCPCSL, procedeu-se à consulta a fontes selecionadas de diferentes gêneros (científico, cientifico de divulgação e informativo), descritos ao longo desta subseção, na perspectiva de garantir, na medida do possível, delimitação do corpus do domínio (ALMEIDA, 2006; AUGER; RUSSEU, 1987).

Conforme alerta Almeida (2006, p. 88), é de extrema importância a variação de gêneros para compor um *corpus*, pois, além de constituir uma amostra mais fiel das possibilidades comunicativas de um determinado domínio permite encontrar contextos definitórios ou explicativos para a elaboração das definições. Do criterioso levantamento do *corpus*, depende tanto o rigor do trabalho a ser empreendido quanto o valor do léxico.

Vale ressaltar que na atualidade a definição de *corpus* na IA fica restrita a formato eletrônico, embora permita o uso de um conjunto de textos em diferentes formatos, como os adotados para extração dos termos e conceitos na pesquisa.

A pesquisa bibliográfica e documental realizada para localizar as fontes constituintes do nosso *corpus* ocorreu, principalmente, no acervo da biblioteca do IPHAN em São Luís, onde foram encontrados mais de 200 itens - entre livros, periódicos, jornais, cartazes, relatórios, inventários, decretos, leis dentre outros, relativos a patrimônio cultural em geral, bem como de algumas categorias específicas, a exemplo de tambor de crioula, bumba-meu-boi, patrimônio arquitetônico, ou seja, do patrimônio cultural de São Luís do Maranhão. Pesquisou-se também, na Biblioteca Roldão Lima (BRL), do Centro de Cultura Popular Domingos Vieira Filho, Biblioteca Pública Benedito Leite (BPBL), Casa de Cultura Josué Montelo e Casa do Maranhão, bem como nas bibliotecas da UNICAMP e USP, por meio de consulta às suas bases *on line* e na Biblioteca Virtual de Teses e Dissertações do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT).

Sobre o tipo das fontes constituintes do *corpus*, estas foram classificadas em dois grupos: as fontes textuais não-estruturadas e as fontes estruturadas, descritas a seguir.

6.1 As fontes não-estruturadas

As fontes documentais de referência são obras gerais sobre patrimônio cultural e obras específicas sobre o patrimônio cultural de São Luís. As primeiras se referem às bases teóricas gerais de patrimônio cultural e visam a possibilitar o conhecimento e o entendimento de suas origens, legislação, conservação, preservação, tipos, enfim favorecem uma primeira aproximação enciclopédica do domínio. As segundas tratam, especificamente, dos fundamentos de uma instância específica de patrimônio cultural: Centro Histórico de São Luís.

As obras que constituem o *corpus* (livros, dissertações, artigos de periódicos, boletins informativo, boletins da Comissão Maranhense de Folclores, teses, artigos de jornais, leis), estão descritas nos quadros 7 e 8.[32]

Quadro 7: Obras gerais

- ✓ Preservação do patrimônio cultural: nossas casas e cidades, uma herança para o futuro (BESSSA, 2004);
- ✓ Monumentalidade e cotidiano: o patrimônio cultural como gênero de discurso (GONÇALVES, 2002);
- ✓ A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil (GONÇALVES, 1996);
- ✓ Bens culturais: instrumento para um desenvolvimento harmonioso (MAGALHÃES, 1985);
- ✓ E triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil (1985);
- ✓ Bens móveis e imóveis inscritos nos livros do tombo do patrimônio histórico e artístico nacional (SPAN PRÓ-MEMÓRIA, 1982);
- ✓ Do patrimônio cultural (COELHO, 1992);
- ✓ Ecologia, cultura e turismo (PELLEGRINI FILHO, 1993);
- ✓ Da Proteção cultural: o tombamento como principal instituto (PIRES, 1994);
- ✓ Interpretar o patrimônio: um exercio do olhar (MURTA; ALBANO, 2002);
- ✓ Guia dos bens tombados (CARRAZZONI, 1987);
- ✓ Requesitos técnicos para caracterização de patrimônio da humanidade (UNESCO, 1998);
- ✓ A UNESCO e as políticas culturais (CORREIO DO POVO, 1982);
- ✓ Memória e História (LE GOFF, 1990);
- ✓ A Alegoria do patrimônio (CHOAY, 2001; 2006)
- ✓ A temosia das pedras: um estudo do patrimônio ambiental urbano (MILET, 1988);
- ✓ Cidade, memória e legislação: a preservação do patrimônio na perspectiva do direito urbanístico (FERNANDES, RUGANI, 2002).
- ✓ O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil (FONSECA, 1997);
- ✓ Educação patrimonial e cidadania (FERNADES, 1993).

[32] As legislações das competências da União, do Estado e do Município, que também constituem o corpus, estão relacionadas no Apêndice B.

Quadro 8: Obras específicas

- ✓ Centro Histórico de São Luís: patrimônio mundial (BOGÉA; BRITO; PESTANA, 2005).
- ✓ São Luís: fundamentos do patrimônio cultural (MARTINS, 2000).
- ✓ Desterro: meu bairro, meu patrimônio (COSTA, 2007; SILVA; BARROS).
- ✓ Cidade – patrimônio: verso e reverso – um estudo da enunciação dos jornais O Estado do Maranhão e O Imparcial sobre a elevação de São Luís a patrimônio da humanidade (CONCEIÇÃO, 2001).
- ✓ Nos labirintos do patrimînio: representações sobre o bairro do Desterro (SILVA, 2005);
- ✓ Matracas que desafiam o tempo: é o Bumba-meu-boi do Maranhão – um estudo da tradição/modernidade na cultura popular (CARVALHO, 1988),
- ✓ Lira jovem: a nova geração de cantadores de bumba-meu-boi da Ilha (FRANÇA; REIS, 2007)
- ✓ São Luís do Maranhão no século XVIII: a contribuição do espaço urbano sob a lei das Sesmarias (MOTA; MONTOVANI, 1998)
- ✓ Tambor de crioula: ritual e espetáculo (FERRETI, 2002).
- ✓ Maranhão encantado: encantaria maranhense e outras histórias (FERRETI, 2000)
- ✓ Carnaval de São Luís: diversidade e tradição (MARTINS, 2000)
- ✓ Centro Histórico de São Luís – Maranhão: Brasil patrimônio mundial (ANDRÉS, 1998).
- ✓ Arquitetura Luso-Brasileira no Maranhão (SILVA FILHO, 1999).
- ✓ São Luís: Ilha do Maranhão e Alcântara (São Luís. Fundação Municipal de Patrimônio Histórico, 2008).
- ✓ Bumba-meu-boi no Maranhão (AZEVEDO NETO, 1997).

A seleção das obras específicas relacionadas no quadro 8 justifica-se por elas abordarem, de forma didática, os contextos históricos e explicativos que caracterizam o patrimônio cultural de São Luís. Ademais, apresentam glossários, cujo auxílio permite a identificação e o refinamento das categorias conceituais do DCPCSL, e foram publicados depois da elevação do Centro Histórico de São Luís à condição de Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO.

Como exemplo podemos citar: “Centro histórico de São Luís patrimônio mundial” (BOGÉA; BRITO; PESTANA, 2005), que, em razão do caráter monumental das suas edificações, da homogeneidade do seu conjunto, da integridade do seu traçado seiscentista, e do seu patrimônio imaterial, caracteriza o Centro Histórico de São Luís, evidenciando a origem do patrimônio da cidade (ANEXO D). Trata ainda da preservação e dos seus instrumentos, evidenciando que o ato de preservar transcende a condição material do bem - patrimônio arquitetônico, a paisagem, etc. – porque alcança também sua condição imaterial (significados históricos, sociais, culturais e afetivos), assim como da legislação, normatização e cartas internacionais relativas à proteção do patrimônio cultural de competência da União, dos Estados e dos Municípios (AA); São Luís: fundamentos do patrimônio cultural (MARTINS, 2000) e “Desterro: meu bairro, meu patrimônio” (SILVA, 2007). Este último livro, aborda a temática de forma didática, instigando a construção estética e trocas culturais e responsabilidade perante o patrimônio cultural, como pode se observar na figuras 15 e 16.

Figura 15: Livro didático com definição de patrimônio cultural

Patrimônio Cultural!
Essa é uma expressão comum para você que mora no Centro Histórico de São Luís. Mas você já se deu conta de quantas informações a expressão Patrimônio Cultural traz consigo? Vamos entender um pouco mais sobre ela!
De acordo com a nossa Constituição Federal de 1988, constituem Patrimônio Cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à nação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.
Quantas novidades! Palavra por palavra, vamos compreender melhor o que diz a Constituição e o que significa "Patrimônio Cultural".
Os bens materiais, como já diz o nome, são os objetos concretos, criados pelos seres humanos através de seus conhecimentos, tais como: os edifícios históricos e as obras de arte (pinturas, esculturas, artefatos, vestimentas).

Os bens imateriais - aqueles que não são objetos -, ou seja, que não se pode pegar, são nossas formas de expressão, o nosso modo de fazer as coisas, como a música, a dança, as comidas típicas, os saberes dos mais antigos. Sabe quando sua mãe ou sua tia faz um bolo de tapioca? Aquele jeitinho especial delas prepararem a massa é o que chamamos de "bem de natureza imaterial", já o bolo pronto para comer é um bem de natureza material.

34

Fonte: Silva (2007)

Figura 16: Livro didático com definição de tombamento

Esses bens, o nosso patrimônio, podem ser preservados em conjunto, como o Centro Histórico de São Luís ou isoladamente, como a Casa das Minas. Independente da forma de preservar, o importante é que esse patrimônio expresse nossa identidade. Mas para protegermos todos esses bens, o que devemos fazer?
Você sabia que existem leis específicas para proteger o Patrimônio Cultural?
O Poder Público, através dos órgãos de proteção estadual, municipal e federal, a exemplo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, tem a obrigação de cuidar e proteger o nosso patrimônio. Para isso, eles contam com uma série de leis e instrumentos de preservação, como os registros, os inventários, os tombamentos, entre outros.
Mas os órgãos públicos de proteção não são os únicos que devem zelar pelo nosso Patrimônio. Você sabia que cada um de nós é responsável pela preservação do Patrimônio Cultural? Inclusive você, sua família e seus amigos. Todos nós.

Fique por dentro...

Tombamento é o registro oficial e legal de um edifício, de um conjunto de edificações, centros urbanos históricos ou objetos e coleções de significado exemplar para a sociedade.

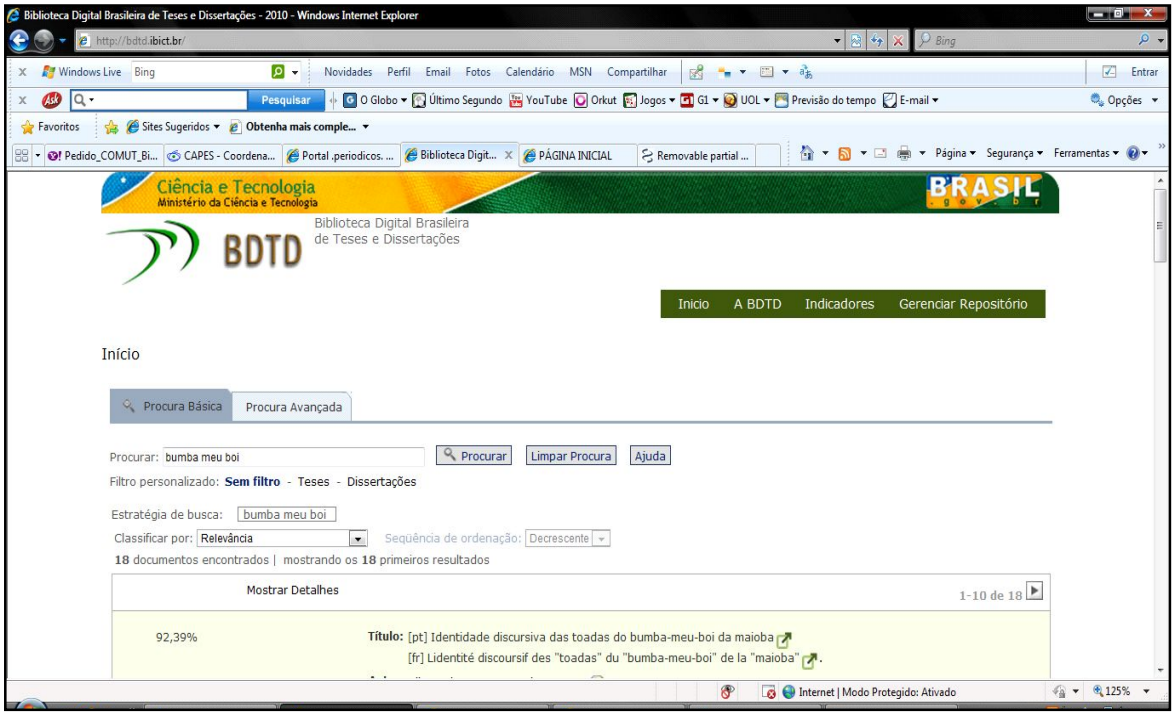
35

Fonte: Silva (2007)

Entre as obras específicas, que versam sobre o patrimônio cultural de São Luís, arrolam-se ainda os jornais O Estado do Maranhão, especialmente o caderno de cultura – Alternativo e O Imparcial, que, em suas edições do mês de junho e de setembro, publicam matérias especiais sobre Bumba-meu-boi, Tambor de crioula e Cacuriá, bem como São Luís - Cidade Patrimônio, por se tratar, respectivamente, dos festejos juninos e do aniversário da cidade (ANEXO A).

Conforme aludiu-se anteriormente, pesquisou-se também em várias bases de dados disponíveis no portal de periódico da Capes, com destaque para a base de dados "Nou Rau" da Unicamp, onde foram encontrados112 documentos (incluindo teses e dissertações da produção científica da UNICAMP, Acervo Digital da Hemeroteca da UNICAMP, Periódicos Eletrônicos e Produção Técnico-Científica Digital de Institutos e Faculdades), contendo a palavra-chave "patrimônio cultural"(ANEXO B) e a Base Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) em Ciência e Tecnologia do Ministério de Ciência e Tecnologia(MCT). A figura 17 exemplifica a busca feita na BDTD com a palavra- chave "bumba-meu-boi", cujo resultado encontrou 18 documentos contendo tal ponto de acesso.

Figura 17: Busca com a palavra-chave "bumba-meu-boi" na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações do MCT



Fonte: BDTD (2011)

6.2 As fontes estruturadas

Um dos documentos que constituiu o *corpus* de fontes estruturadas é o Inventário Nacional de Referências Culturais - INRC/FUNART/MINC. Este inventário foi selecionado para constituir uma das fontes desta investigação por ser ele o principal instrumento de preservação dos bens imateriais, ou seja, das formas de expressão, das celebrações e dos modos de fazer, como observa Bogéa, Brito e Pestana (2005) (ANEXO E). Logo, sua consulta foi indispensável e muito contribuiu para identificar as categorias conceituais do DCPCSL.[33]

O inventário do INRC contém informações relativas a temas que equacionam a unidade nacional e a pluralidade cultural a partir das seguintes frentes: as diferentes celebrações relacionadas ao complexo cultural do boi; os diferentes modos de fazer relacionados ao artesanato em barro; as diferentes formas de expressão e modos de fazer relacionados à musicalidade das violas e percussões; os diferentes modos de fazer relacionados aos sistemas culinários a partir dos elementos farinha de mandioca e feijão.

A fonte textual estruturada usada para a elaboração do "ontoléxico" do Bumba-meu-boi foi o Inventário Nacional de Referências Culturais, inventário feito pelo Departamento de Identificação e Documentação (DID) do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) do Ministério da Cultura. O inventário do Bumba-meu-boi do Maranhão foi aberto no Livro das Celebrações do Inventário Nacional de Referências Culturais do DID. Seus trabalhos começaram em setembro de 2001 e seguiram até março de 2002 por uma equipe de pesquisadores do CNFCP, em parceria com o Centro de Cultura Popular Domingos Vieira Filho (MINC; IPHAN, 2004).

O documento é constituído de uma introdução com detalhamento dos procedimentos metodológicos; fichas de localidades (Baixada, Cururupu, Guimarães, Munim e São Luís) e fichas de identificação de ofícios e modos de fazer (bordados do Bumba-meu-boi, armação do boi; instrumentos e malas de guarimã) e dos anexos, contendo: bibliografia; registros audiovisuais; bens inventariados de São Luís, Guimarães, Baixada, Cururupu e Munim (ANEXO C).

À guisa de ilustração, as figuras 18 e 19 mostram, respectivamente, as fichas dos bens imateriais e materiais inventariados de São Luís, com dados e descrição de seus campos

[33] O INRC é um documento que contém um levantamento preliminar de Referências Culturais do Bumba-meu-boi do Maranhão, produto do trabalho realizado em uma das linhas de pesquisa e documentação do Projeto Celebrações e Saberes da Cultura Popular, desenvolvido pelo Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP), com o patrocínio da Secretaria de Patrimônio, Museus e Artes Plásticas do Ministério da Cultura, no âmbito do Programa Nacional de Patrimônio Imaterial.

específicos, a saber: (i) localização: sítio inventariado, localidade e o município/UF;(ii) relação dos bens: a denominação, o tipo de bem imaterial, a condição atual, a ocorrência, a descrição do bem, número de registro e contato.

Figura 18: Caracterização dos Bens Culturais Imateriais inventariados de São Luís

MINC - MINISTÉRIO DA CULTURA — INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN

INRC - INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS ANEXO BENS CULTURAIS INVENTARIADOS	CÓDIGO DA FICHA					
	--	--	--	--	F1-	A3
	UF	AAAA	LOC.	AAA	FICHA	AA

1. LOCALIZAÇÃO

SÍTIO INVENTARIADO	Maranhão
LOCALIDADE	
MUNICÍPIO / UF	São Luís / MA

2. RELAÇÃO DOS BENS

2.1. CELEBRAÇÕES

DENOMINAÇÃO	Tambor de crioula			IDENTIFICADO SIM	IDENTIFICADO NÃO	1
TIPO	☒ CELEBRAÇÃO	☐ EDIFICAÇÃO	☐ FORMA DE EXPRESSÃO	☐ LUGAR	☐ OFÍCIO	
CONDIÇÃO ATUAL	☒ VIGENTE / ÍNTEGRO	☐ MEMÓRIA	☐ RUÍNA			
OCORRÊNCIA	ÉPOCA	Não existe um calendário fixo para a realização da dança.	LUGAR	No meio urbano ou rural, a dança pode ser feita em casa, no terreiro, no quintal, na rua. Na época junina, é comum a apresentação de grupos de tambor de crioula nos arraiais oficiais.		
DESCRIÇÃO	É uma dança marcada por fortes traços africanos, onde uma roda de mulheres dança diante da parelha de três tambores (grande, meião e crivador) tocados por homens. O canto é tirado pelo solo, como uma toada e acompanhado pelo coro formado pelo resto do grupo. Na coreografia destaca-se a punga, uma umbigada que as mulheres dão uma na outra, antes de sair da roda, seguindo o ritmo dado pelo tambor. Essas dançantes, também chamadas coureiras, vestem saias rodadas muito coloridas e blusas de cores fortes, a cabeça enfeitada por flores, colares e outros adornos. Os homens usam camisas coloridas e chapéus de palha. Tradicionalmente, pratica-se a dança em louvor a São Benedito.					
REGISTROS				Nº		
CONTATOS	Herbert Mafra Reis, Leonardo Martins Santos, Apolônio Melônio			Nº		

Fonte: IPHAN (2004)

Figura 19: Caracterização dos Bens Culturais Materiais inventariados de São Luís

MINC - MINISTÉRIO DA CULTURA — INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN

ANEXO : BENS CULTURAIS INVENTARIADOS	--	--	--	--	F1-	A3

DENOMINAÇÃO	Sobrados coloniais e fachadas de azulejos		IDENTIFICADO SIM	IDENTIFICADO NÃO	9
TIPO	☐ CELEBRAÇÃO ☒ EDIFICAÇÃO ☐ FORMA DE EXPRESSÃO ☐ LUGAR ☐ OFÍCIO				
CONDIÇÃO ATUAL	☒ VIGENTE / ÍNTEGRO ☐ MEMÓRIA ☐ RUÍNA				
OCORRÊNCIA	ÉPOCA	Construídos entre os séculos XVIII e XIX.	LUGAR	Encontrados principalmente no Centro Histórico da Cidade.	
DESCRIÇÃO	Casarões coloniais de dois ou três andares, o primeiro deles geralmente era destinado a atividades comerciais e os demais à moradia das famílias abastadas. Muitos deles têm mirante, sacadas de ferro, janelas e portas monumentais. Destacam-se as fachadas recobertas de azulejos, marca da herança portuguesa que identifica o conjunto arquitetônico que ajudou São Luís a receber da Unesco, em 1997, o título de Patrimônio Histórico da Humanidade. São cerca de 150 modelos de azulejos desenhados – na maioria azuis e brancos –, constituindo o maior acervo do gênero na América Latina. Na época de construção dos casarões, os azulejos importados eram sinal de poder econômico e serviam para proteger os imóveis do calor e umidade. Graças a eles, boa parte desses casarões ainda se mantém de pé. Vítimas do descuido e da má conservação, especialmente a partir dos anos 1930, com o empobrecimento da cidade, muitos deles ruíram ou estão literalmente caindo aos pedaços, sujeitos a interdição. Mas felizmente, cerca de outras 200 edificações já foram ou vêm sendo recuperadas no âmbito do Projeto Reviver, que desde 1978 angariou 85 milhões de dólares para recuperar o centro histórico. Dentro desse processo de recuperação que envolve as fachadas azulejadas, muitos artistas desenvolveram técnicas de pintura de azulejos para que a restauração seja o mais fiel possível aos modelos originais, sendo essas técnicas também aproveitadas na produção artesanal local (bandejas, cinzeiros, artigos decorativos).				
REGISTROS				Nº	
CONTATOS				Nº	

Fonte: IPHAN (2004)

As obras lexicográficas e terminológicas de língua geral e de língua de especialidade também são parte das fontes textuais estruturadas que constituem o *corpus*. Tais obras foram utilizadas para identificar bem como para validar conceitos extraídos/depreendidos dos textos. São elas:

a) Dicionário da língua portuguesa (HOUAISS; VILLAR, 2009);
b) Dicionário Aurélio (FERREIRA, 2004);
c) Dicionário de usos do português (BORBA, 2004);

d) Vocabulário do Bumba-meu-boi do Maranhão: abordagem lexicográfica e terminológica (CARDOSO, 2004);

Constituída de 115 unidades lexicais referentes ao subdomínio do Bumba-meu-boi do Maranhão, a dissertação intitulada "Vocabulário do Bumba-meu-boi do Maranhão: abordagem lexicográfica e terminológica" de Cardoso (2004), apresenta, na seção 4, uma proposta de sistematização do vocabulário do referido subdomínio, com base nos pressupostos teórico-metodológicos das ciências da Lexicografia e da Terminologia.

Em que pese o rigor terminológico da referida obra e a sua importância para a identificação das unidades lexicais da categoria temática Bumba-meu-boi, houve exclusão de várias unidades lexicais e inclusão de outras pertencentes ao subdomínio do DCPCSL, após análise das 115 unidades lexicais relacionadas e o cotejo com a literatura, isto é, a baixa frequência no nosso *corpus*, bem como consulta à especialistas (estudiosos, folcloristas e principalmente, "gente do boi" / brincantes /organizadores) do domínio.

A exclusão das unidades lexicais foi motivada pela heterogeneidade de conceitos nelas imbricados e pela pouca significação dentro do universo do Bumba-meu-boi como um todo. Já a inclusão de outras unidades lexicais, justifica-se pela necessidade de distinção entre certas categorias temáticas.

Em se tratando do DCPCSL, não foi localizada obra lexicográgica e /ou terminológica sobre o domínio, o que evidencia a contribuição desta pesquisa, em tentar minimizar a carência de informações sobre o léxico do patrimônio cultural.

Convém observar que, por meio da leitura dessas fontes, foi possível não só rever algumas concepções a respeito do domínio conceitual patrimônio cultural, mas também extrair conceitos e analisar os contextos em que são utilizados, como nos exemplos ilustrados no quadro 9.

Quadro 9: As unidades lexicais/conceitos e os seus contextos de uso

Amo - "Vale destacar que tanto num sotaque como no outro, a presença do amo é marcante, cabendo-lhe como cantador principal, a direção da brincadeira que segue o trilhar do seu apito. Em muitos bois, aliado ao apito, verifica-se o sacudir do maracá que segura o rítimo da apresentação do conjunto. Assim, qualquer parada, início ou passagem de uma toada para a outra, no decorrer das apresentações, é determinada pelo amo, que por isso mesmo merece contínua atenção de todo o conjunto" (CARVALHO, 1995, p. 124). **Vaqueiro** - "São personagens que brincam dentro do cordão do boi, com a missão de atender mandados do amo, e dançam mais próximos do boi" (FRANÇA; REIS, 2007, p. 51). **Tombamento** - "Como principal medida de preservação, o tombamento impede juridicamente que essa destruição e consequentmente desaparecimento dos bens culturais aconteçam, definindo critérios para intervenções físicas nos imóveis situados em áreas tombadas" (BOGÉA; BRITO; PESTANA, 2005, p. 40). **Sotaque** - "Além deste sotaque de matraca, existem ainda mais quatro estilos básicos do boi maranhense, que são Zabumba, Orquestra, Pindaré ou da Baixada e de Cururupú ou Costa de Mão" (FRANÇA; REIS, 2007, p. 63).

A partir da etapa de localização e leitura das fontes que serviram de aporte para a constituição do *corpus*, procedeu-se à extração das unidades lexicais do DCPCSL, e, por conseguinte, à análise das categorias ontológicas delineadas preliminarmente na figura 1, ou seja, a exclusão de algumas categorias e inclusão de outras.

Em tais procedimentos, foram considerados os aspectos mais relevantes, ou que melhor caracterizam o domínio, especialmente o patrimônio cultural de São Luís.

6.3 Considerações sobre as estratégias de identificação e seleção das unidades lexicais

Com vistas a facilitar a compreensão do DCPCSL e, principalmente, o agrupamento dos conceitos semanticamente relacionados, estabeleceu-se uma hierarquia em dois níveis: o nível do domínio conceitual patrimônio cultural (DCPC), ou seja, o domínio central da ontologia, em que se ancora o domínio específico do nível do patrimônio cultural de São Luís (DCPCSL), prática que se observa na construção das ontologias.

A seleção inicial das unidades lexicais do DCPC e das subcategorias foi feita a partir do *corpus* descrito anteriormente. Nesta etapa, foram sublinhadas todas as unidades lexicais passíveis de extração, distinguindo os itens lexicais (IL) das unidades lexicais (UL) do domínio. Em muitos casos, essa distinção foi feita por meio de recursos tipográficos (negrito, itálico, dentre outros), utilizados por alguns autores nos textos bem como pelo "conhecimento" elementar que se tem do objeto de estudo.

Nesse primeiro momento foram identificadas cerca de 278 ULs. Numa etapa subsequente, considerando o princípio de determinação da importância da unidade lexical para o DCPC(SL), esse número foi reduzido para 262 ULs, e, posteriormente, fixou-se em o número de 254 ULs.

Dois critérios nortearam os procedimentos:

a) o critério conceitual – por meio deste critério, a UL deve ter significação específica nas categorias temáticas do DCPC(SL);
b) o critério de frequência - em virtude do processo de identificação das ULs do DCPC(SL) ser feito manualmente, a verificação de frequência no *corpus* foi estabelecida ser de no mínimo 3 vezes.

Outro critério que orientou a seleção das ULs foi o metalinguístico, ou seja, a verificação do registro ou não da unidade lexical em dicionário de língua geral. Por esse critério, foi possível saber se, estando registrada, o sentido da UL era total ou parcialmente coincidente, ou completamente diferente daquele verificado na língua comum.

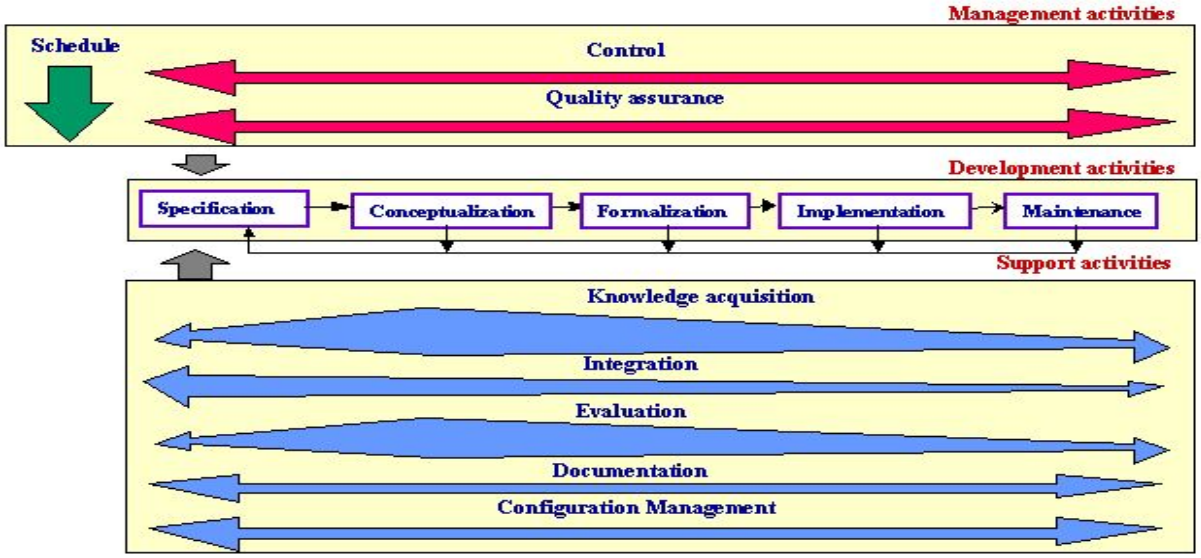
7 ESPECIFICAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE UM "ONTOLÉXICO" PARA O DCPCSL

Como Gómez-Perez (1999), Guarino (1998) e Mark (1996) afirmam, não há consenso no que diz respeito ao desenvolvimento conceitual de ontologias. Entretanto, uma vez que sua utilização se faz necessária para o compartilhamento do conhecimento entre agentes independentes, sejam eles humanos ou não, é recomendável que seu desenvolvimento seja baseado em uma metodologia que busque as interações que elas devem apoiar.

Diante dessa recomendação, a metodologia do desenvolvimento conceitual de ontologias adotada para a estruturação ontológica e lexical do DCPCSL, ou seja, na proposição do "ontoléxico" desse domínio, é a do *framework* METHONTOLOGY[34] desenvolvido pelo grupo de Engenharia Ontológica da Universidade Politécnica de Madri.

O METHONTOLOGY orienta todo o processo de desenvolvimento de ontologia, incluindo atividades que vão desde o gerenciamento (controle e qualidade), desenvolvimento (especificação, conceituação, formalização, implementação e manutenção) até o suporte (aquisição do conhecimento, integração, avaliação, documentação e gerenciamento de configuração) como pode ser visualizado na figura 20.

Figura 20: Atividades de desenvolvimento de ontologia proposta pelo METHONTOLOGY



Fonte: Corcho (2002, p.3)

[34] Disponível em: < http://semanticweb.org/wiki/METHONTOLOGY>Acesso em: 10 mai 2011.

Com base nessas diretrizes, na construção do "ontoléxico" do DCPCSL, deu-se relevo às atividades de desenvolvimento, especificando as tarefas de conceituação, formalização e implementação[35.]

7.1 Especificação dos elementos, das relações e dos atributos dos constituintes do "ontoléxico"

De acordo com Corcho *et al.* (2002, p. 2), a atividade de conceituação organiza e converte uma "visão informal de um domínio em uma especificação semi-formal por meio de um conjunto de representações intermediárias com base em gráfico que pode ser entendido tanto por especialistas como por engenheiros do conhecimento". Esta atividade consiste na especificação dos componentes da ontologia, dentre os quais destacam-se os seguinte elementos: conceitos, atributos, relações, instâncias e axiomas.

Para tanto, a elaboração de um glossário de termos do DCPCSL é a primeira tarefa a ser executada. O glossário, cujo fragmento é ilustrado no quadro 10, é descrito em língua natural, e estrutura-se em termos dos seguintes itens: NOME, SINÔNIMO, ACRÔNIMO, DESCRIÇÃO E TIPO.

Quadro 10: Fragmento do glossário de termos do DCPCSL

NOME	SINÔNIMO	ACRÔNIMO	DESCRIÇÃO	TIPO
Tocador	Tambozeiro	-	"indivíduo que toca o tambor no tambor de crioula"	Conceito
Mãe Catirina	-	-	"personagem central do auto que representa uma escrava da fazenda, mulher de Pai Francisco"	Conceito
Zabumbeiro	-	-	"integrante do conjunto de boi, responsável pela percussão dos zabumbas"	Conceito
Sotaque de Matraca	Estilo de bumba-meu-boi	-	"sotaque originário da ilha de São Luís, cujo ritmo se apóia nas matracas e nos pandeirões, com predominância das matracas"	Instância

[35] Development activities: specification, conceptualization, formalization, implementation and maintenance. (CORCHO *et al*,2002, p. 2).

Com base no glossário, pode-se traçar um esboço inicial da estrutura ontológica do DCPCSL, uma vez que ele especifica os termos que o caracterizam, a equivalência, a glosa, bem como, o papel desse termo na ontologia, ou seja, se se trata de um conceito, de uma instância, de um atributo ou de um tipo de relação entre conceitos.

Acredita-se que esse seja um dos aspectos que justifica a adoção do METHONTOLOGY em larga escala na construção de ontologias, como dizem Gómez-Perez (1999), Guarino (1998), dentre outros.

A elaboração do glossário do DCPCSL foi feita com base nas fontes e nos procedimentos descritos em 6.1 e 6.2. A partir do glossário, foi possível estabelecer a relação entre léxico e ontologia, ou seja, alinhar o conceito, ancorado na estrutura ontológica, às unidades lexicais que os revestem, consolidando, assim, a construção do ontoléxico do DCPCSL.

O quadro 11, organizado alfabeticamente, relaciona os 262 conceitos do DCPCSL, especificando, na primeira coluna, os conceitos (EM CAIXA ALTA), na segunda, a glosa que descreve o conceito, e, na terceira, a ULs (em fonte normal) correspondentes.

Quadro 11: Conceitos do DCPCSL, glosas e suas lexicalizações no português

CONCEITO	GLOSAS	UNIDADE LEXICAL
ADORNO	“aquilo com que se orna ou enfeita (alguém ou algo); ornato, atavio, adornamento”.	adorno
AMO 1	“dono da casa, tomado em relação aos criados; patrão, senhor”	amo 1
AMO 2	“no bumba meu boi, o fazendeiro dono do boi”.	amo 2
ANÁGUA	“saia que as mulheres usam sob o vestido; saia de baixo.”	anágua, saia
ANTROPOLOGIA	“ciência do homem no sentido mais lato, que engloba origens, evolução, desenvolvimentos físico, material e cultural, fisiologia, psicologia, características raciais, costumes sociais, crenças etc.”	antropologia

APRESENTAÇÃO PÚBLICA	“etapa do ciclo da festa em que o boi comparece aos arraiais, terreiros e ruas com seu couro novo, para dançar e apresentar suas novas toadas aos públicos.”	apresentação pública
ARCO	“adereço de madeira flexível presa nas extremidades à semelhança de um arco indígena autêntico que complementa a indumentária das figuras indígenas.”	arco
ARMAÇÃO DO BOI	“estrutura de formação semi-cilíndrica, confeccionada de madeira de jeniparana e fibra de buriti, que é posteriormente revestida pelo couro do boi.”	armação do boi
ARQUEOLOGIA	“ciência que, utilizando processos como coleta e escavação, estuda os costumes e culturas dos povos antigos através do material (fósseis, artefatos, monumentos etc.) que restou da vida desses povos.”	arqueologia
ARQUEOLÓGICO	“relativo a arqueologia e a arqueólogo”	arqueológico
ARQUITETÔNICO	“relativo a arquitetura e a arquiteto; arquitetural”	arquitetônico
ARQUITETURA	“conjunto das obras arquitetônicas executadas em determinado contexto histórico, social ou geográfico”	arquitetura
ARTESANATO 1	“arte e técnica do trabalho manual não industrializado, realizado por artesão, e que escapa à produção em série; tem finalidade a um tempo utilitária e artística”	artesanato 1
ARTESANATO 2	“conjunto das peças de produção artesanal”	artesanato 2
ARTESÃO	“indivíduo que pratica arte ou ofício que dependem de trabalhos manuais”	artesão
AZULEJARIA	“acervo ou coleção de azulejos”	azulejaria
AZULEJO	“plaqueta de cerâmica vidrada, de diversas cores e motivos, com que se guarnecem paredes,chãos,etc.;ladrilho vidrado e colorido”	azulejo
BABADOR	“peça de veludo preto bordado em forma de semicírculo que recobre a parte superior dos peitorais de índios, índias e caboclos-reais”	babador
BALAIO	“Cesto grande feito de palha, taquara,bambu, cipó etc usado para transporte ou guardar objetos”	balaio

BANJO	“instrumento norte-americano de cordas dedilhadas, com a caixa de ressonância semelhante a um pandeiro”	banjo
BARRA	“tira de tecido ou de outro material que, numa peça de vestuário, serve de acabamento ou de enfeite”	barra
BARRA DO BOI	“Tecido preso as bordas da armação do boi, que encobre as pernas do miolo”	barra do boi
BATISMO DO BOI	**“**cerimônia de consagração do boi a São João, marcada por orações e cantos em louvor aos santos”	batismo do boi
BATUQUEIRO	“que ou aquele que bate em instrumento de percussão ou equivalente, ritmando ou fazendo barulho”	batuqueiro
BEM CULTURAL	“É o produto do processo cultural, que proporciona ao ser humano o conhecimento e a consciência de si mesmo, e do ambiente que o cerca.”	bem cultural
BEM MÓVEIS 1	“são as expressivas realizações materiais da sociedade, abrangendo não apenas realizações de cunho espiritual como ainda obras de valor utilitário,	bem móveis
BEM MÓVEIS 2	"como o artesanato, o equipamento doméstico e rural, criações de aspecto intelectual e documentação escrita."	bem móveis
BEM IMÓVEL	“bem fixo, que não se pode transportar”	bem imóvel
BENS MATERIAIS	“São bens de natureza concreta, ou seja, monumentos, sítios arqueológicos, núcleos urbanos, acervos musicológicos, documentais e bibliográficos”	bens materiais
BENS IMATERIAIS	“que ou o que não tem consistência material, não é da natureza da matéria, não tem existência palpável; impalpável”	bens imateriais
BIBLIOGRÁFICO	“relativo a livros ou a bibliografia”	bibliográfico
BIBLIOTECA	“edifício ou recinto onde ficam depositadas, ordenadas e catalogadas diversas coleções de livros, periódicos e outros documentos, que o público, sob certas condições, pode consultar no local ou levar de empréstimo”	biblioteca

BLOCOS CARNAVALESCOS	“grupo de foliões que dançam e cantam pelas ruas, no carnaval, ao som de instrumentos de percussão, de sopro ou elétricos”	blocos carnavalescos
BLUSAS RENDADAS	“no vestuário feminino, a peça ou parte da roupa que vai dos ombros até a cintura”	blusas rendadas
BOI	“personagem central do bumba meu boi (e autos afins), representado por um simulacro de boi montado numa armação sob a qual dança um homem”	boi
BORDADO	“trabalho sobre tecido (ou outro material)feito à mão ou à máquina em que se criam figuras ou ornatos com fios de diferentes tipos, introduzidos por meio de agulha,às vezes com aplicação de outros materiais, como miçangas, lantejoulas, pérolas, pedras, etc.”	bordado
BRAÇADEIRA	“circulo de penas coloridas usadas pelos índios, índias e caboclos-reais em volta dos punhos”	braçadeira
BRINCANTE	“Participante de folguedo folclórico ou auto popular, ou de qualquer folia.”	brincante
BRINCANTE DE CORDÃO	“integrante do conjunto de Bumba-meu-boi que auxilia na batucada e na cantoria, sem função específica na encenação do auto”	brincante de cordão
BUMBA- MEU-BOI	“manifestação da cultura popular brasileira, que mistura música, dança e representação dramática, presente em várias regiões brasileira com denominações e reinterpretações específicas”	bumba- meu-boi
BURRINHA	“figura desse folguedo e do bumba meu boi, que consiste em uma armação de madeira pendurada em um homem que finge cavalgar uma alimária”	burrinha
CABOCLO	“personagem indígena do Bumba-meu-boi”	caboclo
CABOCLO DE FITA	“brincantes enfeitados com chapéus de fita coloridos e que se misturam aos vaqueiros durante a festa”	caboclo de fita
CABOCLO DE PENA	“personagem indígena do boi da ilha caracterizada pelo uso abundante de penas em sua indumentária, que no auto representa a polícia repressiva do amo, responsável pela captura de Pai Francisco”	caboclo de pena

CABOCLO REAL	“figura indígena a qual é atribuída brabeza e coragem. Funciona como polícia repressiva do amo, de quem recebe, após o fracasso dos rapazes o difícil encargo de prender Nego Chico”	caboclo real
CACURIÁ	“é uma dança típica do estado do Maranhão, no Brasil, surgida como parte das festividades do Divino Espírito Santo, uma das tradições juninas”	cacuriá
CAMISA ESTAMPADA	“peça de roupa de mangas longas ou curtas que cobre o tronco de uma pessoa, ger. fechada na frente por meio de botões”	camisa estampada
CANTADOR	**“**diz-se de ou poeta popular que, em versos cantados de improviso e ger. acompanhados de viola ou rabeca, relata acontecimentos diversos, freq. em desafios com outros cantadores”	cantador
CAPA	“é o revestimento da armação do boi”	capa
CAPACETE	“adorno de penas de ema usado na cabeça pelos caboclos-reais dos bois da Ilha”	capacete
CARETA	“máscara usada pelos cazumbás”	careta
CASARÃO	“casa grande; casa de um só pavimento”	casarão
CAZUMBÁ	“personagem do auto, característica dos bois da Baixada, cuja função é distrair os assistentes da brincadeira e manter a organização do cordão de brincantes”	cazumbá
CENTRO URBANO	“área, região,etc que concentre a produção e/ou comercialização de certos produtos em níveis significativos ou que concentre certas atividades de lazer ou de cultura”	centro urbano
CHAPÉU DE FITA	“chapéu em forma de cogumelo com pequena pala frontal, bordada com canutilhos e miçangas, caracterizado pelo uso abundante de fitas de seda compridas e coloridas”	chapéu de fita
CONHECIMENTO	“somatório do que se conhece; conjunto das informações e princípios armazenados pela humanidade”	conhecimento
CONSERVAÇÃO	“declaração escrita que se reconhece oficialmente como prova de um estado, condição, habilitação, fato ou acontecimento”	conservação
COREOGRAFIA	“a arte de conceber os movimentos e passos que vêm compor determinada dança”	coreografia

CORRIDOR DE CACHAÇA	“encarregado de controlar a cachaça e outras bebidas a serem distribuídas aos brincantes”	corridor de cachaça
COUREIRA	“indivíduo que toca o tambor no tambor de crioula; coureiro”	coureira
COURO 1	“pele espessa e resistente de certos animais, esp. a curtida e us. como matéria-prima na confecção de roupa, calçados, móveis etc.”	couro1
COURO 2	”trajes de couro, us. por vaqueiro; courama”	couro 2
COURO DE BOI	“tecido de veludo preto bordado com canutilhos, lantejoulas, miçangas e paetês que reveste a armação do boi.”	couro de boi
CRIVADOR	“diz-se de ou um dos tambores utilizados no conjunto musical da [1]punga”	crivador
CULINÁRIA	“conjunto de pratos, especialidades de uma localidade, região, país”	culinária
DANÇANTE	“que ou aquele que dança, movimenta o corpo; dançadeiro, dançador, dançarino”	dançante
DANÇANTE DE BOI	“que participa das apresentações de um grupo de boi em cumprimento à contratos oficiais”	dançante de boi
DANOS PATRIMONIAIS	“perda de qualidade; deterioração do patrimônio”	danos patrimoniais
DESCRIÇÃO DO PATRIMÔNIO	“ato ou efeito de descrever; reprodução, traçado, delimitação”	descrição do patrimônio
DESTRIBALIZAÇÃO	“ação ou efeito de destribalizar”	destribalização
DESTRUIÇÃO	“ação ou efeito de destruir”	destruição
DOCUMENTOS	“texto ou qualquer objeto que se colige como prova de autenticidade de um fato e que constitui elemento de informação”	documentos
DOUTOR	“personagem que faz o boi reviver”	doutor
EDIFICAÇÃO	“obra arquitetônica de grandes proporções; edifício, construção, casa, prédio”	edificação
EDUCAÇÃO PATRIMONIAL	“processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo.”	educação patrimonial
ENSAIO DE BOI	“etapa inicial do ciclo da festa do Bumba-meu-boi em que são apresentadas as novas toadas da temporada anual”	ensaio de boi

ENSAIO-REDONDO	“ensaio final que fecha os preparativos para a temporada junina, realizado, preferencialmente, no dia de Santo Antônio, 13 de junho”	ensaio-redondo
ETAPA DO RITUAL/FESTA	“período marcado por ciclos de fenômenos naturais ou sociais”	etapa do ritual/festa
FESTIVIDADE	“festa de cunho religioso ou cívico; festa de grandes proporções, grandes festas, festival.”	festividade
FLORESTA	“denso conjunto de árvores que cobrem vasta extensão de terra; mata.”	floresta
FORMA DE EXPRESSÃO	“modo, jeito, maneira”	forma de expressão
FOTOGRAFIA	“a imagem obtida por esse processo; foto, retrato“	fotografia
GASTRONÔMICO	“prática e conhecimento relacionados com a arte culinária”	gastronomico
GESTÃO DO PATRIMÔNIO	“ato ou efeito de gerir; administração, gerência”	gestão do patrimônio
GRAVAÇÃO	“registro de som e/ou de imagem em um suporte (ger. disco ou fita), por meio de processo fonográfico, fotográfico, magnético, eletrônico etc.”	gravação
HABILIDADE	“qualidade ou característica de quem é hábil“	habilidade
IDENTIDADE	“conjunto de características que distinguem uma pessoa ou uma coisa e por meio das quais é possível individualizá-la”	identidade
IGREJA	“comunidade composta por cristãos, que formam um corpo social organizado, instituído por Jesus Cristo.”	igreja
ÍNDIA	“personagens femininas, sem papel narrativo no auto, que usam roupas e adereços de penas”	índia
ÍNDIO	“personagens masculinos, sem papel narrativo no auto, que usam roupas e adereços de penas e seguem à frente do cortejo alegórico para abrir o desfile”	índio
INDUMENTÁRIA	“conjunto de vestimentas us. em determinada época ou por determinado povo, classe social, profissão etc.	indumentária
INDUMENTÁRIA DO BRINCANTE	“enfeites que são usados na confecção das indumentárias dos brincantes do boi”	indumentária do brincante
INSCRIÇÃO	“desenho ou símbolo primitivo gravado ou pintado em rocha, caverna etc.; pintura rupestre”	inscrição

INSTRUMENTO DE CORDA	“são instrumentos musicais cuja fonte primária de som é a vibração de uma corda tensionada quando beliscada, percutida ou friccionada”	instrumento de cordas
INSTRUMENTO DE PERCUSSÃO	“é um instrumento musical cujo som é obtido através da percussão (impacto), raspagem ou agitação, com ou sem o auxílio de baquetas”	instrumento de percussão
INSTRUMENTO DE SOPRO	“são instrumentos musicais em que o som é produzido pela vibração de uma coluna de ar”	instrumento de sopro
INSTRUMENTO MUSICAL	“objeto ou aparelho destinado a produzir sons musicais”	instrumento musical
INVENTÁRIO	“levantamento minucioso dos elementos de um todo; rol, lista, relação”	inventário
IPHAN	“Órgão do Ministério da Cultura que tem a missão de preservar o patrimônio cultural brasileiro.”	iphan
LANÇA	“adereço de madeira pontuagudo, enfeitado de fitas, que complementa a indumentária das figuras indígenas”	lança
LEGISLAÇÃO	“conjunto de leis que regulam um assunto em particular”	legislação
MÃE CATIRINA	“personagem central do auto que representa uma escrava da fazenda, mulher de Pai Francisco”	mãe catirina
MARACÁ	“instrumento de percussão feito de flandre ou metal, com forma e tamanhos variados, pintados de cores vibrantes, que é utilizado pelo amo para indicar acompanhamento nas toadas”	maracá
MARKETING CULTURAL	“conjunto de ações, estrategicamente formuladas, que visam influenciar o público quanto a determinada ideia, instituição, marca, pessoa, produto, serviço etc”.	marketing cultural
MATRACA	“instrumento de percussão, que denomina um dos sotaques de Bumba-meu-boi, consistindo em uma peça de madeira com tamanho que varia entre 25 a 50cm de comprimento, 10cm de largura, 2cm de espessura e, batida uma contra a outra, produz som estridente	matraca
MATRAQUEIRO	“brincantes dos bois da ilha ou de matraca, responsável pela percussão das matracas	matraqueiro

MEIÃO	“um dos nomes do segundo dos 3 “atabaques” usados no tambor de crioula”	meião
MIOLO DO BOI	“homem que, sob a armação do boi, executa movimentos para dar vida à alegoria”	miolo do boi
MODOS DE FAZER	“jeito possível, usual ou preferido de fazer algo”	modos de fazer
MONTANHA	**“**elevação significativamente alta e de base extensa em um terreno.”	montanha
MONUMENTO	“Obra artística (escultura, arquitetura, etc) ger.grandioso e, construída com o fito de contribuir para a perpetuação memorialística de pessoa ou acontecimento relevante na história de uma comunidade, nação etc.”	monumento
MONUMENTO NATURAL	“Obra da natureza considerada patrimônio de uma comunidade, nação etc., especialmente pela sua beleza, notabilidade, singularidade.”	monumento natural
MORTE DO BOI	“festa que marca o encerramento do ciclo da vida do boi”	morte do boi
MOURÃO	“tronco de árvore revestido com papel de seda ou celofane colorido, enfeitado com balas, bombons e partilhas, utilizado para amarrar o boi no dia de sua morte”	mourão
MUSEU	“instituição dedicada a buscar, conservar, estudar e expor objetos de interesse duradouro ou de valor artístico, histórico etc.”	museu
MUTUCA	“mulheres que acompanham os grupos de boi como torcedoras e /ou ajudantes”	mutuca
OBJETO	“coisa material que pode ser percebida pelos sentidos”	objeto
OBRAS DE ARTE	“a produção total de um artista, de um escritor, de um cientista”	obras de arte
ORGANIZADOR	“que ou aquele que organiza, tem capacidade de organizar”	organizador
PAI FRANCISCO	“personagem central do auto do Bumba-meu-boi que representa o escravo da fazenda, marido de Catirina e autor do furto do boi”	pai francisco
PAISAGEM	“conjunto de componentes naturais ou não de um espaço externo que pode ser apreendido pelo olhar; espaço geográfico de determinado tipo (p.costeira, p.campestre, etc)”	paisagem
PAISAGÍSTICO	“relativo a paisagem”	paisagístico

PAJÉ	“indivíduo que faz as vezes de benzedeiro e/ou curandeiro”	pajé
PALÁCIO	“prédio grande e imponente”	palácio
PALMA	“batida com as palmas das mãos uma na outra, ger. repetida, freq. como manifestação de aplauso ou acompanhamento percursivo (mais us. no pl.)”	palma
PANDEIRÃO	“instrumento de percussão que mede aproximadamente 1m de diâmetro coberto com couro de cabra”	pandeirão
PARELHA	“conjunto de instrumentos que acompanha o tambor de crioula”	parelha
PARELHA DE TAMBOR	“tambores que recebem normalmente a denominação de tambor grande, meião e crivador, os quais são feitos da mesma qualidade de madeira, mangue, pau d’arco e Angelim”	parelha de tambor
PARQUE	“terreno relativamente extensor, cercado e arborizado, destinado à recreação.”	parque
PARQUE NACIONAL	“area de extensão considerável, necessariamente demarcada e protegida pelo poder público, rica em espécies, sítios de interesse geomorfológico ou *habitat* de interesse científico, educacional ou recreativo.”	parque nacional
PATRIMÔNIO ARTÍSTICO	“uma coleção de obras consideradas de elevado valor artístico”	valor artístico
PATRIMÔNIO BIBLIOGRÁFICO	“obras de valor inestimável consideradas importantes por terem valor bibliográfico e/ou cultural.”	valor bibliográfico
PATRIMÔNIO CULTURAL	“designa um monumento, conjunto de edifícios ou sítio de valor histórico, estético, arqueológico, científico, etnológico e antropológico.”	patrimônio cultural
PATRIMÔNIO ETNOGRÁFICO	“conjunto de objectos, actividades, usos, costumes e tradições que caracterizam o modo de viver de uma certa comunidade na sua relação entre si e com o ambiente em que se insere”	valor etnográfico
PATRIMÔNIO GASTRONÔMICO	“prática e conhecimentos relacionados com a arte culinária”	patrimônio gastronômico

PATRIMÔNIO NATURAL	“designa algo com características físicas, biológicas e geológicas extraordinárias; habitats de espécies animais ou vegetais em risco e áreas de grande valor do ponto de vista científico e estético ou do ponto de vista da conservação.”	valor natural
PATRIMÔNIO HISTÓRICO	“bem ou conjunto de bens naturais ou culturais de importância reconhecida num determinado lugar, região, país ou mesmo para a humanidade, que passa(m) por um processo de tombamento para que seja(m) protegido(s) e preservado(s)”.	patrimônio histórico
PEITORAL	“peça de veludo preto bordado de forma arredondada ou triangular que compõe a indumentária dos brincante de alguns bois”	peitoral
PERCUSSÃO	“arte ou técnica de bater em ou fazer vibrar instrumentos musicais que produzem sons quando percutidos”	percussão
PERNEIRA	“circulo de penas coloridas usados pelos caboclos reais em volta das pernas”	perneira
PLANEJAMENTO URBANO	**“**determinação de um conjunto de procedimentos, de ações (por uma empresa, um órgão do governo etc.), visando à realização de determinado projeto; planificação elaboração de planos governamentais, esp. nas áreas econômica e social”	planejamento urbano
POLUIÇÃO	“consequência do ato de sujar, macular, corromper, no sentido físico ou não”	poluição
PONTEIRA	“peça, de forma cônica, geralmente de ouro, que enfeita as pontas de chifre de certos bois”	ponteira
PRAIA	“faixa de terra, em declive suave, ger. coberta de areia, que confina com o mar, com um rio, lagoa etc.”	praia
PRATO	“conjunto de ingredientes preparado de determinada maneira; iguaria”	prato
PRÉDIO 1	“Imóvel construído, para qualquer finalidade; construção de vários andares, industrial,comercial ou residencial.”	prédio 1
PRÉDIO 2	“construção de vários andares, industrial, comercial ou residencial; edifício”	prédio 2
PRESERVAÇÃO	“série de ações cujo objetivo é garantir a integridade e a perenidade de algo; defesa, salvaguarda, conservação”	preservação
PROTEÇÃO	“guarda ou tombamento de um bem cultural ou natural, feito pelo Estado”	proteção

PULSEIRA	“joia ou adorno para os pulsos ou braços; bracelete	pulseira
PUNGA	“A punga se constitui o ponto mais alto do Tambor de Crioula. Entre as mulheres se caracteriza como convite para entra na roda.”	punga
REBANHO	“local de concentração do contingente do Bumba-meu-boi, onde se desenvolvem os eventos mais significativos dessa dinâmica dessa bincadeira”	rebanho
REGISTRO	“transcrição, em livro próprio, de documentos, nomes, títulos etc., públicos ou privados, como prova de autenticidade”	registro
RESERVA NATURAL	“área de grande extensão, não habitada, de difícil acesso e ainda em estado natural, sob proteção do poder público até que se estabeleça sua categoria de unidade de conservação.”	reserva natural
RESTAURAÇÃO	“conjunto de intervenções de caráter intensivo que, com base em metodologia e técnica específicas, visa recuperar a plenitude de expressão e a perenidade do bem cultural, respeitadas as marcas de sua passagem através do tempo.”	restauração
ROTEIRO CULTURAL	“itinerário ou descrição minuciosa de viagem; indicação e localização de ruas, praças, parques etc de uma cidade.”	roteiro cultural
SABER	“soma de conhecimentos adquiridos; sabedoria, cultura, erudição”	saber
SAIA RODADA	“peça de vestuário feminino, que se ajusta da cintura para baixo sem envolver as pernas em separado, e que pode ser ou não independente”	saia rodada
SAIOTE	“parte da indumentária que consiste em uma pequena saia de veludo preto bordado usada por cima da calça dos rajados de alguns bois.”	saiote
SALVAGUARDA	“tomar medidas para pôr (algo ou alguém) fora de perigo; proteger, defender”	salvaguarda
SAXOFONE	“membro de uma família de instrumentos de sopro, de palheta simples e boquilha de clarineta, inventado nos XIX [Originalmente a família compunha-se de 14 instrumentos; os mais us. atualmente são: o saxofone alto e o saxofone tenor, mas tb. aparecem com regularidade o saxofone sopranino, o saxofone soprano, o saxofone barítono e o saxofone baixo.]”	saxofone

SEGREGAÇÃO	“ato ou processo de isolar ou ser isolado de outros ou de um corpo principal ou grupo; discriminação”	segregação
SIMBÓLICO	“conjunto dos símbolos de uma religião, de uma época, de um povo, da obra de um autor etc.	simbólico
SÍTIO ARQUEOLÓGICO	“aquele onde se pesquisa e colhe material arqueológico; jazida arqueológica”	sítio arqueológico
SÍTIO ARQUITETÔNICO	“grupos de construções isoladas ou reunidas, que, por sua arquitetura, unidade ou integração à paisagem, têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência”	sítio arquitetônico
SÍTIO URBANO	“aquele em que se abriram as ruas e se ergueram as construções de uma cidade”	sítio urbano
SOBRADO	“casa de dois ou mais pavimentos”	sobrado
SOTAQUE	“estilo de Bumba-meu-boi de acordo com a origem, a predominância do instrumento musical e o modo de tocá-lo, o ritmo, a indumentária, a dança e a maneira de atuar nas fases do auto.”	sotaque
SOTAQUE DA BAIXADA	“sotaque de Bumba-meu-boi originário da Baixada maranhense, cujo ritmo se apóia em matracas e pandeirões.”	sotaque da baixada
SOTAQUE DE COSTA-DE-MÃO	“sotaque de Bumba-meu-boi originário da cidade de Cururupu, de cadência desacelerada, cujo ritmo é marcado pela batida nos pandeiros com as costas das mãos”.	sotaque de costa-de-mão
SOTAQUE DE CURURUPU	“sotaque de Bumba-meu-boi originário da cidade de Cururupu, de cadência desacelerada, cujo ritmo é marcado pela batida nos pandeiros com as costas das mãos”	sotaque de cururupu
SOTAQUE DE MATRACA	“sotaque originário da ilha de São Luís, cujo ritmo se apóia nas matracas e nos pandeirões, com predominância das matracas”	sotaque de matraca
SOTAQUE DE ORQUESTRA	“sotaque de Bumba-meu-boi originário dos municípios de Axixá e Rosário, que incorpora à sua percussão instrumentos harmônicos, como o banjo, e o naipe de metais com trombone, trompete e sax.”	sotaque de orquestra
SOTAQUE DE ZABUMBA	“sotaque de Bumba-meu-boi originário da região de Guimarães, cujo ritmo se apóia em grandes tambores chamados zabumbas.”	sotaque de zabumba
TAMBOR DE CRIOULA	“dança étnica maranhense (São Luís) folguedo, com reminiscência de cultos jejes e diversos elementos; são cânticos e danças acompanhados por três tambores e que apresentam parentesco com o samba rural,mesclando-se muitas vezes com o bambelô, o carimbó, o coco e com a umbigada maranhense.”	tambor de crioula
TAMBOR DE FOGO	“tambor feito de tronco de madeira, cavado a fogo e coberto com couro cru de boi, utilizado no sotaque de zabumba.”	tambor de fogo

TAMBOR GRANDE	“toque grave e acentuado conseguido na área central do couro, que corresponde à chamada punga muitas vezes tocado com a mão fechada”	tambor grande
TAMBOR-DE-MINA	“cada um dos diversos cultos religiosos maranhenses de origem afro-brasileira, resultantes da fusão ,em maior ou menor escala, de tradições jejes, nagôs, e de outras diversas influências.”	tambor-de-mina
TAMBOR-ONÇA	“tambor de forma cilíndrica, feito em geral de zinco, coberto com couro de cabra, que produz som onomatopaico do urro do boi, utilizado em todos os sotaques.”	tambor-onça
TAMBOZEIRO	“indivíduo que toca o tambor no tambor de crioula”	tambozeiro
TEMPLO	“qualquer edifício público erigido em honra de uma ou mais divindades; qualquer edifício destinado ao culto.”	templo
TOADA	“cantiga de Bumba-meu-boi de conteúdo e tema diversificados que, no decorrer da representação do auto, indica a sequência dos acontecimentos numa ordem crescente das funções.”	toada
TOADA DE DESPEDIDA	“toada que expressa um adeus romântico e saudoso do boi, despertando saudade em quem fica, e prometendo voltar no próximo ano”	toada de despedida
TOADA DE GUARNECER	“toada que convoca, reúne e prepara o conjunto de brincantes para dar início à apresentação.”	toada de guarnecer
TOADA DE IMPROVISO	“toada de livre temática, que relembra acontecimentos históricos passados ou fatos do cotidiano, em forma de sátira ou não”	toada de improviso
TOADA DE LÁ VAI	“toada que anuncia o deslocamento do boi, do ponto de reunião para o local da apresentação.”	toada de lá vai
TOADA DE LICENÇA	“toada que expressa um pedido de permissão para a apresentação do conjunto de brincantes do boi.”	toada de licença
TOADA DE PIQUE	“toada de tema provocativo por meio da qual o amo cantador desafia seu adversário”	toada de pique
TOADA DE SAUDAÇÃO	“toada de louvação ao boi e ao dono da casa”	toada de saudação
TOADA DE URROU	“toada que anuncia o momento de restabelecimento do boi, após ele ter sido ferido de morte.”	toada de urrou
TOCADOR	“indivíduo que toca o tambor no tambor de crioula”	tocador
TOMBAMENTO	“é o registro oficial e legal de um edifício, de um conjunto de edificações, centros urbanos, históricos ou objetos e coleções de significado exemplar para a sociedade”	tombamento
TORÇO	“espécie de xale ou manta que se enrola na cabeça como turbante”	torço
TURISMO	“conjunto de serviços ou de atividades que promovem viagem por prazer, lazer ou como atividade cultural.”	turismo

TURISMO CULTURAL	“ação ou efeito de viajar, com fins cultural.”	turismo cultural
TURÍSTICO	“relativo a turismo ou próprio de turista”	turístico
UMBIGADA	“coreografia presente em várias danças folclóricas brasileiras que consiste numa aproximação dos umbigos dos executantes”	umbigada
UNESCO	“Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura	unesco
USO COLETIVO	“aquelas cuja utilização está voltada para fins comerciais ou de prestação de serviços (incluindo atividades de lazer e cultura) e abertas ao público em geral”	uso coletivo
USO PRIVADO	“aquelas com destinação residencial, seja unifamiliar ou multifamiliar.”	uso privado
USO PÚBLICO	“aquelas apropriadas ou administradas por entidades da Administração Pública e empregadas diretamente para atender ao interesse público”	uso público
VALOR ANTROPOLÓGICO	“no pensamento moderno relativista, cada um dos preceitos passíveis de guiar a ação humana, na suposição da existência de uma pluralidade de padrões éticos e da ausência de um Bem absoluto ou universalmente válido”	valor antropológico
VALOR ARQUEOLÓGICO	“significado ou importância que se atribui a arqueologia e a arqueólogo”	valor arqueológico
VAQUEIRO	“personagem do auto que representa o empregado do amo, responsável pela guarda do boi”	vaqueiro
VARA DE FERRÃO	“adereço que consiste em uma vara de madeira revertida com papel laminado, enfeitada com flores e papéis coloridos, que complementa a indumentária do vaqueiro”	vara de ferrão
VEGETAÇÃO	“conjunto de plantas de uma determinada área ou região cuja composição e fisionomia são determinadas pelos diversos fatores ambientes, esp. o clima e o solo”	vegetais
VIAGEM	“o deslocamento que se faz para se chegar de um local a outro relativamente distante; percurso”	viagem
VÍDEO	“conjunto de técnicas que concernem à formação, gravação, tratamento, transmissão e recepção de imagens por meio de sinais de televisão ou de outros recursos de multimídia”	vídeo
ZABUMBEIRO	“integrante do conjunto de boi, responsável pela percussão dos zabumbas”	zabumbeiro
ZOOLÓGICO	“relativo ou dedicado a animais”	zoológico

A maioria da ULs do DCPC(SL), estão registradas em dicionários de língua comum, a exemplo do Aurélio e Houaiss, constituintes do *corpus* da pesquisa, porém com sentidos diferentes do domínio. Como exemplo, destacam-se: “amo”, “doutor”, “miolo”,

“índio”, “índia”, “instrumento musical”, “tombamento”, “miolo”, “arco”, “monumento”dentre outras; configuram-se gramaticalmente, como substantivos.

7.1.1 Especificação de relações gerais

Nesta subseção, descreve-se a segunda tarefa: a construção da taxonomia dos conceitos do DCPCSL. De acordo com Barros (2004, p. 111-112), um mapa conceitual pode ser definido como “[...] conjunto estruturado de conceitos construído com base nas relações estabelecidas entre esses conceitos e no qual cada conceito é determinado por essa posição no conjunto”. Com efeito, tomando também por base estratégia descritiva de Tosqui (2007, p. 87-88), as grandes categorias ontológicas que ancoram os conceitos essenciais do DCPCSL são assim mapeadas:

a) BEM CULTURAL – o conceito BEM, associado ao conceito de natureza atributiva CULTURAL, constitui o conceito BEM CULTURAL, que inclui os conceitos BEM MATERIAL e BEM IMATERIAL, que, por sua vez, inclui os conceitos SABER, CELEBRAÇÃO e MANIFESTAÇÃO;
b) BEM MÓVEL - o conceito BEM, associado ao conceito de natureza atributiva MÓVEL, constitui o conceito BEM MÓVEL, que inclui os conceitos OBRA DE ARTE, INSCRIÇÃO, OBJETO e DOCUMENTO;
c) BEM IMÓVEL - o conceito BEM, associado ao conceito de natureza atributiva IMÓVEL, constitui o conceito BEM IMÓVEL, que inclui os conceitos MONUMENTO e CONJUNTO ARQUITETÔNICO; este possui como atributo o conceito ARQUITETURA;
d) TIPOLOGIA DO PATRIMÔNIO – conceito que inclui os conceitos PATRIMÔNIO CULTURAL, PATRIMÔNIO ARTÍSTICO, PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO, PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO, PATRIMÔNIO HISTÓRICO, PATRIMÔNIO NATURAL, PATRIMÔNIO DOCUMENTAL, PATRIMÔNIO MATERIAL e PATRIMÔNIO IMATERIAL;
e) FORMA DE PROTEÇÃO - conceito que inclui os conceitos PRESERVAÇÃO, que inclui os conceitos INVENTÁRIO, REGISTRO, TOMBAMENTO, PLANEJAMENTO URBANO, CONSERVAÇÃO, LEGISLAÇÃO e GUARDA;

f) UNIDADE ADMINISTRATIVA DE PRESERVAÇÃO – conceito que possui as seguintes instâncias UNESCO, IPHAN e IBAMA;

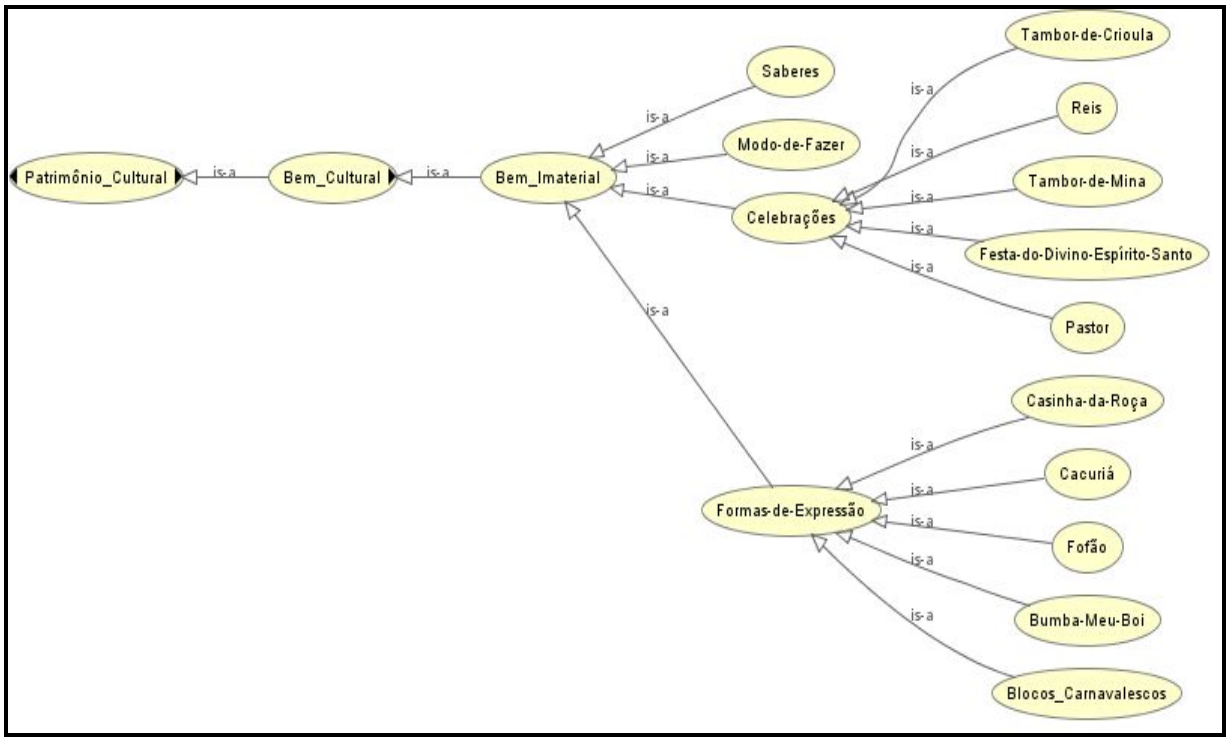
g) DANO – conceito que inclui os conceitos DESTRUIÇÃO, que, por sua vez, inclui os conceitos POLUIÇÃO, ACULTURAÇÃO, DESTRIBALIZAÇÃO, SEGREGAÇÃO e MARGINALIZAÇÃO.

Esse mapeamento sistematiza uma taxonomia para os conceitos-chave do DCPCSL. O uso do mecanismo de herança (FEITOSA, 2006) permite que seja especificada cada propriedade uma única vez em toda a taxonomia, posto que todos os conceitos que estiverem abaixo do nó da taxonomia em que a propriedade foi especificada a herdarão.

A título de ilustração, a figura 21 ilustra um fragmento dessa taxonomia de conceitos na linguagem OWL (*Web Ontology Language*)[36], comentada mais adiante. A estrutura completa com as classes e subclases do DCPCSL é constituída por 256 conceitos (Figura 21) descritas de forma detalhada no CD em anexo

[36] Disponível em: < http://www.w3.org/TR/owl-features/ > Acesso em: 10 mai 2011.

Figura 21: Fragmento da taxonomia de conceitos



Fonte: Protégé (2009)

Como se observa na figura 21, os conceitos incluídos no conceito PATRIMÔNIO CULTURAL são BEM CULTURAL e BEM CULTURAL IMATERIAL.Este último, por sua vez, contém os conceitos FORMA DE EXPRESSÃO, CELEBRAÇÃO, SABER e MODO DE FAZER. O conceito BUMBA-MEU-BOI manifesta-se com incluído no conceito FORMA DE EXPRESSÃO. Esta, por sua vez, inclui-se no conceito BEM CULTURAL IMATERIAL, incluído no conceito PATRIMÔNIO CULTURAL.

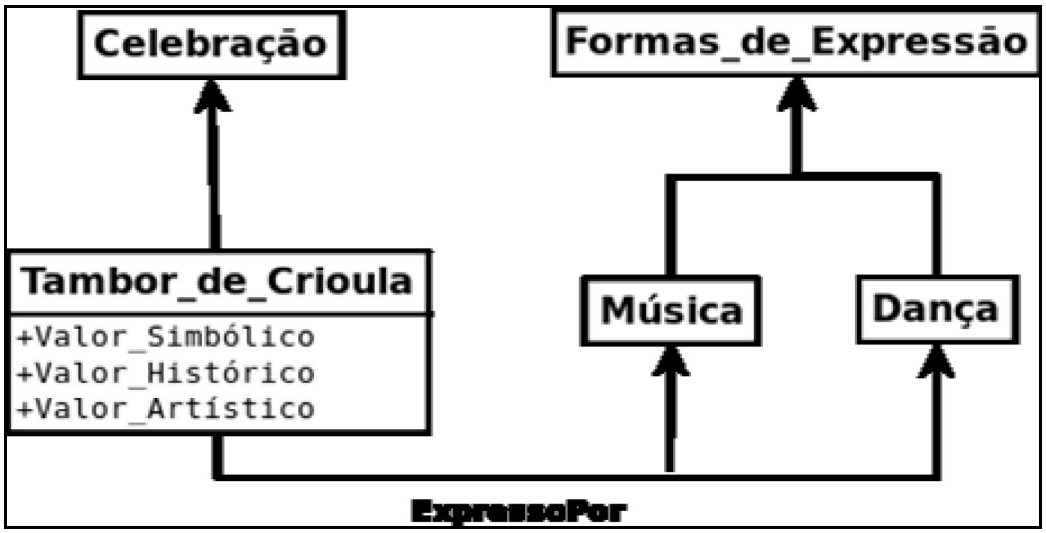
É pertinente salientar neste ponto que a sistematização das unidades lexicais do DCPCSL na taxonomia ilustrada na figura 21 permite uma pronta recuperação da informação no domínio que está sendo modelado.

7.1.2 Especificação de relações

Nesta subseção, descreve-se a terceira tarefa proposta pelo *framework* METHONTOLOGY no desenvolvimento de uma ontologia: a especificação das relações entre os conceitos. Tal tarefa consiste na construção de diagramas de relações binárias entre os conceitos descritos na taxonomia.

A figura 22 exemplifica o diagrama indicando a relação **expresso-por** entre o conceito TAMBOR DE CRIOULA e os conceitos MÚSICA e DANÇA; aquele inclui-se no conceito CELEBRAÇÃO e estes no conceito FORMA DE EXPRESSÃO.

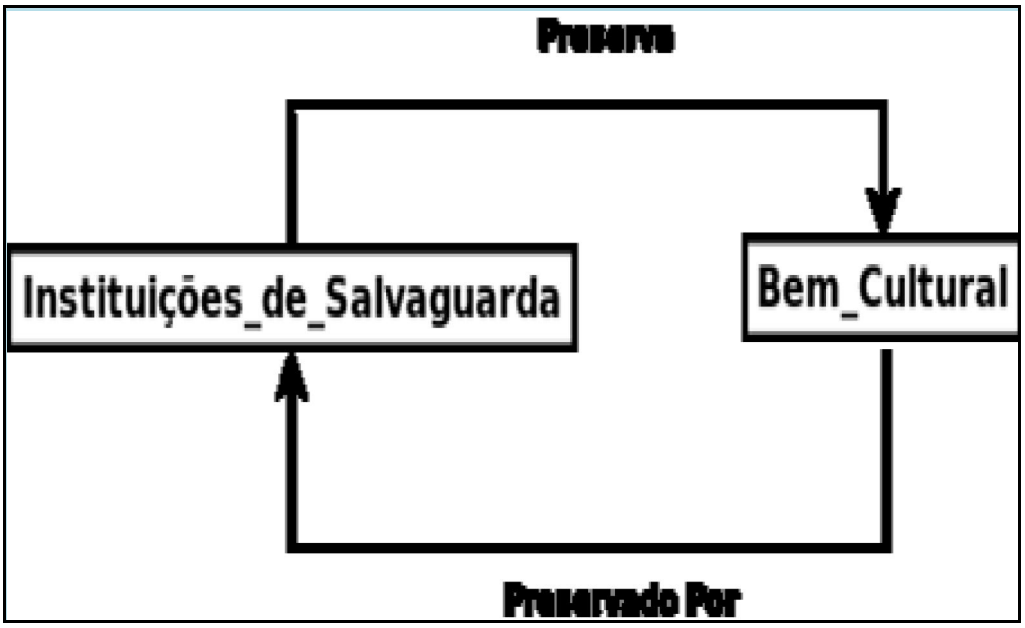
Figura 22: Diagrama de relação binária Expresso por



Além da relação binária **expresso-por**, ilustrada na figura 22 e da relação taxonômica primitiva **is-a**, foram identificadas mais 7 relações binárias: **conjunto-de**, **feito-por**, **manifestado-por**, **preservado-por**, **tocado-com** e **usado-por, preserva** como mostra as figuras 23 e24, respectivamente. Convém destacar que a identificação do tipo de relação foi feita paralelamente à definição das classes e subclasses do domínio. Exemplificam-se as relações binárias com base nos conceitos BEM CULTURAL, INSTITUIÇÃO DE SALVAGUARDA, PARELHA, TAMBOR, BUMBA-MEU-BOI e MATRACA, do DCPCSC, estabelecem-se as relações a seguir.

a) BEM CULTURAL é **preservado-por** INSTITUIÇÃO DE SALVAGUARDA, e, por herança, essa relação é herdada por todos os conceitos incluído em BEM CULTURAL , isto é, SABERES, MODOS DE FAZER, CELEBRAÇÃO e FORMA DE EXPRESSÃO.

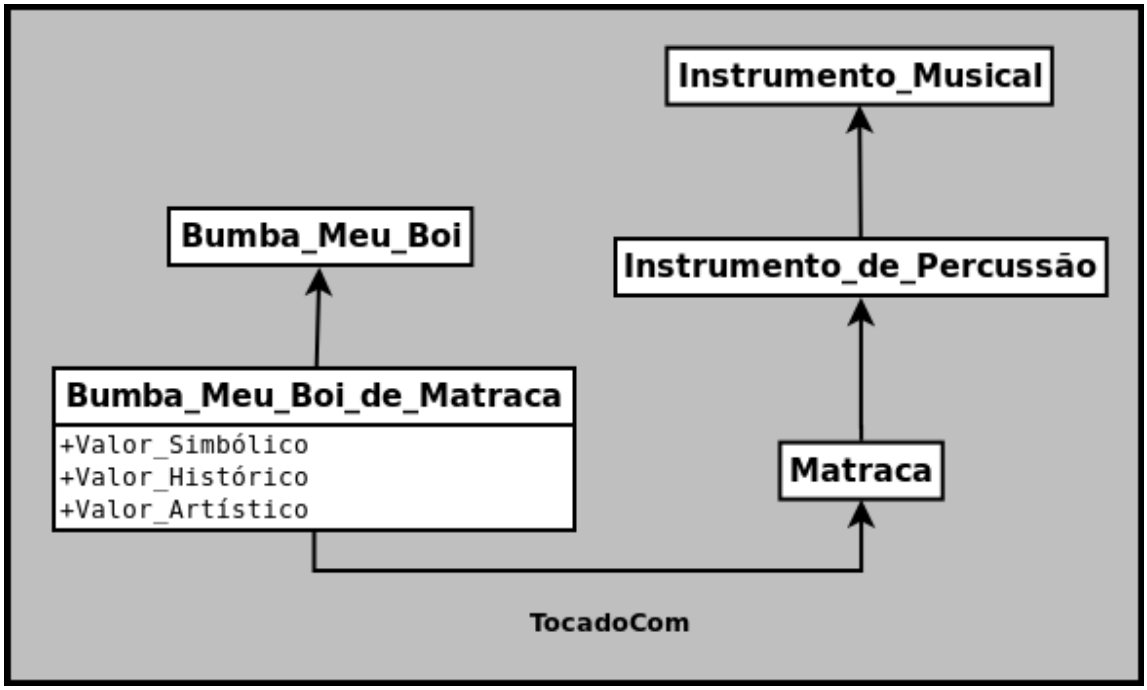
Figura 23: Relação **preservado-por**



b) PARELHA é **conjunto-de** TAMBOR.;

c) BUMBA-MEU-BOI DE MATRACA é **tocado-com** MATRACA (Figura 24).

Figura 24: Relação **tocado-com**



A figura 24 expressa tanto a relação binária TOCADO COM entre os conceitos BUMBA-MEU-BOI-DE- MATRACA e MATRACA como a relação **is-a** entre os conceitos MATRACA **é um tipo de** INSTRUMENTO DE PERCUSSÃO que também **é um tipo de** INSTRUMENTO MUSICAL

7.1.3 Especificação de atributos

Determinadas as classes e subclasses, ou seja, a taxonomia e a identificação do tipo relação entre as classes do domínio, o próximo passo preconizado pelo *framework* é a especificação dos atributos que descrevem cada conceito/classe da taxonomia.

De acordo com Corcho *et al.* (2002), para cada atributo, deve-se especificar o nome do atributo, o conceito, o tipo de valor e o valor de alcance (em se tratando de valores numéricos), as cardinalidades mínima e máxima, para que se tenha uma descrição consistente dos conceitos.

Os atributos delineados e que são associados aos conceitos do domínio são: **valor**, **meio-de-preservação** e **uso**.

O quadro 12 mostra uma parcela da especificação dos atributos, destacando o conceito ao qual está relacionado:VALOR.

Quadro 12: Especificação do atributo valor e das suas qualificações

NOME DO ATRIBUTO	NOME DO CONCEITO
Valor Arquitetônico	EDIFICAÇÕES
Valor Simbólico	BENS IMATERIAIS EDIFICAÇÕES
Valor Arqueológico	SÍTIO ARQUEOLÓGICO
Valor Paleontológico	SÍTIO ARQUEOLÓGICO
Valor Paisagístico e Ambiental	QUINTA CENTRO HISTÓRICO, RESERVA AMBIENTAL, JARDIM BOTÂNICO, ZOOLÓGICO
Valor Histórico	PATRIMÔNIO CULTURAL
Valor Artístico	MANIFESTAÇÃO FOLCLÓRICA MANIFESTAÇÕES ARTÍSTICAS
Valor Gastronômico	COMIDA TÍPICA

Valor Bibliográfico	DOCUMENTOS
Valor Etnográfico	BEM IMATERIAL
Valor Ecológico	QUINTA, RESERVA AMBIENTAL, JARDIM BOTÂNICO, ZOOLÓGICO
Valor Científico	SÍTIO PALEONTOLÓGICO, AZULEJARIA, FORMAS DE EXPRESSÃO DOCUMENTO COMIDA TÍPICA EDIFICAÇÕES SÍTIO ARQUEOLÓGICO

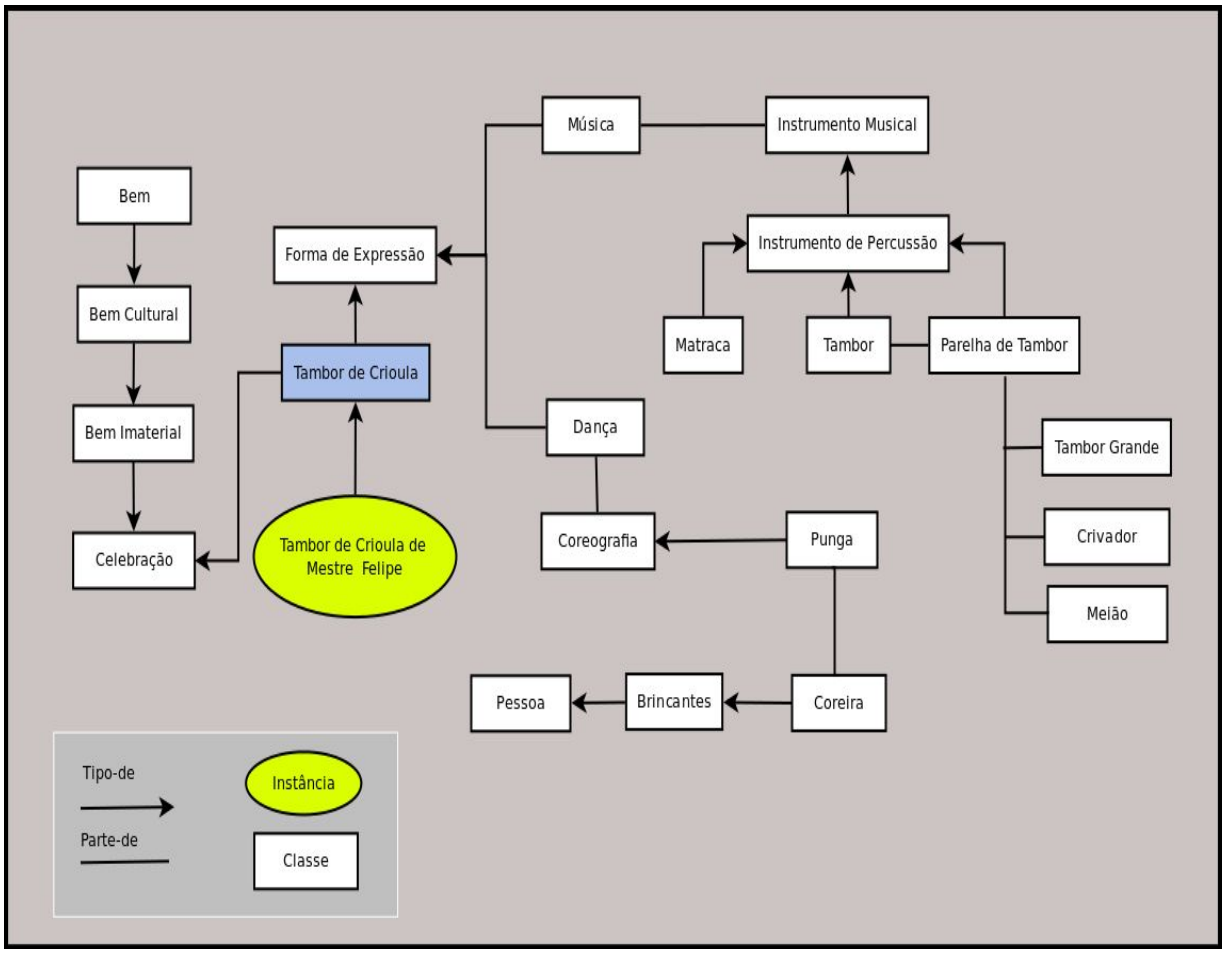
Os atributos **valor simbólico** e **valor etnográfico**, conforme mostra o quadro 12, associam-se ao conceito BEM IMATERIAL; por conseguinte, são herdados por todos os conceitos dessa hierarquia. Isso leva a uma economia em termos de representação e torna possível a realização de inferência simples (FEITOSA, 2006).

Ao conceito DOCUMENTO se associam os atributos **valor científico** e **valor bibliográfico**. O atributo **valor simbólico** pode ser associado tanto ao conceito BEM IMATERIAL como ao conceito EDIFICAÇÃO.

Cumprida a execução de todas as atividades de desenvolvimento da ontologia (a definição dos conceitos, das propriedades e dos atributos), o *framework* recomenda que seja feito o refinamento de tais tarefas por meio da descrição detalhada e documentada para que se verifique a consistência das mesma e posterior implementação no editor de ontologias.

Assim sendo, a ancoragem léxico-ontológica do DCPCSL, ponto de partida e ponto de chegada deste estudo, inclui, em sua estrutura, classes, subclasses, relações, instâncias e propriedades, tal como recomenda o METHONTOLOGY, o que pode ser visualizado no fragmento da estruturação ontológica da figura 25.

Figura 25: Fragmento da ontologia do DCPCSL



Analisando o fragmento de ontologia da figura 25, depreende-se que TAMBOR DE CRIOULA é um tipo de CELEBRAÇÃO, que por sua vez, é um tipo de BEM IMATERIAL que é um tipo de BEM CULTURAL; é também um tipo de FORMA DE EXPRESSÃO manifestada por meio da DANÇA que tem como partes COREOGRAFIA e PUNGA. TAMBOR DE CRIOULA relaciona-se também com MÚSICA, que tem, como parte, INSTRUMENTO MUSICAL, e, como tipo, INSTRUMENTO DE PERCUSSÃO, que, por sua vez, tem, como tipo, MATRACA e TAMBOR; este último tem, como parte, PARELHA DE TAMBOR e TAMBOR GRANDE; este último tem, por fim, CRIVADOR e MEIÃO como partes.

À luz desse pequeno esboço exploratório, é possível identificar a relação direta entre o DCPC e o DCPCSC, uma vez que o conceito TAMBOR DE CRIOULA é parte do DCPCSC, que se relaciona com os conceitos BEM CULTURAL, BEM CULTURAL IMATERIAL, CELEBRAÇÃO, FORMA DE EXPRESSÃO, MÚSICA, DANÇA, INSTRUMENTO MUSICAL, COREOGRAFIA, INSTRUMENTO DE PERCUSSÃO,

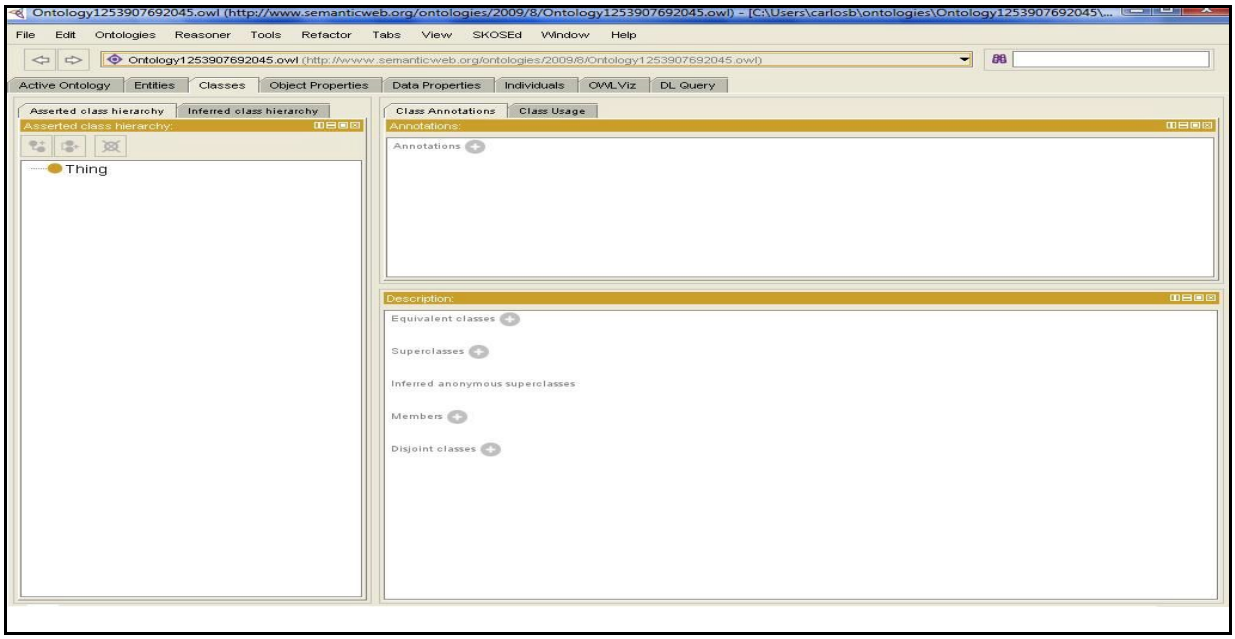
integrantes do DCPC. Assim, verificam-se os níveis central e específico previstos na teoria das ontologias.

7.2 Implementação exploratória do “ontoléxico do DCPCSL”

Há diferentes editores que auxiliam no desenvolvimento de ontologias. Dentre eles, destacamos o Onto Edit, Onto Broker e o Protégé (GÓMEZ-PEREZ, 1999; GUARINO, 1998; LIMA-MARQUES, 2006). O editor escolhido neste trabalho para a implementação do ontoléxico do DCPCSL é o Protégé, na versão Beta 4.1 (PROTÉGÉ, 2011), a escolha foi motivada em virtude do editor propiciar a saída em RDF e OWL, formatos comuns para intercâmbio. Para tal empreitada, seguiram-se os passos descritos no tutorial do Protégé.

O Protégé é um software livre e de código aberto e desenvolvido no Centro de Informática Biomédica da Escola de Medicina da Universidade de Stanford, década de 90. **Da mesma forma que o editor Word foi criado para a edição de textos, o Protégé foi criado para a edição de ontologias**. Por ser uma ferramenta computacional criada para auxiliar a gestão do conhecimento em ontologias, o Protégé dispõe de inúmeros recursos que permitem a manipulação, isto é, a edição e gestão do conhecimento a ser modelado nesse ambiente, que podem ser visualizados na figura 26.

Figura 26: Interface do editor Protégé versão 4.0.2



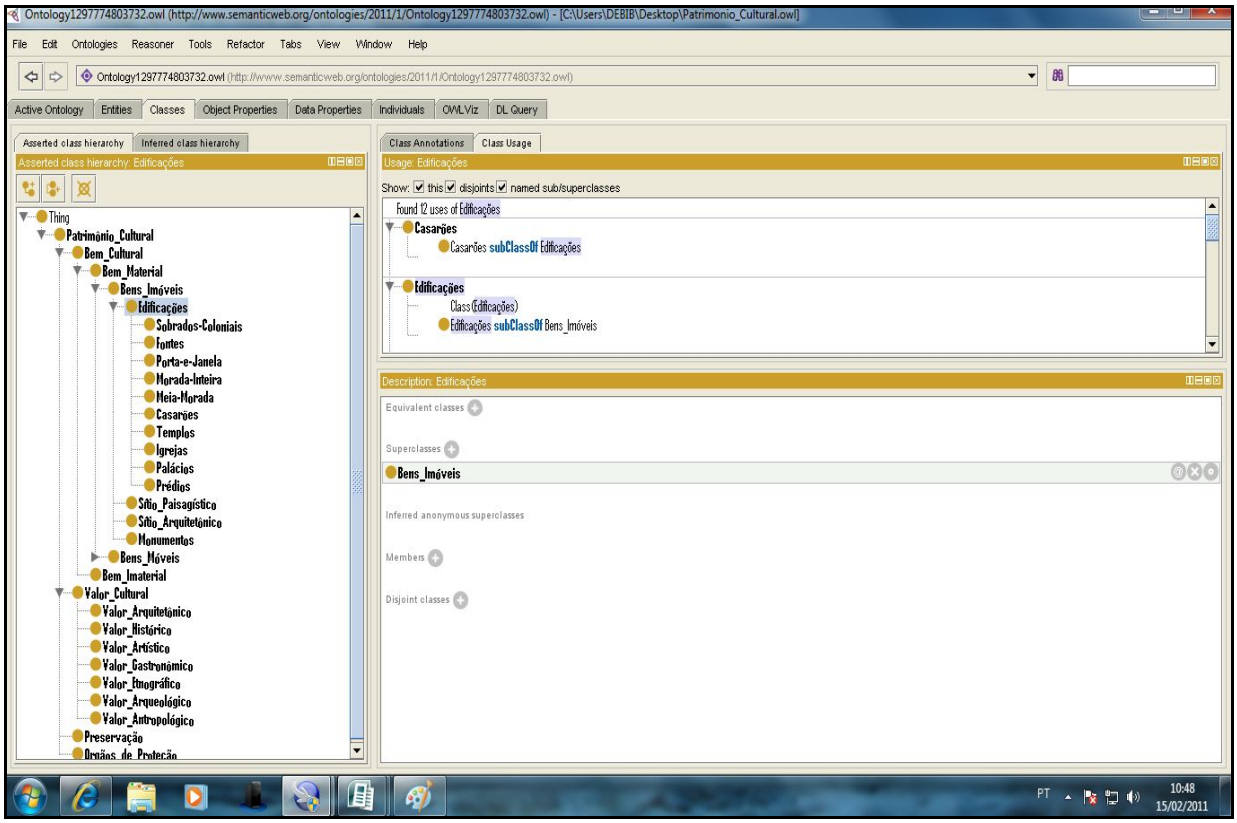
Fonte: Protégé (2009)

Nota-se que a interface do editor Protégé apresenta campos para se inseriram classes e subclasses (conceitos do domínio a ser modelado), as propriedades dessas classes e subclasse (os atributos dos conceitos) e as facetas (restrições sobre os valores das classes, ou seja, das instâncias). Possui também *plugins*, que são extensões instaláveis para fins específicos como, por exemplo, a geração e grafos.

7.2.1 Edição das classes e das subclasses do DCPCSL no *Protégé*

Conforme recomenda o METHONTOLOGY, os conceitos estruturados em uma taxonomia na etapa de conceituação, são, então, implementados no editor Protégé, respeitando a sua estrutura hierárquica. A figura 27 exemplifica a inserção da classe PATRIMÔNIO CULTURAL e suas grandes subclasses: BEM CULTURAL, BEM CULTURAL MATERIAL, BEM CULTURAL IMATERIAL, BEM MATERIAL MÓVEL, BEM MATERIAL IMÓVEL.

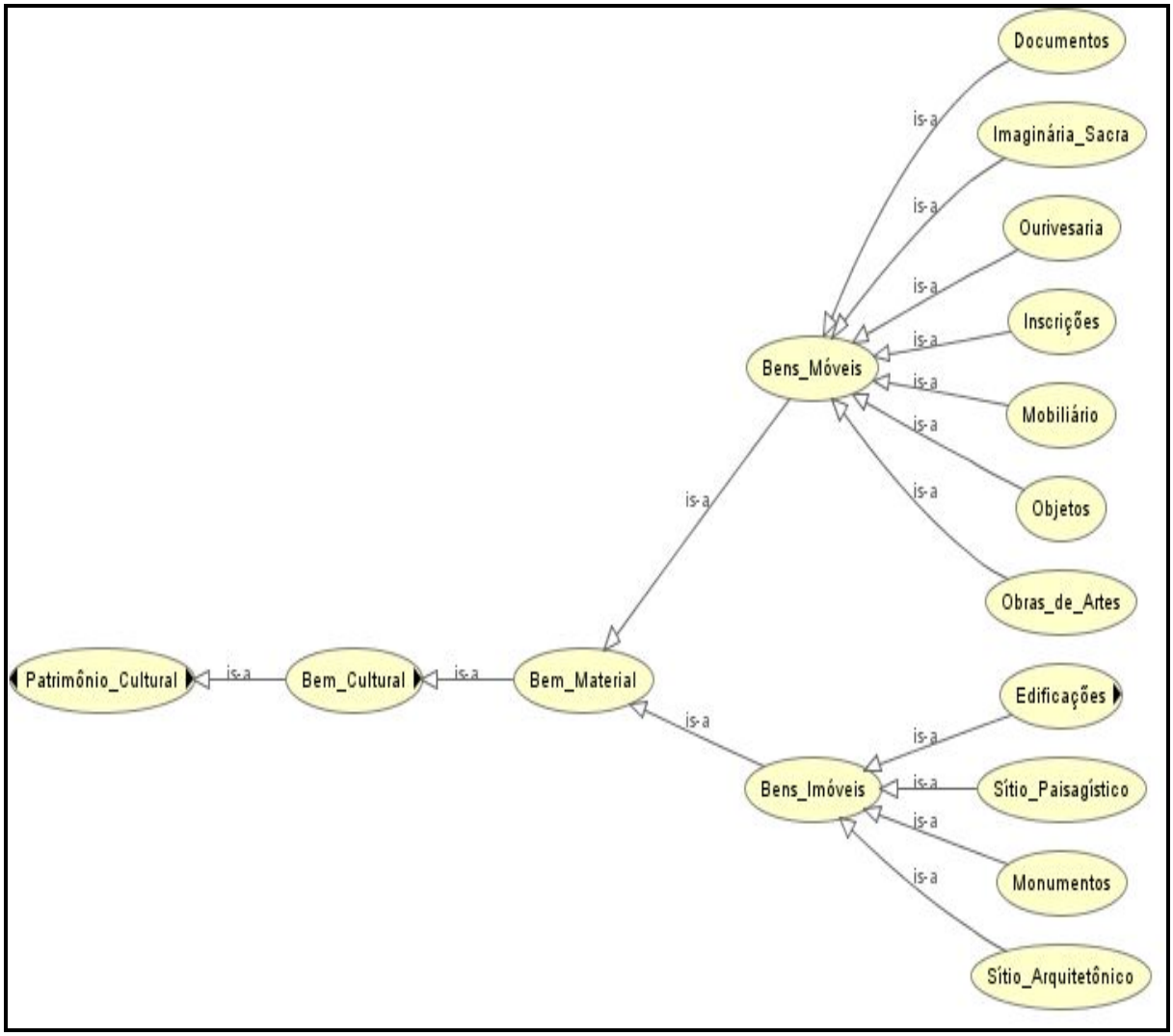
Figura 27: Inserção de classes e subclasses do DCPCSL no Protégé



Fonte: Protégé (2009)

A figura 28 revela que CASARÃO é uma subclasse de EDIFICAÇÃO, que, por sua vez, é um tipo de BEM-MATERIAL-IMÓVEL. Essa representação também pode ser visualizada por meio de grafo gerado pelo *plugin* OWLViz , conforme mostra a figura12.

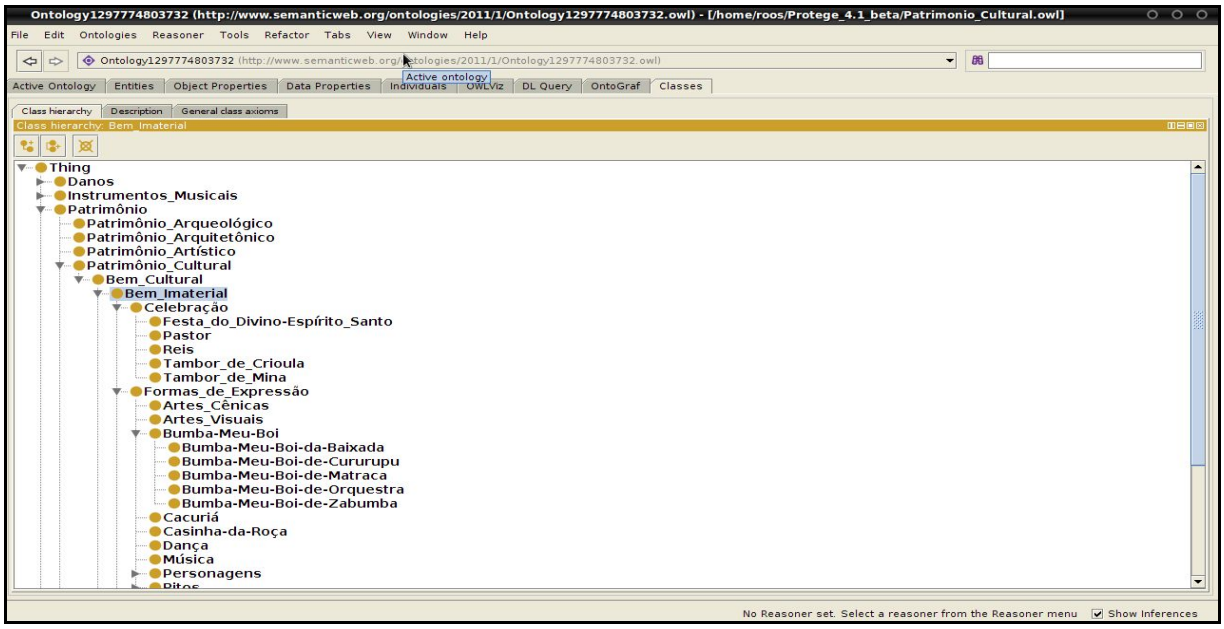
Figura 28: Grafo gerado pelo plugin OWViz da classe BEM MATERIAL



Fonte: Protégé (2009)

Na figura 29, visualizam-se a classe principal BEM CULTURAL IMATERIAL e suas subclasses: CELEBRAÇÃO e FORMA DE EXPRESSÃO. O Protégé permite inferir, por exemplo, que todo BEM CULTURAL IMATERIAL é um tipo de BEM CULTURAL, que, por sua vez, é parte de PATRIMÔNIO CULTURAL; permite também detectar potenciais ambiguidades e inconsistência da ontologia.

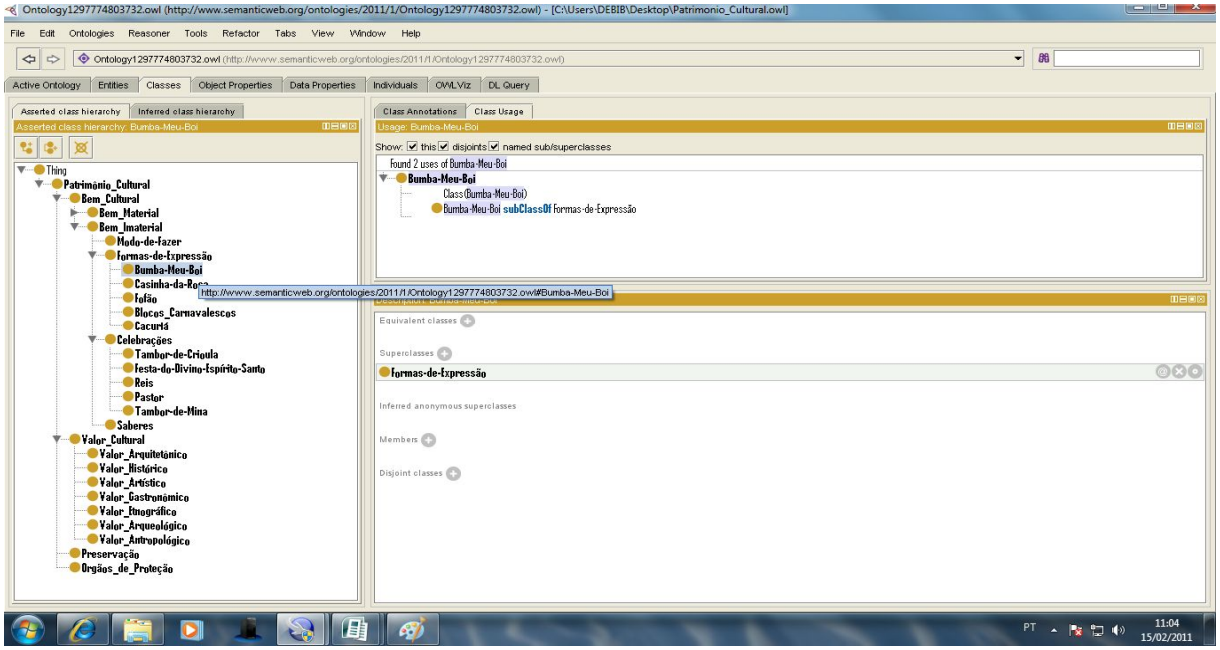
Figura 29: Inserção da classe Bem Imaterial e subclasses do DCPC



Fonte: Protegé (2009)

A inferência de que BUMBA-MEU-BOI é uma de FORMA DE EXPRESSÃO, que, por sua vez, é um tipo de BEM CULTURAL IMATERIAL, pode ser visualizada na figura 30.

Figura 30: Inserção de subclasse do BUMBA-MEU-BOI



Fonte: Protégé (2009)

Por meio do Protégé é possível também visualizar, além das classes e subclasses, as instâncias. Parte da sistematização dos conceitos que constituem o DCPCSL, apresentados na figura (TAXOMONIA), podem ser visualizados na figura 30, como ilustração do exercício exploratório da implementação, e nos grafos do Apêndice C.

7.2.2 Edição das propriedades de classes e dos relacionamentos do DCPCSL no *Protégé*

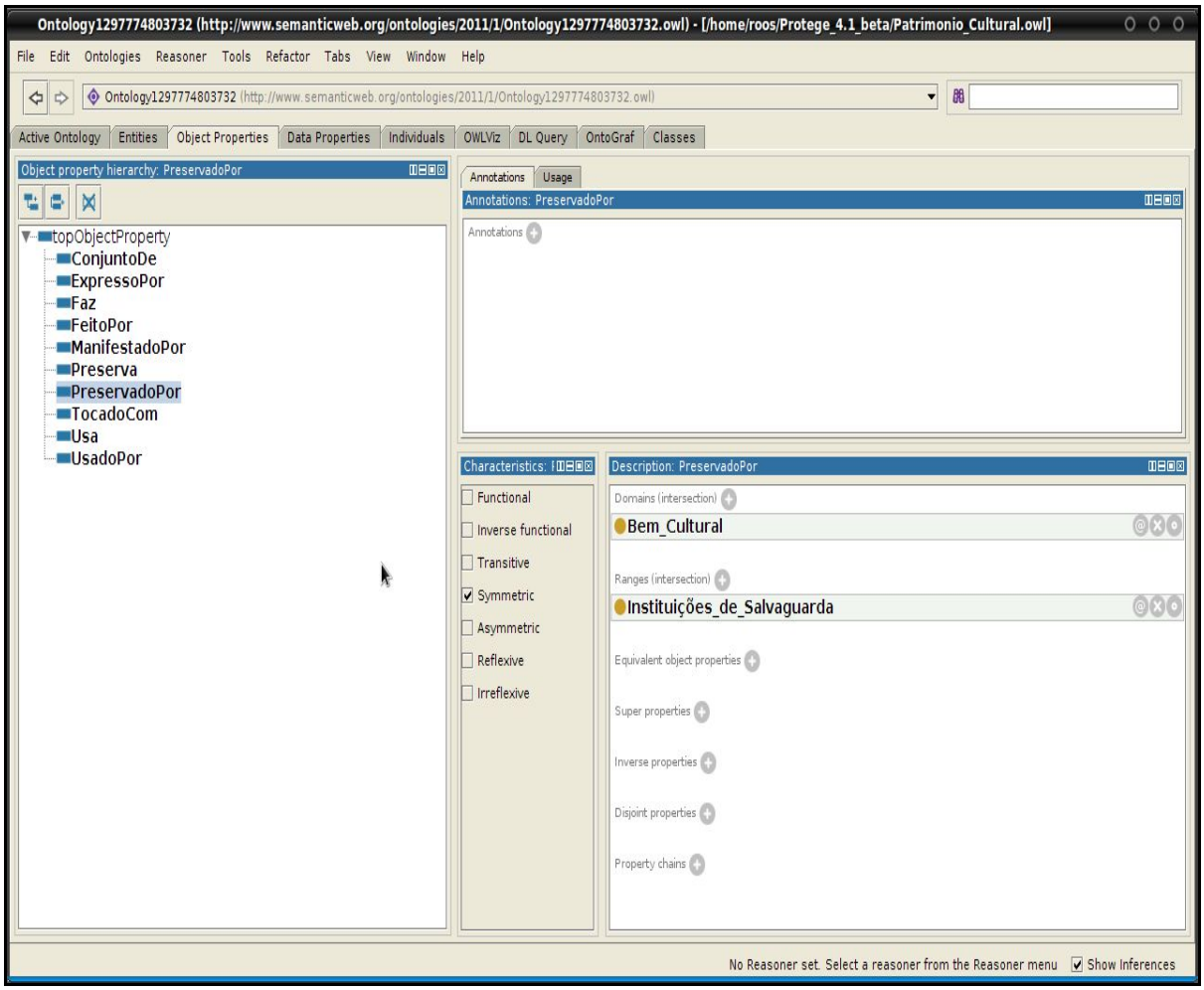
No *framework* METHONTOLOGY as propriedades do tipo “objeto” e propriedade “tipos de dados” são denominadas de atributos de classe e atributos de instância, respectivamente.

No Protégé cria-se, em primeiro lugar, a propriedade; depois, especificam-se as suas respectivas classes, que podem ser principais (*Domain*) e de alcance (*Range*). As propriedades de “objetos” nesse editor, são indicadas na cor azul e as de tipo de “dados”, na cor verde. A figura 31 apresenta as propriedades das classes do DCPCSC, destacando, como exemplo, o relacionamento **preservado-por**.

O relacionamento **preservado-por**, explicita que a BEM CULTURAL é **preservado-por** INSTITUIÇÃO DE SALVAGUARDA.

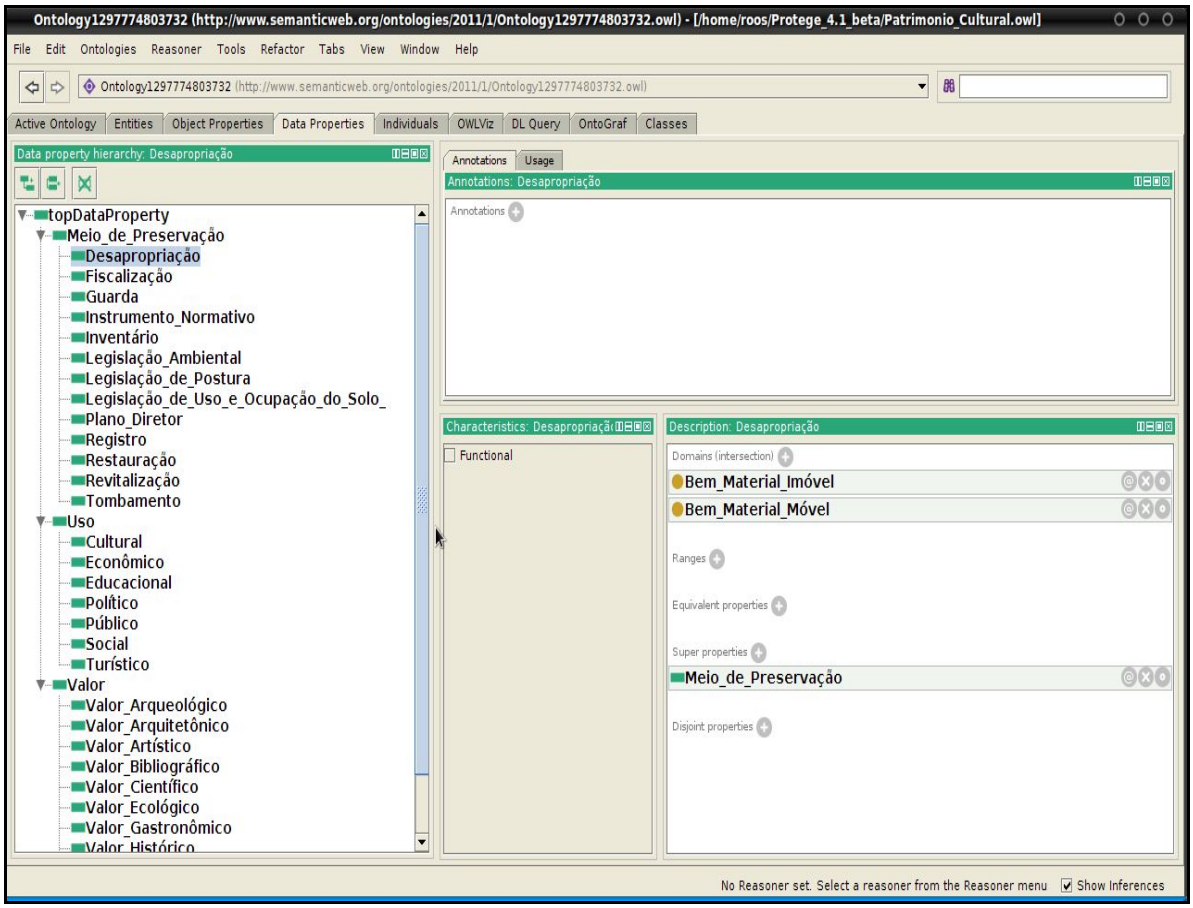
Por meio das relações binárias na linguagem OWL, são criadas as propriedades. A especificação das propriedades do tipo “objeto” permitiu a formalização dos diversos relacionamentos previstos para o DCPCSL: **conjunto-de, expresso-por, faz, feito-por, manifestado-por, manifesta, preserva, preservado-por, toca, tocado-por, usa, usado-por.**

Figura 31: Inserção de propriedades do tipo “objeto”



As propriedades do tipo de “dado” delineadas no DCPCSL e inseridas no Protégé são explicitadas na figura 31. Como exemplo de relação entre propriedade de dado apresenta-se a propriedade “desapropriação” como tipo de preservação de BEM MATERIAL MÓVEL e BEM MATERIAL IMÓVEL.

Figura 31: Inserção de propriedades do tipo “dado”



Como se pode observar, o Protégé permite a implementação de todas as tarefas do processo de desenvolvimento de ontologia. Convém ressaltar que, para o framework METHONTOLOGY, “implementar” significa construir o modelo ontológico com o uso de uma linguagem semicomputável; aqui, adotou-se a OWL, por ser a que está subjacente ao ditor Protégé.

Dessa forma, com o exercício exploratório de implementação das tarefas desenvolvidas anteriormente, conforme propõe o METHONTOLOGY, espera-se ter demonstrado o percurso de estruturação do “ontoléxico do DCPCSL”.

8 CONCLUSÃO

Dentre os objetivos da modelagem léxico-ontológica do DCPC(SL), destaca-se o de servir de recurso e/ou ferramenta informacional auxiliar para pesquisadores e interessados em geral na busca e recuperação da informação sobre as particularidades do léxico desse domínio, especialmente do patrimônio cultural de São Luís do Maranhão.

Do ponto de vista específico, visou-se (a) à delimitação das principais categorias conceituais, do mapeamento das relações tanto taxonômicas quanto horizontais do DCPC(SL); (b) à identificação, à seleção e à organização de unidades lexicais que "revestem" esse domínio lexicalmente; (c) ao estabelecimento da correlação léxico-ontologia do DCPC(SL); e (d) à implementação exploratória dessa correlação no editor de ontologias Protégé.

BUMBA-MEU-BOI, EDIFICAÇÃO, CASARÃO, TAMBOR DE CRIOULA, CULINÁRIA, TOMBAMENTO, PRESERVAÇÃO, CONSERVAÇÃO, MEMÓRIA, HISTÓRIA, PEDRA DE LIOZ, CAZUMBÁ, SOTAQUE, CACURIÁ, TAMBOR DE CRIOULA... são muitas as categorias conceituais de relevância para o entendimento do léxico DCPCSL, e muitas são as obras reflexivas sobre ele.

O léxico do DCPC(SL)sempre despertou o interesse de pesquisadores da cultura de um modo geral e a curiosidade de turistas que visitam a cidade, principalmente nos festejos juninos, que, além da diversidade cultural e da beleza do espetáculo em si, buscam informações sobre seus elementos motivadores como o Tambor de Crioula e o Bumba Meu Boi.

Em decorrência da diversidade das variantes da cultura regional, foram grandes desafios construir parte do mapa conceitual e do o inventário lexical correspondente (APÊNDICE D), pois envolveu lidar com elementos tanto do patrimônio arquitetônico quanto das variadas formas de expressão do patrimônio cultural e, sobretudo, propor um modo sintético de visualização da representação linguístico-conceitual do universo do DCPC(SL).

Assim com base nos pressupostos teórico-metodológicos dos estudos do Léxico e de Ontologias estudados e aqui empregados, foi possível a elaboração da modelagem léxico-ontológica do DCPC(SL), ou seja, a proposição de um "ontoléxico" piloto que pode ser estendido aprimorado.

A elaboração da ontologia do DCPC(SL) e a reflexão sobre ele, bem como as bases teóricas adotadas neste estudo, possibilitaram esboçar algumas observações conclusivas, seja do ponto de vista teórico, seja do ponto de vista prático.

Primeiramente, no que concerne à parte teórico-metodológica, as leituras realizadas conduziram a observar o relacionamento entre léxico e ontologia, mais precisamente entre as noções de campo semântico, ainda que abordada de forma ligeira neste estudo.

Como foi discutido, o significado de uma unidade lexical é determinado pela relação que se estabelece entre as demais unidades lexicais dentro de um mesmo campo, ou seja, a afinidade semântica entre tais unidades permite a sua inserção em um determinado domínio. Em uma estruturação ontológica, esse aspecto é determinante para validar sua consistência ou não, pois a inserção de um conceito que não tenha relação (quer de subordinação ou de outro tipo) com o domínio, revela falha na sua estruturação.

Em relação ao uso de ontologia como construto formal de representação de conhecimento, a literatura não revelou abordagens que se contrapõem a esse aspecto. Diferentemente do que ocorre em relação à sua definição e construção que oscila entre a teoria e a prática, o que certamente leva à falta de uma normalização sobre o seu desenvolvimento.

Também foi possível notar que as pesquisas realizadas nesse campo têm demonstrado grande preocupação com essas questões. Com efeito, os sucessivos modelos teóricos elaborados a partir dessas pesquisas revelam os avanços obtidos e os grandes entraves que ainda permanecem.

O *framework* METHONTOLOGY, em muito pode auxiliar no desenvolvimento de ontologias em qualquer domínio e para qualquer finalidade. De fato, é uma alternativa metodológica que orienta, desde a aquisição do conhecimento até a sua reutilização, ou seja, do planejamento à manutenção da ontologia.

Analisando-se o universo lexical do domínio Patrimônio Cultural, o esboço exploratório das 256 classes e subclasses mapeadas representa parcialmente o DCPC(SL), necessitando, portanto, de rápidas expansões. Tal limitação deve-se, sobretudo à interdisciplinaridade do domínio bem como a falta de consenso sobre o real estatuto de “termo” de algumas lexias criadas especificamente para alguns subdomínios.

Dessa forma, foi possível identificar unidades lexicais exclusivas e reveladoras do léxico do DCPC(SL); outras, provenientes da língua comum, receberam, quando da sua

transposição para o referido universo, acepções diferentes como, por exemplo, as unidades lexicais "amo" e "miolo", que fazem parte do vocabulário da língua comum, ou léxico geral, e como categorias temáticas do DCPC(SL), ganharam, significados específicos, ou seja, perderam seu caráter polissêmico, isto é, seus significados foram reduzidos, a somente um: o fazendeiro que é o dono do boi; homem que fica sob a armação do boi para dar movimentos à alegoria, respectivamente. Essa constatação nos leva a afirmar que o léxico do DCPC (SL) está na interface do léxico comum com o léxico especializado.

Sobre o *corpus* que serviu de base para a extração dos termos que revestem os conceitos ancorados na ontologia, de fato, as fontes resultantes de trabalhos acadêmicos, em sua maioria, possibilitam classificar, bem como definir o complexo domínio patrimônio cultural. Com relação às obras lexicográficas, a carência desse tipo de fonte sobre o domínio constitui uma dificuldade adicional para os estudos nessa área; com relação às fontes automatizadas (bases de dados especializadas e demais buscadores), os resultados das buscas realizadas em sua maioria, nem sempre correspondem ao esperado, o que demonstra que devem ser usados com muita cautela.

No caso específico das redes WordNet e FrameNet, utilizadas no estudo como base teórica e ao mesmo tempo como fonte de dados, encontrou-se um fragmento muito pequeno do léxico do domínio patrimônio cultural. O que não diminui a inquestionável importância desses repositórios lexicais, muito pelo contrário, reforça a ideia de que o léxico das línguas naturais é dinâmico e que é árdua a tentativa de "formalizá-lo."

Portanto, o estudo reforça a tese de que uma ontologia ou qualquer outra ferramenta de representação do conhecimento nunca está finalizada por completo, conforme for o aperfeiçoamento da ciência e de descobrimento de novas especificidades semânticas em determinados domínios, as ontologias devem ser ampliadas e adaptadas.

Ainda há muito a ser feito, tanto em termos de processamento de informações disponíveis quanto em termos de informações a serem analisada, e mapeadas sobre o domínio, uma vez que na recolha das categorias (linguísticas e computacionais) aqui analisadas, alguns aspectos foram "adiados," ficando, contudo o desejo da retomada para aprofundamento destes e a investigação de outros.

Assim, o empreendimento realizado, é, portanto, apenas uma entre muitas tentativas no sentido de sistematizar informações relativas a temas que auxiliem a compreensão da pluralidade cultural e léxico-conceitual do DCPC(SL) por meio das

categorias léxico-conceituais delineadas no estudo. Espera-se ter deixado uma pequena contribuição para tal propósito.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, Dora. **Azulejos portugueses em São Luís do Maranhão**. Rio de Janeiro: Fontana, 1980.

ALESSO, H. P.; SMITH, C. F. **Thinking on the web**: Berners-Lee, Gödel and Turing. Chichester: John Wiley&Sons, 2006.

ALGUMA EXISTENCIA. 2011. Disponível em: <algumaexistencia.blogspot.com>. Acesso em: 15 mar. 2011.

ALLAN, K. **Natural language semantics**. Malden, MA: Blackwell Publishers, 2001.

ALMANAQUE DO ADOLESCENTE. 2011. Disponível em: <almanaquedoadolescente.com.br> Acesso em: 15 mar. 2011.

ALMEIDA, Gladis M. de Barcellos. A teoria comunicativa da terminologia e a sua prática. **Alfa**, São Paulo, v. 50, n. 2, p. 85-101, 2006.

ANDRADE, M. M. Lexicologia, terminologia: definições, finalidades, conceitos operacionais. In: OLIVEIRA, A. M. P. P.; ISQUERDO, A. N. (Org.). **As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia e terminologia**. Campo Grande: UFMS, 1998. p. 189-198.

ANDRÉS, Luiz Philipe**. Centro histórico de São Luís – Maranhão**: Brasil patrimônio mundial. São Paulo: Audichromo, 1998.

ARRUDA, L. **MEDIWEB**: um integrador semântico de dados na Web baseado em mediador. 2002. Dissertação (Mestrado em Ciências da Computação) - Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 2002.

A UNESCO e as políticas culturais. **O correio do povo**, Rio de Janeiro: FGV, v. 9, n. 10, set. 1982.

BARBOSA, Maria. La terminología, entre la globalización y la localización. In: SIMPOSIO IBEROAMERICANO DE TERMINOLOGÍA, 8; SIMPOSIO IBEROAMERICANO DE TERMINOLOGÍA, 2002, Cartagena de Indias. **Anais**... Cartagena de Indias, 2002.

_____. Contribuição ao estudo de aspectos da tipologia de obras lexicográficas.**Revista Brasileira de Lingüística da SBPL,** São Paulo, v. 8, n. 1, p. 15-29, 1995.

_____. Lexicologia, lexicografia, terminologia, terminografia, identidade científica, objeto, métodos, campos de atuação. In: ENCONTRO BRASILEIRO DE TERMINOLOGIA TÉNICO-CIENTÍFICA, 2; SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE TERMINOLOGIA, 1990, Brasília, DF. **Anais...** Brasília, DF: RITerm, 1990.

BARROS, Lídia Almeida. **Curso básico de terminologia**. São Paulo: EDUSP, 2004.

BASILIO, M. **Formação e classes de palavras no português do Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004.

_____. **Teoria lexical**. 7. ed. São Paulo: Ática, 2000. (Princípios).

BERNERS-LEE, T. *et al.* **Semantic Web development proposal**. 2000. Disponível em: <http:www.W3c.Org/TR/owl-ref.2001/swl.2000>. Acesso em: 23 jan. 2007.

BIDERMAN, Maria Tereza C. **Teoria linguística**: teoria lexical e lingüística computacional. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. Conceito lingüístico de palavra. **Palavra**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 5, p. 81-97, 1999.

BOGÉA, Kátia S.; BRITO, Stella R. S.; PESTANA, Raphael G. **Centro histórico de São Luís**: patrimônio mundial.São Luís: IPHAN, 2005.

BORBA, F. S. (Org.). **Dicionário UNESP do Português Contemporâneo**. São Paulo: Unesp, 2004.

BRASIL AZUL. 2011. Disponível em: <brasilazul.com.br>. Acesso em: 15 mar. 2011.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.

_____. Decreto-Lei. n. 25/37, de setembro de 1937. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 15 set. 1937.

BUITELAAR, P.; CIMIANO, P.; MAGNINI, B. Ontology learning from text na overview. **Ontology Learning from text**: methods,evoluation and applications frontiers inartificial inteligence and aplications series, v. 123, IOS Press, 2005.

CABRÉ, M. T. **La terminología**: teoria, metodología, aplicaciones. Barcelona: Antártida; Empúries, 1993.

CANTOS DE CONGOITABIRA. 2011. Disponível em: <cantosdecongoitabira.blogspot.com>. Acesso em: 15 mar. 2011

CARAVANA CULTURAL. 2011. Disponível em: <caravanacultural.zip.net>. Acesso em: 15 mar. 2011

CARRAZONI, Maria Elisa. **Guia de bens tombados**. 2. ed. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1987.

CASTRO, Sônia Rabello. **O Estado na preservação de bens culturais**. Rio de Janeiro: Renovar, 1991.

CHAUÍ, Marilena. Política cultural, cultura política e patrimônio histórico. In: ___. O direito à memória. CONGRESSO INTERNACIONAL: “Patrimônio Histórico e Cidadania”. 1992, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. 3. ed. São Paulo: UNESP, 2006.

CINTRA, A. M. M. Elementos de lingüística para estudos de indexação. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 12, n. 1, p. 5-22, 1983.

COELHO, Olínio Gomes P. **Do patrimônio cultural**. Rio de Janeiro: [s. n.], 1992.

COELHO, R. **Aspectos geológicos do parque natural das serras de aire e candeeiro e sua divulgação multimedia**: um contributo para o ensino da terra. 2003. 234f. Dissertação (Mestrado em Geologia) - Universidade de Coimbra, 2003.

CONCEIÇÃO, V.P. da. **Cidade-patrimônio**: verso e reverso - estudo da enunciação dos jornais O Estado do Maranhão e O Imparcial sobre a elevação de São Luís à patrimônio da Humanidade. 2001, 152 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

COSTA, Lygia Martins. **Museologia**: arte e políticas de patrimônio. Rio de Janeiro: IPHAN, 2002.

CROFT, W.; CRUSE, D. **Cognitive linguistics**. Cambridge: Cambridge University Press.2004.

CRUSE, A. **Meaning in language**: an introduction to semantics and pragmatics. Oxford: Oxford University Press, 2004.

_____. **Lexical semantics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

CURY, Isabelle (Org.). **Cartas patrimoniais**. 2. ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000. (Edições Patrimônio).

DA SILVA, Augusto Soares. **A semântica de deixar**: uma contribuição para a abordagem cognitiva em semântica lexical. Braga: Fundação Calouste Gulbekian, 1999.

DAM VERSO E PROSA. 2011. Disponível em: <damversoeprosa.blogspot.com>. Acesso em: 15 mar. 2011

DAVENPORT, Thomas H. **Ecologia da informação**. São Paulo: Futura, 1998.

DI FILIPPO, A. **Delimitação e alinhamento de conceitos lexicalizados no inglês norte-americano e no português brasileiro**. 2008. 253f. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2008.

DIAS-DA-SILVA, B. C. O estudo lingüístico-computacional da linguagem. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 41, p. 103-138, 2006.

_____. Montagem da Base da Wordnet para o Português do Brasil. **Relatório Técnico da Chamada CNPq 09/2001**: conteúdos digitais/edital SocInfo/ProTeM 01/2001, 01/03/2002 a 31/05/2004. Araraquara: CELiC, FCL, UNESP, 2004a.

DIAS-DA-SILVA, B. C. Wordnet.Br: an exercise of human language technology reserch. **Palavra**, Rio de Janeiro, v. 12, p. 15-24, 2004b.

_____. Human language technology research and the development of the Brazilian Portuguese Wordnet. In: HAJIČOVÁ, E., KOTĚŠOVCOVÁ, A., MÍROVSKÝ, J. (Ed.). INTERNATIONAL CONGRESS OF LINGUISTS, 17., 2003. Prague**. Proceedings…** Prague: Matfyzpress, MFF UK, 2003.

DIAS-DA-SILVA, B. C.; DI FELIPPO, A.; NUNES, M. G. V. The automatic mapping of Princeton WordNet lexical-conceptual relations onto the Brazilian Portuguese WordNet database. In: NTERNATIONAL CONFERENCE ON LANGUAGE RESOURCES AND EVALUATION, 6., 2008, Marrakesh. **Proceedings…** Marrakesh, Palais des Congrès Mansour Eddahbi: ELRA, 2008. 1 CD-ROM. 7p.

_____; _____; HASEGAWA, R**. Methods and tools for encoding the Wordnet.Br sentences, concept glosses, and conceptual-semantic relations. Computational processing of the Portuguese language**. Iatiaia: Springer, 2006. p. 120-130.

_____.; OLIVEIRA, M. F., MORAES, H. R. Groundwork for the development of the Brazilian Portuguese Wordnet. In: RANCHHOD, E. M.; MAMEDE, N. J. (Eds.). **Advances in natural language processing**. Berlin: Springer-Verlag, 2002. p. 189-196.

DING, Li *et al.* Using Ontologies in the Semantic Web: a survey. **Inbook, ontologies in the context of information systems**, October, 2005.

ECO, Humberto. **A estrutura ausente:**estética. São Paulo:Perspectiva, 1987.

ELMAN, Jeffrey L. An alternative view of the mental lexicon.Trends in Cognitive **Sciences**, v. 8, n. 7, p. 301-306, jul. 2004.

FEITOSA, A. **Organização da informação na web:** das tags à web semântica. Brasília, DF: Thesaurus, 2006.

FELLBAUM, C. (Ed.) **WordNet**: an electronic lexical database. Cambridge, London: The MIT Press, 1998.

FERMÉ, Eduardo. An axiomatic characterization of ensconcement-based contraction. (Preliminary Version). Martín Proceedings of the Eleventh International Workshop on Non-Monotonic Reasoning (NMR06). UK. 2006. p.465-470.

FERREIRA, A. B. H. **Novo dicionário eletrônico Aurélio**: versão 5.11a. Curitiba: Positivo Informática Ltda, 2004.

_____. **Dicionário Aurélio eletrônico século XXI**: versão 3.0. São Paulo: Lexikon Informática, 1999.

FERRETI, Sérgio F. **Tambor de crioula**: ritual e espetáculo. 3. ed. São Luís: Comissão Maranhense de Folclore, 2002.

FLICKR. 2011. Disponível em: <flickr.com>. Acesso em: 15 mar. 2011.

FIKES, R. Ontologies: what are they, and where´s the research? In: _____. **Knowledge representation 96**. Massachusetts: [s. n.], 1996.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ; IPHAN, 1997.

FOUCAULT, Michel. **A palavra e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes,1994.

FRAMENET. 2011. Disponível em: <http://framenet.icsi.berkeley.edu/fnReports/data/frameIndex.xml?frame=Social_event> Acesso em: 10 mai 2011.

FRANÇA, Jeovah Silva; REIS, José Ribamar dos. **Lira jovem**: a nova geração de cantadores de bumba-meu-boi da ilha. São Luís: [s.n.], 2007.

FREITAS, F. Comunicação entre agentes em ambientes distribuídos abertos: o modelo "peer-to-peer". **Revista Eletrônica de Iniciação Científica**, v. 2, n. 2, jun. 2002.

FREITAS, F. L. G. Ontologias e Web semântica. In: VIEIRA, R; OSÓRIO, F. (Org.). CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE COMPUTAÇÃO: jornada de minicursos em IA, 23, 2003. **Anais...** Campinas: SBPC, 2003. v. 8. p. 1-52.

GESTOS DE CADALUGAR. 2011. Disponível em: <gestosdecadalugar.blogspot.com>. Acesso em: 15 mar. 2011

GIRARDI, Rosario; DRUMOND, Lucas Rêgo. Infonorma: um sistema de recomendação baseado em tecnologia da Web Semântica. **Infocomp (UFLA)**, v. 5, p. 93-102, 2006.

_____; LINDOSO, Alisson Neres. An Ontology based knowledge base of the representation and reuse of software patterns. **Software Engineering notes**, New York, v. 31, n. 1, p. 1-6, 2006.

GOFFMAN, E. **Framenalysis**: na essay on the organization of experience. Boston: Northeastern University Press, 1986.

_____. **Forms of talk**. Philadelphia: University of Pennsylvania press, 1981.

GÓMEZ-PÉREZ, A. Ontological engineering: a state of the art. **Autumn**, v. 2, n. 3, p. 33-43, 1999.

GONÇALVES, J. R. S. Monumentalidade e cotidiano: o patrimônio cultural como gênero de discurso. In:OLIVEIRA, L. L. **Cidade**: história e desafios. São Paulo: CNPq; FGV, 2002. p. 108-123.

_____. **A retórica da perda**: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ; IPHAN, 1996.

GRUBER, T. Towards principles for the designer of ontologies used for knowledge systems. **Laboratory Technical Report**. KSL93-04, 1993.

GUARINO, N. Formal ontology and information systems. In: _____. (Ed.). Formal **ontology in information systems**. Netherlands: IOS Press, 1998. p. 3-15.

HANDKE, J. **The structure of the lexicon**: human versus machine. Berlin: Mouton de Gruyter, 1995.

HELBIG, H. **Knowledge representation and semantics for natural language**. Berlim: Springer-Verlag, 2006.

HIRST, Graeme. Ontology and the lexicon. In: STAAB, S.; STUDER, R. (Eds.). **Handbook on ontologies**: international handbooks on information systems. Berlin: Springer –Verlag, 2004. p. 209-229.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília, DF: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; Museu Imperial, 1999. 68p.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles.**Grande dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. 1CD-Rom. versão 3.0

_____; **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. 1 CD Rom.

ILARI, Rodolfo. **Introdução ao estudo do léxico**: brincando com as palavras. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS. **Cartilha do patrimônio histórico e artístico de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais, 1989.

IPHAN. Política, gestão urbana e patrimônio. **Revista Cidadania**. Brasília, DF, 1998.

_____. 70 anos do IPHAN. **Revista Museu**, Brasília, DF, ed. comemorativa, 1970.

JACKENDOFF, R. **Foundations of language**. Oxford: Oxford University Press, 2002.

_____. **Semantic structures**. Cambridge: The MIT Press, 1990.

_____. **Semantics and cognition**. Cambridge: The MIT Press, 1983.

KAIZ, Jerrold. **Semantic theory**. Nova Iorque: Harper & Row, 1972.

_____; FODOR, Jerry. Estrutura de uma teoria semântica. In: LOBATO, L. A **Semântica na lingüística moderna**: o léxico. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977 [1964]. p. 77-129.

KRIEGER, M. G.; FINATTO, M. J. B. **Introdução à terminologia**: teoria e prática. São Paulo: Contexto, 2004.

LABIDI, S.; SILVA, Silvia Monteiro da. Intelligent system for fuels quality control and monitoring. In: HYBRID intelligent systems: His 2008, 2008. INTERNACIONAL CONFERENCE ON HYBRID INTERNATIONAL SYSTEMS, 8, 2008, Barcelona. **Anais…** Barcelona, 2008, p. 855-860.

LABIDI, S. *et al.* IntelligentB2B commerce system. In: _____. **The textbook technological aspects od information society and new economy**: an Overview, formatex. Spain: [s. n.], 2003.

LAKOFF, G. **Women, fire and dangerous things**: what categories reveal about mind. Chicago: University of Chicago Press, 1987.

_____; JONHSON, M. **Metaphors we live by**. Chicago: University of Chicago Press, 1980.

MARANHÃO (Estado). Lei n. 3376 de 28 de setembro de 1994. São Luís: Câmara Municipal de São Luís, 1994.

LEMOS, Carlos A. C. **O que é patrimônio histórico**. São Paulo: Brasiliense, 1981. 115p.

LIMA-MARQUES, M. **Ontologias**: da filosofia à representação do conhecimento. Brasília, DF: Thesaurus, 2006.

LÖBNER, Sebastian. **Understanding semantics**. Nova York: Oxford University Press, 2002.

LOPES, E. **Fundamentos da lingüística contemporânea**. São Paulo: Cultrix, 1995.

LYONS, John. **Linguistc semantics**: an introduction. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

_____. **Linguistica e linguagem**: uma introdução. Tradução Marilda Averbug e Clarisse de Souza. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1987.

_____. **Introdução à lingüística teórica**. São Paulo: Nacional; EDUSP, 1979.

MAGALHÃES, Aloísio. **E triunfo?**: a questão dos bens culturais no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Brasília, DF: Fundação Nacional Pró-Memória, 1985. 256 p.

_____. Bens culturais: instrumento para um desenvolvimento harmonioso. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico**, Rio de Janeiro, n. 20, p. 54-58, 1984.

MARK, B. Ontologies as the representation (and re-representation) of agreement. In: KNOWLEDGE representation 96. Massachusetts: [s.n.], 1996.

MARQUES, Maria Helena Duarte. **Introdução à semântica**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

MARRAFA, P. **WordNet do português**: uma base de dados de conhecimento lingüístico. Lisboa: Instituto Camões, 2001.

MARTINS, C. Patrimônio cultural e identidade: significado e sentido de lugar turístico. In _____ (Org.). **Patrimônio cultural**: da memória ao sentido do lugar. São Paulo: Roca, 2006.

MARTINS, Ananias. **São Luís**: fundamentos do patrimônio cultural. São Luís: Fort Gráfica, 2000.

MAYA FELIX . 2011. Disponível em: <mayafelix.blogspot.com>. Acesso em: 15 mar. 2011.

MCGRAW, K. L.; HARBISON-BRIGGS, K. Knowledge acquisition: principles and guidelines. **Prentice Hall International**, USA, 1989.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. 16. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1991.

MICHAELIS: pequeno dicionário da língua portuguesa. São Paulo: Perspectiva, 1987.

MIDDLETON, S.; SHADBOLT, N.; DE ROURE, D. Ontology user profiling in recommender systems. **ACM Transactions on Information Systems**, v. 22, p. 54-88, 2005.

MILET, V. **A teimosia das pedras**: um estudo sobre a proteção do patrimônio ambiental urbano. Olinda: Prefeitura de Olinda, 1998.

MILLER, G. A.; FELLBAUM, C. Semantic networks of english. **Cognition**, v. 41, p. 197-229, 1991.

MINSKI, Marvin. A frame work for representing know ledge. In: WINSTON, P. (Ed.). The **psychology of computer vision**. Mitt: Ms Graw – Hill, 1975.

MOREIRA, L. E. Um planejamento que marca caminho. **O Estado do Maranhão**, São Luís, p. 6, 18 de set, 1997. Política.

MURPHY, R. F. Extracting information from text and images for location proteomics. Proceedings of the Third ACM SIGKDD Workshop on Data Mining in Bioinformatics (BIOKDD03) . 2003. p. 2-9

MURTA, Stela M.; ALBANO, Celina. **Interpretar o patrimônio**: um exercício do olhar. Belo Horizonte: Brasiliense, 2002.

NERLICH, Brigitte; CLARKE, David D. Semantic fields and frames. **Journal of Pragmatics**, v. 32, p. 125-150, 2000.

NOVELLO, T. Sistema de autoria e tutor inteligente SATI: da definição da arquitetura à implementação e validação. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO EM INFORMÁTICA NA EDUCAÇÃO, 2006. **Anais...** [S. l.], 2006.

O ESTADO DO MARANHÃO. São Luís: Gráfica Escolar; Globo, 1997.

O IMPARCIAL. São Luís: Diários Associados, 18 set.1997.

OGDEN, Charles; RICHARDS, Ivor. **The meaning of meaning**. 9. ed. [S. l.]: Hacourt Brace Javanovich, 1989.

OLIVEIRA, Luciano Amaral. **Manual de semântica**. Petrópolis: Vozes, 2008.

PELLEGRINI FILHO, Américo. Colocações teóricas sobre folclore. In: CONGRESSO DE FOLCLORE DO RIBATEJA, 5, 1993, Santarém. **Anais...** Santarém: Ed. Região do turismo do Ribatejo, 1993.

PETERS, W. *et al.* Cross-linguistic alignment of wordnets with an Inter-Lingual-Index:. computers and the humanities. **Dordrecht**, Boston, London, v. 32, p. 221-251, 1998.

PINKER, Steven. **Do que é feito o pensamento**. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

PIRES, Maria Coeli Simões. **Da proteção cultural**: o tombamento como principal instituto Belo Horizonte: Del Rey, 1994.

PROTÉGÉ. **Download Protégé software**. 2009. Disponível em: <http://protege.stanford.edu/download/download.html>. Acesso em: 20 set. 2009.

PUSTEJOVSKY, James. **The generative lexicon**. [S. l.]: MIT Press, 1996.

_____. **The Generative lexicon**. [S. l.]: MIT Press, 1995.

QUIVEY, M. A. **The Semantic web**: the future of our on line experience.EDL547New Technology Research Paper MLT Program – University of Illinois. 22 mar. 2002. Disponível em: <http://students.uis.ed/mquiv01s/semanticw.html>. Acesso em: 11 set. 2008.

RAMASSOTE, Rodrigo Martins *et al.* (Coord.). **Os tambores da ilha**. São Luís: IPHAN, 2006.

RESNICK, P. Semantic similarity in a taxonomy: an information-based measure and its application to problems of ambiguity in natural language. **Journal of Artificial Intelligence Research**, p. 95-130, 1999.

RODRIGUES, Arlindo. Pode-se preservar uma identidade cultural sem se fazer uso de uma língua exclusiva. **Voz di povo**, v. 10, n. 469, p. 10, 1985.

RODRIGUES, M. O patrimônio de São Paulo: memória e história. In: _____. **Imagens do passado: a instituição do patrimônio em São Paulo** 1969-1987. São Paulo: Unesp, 1987.

ROSCH, E. Natural Categories. **Cognitive Psycology**, v. 4, p. 328-350, 1993.

RUPPENHOFER, J. *et al.* **FrameNet II**: extended theory and practice. 2009. Disponível em: <http://framenet.icsi.berkeley.edu/index.php?option=com_wrapper&Itemid=126>. Acesso em: 10 set. 2009.

RUSSEL, S.; NORVIG, P. **Inteligência artificial**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

SAINT-DIZIER, P.; VIEGAS, E. **Computational lexical semantics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

SÃO LUÍS ilha do Maranhão e Alcântara: guia de arquitetura e paisagem. Sevilha: Consejeria de Obras Publicas y Transportes, 2008. (Ed. Bilingue).

SAUSSURE, F. **Curso de lingüística geral**. São Paulo: Cultrix, 1969.

SHADBOLT, N.; HALL, W.; BERNERS-LEE, T. The semantic web revisited. **Intelligent Systems**, v. 21, p. 96-101, 2006.

SILVA, Cleudecy C. da. **Nos labirintos do patrimônio**: representações sobre o bairro do Desterro. 2005. 196f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2005.

_____. **Desterro meu bairro, meu patrimônio**. São Luís: Liceu, 2007.

SIMÃO, Cristina. **Preservação do patrimônio cultural em núcleos históricos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

SIMÃO, Maria Cristina Rocha. **Preservação do patrimônio cultural em cidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

SOUZA FILHO, Carlos Frederico Mares de. **Bens culturais e proteção jurídica**. Porto Alegre: UE, 1997.

SUMMERS, D. (Ed.). Longman dictionary of contemporany English online. **Longman Group**, 2005. Disponível em: <http://www.Idoceonline.com>. Acesso em: 23 mar. 2008.

TAYLOR, J. L**. Webster's**: portuguese-english dictionary. 16. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

TELLES, Antônio A. Queiroz. **Tombamento e seu regime jurídico**. São Paulo: Editora dos tribunais, 1992.

THE PROTÉGÉ. 2009. Disponível em: <http://protégé.Stanford.edu>. Acesso em: 15 set. 2009.

TOSQUI, Patrícia. **Construção e ancoragem ontológica do vocabulário básico bilíngüe do turismo para fins didáticos**. 2007. 246f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras. Campus de Araraquara, 2007.

ULLMANN, Stephen. **Semântica**: uma introdução à ciência do significado. Tradução J. A. Osório Mateus. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1964.

ULLMANN, Stephen. **The principles of semantics**. 2. ed. Londres: Philosophical Library, 1957.

UNESCO. **Declaração Universal sobre a diversidade cultural**: diretrizes para salvaguarda do patrimônio documental. [S. l.]: UNESCO, 2002.

UNESCO. **Requisitos técnicos para caracterização de patrimônio da humanidade**. [S. l.]: Unesco, 1998.

_____. **Word Heritage´s Convention**: beddings for the cultural management in significant Brazilian cities for humanity. Paris: [s. n.], 1972.

VIVA educação. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2011. (Caderno de Cultura do Maranhão)

VOSSEN, P. Special issue on EuroWordNet. In: **COMPUTERS and the humanities**. Dordrecht, Boston; London. 1998a. v. 32.

_____. Introduction to EuroWordNet. **Computers and Humanities.Netherlands**: Kluwer Academic Press, v. 32, p. 73-89, 1998a.

_____ *et al.* The top-down strategy for building EuroWordNet:vocabulary covery,base concepts and topontology. **Computers and humanities**, v. 32,n. 2-3,p.117-152,1998b.

W3C. **Web Ontology Language (OWL)**. 2007. Disponível em: <http://www.W3.org/ow1>. Acesso em: 22 dez. 2008.

WINSTON, P. H. **Inteligência artificial**. Rio de Janeiro: Livros técnicos, 1987.

WEISZFLOG, W. **Michaelis:** moderno dicionário [da língua portuguesa]. [S. l.]: Melhoramentos, 1998. Disponível em: <http:/michaellis.uol.com.br/moderno/inglês/índex.php>. Acesso em: 10 jan. 2011.

ZANETTINI, Paulo; DE GOBBI, Virginia C. F. **Amigos do patrimônio:** material de apoio à ação educativa patrimonial cidade de Araraquara. Araraquara: Zanettini Arqueologia, 2007.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Síntese da história de São Luís do Maranhão

A capital do Maranhão surgiu como um pequeno povoado luso-espanhol em 1531 e assim permaneceu durante os séculos em que as atenções da Coroa Portuguesa voltavam-se para as capitanias onde a colonização estava mais adiantada. Enquanto isso, graças à posição privilegiada da cidade, propícia ao desenvolvimento da navegação, formou-se intenso intercâmbio econômico com a Europa, especialmente com os franceses.

Daniel de La Touche, líder de uma expedição francesa que aportou na ilha de Upaon-Açu em 16 de março de 1612, tendo em mãos uma Carta Patente concedida pela Regente Maria de Médici, a qual lhe dava o direito de fundar uma colônia francesa no norte do Brasil, foi o fundador da cidade de São Luís e responsável pelos tratados de paz com os nativos Tupinambás.

Três anos após a fundação da França Equinocial, Portugal tratou de expulsar os franceses do Maranhão e de intensificar o processo de colonização na recém-fundada cidade de São Luís. Nessa ocasião, o engenheiro-mor do Estado do Brasil, Francisco Frias de Mesquita, desenvolveu um plano de fortificação e urbanização da cidade, que se tornou modelo para sua posterior expansão.

No entanto, três décadas mais tarde, seria a vez dos holandeses ocuparem São Luís. Mas a colonização holandesa, sob comando de Maurício de Nassau, durou pouco, de 1641 a 1644. A cidade foi destruída e os engenhos de açúcar da região, desarticulados. Após a expulsão dos holandeses, houve uma reestruturação da economia, baseada na mão-de-obra indígena, aproveitada em atividades como: agricultura de subsistência, criação de gado, extração de drogas do sertão, sendo esta a mais importante fonte de renda da colônia.

Durante os séculos XVIII e XIX, quando o Maranhão tinha importante papel na produção e nas exportações do país, São Luís chegou a ser considerada a quarta cidade brasileira em prosperidade, depois de Salvador, Recife e Rio de Janeiro. Como legado desse período de riqueza, São Luís guardou um conjunto arquitetônico de alto valor patrimonial, constituindo a maior área de arquitetura colonial portuguesa existente no Brasil (sobrados, fachadas de azulejos).

Com a decadência econômica do estado a partir do século XX, a capital foi caindo no isolamento e abandono. A diminuição de investimentos na cidade associou-se a um processo de deterioração desse patrimônio arquitetônico mas, por outro lado, também

restringiu a renovação e modernização urbanas que contribuíram para descaracterizar os centros históricos de outras cidades brasileiras.

Em 1955 o Governo Federal procedeu ao tombamento de seu centro histórico, preservando cerca de 4.000 imóveis e o traçado das estreitas vias dos séculos XVIII e XIX. Na década de 1980, o governo do Maranhão instituiu o Projeto Reviver, para a restauração de cerca de 200 casarões no bairro da Praia Grande, recuperação do calçamento original e substituição dos postes de iluminação por lampiões e cabeamento subterrâneo.

Em 4/12/1997, a área de 60 hectares do centro histórico, já tombada pela União, foi incluída na Lista do Patrimônio Mundial Cultural e Natural da Unesco.

APÊNDICE B - Legislação consultada sobre proteção de patrimônio cultural

- BRASIL. Decreto nº 3551, de 4 de agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem o patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Brasília, DF, 2000.

- _____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 05 out. 1988;

- _____. Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1888 – Seção IV. Dos crimes contra o Ordenamento Urbano e Patrimônio Cultural. Brasília, DF, 1988.

- _____. Decreto-Lei nº 3.866, de 29 de novembro de 1941. Dispõe sobre o cancelamento do tombamento de bens do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Brasília, DF, 1941.

- _____. Lei nº 3.924, de 26 de novembro de 1941. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. Brasília, DF, 1941.

- _____. Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Brasília, DF, 1937.

- MARANHÃO. Decreto-Lei nº 10.089, de 06 de março de 1986. Dispõe sobre o Tombamento do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Centro Histórico de São Luís. São Luís, 1986.

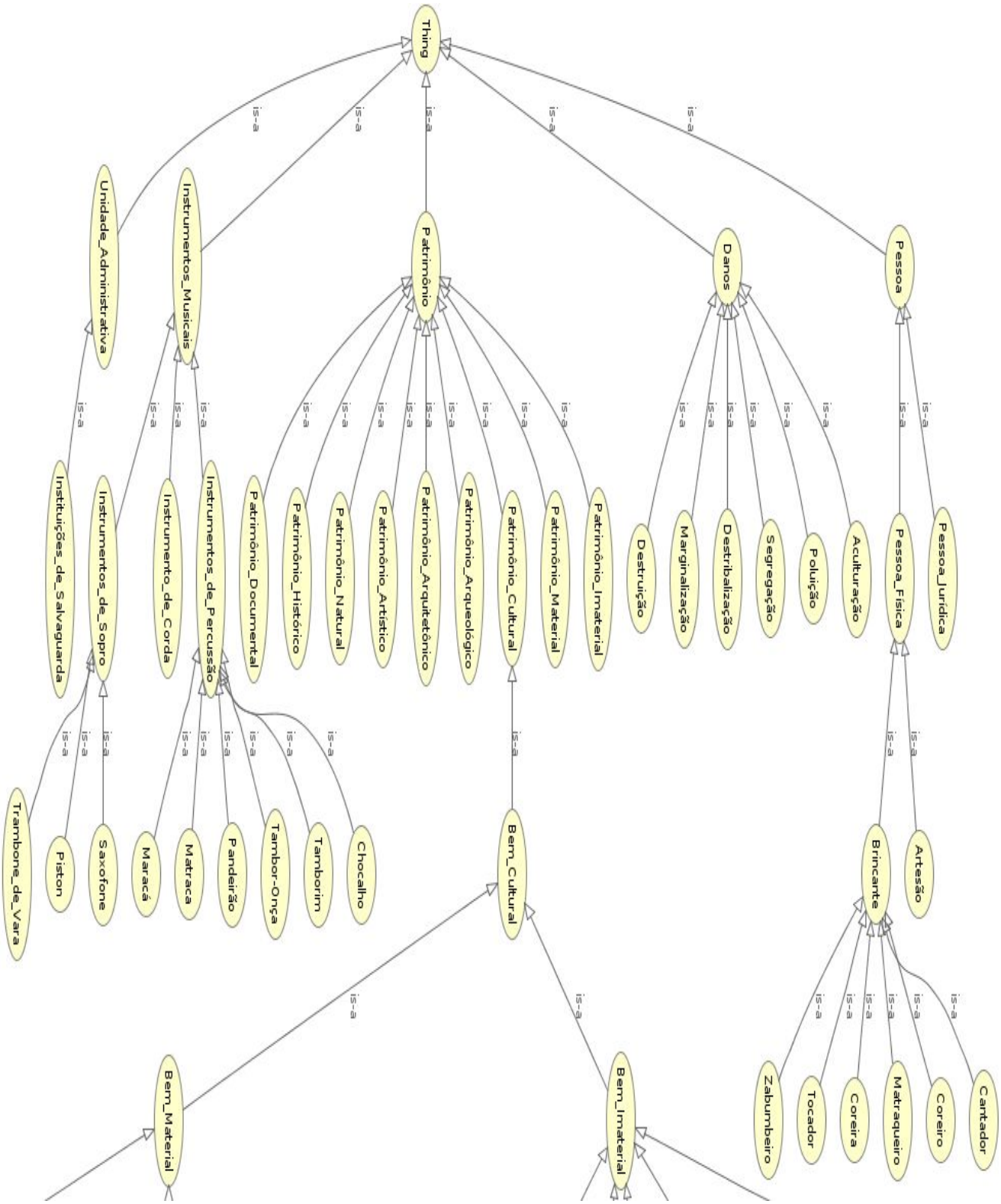
- SÃO LUÍS. Decreto – Lei nº 3.252, de 29 de dezembro de 1992. Dispõe sobre a instituição do Plano Diretor do Município de São Luís e dá outras providências. São Luís, 1992.

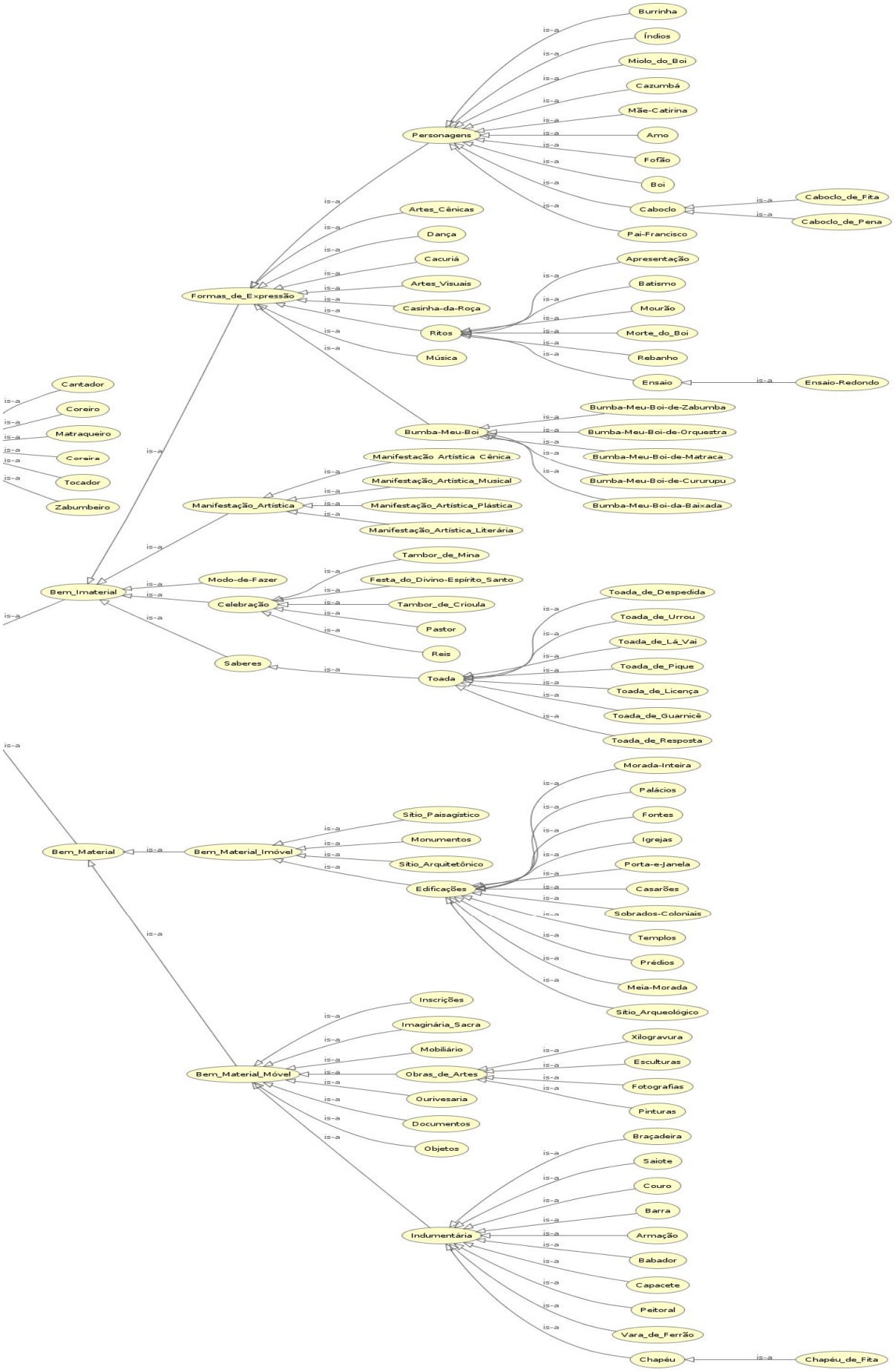
- _____. Lei nº 3.253, de 29 de dezembro de 1992. Dispõe sobre o Zoneamento, Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo Urbano do Município de São Luís e dá outras providências. São Luís, 1992.

- _____. Lei nº3.376, de 29 de dezembro de 1994. Isenta de pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) os imóveis do Centro Histórico de São Luís tombados pela União, Estados e/ou Município. São Luís, 1994.

- _____. Lei nº 3.392, de 05 de julho de 1995. Dispõe sobre a proteção do Patrimônio Cultural do Município de São Luís. São Luís, 1995.

APÊNDICE C – Grafo gerado pelo OWLViz das Classes e das Sub-Classes do DCPCSL




Burrinha
Índios
Miolo_do_Boi
Cazumbá
Mãe-Catirina
Personagens
Amo
Fofão
Boi
Caboclo
Caboclo_de_Fita
Caboclo_de_Pena
Pai-Francisco
Artes_Cênicas
Dança
Cacuriá
Artes_Visuais
Formas_de_Expressão
Casinha-da-Roça
Ritos
Música
Apresentação
Batismo
Mourão
Morte_do_Boi
Rebanho
Ensaio
Ensaio-Redondo
Cantador
Coreiro
Matraqueiro
Coreira
Tocador
Zabumbeiro
Bumba-Meu-Boi
Bumba-Meu-Boi-de-Zabumba
Bumba-Meu-Boi-de-Orquestra
Bumba-Meu-Boi-de-Matraca
Bumba-Meu-Boi-de-Cururupu
Bumba-Meu-Boi-da-Baixada
Manifestação Artística Cênica
Manifestação_Artística_Musical
Manifestação_Artística
Manifestação_Artística_Plástica
Manifestação_Artística_Literária
Tambor_de_Mina
Modo-de-Fazer
Festa_do_Divino-Espirito_Santo
Bem_Imaterial
Celebração
Tambor_de_Crioula
Pastor
Reis
Saberes
Toada
Toada_de_Despedida
Toada_de_Urrou
Toada_de_Lá_Vai
Toada_de_Pique
Toada_de_Licença
Toada_de_Guarnicê
Toada_de_Resposta
Morada-Inteira
Palácios
Fontes
Igrejas
Porta-e-Janela
Casarões
Sobrados-Coloniais
Templos
Prédios
Meia-Morada
Sitio_Arqueológico
Sitio_Paisagístico
Monumentos
Sitio_Arquitetônico
Edificações
Bem_Material
Bem_Material_Imóvel
Inscrições
Imaginária_Sacra
Mobiliário
Bem_Material_Móvel
Obras_de_Artes
Ourivesaria
Documentos
Objetos
Xilogravura
Esculturas
Fotografias
Pinturas
Braçadeira
Saiote
Couro
Barra
Indumentária
Armação
Babador
Capacete
Peitoral
Vara_de_Ferrão
Chapéu
Chapéu_de_Fita
is-a

APÊNDICE D – **Inventário Lexical** do DCPCSL

1 BEM CULTURAL

1.1.Bem Material

1.1.1 Bem móveis

1.1.1.1 Obras de arte
1.1.1.2 Inscrições
1.1.1.3 Objetos
1.1.1.4 Mobiliário
1.1.1.5 Imaginária sacra
1.1.1.6 Documento
1.1.1.7 Ourivesaria
1.1.1.8 Prataria seiscentista
1.1.1.9 Azulejo

1.1.2 Bem imóveis

1.1.2.1 Monumentos
1.1.2.2 Sítio paisagístico
1.1.2.3 Sítio arqueológico
1.1.2.4 Sítio paleontológico
1.1.2.5 Sítio arquitetônico
1.1.2.6 Edificação
1.1.2.6.1.1 Prédio
1.1.2.6.1.2 Casarão
1.1.2.6.1.3 Casa
1.1.2.6.1.3.1 Morada- inteira
1.1.2.6.1.3.2 Meia - morada
1.1.2.6.1.3.3 Porta e janela
1.1.2.6.1.4 Templo
1.1.2.6.1.5 Igreja
1.1.2.6.1.5.1 Igreja da Sé
1.1.2.6.1.5.2 Igreja dos Remédios
1.1.2.6.1.5.3 Igreja do Desterro
1.1.2.6.1.5.4 Igreja do Carmo
1.1.2.6.1.5.5 Igreja da Conceição
1.1.2.6.1.5.6 Igreja de Santo Antônio
1.1.2.6.1.5.7 Igreja de São João
1.1.2.6.1.5.8 Igreja de São Pantaleão
1.1.2.6.1.5.9 Igreja de Sant'Ana
1.1.2.6.1.5.10 Igreja do Rosário dos Pretos

1.1.2.6.1.5.11 Igreja de Santa Teresa
1.1.2.6.1.6 Convento
1.1.2.6.1.6.1 Convento das Mercês
1.1.2.6.1.7 Capela
1.1.2.6.1.7.1 Capela de São Pedro
1.1.2.6.1.7.2 Capela da Quinta das Laranjeiras
1.1.2.6.1.8 Centros urbanos
1.1.2.6.1.8.1 Centro histórico
1.1.2.6.1.8.1.1 Centro histórico de São Luís
1.1.2.6.1.8.1.1.1 Praia Grande
1.1.2.6.1.8.1.1.2 Desterro
1.1.2.6.1.8.1.1.3 Madre Deus
1.1.2.6.1.8.1.1.4 Canto da Fabril
1.1.2.6.1.8.1.1.5 Genipapeiro
1.1.2.6.1.9 Palácio
1.1.2.6.1.9.1 Palácio dos Leões
1.1.2.6.1.9.2 Palácio Cristo Rei
1.1.2.6.1.10 Palacete
1.1.2.6.1.10.1 Palacete Gentil Braga
1.1.2.6.1.11 Solar
1.1.2.6.1.12 Mercado municipal
1.1.2.6.1.12.1 Mercado Central
1.1.2.6.1.13 Feira da Praia Grande
1.1.2.6.1.14 Fonte
1.1.2.6.1.14.1 Fonte das Pedras
1.1.2.6.1.14.2 Fonte do Ribeirão
1.1.2.6.1.14.3 Fonte do Bispo
1.1.2.6.1.15 Forte
1.1.2.6.1.16 Sobrado
1.1.2.6.1.16.1 Sobrado colonial com fachadas de azulejo
1.1.2.6.1.16.2 Sobrado colonial com mirante
1.1.2.6.1.16.3 Sobrado colonial com sacada de ferro
1.1.2.6.1.17 Praça
1.1.2.6.1.17.1 Praça João Lisboa
1.1.2.6.1.17.2 Praça Benedito Leite
1.1.2.6.1.17.3 Praça Dom Pedro II
1.1.2.6.1.17.4 Praça Deodoro
1.1.2.6.1.17.5 Praça Gonçalves Dias
1.1.2.6.1.17.6 Praça Odorico Mendes
1.1.2.6.1.17.7 Praça Maria Aragão
1.1.2.6.1.17.8 Praça da Alegria
1.1.2.6.1.17.9 Praça da Saudade
1.1.2.6.1.17.10 Praça de Santo Antônio

1.1.2.6.1.17.11 Praça Nauro Machado
1.1.2.6.1.17.12 Praça Valdelino Césio

1.2 Bem Imaterial

1.2.1 Saberes

1.2.1.1 Conhecimento
1.2.1.2 Habilidade
1.2.1.3 Ofícios e Modo de fazer
1.2.1.3.1 Bordados do Bumba-meu-boi
1.2.1.3.2 Armação do boi
1.2.1.3.3 Instrumentos
1.2.1.3.4 Pesca artesanal
1.2.1.3.5 Embarcação
1.2.1.3.5.1 Canoa
1.2.1.3.5.2 Bote
1.2.1.3.5.3 Biana
1.2.1.3.6 Malas de guarimã
1.2.1.3.7 Artesanato
1.2.1.3.8 Culinária
1.2.1.3.8.1 Arroz de cuchá
1.2.1.3.8.2 Caldeirada
1.2.1.3.8.3 Peixada
1.2.1.3.8.4 Vatapá
1.2.1.3.8.5 Doces de espécies
1.2.1.3.9 Bebida Regional
1.2.1.3.9.1 Tequila

1.2.2 Manifestações Artísticas

1.2.2.1 Literária
1.2.2.2 Musical
1.2.2.3 Plástica
1.2.2.4 Cênica
1.2.2.5 Folclórica

1.2.3 Celebrações

1.2.3.1 Tambor de Mina
1.2.3.2 Pastor
1.2.3.3 Reis
1.2.3.4 Festa do Divino Espírito Santo
1.2.3.5 Festas Juninas
1.2.3.5.1 Santo Homenageado
1.2.3.5.1.1 São João

1.2.3.5.1.2 São Pedro
1.2.3.5.1.3 São Marçal
1.2.3.5.2 Local
1.2.3.5.2.1 Arraial
1.2.3.5.2.2 Terreiro

1.2.3.6 Tambor de Crioula

1.2.3.6.1 Coreografia
1.2.3.6.1.1.1 Dança circular
1.2.3.6.1.1.2 Punga
1.2.3.6.1.1.3 Umbigada
1.2.3.6.1.2 Personagem
1.2.3.6.1.2.1 Coureira
1.2.3.6.1.2.2 Tocador
1.2.3.6.1.2.3 Tambozeiro
1.2.3.6.1.3 Indumentária
1.2.3.6.1.3.1 Saia rodada
1.2.3.6.1.3.2 Anágua
1.2.3.6.1.3.3 Torço
1.2.3.6.1.4 Instrumento Percussão
1.2.3.6.1.4.1 Parelha de tambor
1.2.3.6.1.4.1.1.1 Tambor grande
1.2.3.6.1.4.1.1.2 Meião
1.2.3.6.1.4.1.1.3 Crivador
1.2.3.6.1.4.2 Matraca

1.2.4 Forma de expressão

1.2.4.1 Cacuriá
1.2.4.2 Blocos de carnavalescos
1.2.4.3 Fofão
1.2.4.4 Casinha da roça
1.2.4.5 Quadrilha
1.2.4.6 Dança portuguesa
1.2.4.7 Dança do boiadeiro

1.2.4.8 Bumba –meu- boi

1.2.4.8.1 Sotaque
1.2.4.8.1.1 Sotaque da Baixada
1.2.4.8.1.2 Sotaque de Cururupu
1.2.4.8.1.3 Sotaque de Orquestra
1.2.4.8.1.4 Sotaque de Zabumba
1.2.4.8.2 Personagem

1.2.4.8.2.1 Boi
1.2.4.8.2.2 Pai Francisco
1.2.4.8.2.3 Mãe Catirina
1.2.4.8.2.4 Amo
1.2.4.8.2.5 Burrinha
1.2.4.8.2.6 Cazumbá
1.2.4.8.2.7 Indias
1.2.4.8.2.8 Indios
1.2.4.8.2.9 Caboclo
1.2.4.8.2.9.1 Caboclo de fita
1.2.4.8.2.9.2 Caboclo de pena
1.2.4.8.2.9.3 Caboclo real
1.2.4.8.2.10 Vaqueiro
1.2.4.8.2.11 Batuqueiro
1.2.4.8.2.12 Brincante de cordão
1.2.4.8.2.13 Miolo do boi
1.2.4.8.2.14 Mutucas
1.2.4.8.2.15 Matraqueiro
1.2.4.8.2.16 Zabumbeiro
1.2.4.8.2.17 Doutor
1.2.4.8.2.18 Pajé
1.2.4.8.3 Indumentária
1.2.4.8.3.1 Indumentária do boi
1.2.4.8.3.1.1 Armação
1.2.4.8.3.1.2 Couro
1.2.4.8.3.1.3 Barra
1.2.4.8.3.1.4 Ponteiras
1.2.4.8.3.1.5 Capa
1.2.4.8.3.2 Indumentária do brincante
1.2.4.8.3.2.1 Chapéu
1.2.4.8.3.2.1.1 Chapéu de fita
1.2.4.8.3.2.2 Flecha
1.2.4.8.3.2.3 Saiote
1.2.4.8.3.2.4 Vara de ferrão
1.2.4.8.3.2.5 Peitoral
1.2.4.8.3.2.6 Capacete
1.2.4.8.3.2.7 Babador
1.2.4.8.3.2.8 Braçadeira
1.2.4.8.3.2.9 Lança
1.2.4.8.3.2.10 Perneira
1.2.4.8.3.2.11 Arco

2 VALOR

2.1 Arquitetônico
2.2 Simbólico
2.3 Arqueológico
2.4 Paleontológico
2.5 Paisagístico e ambiental
2.6 Histórico
2.7Artístico
2.8 Gastronômico
2.9 Bibliográfico
2.10 Etnográfico
2.11 Ecológico
2.12 Científico
Cultural

3 FORMAS DE PROTEÇÃO

3.1Preservação

3.1.1 Inventário
3.1.1.1 Fotografia
3.1.1.2 Filmes
3.1.1.3 Gravações
3.1.1.4 Vídeos
3.1.1.5 Descrição
3.1.2 Registro
3.1.3 Plano diretor
3.1.3.1 Planejamento urbano
3.1.4 Tombamento

3.2Conservação

3.2.1 Restauração
3.2.2 Revitalização
3.2.3 Desapropriação
3.2.4 Fiscalização
3.2.4.1 Poder público
3.2.4.2 Comunidade

3.3Legislação

3.3.1 Instrumento Normativo
3.3.1.1 Lei
3.3.1.1.1 Legislação de uso e ocupação do solo
3.3.1.1.2 Legislação ambiental
3.3.1.1.3 Legislação de postura
3.3.1.2 Decreto
3.3.1.3 Constituição da República Federativa do Brasil de1988

3.3.1.4 Código de obra
3.3.1.5 Carta internacionai
3.3.1.5.1 Carta de preservação do patrimônio
3.3.2 Âmbito
3.3.2.1 Federal
3.3.2.2 Estadual
3.3.2.3 Municipal

3.4Instituição de Salva-Guarda

3.4.1 Biblioteca
3.4.2 Museu
3.4.3 Parque ecológico
3.4.4 Zoológico
3.4.5 Jardim botânico
3.4.6 Instituto Nacional de Referência Cultural
3.4.7 Casa de Cultura
3.4.8 Universidade
3.4.9 Centro de Cultura
3.4.10 Área Preservação Ambiental

4 USO

4.1 Cultural

4.1.1 Ponto de cultura
4.1.2 Vivência cultural

4.2 Social

4.3 Educacional

4.3.1 Projeto de educação patrimonial

4.4 Econômico

4.5 Religioso

4.6 Turístico

4.6.1 Roteiro cultural
4.6.2 Viagens

4.7Político

4.8 Público

4.9 Privado

5 ÓRGÃOS DE PRESERVAÇÃO

4.10 Organização das Nações Unidas para a Educação Ciência e Cultura (UNESCO)
4.11 Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)
4.11.1 3ª Superintendência Regional do IPHAN no Maranhão (IPHAN-MA)
4.12 Departamento do Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico da Superintendência do Patrimônio Cultural da Secretaria de Estado da Cultura do Maranhão (DPHAP)
4.13 Fundação Municipal do Patrimônio Histórico (FUMPH)
4.14 Secretaria Municipal de Terras, Habitação e Urbanismo (SEMTHURB)

6 CLASSIFICAÇÃO

6.1 Patrimônio Artístico
6.2 Patrimônio Arquitetônico
6.3 Patrimônio Arqueológico
6.4 Patrimônio Cultural
6.5 Patrimônio Histórico
6.6 Patrimônio Documental
6.7 Patrimônio Natural
6.8 Patrimônio Material
6.9 Patrimônio Imaterial

ANEXOS

ANEXO A – Materiais dos jornais “O Imparcial e O Estado do Maranhão” sobre bumba-meu-boi e São Luís Patrimonio Cultural no Caderno Alternativo

O IMPARCIAL
ESPECIAL

São Luís cidade do mundo

No dia 8 de setembro de 1612 dois franceses, Daniel de La Touche e Francisco de Razilly, fundaram a cidade de São Luís. Pelo seu patrimônio arquitetônico e cultural, no dia 4 de dezembro de 1997, 385 anos depois, a Unesco a considerou como patrimônio mundial. A cidade, sua gente, sua história, são contadas nas páginas deste caderno que tem o objetivo de também ser histórico. A cidade dos azulejos, dos casarões, do bumba-boi, tem uma história marcada por grandes lutas. Hoje, não é apenas a cidade dos ludovicenses, mas de todo o mundo.

VENDA ANTECIPADA
DE INGRESSO
NA BILHETERIA E NO SITE CINESYSTEM
VIOLANDO A LEI
PARA PROTEGÊ-LA.
8º Desouro Verde
TAMBÉM EM 3D
SETH ROGEN · JAY CHOU · CHRISTOPH WALTZ · CAMERON DIAZ

Bumba-meu-bo
Patrimônio Cul

Em entrevista coletiva, a superintenc
a finalização de inventário; resultado

A manifestação mais importante da cultura popular do estado, o bumba-meu-boi, pode se tornar, ainda este ano, bem imaterial da Cultura Brasileira, no mês de junho, em pleno São João. Será um reconhecimento à riqueza de detalhes, à diversidade de seus sotaques percussivos e à originalidade dos grupos, cujo universo está mapeado, reunido e guardado em uma vasta documentação compilada pela superintendência regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Com essa expectativa, a superintendente do Iphan, Kátia Bogéa, anunciou ontem em entrevista coletiva na sede do órgão, na Praia Grande, o envio para o Iphan, em Brasília, de uma caixa com as informações coletadas pelo Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) do Bumba-meu-boi do Maranhão. Trata-se do mais completo estudo feito acerca da brincadeira na história, acompanhado da solicitação da transformação da manifestação em Patrimônio Cultural do Brasil. A expressão cultural passará agora pelo mesmo processo que o tambor-de-crioula, uma das 14 manifestações culturais brasileiras já registradas como bem imaterial do país.

A pesquisa principal foi iniciada pelo INRC em 2001 sendo conduzida até 2004. Em anos posteriores, de 2007 a 2009, foi

Kátia Bogéa explicou, durante coletiva na sede do Iphan, o inventário do

Decreto 3.551, criado em 2000, que institui o registro de bens culturais de natureza imaterial. "Precisou-se de muito tempo devido à complexidade da brincadeira do bumba-meu-boi do

"Desejo
muito q
bumba-meu
se torne bem-imate

Iphan amplia lista de Patrimônio Cultural

Entre os bens tombados está a canoa costeira Dinamar, da Baía de São Marcos, e os centros históricos de Natal e São Luiz do Paraitinga; lista foi definida sexta-feira

Divulgação

Canoa costeira Dinamar, da Baía de São Marcos, foi tombada como Patrimônio Cultural pelo Iphan

SÃO PAULO - Novos bens passaram a fazer parte do Patrimônio Cultural que é protegido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Os conselheiros do Iphan estiveram reunidos no Rio de Janeiro, sexta-feira (10), para definir os itens tombados. Entre eles estão quatro embarcações tradicionais brasileiras - entre elas a canoa Costeira de nome Dinamar, da Baía de São Marcos, no Maranhão -, os centros históricos de Natal e São Luiz do Paraitinga (SP), além do conjunto urbanístico e paisagístico de Cáceres.

O Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, que avalia os processos de tombamento e registro, é composto por 22 pessoas e presidido por Luiz Fernando de Almeida, presidente do Iphan. Conta com a participação de profissionais do Ministério do Turismo, do Instituto dos Arquitetos do Brasil, da Sociedade de Arqueologia Brasileira, do Ministério da Educação (MEC), da Sociedade Brasileira de Antropologia e do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), além de membros da sociedade civil.

Lista dos bens que se tornaram Patrimônio Cultural

Patrimônio Naval - Foi aprovado o tombamento da Canoa de Tolda Luzitânia, da Sociedade Socioambiental do Baixo São Francisco, em Sergipe; da Canoa Costeira de nome Dinamar, da Baía de São Marcos, no Maranhão; do Saveiro de Vela de içar de nome Sombra da Luz, do Recôncavo Baiano, e da Canoa de Pranchão do Rio Grande, de nome Tradição, do Rio Grande do Sul, e do Museu Nacional do Mar, em São Francisco do Sul, Santa Catarina, incluindo o seu acervo.

Centro Histórico de Natal - O Centro Histórico mescla uma malha urbana colonial com um conjunto arquitetônico de todas as épocas. A área conserva edifícios com representatividade histórica, apesar das intervenções modernas que recebeu ao longo dos anos. O tombamento engloba a Cidade Alta e parte do Bairro da Ribeira, além de reforçar a importância do rio Potengi para a cidade.

Igreja Positivista - A Igreja Positivista, no Rio de Janeiro, serviu como sede do apostolado positivista no Brasil. Sua construção teve início em 1890 e foi concluída em 1897. As concepções arquitetônica e ornamentais foram de Miguel Lemos. O monumento foi o primeiro edifício construído, no mundo, para difundir a doutrina criada pelo filósofo francês Augusto Comte.

Conjunto Histórico do Município de Paracatu (MG) - A área ocupava uma localização estratégica e era ponto de convergência dos diversos caminhos que ligavam o litoral e os sertões. Era também pouso de tropeiros, que buscavam o ouro nas cidades goianas como Luziânia, Pirenópolis, Corumbá, Jaraguá, Pilar de Goiás.

Conjunto Urbanístico e Paisagístico do Município de Cáceres (MT) - A cidade desempenhou importante papel para a definição e proteção de fronteiras entre terras brasileiras e bolivianas, sendo considerada um documento da história urbana do país.

Centro Histórico de São Luiz do Paraitinga (SP) - A delimitação da área de tombamento do conjunto urbano abrange mais de 450 imóveis e inclui a preservação visual do entorno. Em 2011, o Iphan planeja comprar um imóvel para implantação de uma Casa do Patrimônio no centro histórico da cidade.

Festa de Sant'Ana em Caicó (RN) - Foi a quarta manifestação cultural a ser inscrita do Livro das Celebrações como Patrimônio Cultural do Brasil. Ocorre há mais de 260 anos e reúne diversos rituais religiosos e manifestações culturais.

Serra da Piedade (MG) - O Iphan aprovou a extensão de tombamento do conjunto arquitetônico e urbanístico da Serra da Piedade em Minas Gerais. Protegido pelo Iphan desde 1956, o monumento natural é ameaçado pela ação de mineradoras que atuam na área. A área de entorno inclui as cidades históricas de Sabará, Caeté e Raposos. O Iphan também vai atuar de forma mais efetiva na fiscalização permanente das mineradoras em parceria com o Ministério Público de Minas Gerais.

Guerreiro Júnior recebe relatório de Pedro Pascoal e Angelo Antonio

Projeto Pauta Zero examina 3.051 processos

Primeira ação do projeto aconteceu na cidade de Vitória do Mearim durante a semana que passou e envolveu 16 juízes

Os 16 juízes que integram o "Pauta Zero" examinaram 3.051 processos esta semana em Vitória do Mearim, primeira comarca a receber o projeto da Corregedoria Geral da Justiça. Foram emitidos 2.167 despachos, 345 decisões e 539 sentenças de segunda-feira (6) até esta sexta-feira (10), quando o corregedor Antonio Guerreiro Júnior recebeu relatório dos juízes Pedro Holanda Pascoal e Angelo Antonio Alencar dos Santos.

"Os resultados são excelentes e superam a expectativa da Corregedoria", comentou Guerreiro Júnior, que aposta no "Pauta Zero" para sanear comarcas estaduais com elevado estoque de processos. "A meta inicial era despachar e sentenciar 2.800 processos conclusos na comarca", contou Pedro Pascoal, que coordenou a equipe de juízes e fala com entusiasmo da experiência.

Cada juiz que participou do trabalho em Vitória do Mearim recebeu 150 processos para análise durante a semana, independente de serem para sentença, decisão ou despacho. No primeiro dia na comarca, o grupo analisou 355 processos. No segundo, foram 947 e no terceiro dia mais 372.

Os magistrados intercalaram o exame de processos com boas práticas judiciárias. No segundo dia em Vitória, os Pedro Pascoal e Marcelo Matos e Oka provocaram reunião com os servidores e com o juiz titular da comarca, Milvan Gedeon, com o objetivo de estimular a organização da unidade. Eles sugeriram práticas de gestão, a exemplo de reorganizar e melhorar rotinas para garantir efetividade jurisdicional, seguindo modelo aplicado com êxito nas comarcas de Tuntum e Colinas.

No turno da tarde, os juízes Paulo de Assis Ribeiro e Rodrigo Costa Nina incentivaram os servidores a atualizar permanentemente os relatórios e sistemas do CNJ e Corregedoria Geral da Justiça. Na quinta-feira, o juiz Gladiston Nascimento Cutrim e o juiz titular inspecionaram os cartórios de Vitória do Mearim.

Guerreiro Júnior anunciou também durante a semana a criação do Núcleo de Apoio à Efetividade Judiciária, com competência para atividades jurisdicionais relativas a processos de naturezas cível e criminal das comarcas ou varas indicadas pelo corregedor. O núcleo será integrado por 20 juízes indicados e nomeados pelo Pleno e constituirá a base do "Pauta Zero" no estado. "No próximo ano o projeto vai chegar a todas as comarcas onde a Corregedoria identifique problemas com demanda processual", assegurou o corregedor.

Detran realiza I Curso Especializado obrigatório

Obrigatoriedade foi determinada pela Resolução 350 do Contran

Categoria terá de passar por curso obrigatório para exercer atividade

Será realizado hoje, no Teatro Zenira Fiquene, na Faculdade Atenas Maranhense (Fama), no Turu, o I Curso Especializado obrigatório destinado aos profissionais em transporte de passageiros (mototaxistas) e entrega de mercadorias (motofretistas). As inscrições podem ser feitas na Fesmoto, na Casa do Trabalhador.

Podem participar do curso mototaxistas e motofretistas devidamente sindicalizados e filiados à Federação dos Sindicatos da Grande São Luís, que tenham 21 anos, habilitados, no mínimo, há dois anos na categoria 'A' e que não estejam cumprindo pena de suspensão do direito de dirigir, cassação da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), decorrente de crime de trânsito, bem como impedidos judicialmente de exercer seus direitos. O curso é obrigatório para a categoria, de acordo com a Resolução 350 do Conselho Nacional de Trânsito (Contran).

"A nossa intenção com essa iniciativa é regularizar e qualificar o motofretista e o mototaxista conforme as novas determinações do Conselho Nacional de Trânsito e convidamos a todos para que possam aproveitar essa oportunidade dada pelo Governo do Estado para a categoria", disse o diretor-geral do Detran-MA, Flávio Trindade.

O curso, com carga horária de 30 horas, será ministrado por uma equipe multidisciplinar do próprio Detran, que vai abordar temáticas divididas em três módulos: básico, voltado à ética e cidadania, legislação, gestão de riscos e segurança e saúde; específico, voltado para o transporte de pessoas (moto-táxi) ou transporte de cargas (motofretistas), e prática de pilotagem profissional, que acontecerá no Complexo do Castelinho. O custo será de R$ 114,00, decorrente da parte de praticagem, que ficará a cargo do Sindicato dos Centros de Formação de Condutores do Maranhão.

O curso é uma realização do Governo do Estado, por meio do Departamento de Trânsito do Maranhão (Detran/MA), em convênio com o Sindicato dos Centros de Formação de Condutores do Maranhão (Sindauma) e apoio da Federação dos Mototaxistas e Motofretistas do Maranhão (Fesmoto) e da Associação das Clínicas e Profissionais, Peritos, Médicos e Psicólogos (Assotran).

Serviço

O quê
I Curso Especializado obrigatório para mototaxistas e motofretistas

Quando
Hoje

Onde
Teatro Zenira Fiquene, na Faculdade Atenas Maranhense (Fama), no Turu

Quanto
R$ 114,00

Informações
Pelo telefone (98) 3237-3664

ASSOCIAÇÃO DOS PROCURADORES DO ESTADO DO MARANHÃO - ASPEM

NOTA DE ESCLARECIMENTO

A Associação dos Procuradores do Estado do Maranhão - ASPEM vem a público esclarecer o seguinte:

a) Os honorários sucumbenciais são direito de todos os advogados, públicos e privados. Sua legitimidade encontra-se expressa no Estatuto da OAB(lei nº 8.906/94 – arts. 21, 22 e 23), aplicado aos advogados públicos(art. 3º, §1º) e já declarado nessa parte constitucional pelo STF(ADIN 1194) e, especialmente no caso dos Procuradores do Estado, na LC nº 20/94(at. 91);

b) Recebem-nos não só os Procuradores do Estado do Maranhão, mas a quase totalidade dos Procuradores dos demais estados e, bem assim, quase todos os advogados públicos dos municípios que possuem Procuradorias organizadas. *Exempli gratia:* Estado de São Paulo, Município de São Paulo, Município de São Luís, Estado do Rio de Janeiro, etc.

c) Esclarece, ainda, que a verba honorária é paga pelo particular que perde a ação contra o Estado; é, portanto, um incentivo profissional, não verba pública. Não se trata, ainda, de nenhuma fábula. Só para se ter uma idéia, no ano de 2010 ter-se-á pago menos de R$ 1.000,00 por mês para cada Procurador.

d) Por fim, esclarece que a Associação dos Procuradores do Estado do Maranhão - ASPEM e a Associação Nacional dos Procuradores do Estado – ANAPE defenderão as prerrogativas dos Procuradores com o uso dos meios suficientes e contra aqueles que buscam, em última análise, o enfraquecimento da advocacia pública – que exerce o controle interno de legalidade e de moralidade –, sabe-se lá Deus por quais razões e/ou interesses.

Augusto Aristóteles Maiões Brandão

Presidente da ASPEM
Diretor ANAPE

- 15h05
  Venturini abandona aposentadoria e assina com o Rio

- 15h04
  Kart em destaque no Globo Esporte

Alternativo

11/02/2011

Bumba-meu-boi deve virar Patrimônio Cultural do Brasil

A manifestação mais importante da cultura popular do estado, o bumba-meu-boi, pode se tornar, ainda este ano, bem imaterial da Cultura Brasileira, no mês de junho, em pleno São João. Será um reconhecimento à riqueza de detalhes, à diversidade de seus sotaques percussivos e à originalidade dos grupos, cujo universo está mapeado, reunido e guardado em uma vasta documentação compilada pela superintendência regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Com essa expectativa, a superintendente do Iphan, Kátia Bogéa, anunciou ontem em entrevista coletiva na sede do órgão, na Praia Grande, o envio para o Iphan, em Brasília, de uma caixa com as informações coletadas pelo Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) do Bumba-meu-boi do Maranhão. Trata-se do mais completo estudo feito acerca da brincadeira na história, acompanhado da solicitação da transformação da manifestação em Patrimônio Cultural do Brasil. A expressão cultural passará agora pelo mesmo processo que o tambor-de-crioula, uma das 14 manifestações culturais brasileiras já registradas como bem imaterial do país.

A pesquisa principal foi iniciada pelo INRC em 2001 sendo conduzida até 2004. Em anos posteriores, de 2007 a 2009, foi iniciado um levantamento complementar, ao qual foi somado uma vasta documentação fotográfica e audiovisual. Segundo Kátia Bogéa, o material demorou tanto tempo para ser compilado para que preenchesse a todas as exigências do Decreto 3.551, criado em 2000, que institui o registro de bens culturais de natureza imaterial. "Precisou-se de muito tempo devido à complexidade da brincadeira do bumba-meu-boi do Maranhão para que fosse feito um estudo minucioso e que mostrasse o universo da brincadeira por completo. Fizemos um trabalho que está completo e pronto para ser avaliado pelo Iphan, em Brasília", afirmou a superintendente.

Material - A pesquisa detalha os elementos de música e dança do bumba-meu-boi, sem deixar de discorrer sobre outros aspectos da brincadeira, como artesanato e os vínculos religiosos. De acordo com a coordenadora do processo de instrução do pedido de registro do Complexo Cultural do Bumba-meu-boi do Maranhão, Izaurina Nunes, todos os detalhes e a realidade da manifestação encontra-se no dossiê principal do material reunido pelo Iphan.

A caixa com o Complexo Cultural do Bumba-meu-boi do Maranhão contém um dossiê com 200 páginas, o INRC impresso e gravado em CD – com a listagem de grupos da brincadeira, três DVDs "Bumba-boi: festa e devoção no brinquedo do Maranhão", três álbuns de fotografias com 356 imagens, textos com uma vasta pesquisa sobre a música e a dança do bumba-meu-boi, monografias, teses de doutorado, dissertações de mestrado, artigos científicos, CDs de grupos de todos os sotaques (orquestra, zabumba, baixada, costa de mão, matraca e outras variações rítmicas e percussivas) e entrevistas concedidas por dezenas pessoas envolvidas com a brincadeira em áudio e vídeo.

Passo-a-passo - Para o bumba-meu-boi se tornar um bem imaterial, é preciso que seja feito inicialmente o levantamento de informações sobre a brincadeira. A etapa já está cumprida com a reunião do Complexo, mapeado pela superintendência do Iphan. O processo de julgamento é dividido em, basicamente, quatro etapas.

Primeiramente, a documentação enviada à Brasília será julgada por uma comissão jurídica, que verificará se o Complexo atende a todas às exigências específicas referentes ao Decreto 3.551, que institui o bem imaterial. Se aprovado, é direcionado para o presidente do Iphan, que determinará um dos membros do Conselho do órgão para analisar e fazer um parecer sobre o inventário. Depois, o relator escolhido – que, segundo Kátia Bogéa, deve ser o mineiro Luís Felipe Andreas, radicado no Maranhão, por onde passou muitos anos à frente do Iphan – deverá levar seu parecer a julgamento na reunião do conselho.

O próximo encontro dos conselheiros será em maio. Kátia Bogéa aguarda que o inventário seja inserido na pauta dessa reunião e que, se aprovado, o título possa ser concedido durante as festas juninas no Maranhão.

Veja esta matéria em PDF

Curtir Seja o primeiro de seus amigos a curtir isso. 0

0 comentários | Comente esta matéria

imirante.com

- VC no imirante
- Criar login
- Envie Agora
- Esqueci a Senha
- VC na Mira
- VC no Esporte
- Fale Conosco

- Na Mira
- Ensaios
- Fotos
- Etc e Tal
- Cinema
- Tá Rolando
- Televisão

- Mirante FM
- A Rádio
- Missao
- Cobertura

Aniversário »

Governo do estado prepara celebração grandiosa pelos 400 anos de São Luís

Publicação: 23/01/2011 20:06

As comemorações pelos 400 anos de São Luís, sob a regência do Governo do Estado, serão grandiosas e marcantes em 2012 - a cidade foi fundada pelos franceses em 1612. O desenho preliminar da festa já está sendo traçado, dentro de um trabalho integrado que reunirá todas as secretarias, sob coordenação de um Comitê Gestor Estadual e em parceria com órgãos, instituições, empresariado e sociedade civil.

Governo prepara uma grande festa para São Luís

"Vamos comemorar a data com muitas festividades, dando ênfase à história, cultura, turismo e à valorização da cidadania. Não só o ludovicense, mas todo o povo do Maranhão tem o que festejar, pois vivemos um momento único: celebraremos 400 anos de um passado glorioso com a certeza de um futuro promissor", ressaltou a governadora Roseana Sarney, que está acompanhando de perto o andamento dos trabalhos.

O planejamento estadual transcende as festividades e promete deixar um legado que proporcionará mais beleza e qualidade de vida ao cidadão de São Luís. "O projeto é realizar uma série de obras públicas e ações voltadas para o resgate histórico da cultura secular, a valorização de hábitos e costumes. Estamos todos empenhados nesse trabalho, visto que essa é uma comemoração que se estende a todo o Maranhão, pois o estado nasceu aqui", observou o secretário chefe da Casa Civil, Luís Fernando Silva.

Todas as pastas terão ações alusivas à data comemorativa, sendo que, nesse primeiro momento, o envolvimento maior está sendo das Secretarias de Cultura, Turismo, Infraestrutura, Educação, Casa Civil e Comunicação Social. "O projeto é de uma comemoração memorável, pois a cidade e seu povo merecem, com direito a divulgação em veículos locais, nacionais e de repercussão internacional. A imprensa será nossa grande parceira, pois as ações serão de interesse mundial, considerando que temos uma cidade Patrimônio Cultural da Humanidade", declarou o secretário de Comunicação, Sérgio Macedo.

Incremento

Com ações de incremento, a expectativa é alavancar o turismo a partir da programação festiva. "A governadora Roseana há muito tempo enxergou essa vocação em São Luís, tanto que lutou pela obtenção do título de Patrimônio Cultural da Humanidade que completará 15 anos em 2012. O projeto dos 400 anos inclui atividades para movimentar o setor e atrair mais visitantes", assinalou o secretário de Turismo, Tadeu Palácio.

Para alcançar a grandiosidade pretendida, o Governo do Estado está firmando parcerias com instituições, empresariado e sociedade civil. Um dos destaques é o suporte de um grupo de personalidades de notório saber e o acompanhamento de equipe de consultores de São Paulo e do Rio de Janeiro.

"O consultor contribuirá com estratégias de ação e orientações técnicas, dentro de um planejamento participativo e em consonância com a proposta do governo", declarou Renato Manzano, coordenador da equipe de consultoria, que já esteve em São Luís e apresentou idéias ao Governo para a realização do projeto.

Os membros da Academia Maranhense de Letras (AML), uma das parceiras do projeto, comemoram a iniciativa. "Nosso interesse é participar, poder dar nossa contribuição com projetos literários pontuados por personalidades e estudiosos", declarou o presidente em exercício da instituição Benedito Buzar.

De acordo com Benedito Buzar, a determinação da governadora dará um diferencial às comemorações. "Reconhecemos o empenho da governadora Roseana e sabemos que o incentivo do Estado é fundamental para eventos como esse", destacou Buzar.

O empresariado maranhense vê na data uma oportunidade para bons negócios e também aguarda com expectativa as celebrações. O presidente da Associação Comercial do Maranhão (ACM), Haroldo Cavalcanti Júnior, afirmou estar ansioso.

"Serão quatro séculos, o que merece uma grande comemoração. Os investimentos advindos da festa refletem em todos os segmentos, principalmente no campo do turismo, um dos mais promissores da atualidade. A ACM tem interesse em ser parceira. Vamos sugerir ações promocionais, se possível, com descontos em hotéis e restaurantes", declarou Cavalcanti.

Ano LXXI - Nº 22.988 São Luís, quinta-feira 4 de dezembro de 1997 Capital R$ 1,00 - Interior R$ 1,00 - Outros Estados : R$ 2,00

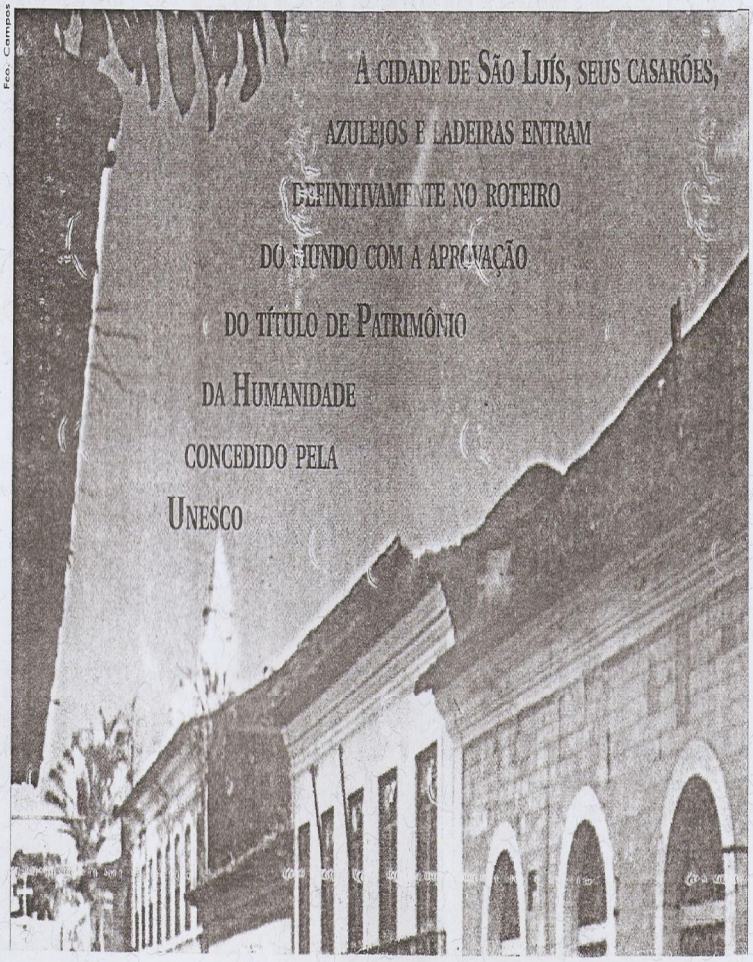
http://www.oimparcial.com.br

SÃO LUÍS É CIDADE DO MUNDO

O GRUPO BIRUTAS *do Teatro Cintra apresenta somente hoje no Programa Quinta Cultural o espetáculo "Poesia Maranhense do Século XX", no Palacete Gentil Braga. A Companhia Barrica junta o Boi Barrica e o Bicho Terra em um só espetáculo no Teatro Arthur Azevedo que fica em cartaz somente até sexta-feira.*

ACM realiza eleições para

Fco. Campos



A Organização das Nações Unidas para a Educação e Cultura, Unesco, aprovou ontem por unanimidade o título de Patrimônio da Humanidade a São Luís. O ComitÊ do Patrimônio Mundial está reunido desde segunda-feira passada em Nápoles (Itália) onde se encontra o senador José Sarney, a governadora Roseana Sarney e o prefeito Jackson Lago.

Roseana, que chefia a delegação brasileira comemorou o resultado do projeto apresentado à Unesco em maio do ano passado, em Paris. Ela foi aplaudida pelo plenário da Unesco, quando agradeceu em francês a manifestação favorável dos delegados. São Luís é a quarta cidade histórica brasileira a ser considerada Patrimônio da Humanidade. "São Luís passa a ser uma referência para a humanidade", disse Roseana. O prefeito Jackson Lago disse que "a cidade vive um instante muito forte em que devemos reverenciar nossos antepassados". PÁGINA 9

Polícias civis

128

São Luís 386 anos

O ESTADO DO MARANHÃO

São Luís-MA, 8 de setembro de 1998 - terça-feira 4

Mirar nossos mirantes

Jomar Moraes

Vezes tantas que é difícil quantificar, tenho louvado São Luís, cidade que, sobre todas as demais, detém o monopólio de meu amor e de minha paixão. E estou convencido de que, pelos anos que hão de vir, ainda muitas oportunidades terei de realçar e exaltar a graça aliciante desta jóia insular repleta de azulejos e mirantes, de sacadas e ladeiras, jóia de encantos mil onde, para sempre ancorei meu coração, pois louvores para o que se ama nunca serão demais.

Hoje, porém, em que pese o aniversário natalício da cidade muito amada, não estou para louvações. Talvez porque, em lugar de paixão que sobrepõe emoções à razão esteja falando mais alto, em mim, o amor, pois este, sendo capaz de utilizar o raciocínio, pode perfeitamente ver melhor.

Em sendo assim, deixo de associar-me aos vivas e parabéns do "coro dos contentes" que dá brilhos de fogo-fátuo à "geléia geral" predominante.

Ouvi do poeta José Maria Nascimento, que por sinal está presenteando São Luís com um conjunto de 10 belas fotografias de mirantes esta enfática advertência: precisamos olhar para cima e contemplar os mirantes, porque já chega de andar fitando apenas o chão e reclamando dos buracos da cidade.

Seguir o conselho do poeta até que pode ser vantajoso, já que mirar mirantes, com a atenção que eles merecem, é um ato de inteligência e sensibilidade que, se adiado, corre o risco de tornar-se tarefa impossível. E isso porque mirantes há que, cansados de maus tratos e abandono, terminam desencantados do encantamento que deve ser a cotidiana contemplação do imenso campo de telhados e, cedendo à vertigem das alturas, vez por outra desabam, num gesto de desespero extremo já tão banalizado pela repetição, que faz muito perdeu as honras do correspondente obituário. E daí se concluirá naturalmente que andar pela cidade olhando para cima será de muito bom aviso para prevenir-se desses e de outros desabamentos que todos os anos acontecem e vêm tornando cada vez mais pobre nosso opulento patrimônio edificado.

Mas acho temerário tomar a recomendação do poeta ao pé da letra, porque andar de cara pra cima tem igualmente suas desvantagens. E a maior delas talvez seja meter o pé num dos muitos buracos que fazem das ruas de nossa cidade uma tábua de pirulito ladeada de montes de lixo nas calçadas estreitas e esburacadas.

Pensando bem no destino dos mirantes, vejo que alguns deles já foram atingidos pela febre malsã do gosto brega que vem transformando nossos belos casarões em exemplos de agressão à harmonia de cores que já constituiu uma característica de São Luís, tantas vezes acentuada pelos que nos visitavam e se embeveciam com as peregrinas graças de nossa feição urbana.

Dizem que adventícios procedentes dos mais diversos cafundós-do-judas e que aqui aportaram tangidos pela necessidade, logo que se arrumaram e se fizeram proprietários de imóveis do centro histórico, deram de compensar sua fome de cores vivas, porém harmoniosas (coisa que a natureza em transe de vidas secas não oferece), deram de compensar essa fome, dizia, com o coquetel de tons berrantes e aberrativos que vão, cada vez mais, conspurcando a paisagem urbana do roxo funerário, de amarelo em desespero, de azul puxado a marrom, de vermelho fouveiro, que melhor fica se dito fuveiro, como o povo pronuncia, e por aí vai. Como não temos posturas capazes de assegurar o mínimo de compostura à cidade que herdamos tão bela, mas não temos sido capazes de preservar condignamente, os desmandos se multiplicam.

Mas, pelo muito que ainda resta para mirar e admirar nesta cidade, sei que nem tudo está perdido, e que alguns mirantes se salvarão dos desmaios que vez por outra lançam um ou outro ao chão. Dez deles, pelo menos, estão eternizados pelas fotos de José Maria Nascimento, e espero que continuem elegantemente encarapitados em seus postos de sentinelas das alturas, como testemunhas de um tempo que passou, mas é preciso preservar através do que mais o caracteriza, evoca e define.

Divulgação/Albanir Ramos

Jomar Moraes é escritor e presidente da Academia Maranhense de Letras

São João

CADERNO
SÃO LUÍS, 21 DE JUNHO DE 2002 - SEXTA-FEIRA
ESPECIAL

O ESTADO DO MARANHÃO

É FESTA NO TERREIRO!

ENCONTROS DE BOIS REÚNEM MULTIDÕES

PAG 3

ACOMPANHE A PROGRAMAÇÃO DOS ARRAIAIS

PAGS 5, 6, 7 E 8

São João
O ESTADO DO MARANHÃO
SÃO LUÍS, 21 DE JUNHO DE 2002 - SEXTA-FEIRA 3

Fotos/Arquivo

LARGO DE São Pedro vira um caldeirão de ritmos durante o festejo

Festejo de São Pedro

A tradicional festa de mais de 80 anos, na qual os pescadores prestam homenagens ao seu santo padroeiro, transformou-se ao longo dos anos em uma data dedicada também ao pagamento de promessas e pedidos de bênção por parte dos grupos de bumba-meu-boi da cidade, independente do sotaque. As comemorações pelo Dia de São Pedro têm início na noite do dia 28, quando mais de 100 grupos de boi da Ilha e do interior invadem o Largo de São Pedro. A parte religiosa do Dia de São Pedro teve início ontem, com a realização de missas na recém construída Igreja de São Pedro. O ponto alto acontecerá no dia 29, com a procissão marítima, que sairá do Genipapeiro às 8h30 e deverá contar com a participação de mais de 100 embarcações. Já a procissão terrestre sairá pelas ruas de São Luís, às 17h.

SERVIÇO

O QUÊ: Festejo de São Pedro
QUANDO: dia 29
ONDE: Largo de São Pedro
PARTICIPAÇÃO: mais de 100 grupos de boi do Maranhão

Encontros de bumba-meu-boi fazem a alegria do povo

A partir de hoje quem quiser curtir o São João encontrará festa em todos os cantos. Mas além da programação desenvolvida pelos arraiais, há também os festejos que carregam milhares de pessoas para as praças e outros logradouros públicos. Tratam-se dos festejos de São Pedro, dia 29, e de São Marçal, dia 30. Apesar de não fazer parte do calendário de atividades realizado no mês de junho, o Festival de Zabumba, que ocorre todo segundo sábado do mês de julho, também já virou uma tradição na cidade. São Luís é realmente um verdadeiro caldeirão neste período, com os mais variados ritmos e cores para atender todos os gostos. E viva o São João!

SOB AS BENÇÕES de São Pedro, o brincante de boi dança, ao som das matracas

Festival de Bumba-Meu-Boi de Zabumba

Paulo Soares

Quem ainda pensa que os festejos juninos de São Luís vão só até o dia 30 de junho, tem a memória muito curta. Há oito anos, a comunidade do Monte Castelo realiza o Festival de Bumba-Meu-Boi de Zabumba, uma festa criada com a intenção de revigorar o sotaque, que se encontrava em processo de extinção. Catorze grupos de São Luís e um de Guimarães devem participar do festival, que tomará de conta da área ao lado da igreja Nossa Senhora da Conceição, no Monte Castelo, embaixo da centenária barrigudeira, no segundo sábado do mês de julho, a partir das 20h. O evento é promovido pelo Clube Cultural de Boi de Zabumba e Tambor de Crioula do Maranhão, presidido pelo idealizador do encontro dos bois de zabumba, Basílio Durans. O festival homenageará este ano o rádio que mais cedo começou a transmitir a cultura popular de São Luís e o brincante de boi conhecido como Zabumba, que já participou de dezenas de grupos de bumba-meu-boi.

BUMBA-BOIS guarnecem no Monte Castelo

SERVIÇO

O QUÊ: 8º Festival de Bumba-Meu-Boi de Zabumba
QUANDO: 13 de julho
ONDE: Área ao lado da Igreja Nossa Senhora da Conceição, no Monte Castelo
PARTICIPAÇÃO: 14 grupos de São Luís e um de Guimarães

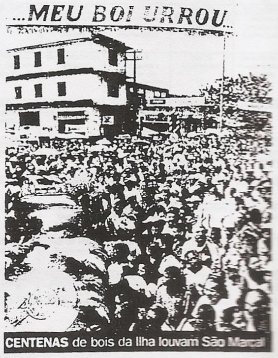
Festejo de São Marçal

Este é o encontro que reúne todos os batalhões pesados da Ilha, sotaque de matraca. A avenida João Pessoa, no bairro João Paulo, palco da festa, é tomada por uma multidão de pessoas que cantam, batem matracas e que vão dando adeus ao São João. Por lá, passam os bois da Maioba, Maracanã, Iguaíba, Ribamar, entre tantos outros, que entram madrugada a dentro. Toda esta festa é realizada sob as bênçãos de São Marçal, santo que segundo a Igreja Católica não existe, mas que acabou se transformando no padroeiros do boieiros.

SERVIÇO

O QUÊ: Festejo de São Marçal
QUANDO: dia 30
ONDE: avenida João Pessoa, no João Paulo
PARTICIPAÇÃO: Mais de 50 grupos de boi, sotaque de matraca

Biné Morais



CENTENAS de bois da Ilha louvam São Marçal

ANEXO B - Pesquisa com palavra-chave patrimonio cultural na base de dado NouRau da UNICAMP

Sistema Nou-Rau: Biblioteca Digital da Unicamp http://cutter.unicamp.br/document/results.php?method=and&sort=s...

Resultados: todos os tópicos

Foram encontrados 112 documentos contendo patrimonio cultural

Exibindo os resultados 1 - 112

Gestão patrimonial em Ouro Preto : alcances e limites das politicas publicas preservacionistas
... Vitte [Orientador] Maria Tereza Duarte Paes Luchiari Silvana Barbosa Rubino Resumo: O desenvolvimento de políticas voltadas para a preservação do **patrimônio** no Brasil se trata de um fato recente, sobretudo as que tratam de sítios históricos urbanos, onde além da gestão das cidades, há o desafio de adaptar ...
100% » 22-08-2010 16:51 » Geociências

Turismo, patrimonio e novas territorialidades em Ouro Preto-MG
... Rita de Cassia Ariza da Cruz Resumo: A subordinação da cultura aos ditames do mercado vem, nas últimas décadas, alterando os usos e sentidos do **patrimônio cultural** ao ser transformado em mercadoria destinada à fruição das massas. Tal processo tem suscitado uma série de alterações de ordem material e ...
73% » 22-08-2010 16:51 » Geociências

O reencantamento das cidades : tempo e espaço na memoria do patrimonio cultural de São Luiz do Paraitinga/SP
... e estratégias econômicas. Em um momento em que a produção de imagens assume uma posição estratégica no planejamento urbano, a espetacularização do **patrimônio cultural** passou a ser uma ferramenta primordial na refuncionalização do território com vistas ao desenvolvimento local por meio do desenvolvimento ...
72% » 22-08-2010 16:51 » Geociências

Estratégias e politicas de preservação do patrimônio cultural escrito para as futuras gerações: o exemplo da Biblioteca Estadual de Berlim – Patrimônio Cultural Prussiano
(None of the search words were found in the top of this document.)
64% » 22-08-2010 16:51 » Palestras

O municipio, o patrimonio natural e a dinamica socioambiental no Vale do Ribeira : o caso do municipio de Iporanga, SP
... analisar e caractenzar a dinâmica socioambiental no município de Iporanga, estado de São Paulo, situado no Vale do Ribeira, bem como verificar se o **patrimônio** natural e **cultural** do município viabiliza políticas e estratégias de desenvolvimento local para a melhoria das condições de vida de sua população ...
60% » 22-08-2010 16:51 » Geociências

Turismo, patrimonio cultural e desenvolvimento local : o distrito de Rincão da Cruz no municipio de Pelotas/RS
... Capriglio Castro Oliveira Silvana Rubino Resumo: No Rio Grande do Sul as regiões de imigração européia são conhecidas devido à marcante expressão cultural evidenciada pela presença de bens materiais e imateriais que representam a identidade **cultural** dos lugares. Mas, a atual dinâmica econômica global ...
52% » 22-08-2010 16:51 » Geociências

Espaço publico e politica dos lugares : usos do patrimonio cultural na reinvenção contemporanea do Recife Antigo
... do espaço público na experiência urbana .contemporânea, através das relações entre as políticas de gentrification e as práticas de preservação do **patrimônio cultural** no Brasil, tendo como referente empírico o caso do antigo Bairro do Recife, em Pernambuco. A hipótese do trabalho se refere à possibilidade ...
47% » 22-08-2010 16:51 » Filosofia e Ciências Humanas

O Engenho Central de Piracicaba como patrimonio industrial : usos e ruidos do territorio urbanizado
... funções, para o resgate dos seus valores históricos, culturais, e sociais. O entendimento dos usos e "ruídos" do Engenho Central de Piracicaba como **patrimônio** industrial - analisado pelas suas funções antigas e atuais e integrado a comunicação social - puderam revelar outras possibilidades de usos do ...
44% » 22-08-2010 16:51 » Geociências

Cidades mortas, preterito e presente vivos : a conservação da memoria em Cunha - SP
... a subordinação da cultura aos ditames do capital, a paisagem, como mais um produto à venda vem transformando os sentidos dos territórios e do **patrimônio cultural**. É um processo que vem alterando materialmente e simbolicamente o território e seus usos, por meio da refuncionalização turística que vem ...
42% » 22-08-2010 16:51 » Geociências

Museu da cidade : arte, historia e espetaculo
... multas cidades e patrimônios foram alçados à categoria de bens culturais; "musealização" e "espetacularização" eram, então, formas de preservar o patrimônio urbano e resgatar a idéia mesma de cidade para a população. O que a cidade podia atribuir ou extrair de seu **patrimônio**, bem como os cuidados que ...
37% » 22-08-2010 16:51 » Artes

Lugares da memoria no estado do Parana : demandas e politicas pela preservação do patrimonio cultural
...] Cleiton de Oliveira Ernesta Zamboni Katia Maria Abud Serlei Ranzi Fischer Resumo: A sociedade brasileira vive entre a falta de uma política cultural por parte das autoridades constituídas e a onda de preservação de diferentes memórias por variados segmentos da população. A investigação apreende um ...
36% » 22-08-2010 16:51 » Educação

Pichadores e grafiteiros : manifestações artisticas e politicas de preservação do patrimonio historico e cultural da cidade de Campinas-SP
...-se aqui expor um outro aspecto, além do marginal e transgressor, da pichação e do graffiti, que é sua riqueza como forma de expressão artística e **cultural**. Para tanto se faz necessário fazer a reconstrução sócio-histórica desses dois movimentos, destacando a forte influência americana. Assim, propõe ...
36% » 22-08-2010 16:51 » Artes

Pelas ladeiras do Pelo : a requalificação urbana como afirmação de um produto turistico
... Nilda Barretto Angeli Silvana Barbosa Rubino Resumo: A presente pesquisa aborda os efeitos da requalificação urbana em antigas áreas dotadas de **patrimônio cultural**.Demonstra, através de uma discussão teórica, a associação dessa estratégia com os interesses de grupos econômicos e sociais ligados às escalas ...
36% » 22-08-2010 16:51 » Geociências

Museu Arqueologico de Sambaqui : um olhar necessario
... a sua utilidade social, apresentamos diversas experiências, abrangendo vários países, situando em campos de pesquisa bastante recentes nos país ? **Patrimônio** , Arqueologia, Educação e **Museologia**. Esse desafio histórico dos museus, suas levou-nos à investigação do sentido relações com o seu entorno social ...
35% » 22-08-2010 16:51 » Educação

Ouro Preto : o drama social do direito ao patrimonio
... de Ouro Preto. A questão: investigo a vida social a partir de dois rituais, carnaval e Semana Santa, com o objetivo de compreender a relação entre **patrimônio** e turismo. Utilizo o conceito de drama social de Victor Turner. Concluo a tensão existente em Ouro Preto: viver em um núcleo simbólico e a vida ...
26% » 22-08-2010 16:51 » Filosofia e Ciências Humanas

A Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade como um espaço de contradições : entre a memoria e o esquecimento
... mostrar que o resgate da memória local - individual e coletiva - se faz necessário e urgente, para contribuir com a preservação do seu **patrimônio cultural** (bens construídos e a floresta). Este resgate da memória, no entanto deverá se dar na perspectiva de uma gestão integrada do território, compreendido ...
25% » 22-08-2010 16:51 » Geociências

Os olhares a fortaleza de São Jose de Macapa : do tombamento (1950) aos dias de hoje (2001)
... olhar a Fortaleza de São José de Macapá para compreender o sentido dado ao monumento enquanto monumento Historico, representação e espaço artisitico-**cultural**,de aproveitamentoturistico e patrimônio**histórico**e **cultural** tombado pelo IPHAN. Analisamos a construção e consolidação de sua monumentalidade no . .
25% » 22-08-2010 16:51 » Filosofia e Ciências Humanas

Vidas transplantadas : museu, educação e a cultura material na (re) construção do passado
... caminhada emergiu a fundamentação primeira para a construção da interrogação deste estudo: Em que medida os museus são testemunhos da identidade **cultural** dos povos e instrumentos de um diálogo intercultural que facilita a compreensão ca sociedade e do mundo a partir da preservação e da promoção do **patrimônio** ...
23% » 22-08-2010 16:51 » Educação

Arquitetura rural referente a produção de morango e culturas complementares na região de Atibaia-SP
... Paulo Augusto Romera e Silva Antonio Carlos Demamboro Resumo: O trabalho visa mostrar que é possível correlacionar a arquitetura rural, bem como o **patrimônio cultural** da cidade de Atibaia-SP, através da análise das diferentes escalas do arranjo produtivo do morango e culturas complementares, com os ...
23% » 22-08-2010 16:51 » Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo

1 de 6 1/9/2010 10:44

Da ruina ao edificio : neogotico, reinterpretação e preservação do passado na Inglaterra vitoriana
... como um retorno á idéia de comunidade medievalizada que projeta o passado para o futuro; e o surgimento das primeiras sociedades de preservação do **patrimônio** na Inglaterra, atribuindo significados históricos á sua aversão ao restauro dos edificios e à sua defesa do passado tangivel das ruinas, as quais ...
22% » 22-08-2010 16:51 » Filosofia e Ciências Humanas

Lucio Costa - modernidade e tradição : montagem discursiva da arquitetura moderna brasileira
... anônimos durante o periodo colonial. Mário de Andrade e Lúcio Costa - intelectuais que tiveram papel fundamental na constituição do Serviço do **Patrimônio** Histórico e Artistico Nacional - forjaram uma politica de tombamento e preservação fundada na relação entre modernidade e tradição e tutelada por ...
22% » 22-08-2010 16:51 » Filosofia e Ciências Humanas

Memoria, cultura e cidadania
... em Educação Doutor em Educação Ernesta Zamboni [Orientador] Resumo: Esta pesquisa discute os conceitos de memória, representação, identidade, **patrimônio** histórico e tradição, relacionando-os à politica de cultura implantada na cidade de São Paulo entre 1989 e 1992 quando Luiza Erundina foi prefeita ...
21% » 22-08-2010 16:51 » Educação

Questões de preservação de bens culturais : a madeira como objeto de estudo
... [Orientador] Regina Andrade Tirello Gilmara de Oliveira Machado Resumo: A preservacao engloba todas as acoes que beneficiam a manutencao de um bem **cultural**, o que inclui a criacao de leis, realizacao de projetos de conservacao, restauracao, intervencoes no entorno do **patrimonio**, etc, e tem como objetivo ...
20% » 22-08-2010 16:51 » Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo

Qualidade de vida, realidades e conflitos do turismo na paisagem litoranea : o caso de Saquarema - RJ
... vem se colocando cada vez mais permeada por conflitos, de tal modo, ser preciso empreender ações direcionadas ao equilíbrio entre a preservação **cultural**, ambiental, a qualidade de vida e a construção de alternativas econômicas de base local. A discussão sobre turismo x apropriação do espaço x qualidade ...
18% » 22-08-2010 16:51 » Filosofia e Ciências Humanas

A antiga estação da Companhia Paulista em Campinas : estrutura simbolica transformadora da cidade (1872-2002)
... o simbolismo que ela adquiriu e como ele se transformou ao longo dos anos, desde sua implantação na cidade, passando por seu tombamento como **patrimônio** histórico e sua resignificação como centro **cultural**.Além de apresentar uma interpretação sobre a estação de Campinas e sua relação com a cidade, procura ...
18% » 22-08-2010 16:51 » Filosofia e Ciências Humanas

Inter-relações de turistas e moradores : um olhar atraves das manifestações corporais no Carnaval de Ouro Preto
..., resignificados mutuamente, permeados de elementos da dimensão comunitária e pelos significados de tradição, associados ao cenário histórico de **patrimônio cultural** Abstract: This present work is due to study the interaction existing among tourists and residents during the 1997 and 1998 Carnival parties ...
18% » 22-08-2010 16:51 » Educação Fisica

Reconstituição de projetos de arquitetura : a fachada do antigo Teatro Municipal de Campinas
..., descaracterizados ou inacessiveis, através do desenho arquitetônico. A importância destes desenhos de registro consiste em preservar a memória e o **patrimônio cultural** arquitetônico, prática existente desde o século XVIII quando das primeiras expedições arqueológicas. A contribuição do arquiteto, desde ...
18% » 22-08-2010 16:51 » Artes

Lazer e meio ambiente : percorrendo as trilhas de Ouro Preto (um estudo a partir das trilhas do Pico do Itacolomi)
... subjetivas e experiências corporais que surgem a partir da atividade. A pesquisa, de natureza qualitativa, apoiou-se no referencial da análise **cultural** proposta por Geertz (1989), utilizando dois instrumentos para a obtenção de dados: as observações e as entrevistas. A partir da análise realizada, foi ...
17% » 22-08-2010 16:51 » Educação Fisica

A cidade e a reprodução de conhecimentos historico-educacionais : aproximações entre a Campinas moderna de Jose de Castro Mendes e a Barcelona "modelo"
..., também de cidade ?modelo?. Interessa-me investigar as potencialidades histórico-educacionais contidas no espaço urbano, sendo este enfocado como **patrimônio cultural** Abstract: This investigation is focused on a city and its relation with a modern capitalistic expansion process, as well as the concepts ...
17% » 22-08-2010 16:51 » Educação

A viagem do Argonauta : as poeticas de Giorgio de Chirico no acervo do MAC-USP
... circa e alguns de seus escritos. Pretende-se fornecer mais elementos para o conhecimento e a interpretação desse significativo conjunto de obras do **patrimônio** artístico-**cultural** paulista, ampliando as perspectivas de debate do tema no Brasil. Ainda com este escopo são oferecidas ao final do trabalho ...
17% » 22-08-2010 16:51 » Filosofia e Ciências Humanas

Proibido trabalhar : problema socioambiental dos filhos da Ilha do Cardoso, SP
... naturais), etc. Uma vez constituída pelo bioma Mata Atlântica, a região é contemplada também pela Unesco como parte da Reserva da Biosfera e **patrimônio** da humanidade. É no interior desta realidade que este estudo se desenvolveu. O que se (re)contará aqui é a memória de um tempo mais antigo, de poucas ...
17% » 22-08-2010 16:51 » Filosofia e Ciências Humanas

Futebol para cegos (futebol de cinco) no Brasil : leitura do jogo e estrategias tatico-tecnicas
... das entrevistas elas foram analisadas pela Análise de Enunciação, uma das técnicas da Análise de Conteúdo. Os dados evidenciaram o ciclo de mediação **cultural** do futebol para cegos, influenciado pelo fenômeno futebol e protagonizado pelos seguintes personagens: jogadores de futebol, familia, professor ...
17% » 22-08-2010 16:51 » Educação Fisica

Meninos, a marcha!Meninas, a sombra : a historia do ensino da Educação fisica em Belo Horizonte (1897-1994)
..., professor para alunos e professora para alunas e ao caracterizar sexualmente os gestos, entre outras normas explicita valores sacralizados pelo **patrimônio cultural** da nossa sociedade. Tais valores são articulados e orientados por um sistema de instituições e organizações que inclui, especialmente, ...
17% » 22-08-2010 16:51 » Educação

Botucatu e a expansão do ensino na Primeira República : historia do Grupo Escolar Dr. Cardoso de Almeida (1895-1920)
..., representou, para o municipio e sua região, um marco institucional e arquitetônico, fato que se confirma pelo tombamento do edificio, em 2002, como **patrimônio** histórico e **cultural** da cidade. Contudo, não existem estudos sistematizados sobre suas origens. Deste modo, esta pesquisa aborda a história ...
17% » 22-08-2010 16:51 » Educação

Economia solidaria e formação humana : experiencias de trabalho e educação em agroindustrias familiares associativas no Oeste catarinense
... elaboradas pelos envolvidos em cada empreendimento, num processo histórico especifico em que interagem condições objetivas e subjetivas, além do **patrimônio cultural** dessa população. Abstract: This thesis investigates how the familiar farmers, are busy with the creation of the associate familiar agro ...
17% » 22-08-2010 16:51 » Educação

O arquivo escolar como lugar de memória e de história da educação em Campinas: organização do arquivo histórico da EE "Artur Segurado"
... de vulnerabilidade a que estão expostos, revelando o desinteresse dos poderes públicos e a carência de políticas de manutenção e salvaguarda desse **patrimônio** histórico. A proposta de nossa pesquisa visou à organização do arquivo histórico do 3º Grupo Escolar criado em Campinas no ano de 1910, hoje Escola ...
17% » 22-08-2010 16:51 » TCC

Escola Nacional de Educação Fisica e Desportos : uma possivel historia
... tais possibilidades, buscando um diálogo entre as fontes utilizadas. Justifica-se esse estudo basicamente por dois motivos: a) a ENEFD é um **patrimônio cultural** da educação fisica brasileira, construído com o esforço de nossos antepassados e carrega em si parte de nossa memória; b) possibilidade de contribuir ...
16% » 22-08-2010 16:51 » Educação Fisica

Revelando os Brasis : o objeto assumindo o papel do sujeito em um projeto de inclusão audiovisual
... a realidade que se propõe transformar em código audiovisual. E os videos produzidos por essa nova geração de realizadores se tornam um importante **patrimônio** material e social da diversidade **cultural** brasileira. É de praxe, que os curtas do Revelando os Brasis participem dos principais festivais e mostras ...
16% » 22-08-2010 16:51 » Artes

Caridade e poder : a Irmandadade da Santa Casa de Misericordia de Campinas (1871-1889)
... de fundação da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Campinas, esta instituição era indispensável ao status de centro de progresso moral, **cultural** e material de que a cidade desfrutava. Nesse sentido, pesquisar como a instituição se estruturou para o atendimento das demandas sociais de Campinas ...
16% » 22-08-2010 16:51 » Economia

Cartaz, cinema e imaginario
... Justifica-se tal escolha pela dualidade que os define (cartaz e cinema), como meios de expressão e de comunicação; ainda, porque ambos pertencem ao **patrimônio cultural** e têm um caráter espetacular. O primeiro capitulo dedica-se à analise da função signica do cartaz assim como à reflexão com respeito ...
16% » 22-08-2010 16:51 » Artes

PATRIMONIO
... 6.3.6. Jornal/Revista: Correio Popular Local: Campinas Data: 20 maio 1987 Número de páginas: 01 Data de Entrada: 15 abr. 1999 009477.pdf Historia **Patrimonio** Historico Processo de Tombamento Condepacc Conselho de Defesa do **Patrimonio** Artistico e **Cultural** de Campinas
11% » 22-08-2010 16:51 » História

Patrimonio que Campinas tomba e esquece
... 6.3.6. Jornal/Revista: Diario do Povo Local: Campinas Data: 28 set. 1997 Número de páginas: 01 Data de Entrada: 13 abr. 1999 009426.pdf Historia **Patrimonio** Historico Processo de Tombamento Condepaac Conselho de Defesa do **Patrimonio** Artistico e **Cultural** de Campinas
11% » 22-08-2010 16:51 » História

As fachadas da historia : os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do PatrimonIO Historico e Artistico Nacional, 1937-1968
... em Antropologia Mestre em Antropologia Antonio Augusto Arantes Neto [Orientador] Resumo: Não informado Abstract: Not informed Rubino, Silvana .pdf **Patrimonio** historico Patrimonio **cultural** - Proteção Antropologia
11% » 22-08-2010 16:51 » Filosofia e Ciências Humanas

Grupo debate patrimonio historico
... 6.3. Jornal/Revista: Correio Popular Local: Campinas Data: 05 mar. 1999 Número de páginas: 01 Data de Entrada: 05 abr. 1999 008865.pdf Historia **Patrimonio** Historico I Seminario de Arquitetura Engenharia e **Patrimonio Cultural** Rural
11% » 22-08-2010 16:51 » História

Caracterização da paisagem cultural da região de Limeira (SP) com base no reconhecimento e valorização do seu patrimonio de engenharia e arquitetura rural
... existentes nos espaços das fazendas, hoje explorados pelo turismo ecológico Abstract: This research has for objective to identify, through its **cultural** landscapes, the characteristic architecture of the country properties of seven historical farms in the region of Limeira, formed from century XIX, located ...
8% » 22-08-2010 16:51 » Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo

ANUNCIADAS reformas as escolas tombadas
... 6.3.6. Jornal/Revista: Diario do Povo Local: Campinas Data: 23 maio 1985 Número de páginas: 01 Data de Entrada: 15 abr. 1999 009480.pdf Historia **Patrimonio** Historico Processo de Tombamento Condepacc Conselho de Defesa do **Patrimonio** Artistico e **Cultural** de Campinas
6% » 22-08-2010 16:51 » História

UM DEBATE sobre preservar ou destruir
... 6.3.6. Jornal/Revista: Diario do Povo Local: Campinas Data: 18 jan. 1986 Número de páginas: 01 Data de Entrada: 15 abr. 1999 009479.pdf Historia **Patrimonio** Historico Processo de Tombamento Condepacc Conselho de Defesa do **Patrimonio** Artistico e **Cultural** de Campinas
6% » 22-08-2010 16:51 » História

CONSELHO municipal espera regulamentacao
... 6.3.6. Jornal/Revista: Correio Popular Local: Campinas Data: 13 abr. 1986 Número de páginas: 01 Data de Entrada: 15 abr. 1999 009478.pdf Historia **Patrimonio** Historico Processo de Tombamento Condepacc Conselho de Defesa do **Patrimonio** Artistico e **Cultural** de Campinas
6% » 22-08-2010 16:51 » História

MEMBROS do Conselho de defesa tomam posse hoje
... 6.3.6. Jornal/Revista: Correio Popular Local: Campinas Data: 08 abr. 1988 Número de páginas: 01 Data de Entrada: 15 abr. 1999 009476.pdf Historia **Patrimonio** Historico Processo de Tombamento Condepacc Conselho de Defesa do **Patrimonio** Artistico e **Cultural** de Campinas
6% » 22-08-2010 16:51 » História

MEMBROS do Condepacc sao empossados
... 6.3.6. Jornal/Revista: Diario do Povo Local: Campinas Data: 08 abr. 1988 Número de páginas: 01 Data de Entrada: 15 abr. 1999 009475.pdf Historia **Patrimonio** Historico Processo de Tombamento Condepacc Conselho de Defesa do **Patrimonio** Artistico e **Cultural** de Campinas
6% » 22-08-2010 16:51 » História

VEREADOR destaca importancia do Conselho
... 6.3.6. Jornal/Revista: Correio Popular Local: Campinas Data: 13 abr. 1986 Número de páginas: 01 Data de Entrada: 15 abr. 1999 009474.pdf Historia **Patrimonio** Historico Processo de Tombamento Condepacc Conselho de Defesa do **Patrimonio** Artistico e **Cultural** de Campinas
6% » 22-08-2010 16:51 » História

Condepacc
... 6.3.6. Jornal/Revista: Correio Popular Local: Campinas Data: 24 abr. 1988 Número de páginas: 02 Data de Entrada: 15 abr. 1999 009473.pdf Historia **Patrimonio** Historico Processo de Tombamento Condepacc Conselho de Defesa do **Patrimonio** Artistico e **Cultural** de Campinas
6% » 22-08-2010 16:51 » História

PROPRIETARIOS contra medidas do Condepacc
... 6.3.6. Jornal/Revista: Correio Popular Local: Campinas Data: 29 jul. 1988 Número de páginas: 01 Data de Entrada: 14 abr. 1999 009472.pdf Historia **Patrimonio** Historico Processo de Tombamento Condepacc Conselho de Defesa do **Patrimonio** Artistico e **Cultural** de Campinas
6% » 22-08-2010 16:51 » História

POR lei ou decreto?
... 6.3.6. Jornal/Revista: Jornal de Domingo Local: Campinas Data: 04 fev. 1990 Número de páginas: 01 Data de Entrada: 14 abr. 1999 009471.pdf Historia **Patrimonio** Historico Processo de Tombamento Condepacc Conselho de Defesa do **Patrimonio** Artistico e **Cultural** de Campinas
6% » 22-08-2010 16:51 » História

LEI do tombamento preocupa Condepacc
... 6.3.6. Jornal/Revista: Correio Popular Local: Campinas Data: 07 fev. 1990 Número de páginas: 01 Data de Entrada: 14 abr. 1999 009470.pdf Historia **Patrimonio** Historico Processo de Tombamento Condepacc Conselho de Defesa do **Patrimonio** Artistico e **Cultural** de Campinas
6% » 22-08-2010 16:51 » História

TRANSITORIEDADE podera causar extincao do orgao
... 6.3.6. Jornal/Revista: Diario do Povo Local: Campinas Data: 13 fev. 1990 Número de páginas: 01 Data de Entrada: 14 abr. 1999 009468.pdf Historia **Patrimonio** Historico Processo de Tombamento Condepacc Conselho de Defesa do **Patrimonio** Artistico e **Cultural** de Campinas
6% » 22-08-2010 16:51 » História

CONDEPACC perde o poder e corre risco de ser extinto
... 6.3.6. Jornal/Revista: Correio Popular Local: Campinas Data: 13 fev. 1990 Número de páginas: 01 Data de Entrada: 14 abr. 1999 009469.pdf Historia **Patrimonio** Historico Processo de Tombamento Condepacc Conselho de Defesa do **Patrimonio** Artistico e **Cultural** de Campinas
6% » 22-08-2010 16:51 » História

UM RECORDE na analise dos processos
... 6.3.6. Jornal/Revista: Diario do Povo Local: Campinas Data: 30 nov. 1990 Número de páginas: 01 Data de Entrada: 14 abr. 1999 009467.pdf Historia **Patrimonio** Historico Processo de Tombamento Condepacc Conselho de Defesa do **Patrimonio** Artistico e **Cultural** de Campinas
6% » 22-08-2010 16:51 » História

CONDEPACC agiliza os tombamentos
... 6.3.6. Jornal/Revista: Diario do Povo Local: Campinas Data: 30 nov. 1990 Número de páginas: 01 Data de Entrada: 14 abr. 1999 009466.pdf Historia **Patrimonio** Historico Processo de Tombamento Condepacc Conselho de Defesa do **Patrimonio** Artistico e **Cultural** de Campinas
6% » 22-08-2010 16:51 » História

CONDEPACC recusa tombamento de casas
...: 6.3.6. Jornal/Revista: Diario do Povo Local: Campinas Data: 12 jun. 1991 Número de páginas: 01 Data de Entrada: 14 abr. 1999 009465.pdf Historia **Patrimonio** Historico Processo de Tombamento Condepacc Conselho de Defesa do **Patrimonio** Artistico e **Cultural** de Campinas
6% » 22-08-2010 16:51 » História

Projeto quer mostrar a cara do passado de Campinas
...: 6.3.6. Jornal/Revista: Correio Popular Local: Campinas Data: 06 dez. 1991 Número de páginas: 01 Data de Entrada: 9464br. 1999 009464.pdf Historia **Patrimonio** Historico Processo de Tombamento Condepacc Conselho de Defesa do **Patrimonio** Artistico e **Cultural** de Campinas
6% » 22-08-2010 16:51 » História

Candepacc abre processo para tombar imovel dos anos 30.
...: 6.3.6. Jornal/Revista: Correio Popular Local: Campinas Data: 05 set. 2002 Número de páginas: 01 Data de Entrada: 25 out. 2002 037307.pdf Historia **Patrimonio** historico Processos de tombamento CONDEPACC (UP Conselho de Desenvolvimento do **Patrimonio Cultural** de Campinas)
6% » 22-08-2010 16:51 » História

Conselho analisa mais 18 pedidos de tombamento
...: 6.3.6. Jornal/Revista: Correio Popular Local: Campinas Data: 24 ago. 1993 Número de páginas: 01 Data de Entrada: 13 abr. 1999 009449.pdf Historia **Patrimonio** Historico Processo de Tombamento Condepacc Conselho de Defesa do **Patrimonio** Artistico e **Cultural** de Campinas
6% » 22-08-2010 16:51 » História

RECUPERANDO predios historicos
.../Revista: Agenda PUCCAMP: Boletim Informativo Local: Campinas Data: mar. 1994 Número de páginas: 01 Data de Entrada: 13 abr. 1999 009445.pdf Historia **Patrimonio** Historico Processo de Tombamento Condepaac Conselho de Defesa do **Patrimonio** Artistico e **Cultural** de Campinas
6% » 22-08-2010 16:51 » História

IPT checa uso de explosivos em demolicoes
...: 6.3.6. Jornal/Revista: Correio Popular Local: Campinas Data: 30 maio 1994 Número de páginas: 01 Data de Entrada: 13 abr. 1999 009444.pdf Historia **Patrimonio** Historico Processo de Tombamento Condepaac Conselho de Defesa do **Patrimonio** Artistico e **Cultural** de Campinas
6% » 22-08-2010 16:51 » História

CONSELHO promete atuar com mais agilidade
...: 6.3.6. Jornal/Revista: Correio Popular Local: Campinas Data: 01 jun. 1994 Número de páginas: 01 Data de Entrada: 13 abr. 1999 009443.pdf Historia **Patrimonio** Historico Processo de Tombamento Condepaac Conselho de Defesa do **Patrimonio** Artistico e **Cultural** de Campinas
6% » 22-08-2010 16:51 » História

Aeac vai promover debate
...: 6.3.6. Jornal/Revista: Correio Popular Local: Campinas Data: 26 ago. 1984 Número de páginas: 01 Data de Entrada: 13 abr. 1999 009442.pdf Historia **Patrimonio** Historico Processo de Tombamento Condepaac Conselho de Defesa do **Patrimonio** Artistico e **Cultural** de Campinas
6% » 22-08-2010 16:51 » História

Aeac quer mudar lei de tombamento
...: 6.3.6. Jornal/Revista: Correio Popular Local: Campinas Data: 18 maio 1995 Número de páginas: 01 Data de Entrada: 13 abr. 1999 009440.pdf Historia **Patrimonio** Historico Processo de Tombamento Condepaac Conselho de Defesa do **Patrimonio** Artistico e **Cultural** de Campinas
6% » 22-08-2010 16:51 » História

Secretario anuncia isencao
...: 6.3.6. Jornal/Revista: Correio Popular Local: Campinas Data: 14 set. 1995 Número de páginas: 01 Data de Entrada: 13 abr. 1999 009436.pdf Historia **Patrimonio** Historico Processo de Tombamento Condepaac Conselho de Defesa do **Patrimonio** Artistico e **Cultural** de Campinas
6% » 22-08-2010 16:51 » História

MEMBRO do Condepacc contesta proposta da Aeac
...: 6.3.6. Jornal/Revista: Correio Popular Local: Campinas Data: 19 maio 1995 Número de páginas: 01 Data de Entrada: 13 abr. 1999 009439.pdf Historia **Patrimonio** Historico Processo de Tombamento Condepaac Conselho de Defesa do **Patrimonio** Artistico e **Cultural** de Campinas Associacao dos Engenheiros e Arquitetos ...
6% » 22-08-2010 16:51 » História

PRESIDENTE do Condepacc afasta hipotese de rever tombamentos
...: 6.3.6. Jornal/Revista: Correio Popular Local: Campinas Data: 22 maio 1995 Número de páginas: 01 Data de Entrada: 13 abr. 1999 009438.pdf Historia **Patrimonio** Historico Processo de Tombamento Condepaac Conselho de Defesa do **Patrimonio** Artistico e **Cultural** de Campinas
6% » 22-08-2010 16:51 » História

Condepacc faz estudo de imoveis
...: 6.3.6. Jornal/Revista: Correio Popular Local: Campinas Data: 26 mar. 1995 Número de páginas: 01 Data de Entrada: 13 abr. 1999 009437.pdf Historia **Patrimonio** Historico Processo de Tombamento Condepaac Conselho de Defesa do **Patrimonio** Artistico e **Cultural** de Campinas
6% » 22-08-2010 16:51 » História

Condepacc tomba lustres e arandelas da ExPCEx
...: 6.3.6. Jornal/Revista: Correio Popular Local: Campinas Data: 28 jun. 1996 Número de páginas: 01 Data de Entrada: 13 abr. 1999 009435.pdf Historia **Patrimonio** Historico Processo de Tombamento Condepaac Conselho de Defesa do **Patrimonio** Artistico e **Cultural** de Campinas
6% » 22-08-2010 16:51 » História

A lenta perda da memoria.
...: 6.3.6. Jornal/Revista: Diario do Povo Local: Campinas Data: 28 set. 1997 Número de páginas: 01 Data de Entrada: 13 abr. 1999 009428.pdf Historia **Patrimonio** Historico Processo de Tombamento Condepaac Conselho de Defesa do **Patrimonio** Artistico e **Cultural** de Campinas
6% » 22-08-2010 16:51 » História

Condepacc quer transferir acervo historico da Camara
...: 6.3.6. Jornal/Revista: Correio Popular Local: Campinas Data: 12 set. 1997 Número de páginas: 01 Data de Entrada: 13 abr. 1999 009429.pdf Historia **Patrimonio** Historico Processo de Tombamento Condepaac Conselho de Defesa do **Patrimonio** Artistico e **Cultural** de Campinas
6% » 22-08-2010 16:51 » História

Falta recurso, diz secretario
...: 6.3.6. Jornal/Revista: Diario do Povo Local: Campinas Data: 28 set. 1997 Número de páginas: 01 Data de Entrada: 13 abr. 1999 009427.pdf Historia **Patrimonio** Historico Processo de Tombamento Condepaac Conselho de Defesa do **Patrimonio** Artistico e **Cultural** de Campinas
6% » 22-08-2010 16:51 » História

OBRAS traduzem tres periodos do Brasil
....3.6. Jornal/Revista: Folha de Sao Paulo Local: Sao Paulo Data: 16 nov. 1997 Número de páginas: 04 Data de Entrada: 13 abr. 1999 009425.pdf Historia **Patrimonio** Historico Processo de Tombamento Condepaac Conselho de Defesa do **Patrimonio** Artistico e **Cultural** de Campinas
6% » 22-08-2010 16:51 » História

OBRAS traduzem tres periodos do Brasil
....3.6. Jornal/Revista: Folha de Sao Paulo Local: Sao Paulo Data: 16 nov. 1997 Número de páginas: 04 Data de Entrada: 13 abr. 1999 009423.pdf Historia **Patrimonio** Historico Processo de Tombamento Condepaac Conselho de Defesa do **Patrimonio** Artistico e **Cultural** de Campinas
6% » 22-08-2010 16:51 » História

OBRAS traduzem tres periodos do Brasil
....3.6. Jornal/Revista: Folha de Sao Paulo Local: Sao Paulo Data: 16 nov. 1997 Número de páginas: 04 Data de Entrada: 13 abr. 1999 009422.pdf Historia **Patrimonio** Historico Processo de Tombamento Condepaac Conselho de Defesa do **Patrimonio** Artistico e **Cultural** de Campinas

6% » 22-08-2010 16:51 » História

PREDIOS escondem historia de Campinas
...3.6. Jornal/Revista: Folha de Sao Paulo Local: Sao Paulo Data: 16 nov. 1997 Número de páginas: 01 Data de Entrada: 13 abr. 1999 009421.pdf Historia **Patrimonio** Historico Processo de Tombamento Condepaac Conselho de Defesa do **Patrimonio** Artistico e **Cultural** de Campinas
6% » 22-08-2010 16:51 » História

OBRAS traduzem tres periodos do Brasil
...3.6. Jornal/Revista: Folha de Sao Paulo Local: Sao Paulo Data: 16 nov. 1997 Número de páginas: 04 Data de Entrada: 13 abr. 1999 009424.pdf Historia **Patrimonio** Historico Processo de Tombamento Condepaac Conselho de Defesa do **Patrimonio** Artistico e **Cultural** de Campinas
6% » 22-08-2010 16:51 » História

A poetica de Gentileza : um patrimonio carioca
... depois que os escritos foram apagados. Um dos objetivos centrais deste projeto foi entender a dinâmica dos movimentos pelo reconhecimento do valor **cultural** de Gentileza, um artista das bordas, assim como os argumentos utilizados para determinar o que é ou não é arte quando a produção plástica acontece ...
6% » 22-08-2010 16:51 » Artes

Patrimonio cultural gera polemica
... 6.3.6. Jornal/Revista: Diario do Povo Local: Campinas Data: 12 fev. 1990 Número de páginas: 01 Data de Entrada: 13 abr. 1999 009413.pdf Historia **Patrimonio** Historico Processo de Tombamento
6% » 22-08-2010 16:51 » História

O reconhecimento de uma paisagem cultural : Fazenda Lageado - Botucatu/SP
... e da área urbana, no intuito de possibilitar a explicitação do próprio processo de formação da paisagem local, em seu caráter físico e, também, **cultural** Abstract: Not informed Michelin, Guilherme Antonio_M.pdf Planejamento regional **Patrimonio cultural** - Proteção Café - Brasil - Historia Fazendas de ...
3% » 22-08-2010 16:51 » Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo

Palacio abrigara centro cultural
... 6.7.1. Jornal/Revista: Correio Popular Local: Campinas Data: 01 maio 1996 Número de páginas: 01 Data de Entrada: 15 jul. 1998 002763.pdf Historia **patrimonio** historico edificos Palacio dos Azulejo centro **cultural** Sanasa
2% » 22-08-2010 16:51 » História

Arqueologia regional e educação : proposta de estudos sobre um "passado excluido" de Araraquara/SP
... **Estadual de Campinas . Instituto de Filosofia e Ciências Humanas Nível: Tese (doutorado) UNICAMP: Programa de Pós-Graduação em História Historia Cultural Doutor** em Historia Pedro Paulo Abreu Funari **[Orientador]** Dione da Rocha Bandeira Gilson Rambelli Sandra de Cassia Araujo Pelegrini Silvia M. Schmuziger ...
1% » 22-08-2010 16:51 » Filosofia e Ciências Humanas

A arquitetura rural das unidades de produção de uva e vinho artesanal na bacia do rio Jundiai-Mirim
... of Jundiai Mirim river's basin. Applying Argollo Ferrão (2004) concepts, based on a transdisciplinar focus and process vision, considering the **cultural** aspects, related to the productive cycle of grapes and handmade wine. Maps, charts and field research have been used. As a Result of this work, some ...
1% » 22-08-2010 16:51 » Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo

Envolver-se com o fascinio pelo patrimonio "Real-Maravilhoso" Latino-Americano como forma de apropriação da lingua-alvo
..., ELE) a partir de uma abordagem comunicacional-intercultural que prioriza a produção e troca de sentidos ao redor de um eixo temático histórico-**cultural** ?real-maravilhoso? (Carpentier, 1977) latino-americano examinando para isso a qualidade da interação gerada no ambiente de aprendizagem. Nesse processo ...
1% » 22-08-2010 16:51 » Estudos da Linguagem

Gestão e usos do territorio : conflitos e praticas socio-espaciais no Parque Nacional da Serra da Capivara, Piaui, Brasil
... Godoi Sueli Angelo Furlan Resumo: A sociedade moderna organiza o espaço a fim de articular alternativas de desenvolvimento por meio da valorização cultural e da conservação dos recursos naturais. O espaço é então segmentado elegendo áreas de reserva, muitas vezes sobrepostas às territorialidades locais ...
1% » 22-08-2010 16:51 » Geociências

Condepacc decide tombar Mata Santa Terezinha
... de páginas: 01 Data de Entrada: 29 jan. 2002 025173.pdf Historia Patrimonios Historicos Processos de Tombamento Condepacc (UP Conselho de Defesa do **Patrimonio** Artistico e **Cultural** de Campinas)
1% » 22-08-2010 16:51 » História

Tombamento pode estimular mudanca na lei
... de páginas: 01 Data de Entrada: 29 jan. 2002 025172.pdf Historia Patrimonios Historicos Processos de Tombamento Condepacc (UP Conselho de Defesa do **Patrimonio** Artistico e **Cultural** de Campinas)
1% » 22-08-2010 16:51 » História

Campinas classica : a Catedral Nossa Senhora da Conceição e o engendramento de uma arquitetura monumental classica urbana no Brasil (1807-1883)
... historiography, which considers the XIX century architecture in Brazil as a "copy of imported standards" Rodrigues, Ana Aparecida Villanueva_D.pdf **Patrimonio cultural** Arquitetura antiga Arquitetura Urbanismo - Brasil Desenho Neoclassicismo (Arquitetura) Arquitetura romana
1% » 22-08-2010 16:51 » Filosofia e Ciências Humanas

Entorno do Largo Sao Benedito e liberado
... de páginas: 01 Data de Entrada: 29 jan. 2002 025171.pdf Historia Patrimonios Historicos Processos de Tombamento Condepacc (UP Conselho de Defesa do **Patrimonio** Artistico e **Cultural** de Campinas)
1% » 22-08-2010 16:51 » História

Orgao estuda preservacao do Saudade
... out. 2000 Número de páginas: 01 Data de Entrada: 06 nov. 2000 017305.pdf Historia Processos de Tombamento condepacc Conselho de Desenvolvimento do **Patrimonio Cultural** de Campinas
1% » 22-08-2010 16:51 » História

Condepacc estuda tombar imoveis no Cambui
... de páginas: 01 Data de Entrada: 29 jan. 2002 025170.pdf Historia Patrimonios Historicos Processos de Tombamento Condepacc (UP Conselho de Defesa do **Patrimonio** Artistico e **Cultural** de Campinas)
1% » 22-08-2010 16:51 » História

Condepacc abre tombamento de lagoas e mata em Campinas
... out. 2000 Número de páginas: 01 Data de Entrada: 06 nov. 2000 017304.pdf Historia Processos de Tombamento Condepacc Conselho de Desenvolvimento do **Patrimonio Cultural** de Campinas
1% » 22-08-2010 16:51 » História

O espaço e a memoria : Santana de Parnaiba
... em História Mestre em Historia Michael McDonald Hall [Orientador] Resumo: Não informado Abstract: Not informed Morgado, Naira Iracema Monteiro.pdf **Patrimonio cultural** - Proteção - Santana do Parnaiba (SP)
1% » 22-08-2010 16:51 » Filosofia e Ciências Humanas

Condepacc estuda tres tombamentos no Botafogo
...: 01 Data de Entrada: 24 ago. 2001 021597.pdf Historia Patrimonios Historicos Processos de Tombamento Condepacc (UP Conselho de Desenvolvimento do **Patrimonio Cultural** de Campinas)
1% » 22-08-2010 16:51 » História

Passagem de 1918 sera reaberta amanha.
... set. 2002 Número de páginas: 01 Data de Entrada: 19 set. 2002 036703.pdf Historia Patrimonios Historicos Condepacc(UP Conselho de Desenvolvimento do **Patrimonio Cultural** de Campinas) Tunel de pedestres Vila Industrial)
1% » 22-08-2010 16:51 » História

Projeto preve revitalizacao de area
...: 6.7.1. Jornal/Revista: Correio Popular Local: Campinas Data: 01 maio 1996 Número de páginas: 01 Data de Entrada: 15 jul. 1998 002757.pdf Historia **Patrimonio** Historico Edificios Palacio dos Azulejos Sanasa Centro **Cultural** Revitalizacao da area
1% » 22-08-2010 16:51 » História

Prefeitura ignora Condepacc em reforma de tunel historico.
... set. 2002 Número de páginas: 01 Data de Entrada: 19 set. 2002 036702.pdf Historia Patrimonios Historicos Condepacc(UP Conselho de Desenvolvimento do **Patrimonio Cultural** de Campinas) Tunel de pedestres Vila Industrial)
1% » 22-08-2010 16:51 » História

Prefeitura vai avaliar proposta de doacao
...: 6.3.3. Jornal/Revista: Correio Popular Local: Campinas Data: 07 fev. 1999 Número de páginas: 01 Data de Entrada: 12 abr. 1999 009147.pdf Historia **Patrimonio** Historico Edificios Curtume Cantusio transformacao em centro **cultural**
1% » 22-08-2010 16:51 » História

Realidade virtual & educação não-formal : experiencias educativas não-formais em ambiente museologico virtual
... non-formal educational approach in musicology contemporary spaces. Fronza-Martins, Aglay Sanches_M.pdf Museus Educação não formal Ambiente virtual **Patrimonio cultural** - Preservação Educação patrimonial
1% » 22-08-2010 16:51 » Educação

Palacio dos Azulejos abrigara centro cultural
...: 6.3.3. Jornal/Revista: Correio Popular Local: Campinas Data: 08 jun. 1996 Número de páginas: 01 Data de Entrada: 12 abr. 1999 009220.pdf Historia **Patrimonio** Historico Edificios Palacio dos Azulejos (UP Solar do Barao de Itatiba)
1% » 22-08-2010 16:51 » História

PALACIO dos Azulejos se tornara o Centro Cultural Magalhaes Teixeira
...: 6.3.3. Jornal/Revista: Folha de Campinas Local: Campinas Data: 14 jul. 1996 Número de páginas: 01 Data de Entrada: 12 abr. 1999 009218.pdf Historia **Patrimonio** Historico Edificios Palacio dos Azulejos (UP Solar do Barao de Itatiba)
1% » 22-08-2010 16:51 » História

CARAVELA vai virar centro cultural
...: 6.3.8. Jornal/Revista: Correio Popular Local: Campinas Data: 05 abr. 1998 Número de páginas: 01 Data de Entrada: 15 abr. 1999 009558.pdf Historia **Patrimonio** Historico Simbolos Caravela
1% » 22-08-2010 16:51 » História

CENTRO cultural vai receber o nome de Magalhaes Teixeira
...: 6.3.3. Jornal/Revista: Correio Popular Local: Campinas Data: 18 jun. 1997 Número de páginas: 01 Data de Entrada: 12 abr. 1999 009214.pdf Historia **Patrimonio** Historico Edificios Palacio dos Azulejos UP Solar do Barao de Itatiba
1% » 22-08-2010 16:51 » História

Complexo Arquitetonico da Fepasa sera centro cultural
...: 6.3. Jornal/Revista: Folha de Sao Paulo Local: Sao Paulo Data: 23 dez. 1990 Número de páginas: 01 Data de Entrada: 12 abr. 1999 009183.pdf Historia **Patrimonio** Historico Complexo Ferroviario de Campinas
1% » 22-08-2010 16:51 » História

Na fabrica, Campinas quer centro cultural
...3. Jornal/Revista: O Estado de Sao Paulo Local: Sao Paulo Data: 30 ago. 1987 Número de páginas: 01 Data de Entrada: 12 abr. 1999 009192.pdf Historia **Patrimonio** Historico Edificios Lidgerwood Manufacturing Comercio Ltda. (NA Museu da Cidade) Complexo Ferroviario de Campinas
1% » 22-08-2010 16:51 » História

CBPO fecha convenio inedito e doa Cr$ 100 milhoes a projeto cultural
...: 6.3.3. Jornal/Revista: Diario do Povo Local: Campinas Data: 26 abr. 1991 Número de páginas: 01 Data de Entrada: 12 abr. 1999 009179.pdf Historia **Patrimonio** Historico Edificios Lidgerwood Manufacturing Comercio Ltda. (NA Museu da Cidade) Restauracao do imovel Complexo Ferroviario de Campinas
1% » 22-08-2010 16:51 » História

Complexo arquitetonico da Fepasa sera centro cultural.
... 6.3.3 Jornal/Revista: Folha de Sao Paulo Local: Sao Paulo Data: 23 dez. 1990 Número de páginas: 01 Data de Entrada: 04 nov. 1999 011924.pdf Historia **Patrimonio** Historico Edificios Lidgerwood Manufacturing Comercio Ltda.
1% » 22-08-2010 16:51 » História

Ouro Preto : a construção de uma cidade historica, 1891-1933
..., this study analyses the ways in which former Vila Rica acquired its historical category and which were the political factors and social and **cultural** values that contributed to the construction and definition of its image as a historical and artistic monument After losing its condition of capital of ...
1% » 22-08-2010 16:51 » Filosofia e Ciências Humanas

Seleção: todas as palavras **Ordenação:** relevância **Resultados por página:** todas

Procurar por: patrimonio cultural Procurar Procura normal

Voltar

ANEXO C – Inventário dos bens culturais de São Luís – INRC/IPHAN

Inventário Nacional de Referências Culturais

IPHAN

2002

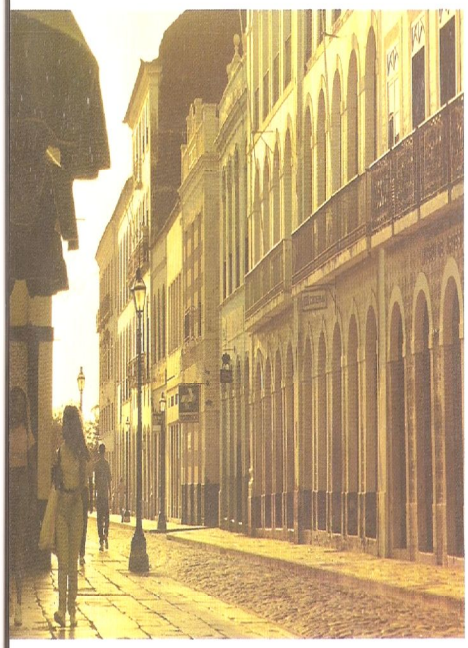
ANEXO D – Fotos do Patrimônio Arquitetonico de São Luís

Foto 1: Casarão com fachada de azulejo

Fonte: Damversoeprosa (2011)

Figura 32: Os casarões na literatura “Os tambores de São Luís de Josué Montelo”

46



LITERATURA “OS TAMBORES DE SÃO LUÍS” DE JOSUÉ MONTELLO

– FOI O CABO MACHADO QUE MATOU A VELHA. SURROU ATÉ MATAR. EU VI. ME ESCONDI NAQUELA ÁRVORE JUNTO DA IGREJA E DALI VI ELE SACUDINDO O CHICOTE EM RIBA DELA. DEU ATÉ SIÁ GENOVEVA CAIR. OUTROS NEGROS VINHAM CHEGANDO, E ERAM AGORA UNS CEM, OU TALVEZ MAIS, E TODOS DE FISIONOMIA TENSA, O ÓDIO NAS PUPILAS. HAVIA ENTRE ELES ALGUNS BRINCANTES DE BOI, COM SEUS COCARES DE PLUMAS E SEUS CHAPÉUS DE VAQUEIRO ADORNADOS DE FITAS SOLTAS. EM REDOR, NÃO SE OUVIA MAIS A TOADA DAS CANTIGAS NEM RETINIAM AS MATRACAS DE PAU. UM SILÊNCIO COMPACTO, PESADO, O SILÊNCIO QUE SÓ A CRUELDADE SABE INSPIRAR. COMO PODIA HAVER NO MUNDO UM SER CAPAZ DE MATAR A CHICOTE UMA PRETA VELHA QUE NÃO FAZIA MAL A NINGUÉM? E OS NEGROS FECHAVAM O CÍRCULO À VOLTA DO CORPO, DE CABEÇA BAIXA, MUDOS, SEMBLANTE CRISPADO.

– SIÁ GENOVEVA NÃO PODE FICAR NA RUA. VAMOS LEVAR ELA PRA CASA DAS MINAS.

E LOGO APARECEU UMA REDE BONITA, TODA BRANCA, DE LARGAS VARANDAS, OS PUNHOS ATRAVESSADOS POR UM PAU COMPRIDO, E NELA FOI COLOCADA A VELHA, DEVAGAR, COM TODO O CUIDADO, COMO SE NÃO QUISESSEM ACORDÁ-LA. JÁ ELA ESTAVA FRIA – FRIA DA MORTE, DO LUAR QUE ESMAECIA E DA DERRADEIRA VIRAÇÃO DA MADRUGADA. E ASSIM FOI LEVADA NO OMBRO DE DOIS NEGROS. OUTRO, LOGO ATRÁS IA LEVANDO A VELA, QUE PROTEGIA DO VENTO COM A CONCHA DA MÃO. E O CORTEJO FOI AVANÇANDO PELA RUA DO GIZ, SEMPRE EM SILÊNCIO, SÓ SE OUVINDO O RUÍDO DOS PASSOS NAS PEDRAS DO CALÇAMENTO (1975, P. 270).

Acima, “Rua Portugal”, fotografia de Galdêncio Cunha, 1908 - Museu Histórico do Maranhão.
À esquerda, “Rua Portugal”, fotografia de Edgar Rocha, 2000.

Fonte: Viva... (2001)

ANEXO E – Fotos do Patrimônio Imaterial de São Luís

Foto 2: Apresentação do Tambor de Crioula

Fonte: Cantos de congoitabira (2011)

Foto 3: Punga do Tambor de Crioula

Fonte: Gestos de cadalugar (2011)

Foto 4: Tambozeiros

Fonte: Alguma existência (2011)

Foto 5: Parelha de Tambor de Crioula

Fonte: Caravana cultural (2011).

Foto 6: Bumba-meu-boi

Fonte: Mayafelix (2011)

Foto 7: Cazumbar

Fonte: Brasil Azul (2011)

Foto 8: Caboco de pena do Bumba-meu-boi

Fonte: Flickr (2011)

Foto 9: Bumba-meu-boi

Fonte: Almanaque do adolescente (2011)

.

Conceição, Valdirene Pereira da

Modelagem léxico-ontológica do domínio “patrimônio cultural de São Luís do Maranhão” / Valdirene Pereira da Conceição. – São Paulo, 2011.

189 f.: il. 30 cm.

Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara, 2011.

Orientador: Bento Carlos Dias da Silva.

1 Semântica Lexical. 2 Patrimônio Cultural. 3 Estudos do Léxico. 4 Ontologia. I Título.

CDU 004.82